

CAPÍTULO V – ATIVIDADES DO PODER EXECUTIVO

1 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR

Tendo em vista a complexidade e a diversidade das ações executadas no âmbito da Presidência da República, este relatório foi elaborado agrupando as principais atividades realizadas, com ênfase nas seguintes áreas de atuação: Defesa Jurídica da União; Comunicação Social do Governo Federal; Segurança Pública – Prevenção e Combate ao Tráfico de Drogas; Comunidade Solidária e Comunidade Ativa; Defesa Nacional; Patrimônio Histórico e Cultural; Chaves Públicas e Desenvolvimento Urbano.

Considerando que as ações de apoio administrativo objetivam prover a Presidência da República dos meios necessários para a implementação e gestão de seus programas finalísticos, bem como possibilitar o assessoramento ao Presidente da República, fatores de fundamental importância no contexto da administração pública, incluem-se neste relatório as atividades de maior destaque empreendidas nessa área, bem como as atividades relativas à Imprensa Nacional.

Defesa Jurídica da União

A Advocacia-Geral da União - AGU foi criada pela Constituição de 1988, com as atribuições de representar a União judicial e extrajudicialmente, além de exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo. Os constituintes de 1988 romperam a tradição histórica de conceder ao Ministério Público Federal a cumulação dos encargos de representantes dos interesses da União e preservação dos valores fundamentais da sociedade.

Apesar da determinação expressa no artigo 31 da Constituição Federal de criar a AGU, somente após cinco anos da promulgação da Constituição Federal, com a publicação da Lei Complementar nº 73 de 11 de fevereiro de 1993, é que se tratou de forma pormenorizada de sua organização e funcionamento. Sua autoridade máxima, o Advogado-Geral da União, é o mais elevado cargo de assessoramento jurídico do Poder Executivo, submetido à direta, pessoal e imediata supervisão do Presidente da República.

A Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União, cuja missão é o implemento e o gerenciamento dos meios materiais necessários ao alcance da missão constitucional da AGU, é responsável pela execução orçamentária e financeira dos recursos alocados ao Programa “Defesa Jurídica da União”, assim como de todo o Orçamento da Instituição, tendo no exercício de 2002.

São retratadas, a seguir, as principais realizações das Unidades vinculadas diretamente ao Gabinete do Advogado-Geral da União no desempenho de suas atribuições institucionais, durante o exercício de 2002:

PROCEDIMENTOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
MANIFESTAÇÃO/INTERVENÇÃO JUNTO AO STF	448
PROCESSOS JUDICIAIS EXAMINADOS E RELATADOS	6.076
PROCESSOS JUDICIAIS EXAMINADOS NO MUTIRÃO	6.541
TOTAL	13.065

PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS	QUANTIDADE
DOCUMENTOS EXPEDIDOS (Ofícios, Memorandos, etc)	1.577
NOTAS INTERNAS (RELATÓRIOS DE AUTOS JUDICIAIS)	1.884
PROC. ADM. EXAMINADOS (COMISSÃO INSS/PGU)	659
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS EXAMINADOS	376
NOTAS TÉCNICAS DIVERSAS	30
NOTAS TÉCNICAS/MAS	63
NOTAS TÉCNICAS/SAM	44
TOTAL	4.633

REALIZAÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1. Processos tramitados (Entrada e Saída)	processo	741
2. Documentos elaborados (Pareceres, Informações -ADIN, MS, HC, MI, Notas, Avisos etc.)	documento	725
3. Correções/Transposição (examinadas)	processo	10
4. Projetos (Lei, MP, Decreto, EM etc.)	evento	34
5. Portarias/Editais	documento	30
6. Instruções e Atos Regimentais	documento	7
7. Correspondência Eletrônica	documento	160
8. Reuniões/Audiências	evento	207
9. Históricos/Relatórios	documento	2
10. Publicações	documento	5

A Procuradoria-Geral da União, subordinada direta e imediatamente ao Advogado-Geral da União, compete representar judicialmente a União, nos termos e limites do artigo 9º da Lei Complementar nº 73/93 e artigos 10 e 11 da Lei nº 9.028/95.

No ano de 2002, a Procuradoria-Geral da União acumulou estoque de 831.666 feitos em andamento, observando-se a movimentação em 404.161 processos e a elaboração de 343.646 petições e 24.401 notas e pareceres (inclusive em processos administrativos), conforme demonstrativo a seguir:

UNIDADE	ESTOQUE	MOVIMENTADOS	PETICIONADOS	NOTAS E PARECERES
PGU	34.886	79.672	9.418	5.666
PRU-1ª REGIÃO	191.086	78.135	121.876	6.099
PRU-2ª REGIÃO	156.573	49.003	61.606	1.567
PRU-3ª REGIÃO	158.785	55.706	29.804	156
PRU-4ª REGIÃO	169.592	95.601	84.571	6.099
PRU-5ª REGIÃO	120.744	46.044	36.371	4.814
TOTAL	31.666	404.161	343.646	24.401

Particular destaque merecem as ações que exigem acompanhamento especial por parte da Procuradoria-Geral da União, em decorrência da relevância da matéria ou dos valores envolvidos, como as indicadas a seguir:

TEMA	Nº DE AÇÕES
Seguro-apagão	113
Rádiodifusão – Voz do Brasil	120
Racionamento de energia	02
Construção de hidrelétricas	15
Companhias aéreas	06
Privatização (Vale do Rio Doce)	23
Sucroalcooleiro	171
Refinanciamento de dívidas pela União	13
Ações contra o Presidente da República	222
Ações contra Ministros de Estado	83
Ações de Improbidade (Ministros e Pres. Rep.)	47
TOTAL	815

No tocante aos principais temas, a Procuradoria-Geral da União procurou uniformizar as teses de defesa, de modo a se obter a desejada padronização nos procedimentos e atuação das procuradorias, evitando-se, desse modo, a elaboração de peças com argumentações contraditórias ou divergentes.

O Departamento Judicial Internacional e de Recomposição do Patrimônio da União teve atuação destacada na defesa dos interesses da União no exterior, podendo-se citar, entre outras:

a) a defesa do Estado brasileiro em ação de cobrança promovida por três empresas administradoras de fundos de investimentos, que reclamavam o resgate de 868 títulos da dívida pública, emitidos pelo governo brasileiro em 1902 e 1911, num total de USD 146.000.000,00;

b) participação em delegações brasileiras nos seguintes eventos:

I) reunião entre os membros da EUROJUST – Agência de Cooperação Judiciária da União Européia e os países da América Latina, realizada na sede do Conselho Europeu, em Bruxelas, em 24 de abril de 2002, com o objetivo de apresentar a nova Instituição aos Estados ibero-americanos, bem como discutir mecanismos de operação conjunta em matéria de cooperação judiciária internacional;

II) reunião do Grupo de Trabalho contra a Corrupção, no âmbito da OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos, realizada em Paris, de 12 a 14 de junho de 2002;

III) encontro da Segunda Sessão do Comitê Ad Hoc para a negociação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, ocorrida em Viena, de 14 a 28 de junho de 2002;

IV) negociação do Tratado de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba, ocorrida em Havana, de 16 a 18 de setembro de 2002;

c) condução, mediante coordenação e orientação de escritórios de advocacia estrangeiros, da defesa do Estado brasileiro nas ações judiciais em curso no exterior. Eis as demandas e respectivos andamentos:

I) processo nº 00405.000905/2000-12 (Espanha): ação de cobrança, promovida por Repsol de Petróleo S.A. contra a extinta Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, referente à dívida de abastecimento do Navio Rio Grande, quando atracado nos Portos de Gibraltar e Terragona;

II) processo nº 00405.000964/2000-11 (Espanha): ação de cobrança, promovida por Agrox S.A. contra a extinta Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, com vistas a obter ressarcimento de custos de descarga de cimento e de atracação do Navio Rio Grande no Porto de Valência;

III) processo nº 00405.000973/2000-02 (Argentina): trata de duas ações de indenização por danos morais e materiais, promovida, uma, pela companheira, a outra, pela viúva e pelos herdeiros do estivador Juan Acevedo, que morreu, vítima de intoxicação, a bordo do Navio Rio Trombetas, de propriedade da extinta Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro;

IV) processo nº 00405.001420/2001-40 (Bélgica): ação de indenização por perdas e danos promovida por Societ  D’Importation et de Commission contra a extinta Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

No País, o Departamento Judicial Internacional e de Recomposição do Patrimônio da União atuou na efetiva defesa da União no caso do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, promoveu a uniformização das teses de defesa da União em ações dos denominados “auxiliares locais”, naquelas envolvendo a cobrança de títulos da d vida pública, emitidos pelo Governo no início do século passado e nos feitos envolvendo a chamada “Oper  o Patrícia” (contrato celebrado pelo extinto Instituto Brasileiro do Café com a Inter-Continental de Café S.A.).

Impõe-se ressaltar o ajuizamento, a pedido do Ministério da Justiça, de pedidos de cooperação judiciária, provenientes dos Estados Unidos, referentes a diversos feitos, bem como a prestação de consultoria jurídica a membros do Ministério Público Federal do Pará e de Mato Grosso, que desejavam utilizar-se do mecanismo da cooperação judiciária internacional para obtenção de provas nos Estados Unidos, para instruir os processos nos quais são apuradas as fraudes perpetradas contra a SUDAM.

No tocante à recuperação do patrimônio da União, o Departamento recebeu do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União 1.122 (mil cento e vinte e dois) acórdãos condenatórios, adotando os procedimentos regulamentares para a sua execução. De se registrar, ainda, a recuperação, apenas no primeiro semestre, de R\$ 70.517,62 (setenta mil, quinhentos e dezessete reais e sessenta e dois centavos), decorrentes de pagamento e parcelamento de créditos executados pela União.

A Procuradoria-Geral da União procurou incentivar a disseminação das atividades de cálculos e perícias em todas as unidades, alocando os recursos possíveis para a execução desses trabalhos, esforço esse retribuído pelos resultados alcançados, que confirmam o acerto das medidas adotadas.

No ano de 2002, atuando em 38.032 processos (União Ré em 27.198 e Autora em 10.834), o Departamento de Cálculos e Perícias impugnou, em execução contra a União, cerca de R\$ 4.607 milhões, apurando, nas execuções promovidas pela União, receitas da ordem de R\$ 55 milhões, já recolhidas, e de R\$ 1.421 milhões, a se efetivar.

EXECUÇÕES JUDICIAIS CONTRA A UNIÃO				
Ano	Valor Executado - R\$	Valor Concordado - R\$	Valor Impugnado - R\$	Impugnado (%)
1995	2.168.460.220,84	718.844.563,21	1.449.615.657,63	66,85
1996	2.824.836.592,64	936.433.126,91	1.888.403.465,73	66,85
1997	2.908.310.119,32	964.064.473,95	1.944.245.645,37	66,85
1998	5.409.637.582,06	1.793.294.858,45	3.616.342.723,61	66,85
1999	3.982.729.239,61	1.320.274.742,93	2.662.454.496,68	66,85
2000	4.544.799.163,62	1.682.245.470,33	2.862.553.693,29	62,99
2001	5.224.603.130,83	1.506.831.302,62	3.717.771.828,21	71,16
2002	7.332.987.875,30	2.725.389.803,48	4.607.598.071,82	62,83
TOTAL	34.396.363.924,22	11.647.378.341,88	22.748.985.582,34	66,14

EXECUÇÕES JUDICIAIS EM FAVOR DA UNIÃO			
Ano	Honorários de Sucumbência - R\$	Indenizações - R\$	Total - R\$
1995	não apurado	27.412.520,75	27.412.520,75
1996	37.124.129,31	24.370.984,59	61.495.113,90
1997	13.536.907,14	330.036.769,69	343.573.676,83
1998	9.971.170,82	27.910.395,06	37.881.565,88
1999	10.729.239,96	45.575.623,47	56.304.863,43
2000	7.493.366,90	180.870.910,94	188.364.277,84
2001	32.426.989,84	235.453.861,48	267.880.851,32
2002	11.927.544,59	427.087.367,07	439.014.911,66
TOTAL	123.209.348,56	1.298.718.433,05	1.421.927.781,61

RECEITA EFETIVA DE EXECUÇÕES EM FAVOR DA UNIÃO				
ANO	Honorários - R\$	Indenizações - R\$	Total - R\$	Quantidade processos
1996	8.030.934,00	225.477,00	8.256.411,00	15.126
1997	2.918.931,00	386.151,00	3.305.082,00	26.098
1998	15.556.139,00	355.418,00	15.911.557,00	28.228
1999	6.263.447,00	1.140.592,00	7.404.039,00	25.654
2000	3.655.857,00	7.317.416,00	10.973.273,00	22.388
2001	3.287.204,00	1.318.075,00	4.605.279,00	27.327
2002	3.202.884,00	2.228.623,00	5.431.507,00	38.032
TOTAL	42.915.396,00	12.971.752,00	55.887.148,00	182.853

O Departamento de Cálculos e Perícias desenvolveu, também, teses de defesa em matérias específicas, propiciando às unidades de ponta atuação consentânea com o entendimento do órgão central.

A Corregedoria-Geral da Advocacia da União tem, como atribuições, aferir a regularidade e eficácia dos serviços jurídicos a cargo dos órgãos integrantes da Advocacia-Geral da União, ou daqueles a ela vinculados, mediante realização de correções ordinárias e extraordinárias, emitir notas técnicas e instauração de procedimentos administrativos disciplinares, visando A correção de desvios, eventualmente verificados, nas atividades postulatorias, transacionais, de assessoramento jurídico e de consultoria, praticadas em defesa dos indisponíveis interesses da União, de suas Autarquias e Fundações Públicas. Compete-lhe, ainda, avaliar os membros da AGU em estágio confirmatório, nos moldes da Lei Complementar nº 73/93.

As correções realizadas pela Corregedoria-Geral da Advocacia da União – CGAU, apontam, ano a ano, sobretudo nos órgãos da AGU, resultados positivos no que se refere à regularidade e eficácia dos serviços jurídicos da União, objetivo que norteia a atividade correicional. Deve-se tal performance, sem dúvida, ao criterioso trabalho desenvolvido pela Procuradoria-Geral da União e, obviamente, ao trabalho correicional, o que põe em evidência o caráter preventivo das correções.

REALIZAÇÕES 2002	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1. Correções Ordinárias	evento	15
2. Correções Extraordinárias	evento	12
3. Notas técnicas	documento	98
4. Processos Administrativos disciplinares	processo	13
5. Procedimentos correicionais	evento	25
5. Inspeções realizadas	evento	22

A Consultoria-Geral da União desempenha suas funções institucionais com escopo de realizar o controle prévio da legalidade dos atos da administração, bem como da constitucionalidade de propostas de projetos de leis, além da orientação técnica dos Advogados, lotados nas Consultorias Jurídicas dos Ministérios, bem como a coordenação dos Núcleos de Assessoramento Jurídico nas capitais dos Estados.

Destaca-se no exercício de 2002 a atuação da área de recursos tecnológicos que apresentou extraordinário crescimento de demanda, seja pela maciça disseminação dos recursos da informática por toda a Instituição, seja pela crescente estruturação das áreas e de seus processos de trabalho.

Para atender à sua demanda, a AGU contou em 2002, conforme Lei Orçamentária Anual nº 10.407, de 10.01.2002, com um volume orçamentário de R\$ 170.891.080,00 (cento e setenta milhões, oitocentos e noventa e um mil e oitenta reais), sendo R\$ 117.216.643,00 (cento e dezessete milhões, duzentos e dezesseis mil e seiscentos e quarenta e três reais) destinados ao gasto com Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 53.674.437,00 (cinquenta e três milhões, seiscentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e trinta e sete reais) para as despesas relativas ao grupo “Outros Custeios e Capital”. Entretanto, em “Outros Custeios e Capital”, foram contingenciados recursos no montante de R\$ 7.989.437,00 (sete milhões, novecentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais).

Integra, ainda, a estrutura organizacional da AGU o Centro de Estudos Victor Nunes Leal, órgão direta e imediatamente subordinado ao Advogado-Geral da União, com a missão de propiciar atividades destinadas ao aperfeiçoamento profissional, que realizou, em 2002, diversos eventos, dentre cursos, treinamentos e palestras, bem como apoiou a realização de vários eventos, promovidos por outras instituições, propiciando a capacitação de 5.272 servidores em todo o país. Há de se destacar a atuação pioneira do Centro de Estudos quando da realização do Curso de Formação de Procuradores Federais, com o objetivo de ambientar os novos servidores, dotados das mais diversas experiências profissionais, nas peculiaridades da Advocacia Pública.

É relevante consignar o lançamento da Revista da AGU, publicação impressa, ocorrida em junho de 2002, com o objetivo de divulgar as palestras e conferências, promovidas pelo Centro de Estudos, bem como os trabalhos jurídicos de membros e demais advogados que atuam na AGU, selecionados pela sua excelência e relevância.

Ressalte-se, ainda, a autorização para realização de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, em instituições de ensino, situadas no Brasil e no exterior, para 46 (quarenta e seis) advogados da AGU.

Ao longo do exercício, a AGU agiu com rigor no restabelecimento da ética no trato com a coisa pública, revertendo ao Patrimônio e ao Tesouro Nacional os bens e valores deles dilapidados e preconizando a aplicação de medidas que reprimam e/ou inibam a prática do ilícito.

Merecem registro a competência dos advogados da União e o esforço despendido pelas Unidades finalísticas que, sob a coordenação da Procuradoria-Geral da União, carregaram para a Instituição, nas incomensuráveis lides contenciosas, travadas no decorrer do exercício, resultados de grande expressividade e relevância econômica para a sociedade, nosso cliente final, quais sejam: a União, como ré, nas contas de liquidações, impugnou a soma aproximada de R\$ 4.607 milhões; e por outro lado, como autora e vitoriosa, apurou, nas execuções promovidas pela União, receitas da ordem de R\$ 55 milhões, já recolhidas, e de R\$ 1.421 milhões, a se efetivar.

À Secretaria de Estado de Comunicação de Governo – SECOM compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente nos assuntos relativos à política de comunicação e divulgação social do Governo e de implantação de programas informativos; coordenar, supervisionar e controlar a publicidade dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, e de sociedades sob controle da União; e convocar redes obrigatórias de rádio e televisão.

No que se refere a Projetos Especiais, os Comitês Temáticos de Cultura e Esporte examinaram e aprovaram 964 projetos que totalizaram recursos de patrocínio da ordem de R\$ 179,7 milhões. Em se tratando de projetos de patrocínios não culturais/esportivos e de eventos, foram analisados e aprovados 2000, no total de R\$ 14,6 milhões.

A Negociação com o Conselho Executivo das Normas - Padrão - com vistas à obtenção de tratamento diferenciado para os anunciantes da Administração Pública (das três esferas e dos três poderes), no tocante à remuneração dos serviços prestados por agências de propaganda, mediante a concessão de preço especial - já resultou na inserção, nas Normas - Padrão daquele Conselho, de dispositivo que garante tal tratamento diferenciado e ainda resultará na simplificação dos procedimentos para a participação de representantes do Poder Executivo Federal nas diversas instâncias decisórias da entidade, especialmente em seu Conselho Executivo. Em contrapartida, a SECOM está consultando a juridicidade de edição de Decreto para o acolhimento das Normas-Padrão do CENP pelo Decreto nº 57.690/66, que regulamenta a Lei nº 4.680/65.

A Secretaria desenvolveu, em convênio com a Escola Nacional de Administração Pública e em cooperação com o Governo do Reino Unido, o Programa Continuo de Aperfeiçoamento em Comunicação de Governo, para aperfeiçoamento profissional de gestores e assessores das unidades administrativas dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que tenham a atribuição de gerir atividades de comunicação social.

A SECOM realizou estudos destinados à criação de Carreira de Comunicador de Governo.

A Secretaria coordenou o processo de levantamento de gastos com publicidade institucional no triênio 1999-2001 dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e atribuiu limites individuais de gastos em face da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), bem como coordenou o processo de consultas formuladas por órgãos e entidades do Poder Executivo Federal destinadas à obtenção de autorização do Tribunal Superior Eleitoral para a realização de publicidade institucional, durante o período eleitoral. Foram realizadas 97 consultas ao TSE, desenvolveu o sistema Fala-gov, de administração e gestão das mensagens enviadas aos serviços do Fale com o Governo, criou e normatizou a marca identificadora da Publicidade de Utilidade Pública e desenvolveu o manual de utilização da marca “Governo do Brasil”, procedeu ao controle, à triagem, à averiguação orçamentária e ao monitoramento dos preços mínimos e máximos de produção publicitária dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, comparados aos praticados pelo mercado, tendo como principal referência os mais de 80 mil valores de itens constantes do Banco de Dados da SECOM. Isso resultou em redução de custos de 0,54%, a saber:

Valor das Planilhas de Produção.....	R\$ 152.377.560,10
Valor negociado	R\$ 151.550.042,03

No que se refere ao Programa Editorial, a SECOM participou na coordenação editorial, projeto gráfico, acompanhamento de produção e distribuição da edição de 2002 do livro “Mensagem ao Congresso Nacional”, e da coordenação editorial, projeto gráfico, diagramação, acompanhamento de produção e distribuição do livro “Real, 8 anos construindo o futuro”, da publicação interna “Projetos e Realizações do Governo 1995 - 2002”, em português e inglês, e dos livros da coleção “Palavra do Presidente”.

Em colaboração direta com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, participou da seleção de Material para realização e distribuição dos 27 volumes da coleção "Ações Federais 1995 -2002".

A RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A., vinculada à Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, congrega o sistema oficial de comunicação de governo, com quatro rádios e uma Rede Nacional de Rádio por satélite, dois canais de televisão - um a cabo, outro aberto - e uma agência de notícias na Internet. Este sistema atua como uma central de notícias de texto, imagem e áudio, pautando e gerando matérias para todos os veículos de comunicação do País.

Ao longo dos últimos quatro anos, este sistema passou por uma renovação tecnológica, com a digitalização das redações e o desenvolvimento de softwares, dentro da própria empresa, para atender à automação das áreas de rádio, televisão, agência e fotografia. Com isso, foi possível aumentar a produção de notícias e a rapidez no processo de disponibilização. O resultado mais evidente foi o aumento do número de acessos, que em 2002 atingiu a marca de 172 milhões/hits e 34 milhões/pages views, contra 69 milhões/hits e 7 milhões pages views, para o ano de 2001.

Além do choque de tecnologia, o sistema de comunicação de governo passou também por um “choque de credibilidade”: nos últimos quatro anos, a RADIOBRÁS especializou-se em provedora de notícias de governo, noticiando o fato sem adjetivos nem superlativos. Cerca de 200 sites reproduzem as matérias da Agência Brasil, pelo menos 700 rádios retransmitem os noticiários produzidos pelo Radiojornalismo e as 5 principais redes de televisão do País e emissoras de pequeno e médio porte utilizaram, em 2002, 4.379 imagens e reportagens produzidas pelo Telejornalismo.

A ação da RADIOBRÁS - nas áreas de agência, rádio e televisão - concentra-se na cobertura jornalística de fatos do governo e na transmissão direta de eventos com a presença do Sr. Presidente da República, de ministros e outras autoridades governamentais.

Destacam-se nas áreas de Mídia Internet e Radiojornalismo, em 2002, a reformulação do Portal da Cidadania, com a modernização do seu design e a ampliação dos serviços prestados aos usuários e o lançamento do novo programa de rádio "Os repórteres", feito exclusivamente por jornalistas. Outro grande destaque foi a cobertura das eleições presidenciais de outubro, quando a Agência Brasil - ABr, registrou, em um único dia, 1,2 milhão de acessos e teve suas matérias amplamente reproduzidas por outros sites da iniciativa privada como a Agência Globo, CNN, Folha, JB, Correioweb, IG, entre outros. Só no dia 27 de outubro, no segundo turno das eleições, estes sites reproduziram 400 matérias da Agência Brasil.

O número de acessos à Agência vem aumentando consideravelmente, a cada ano, atingindo só em dezembro de 2002, mais de 21 milhões de acessos hits, contra 6,1 milhões no mesmo período de 2001. A ABr disponibiliza atualmente cerca de 400 matérias por dia, entre flashes e matérias consolidadas, tendo as informações mais importantes deste material traduzidas para o inglês, espanhol e alemão, disponibilizadas no Portal, na seção International News Service.

O setor de fotografia da Agência Brasil disponibiliza cerca de 40 fotos/dia, que podem ser reproduzidas gratuitamente, desde que citada a fonte, e são comumente usadas em jornais, revistas e publicações de grande circulação.

Na Mídia Radiofônica, a Rede Nacional de Rádio por satélite é a maior rede voluntária de rádio do Brasil, reunindo mais de 700 emissoras, que retransmitem a programação gerada via satélite pela RADIOBRÁS. Todo o jornalismo da Empresa e os principais programas das emissoras são disponibilizados no satélite, em sistema de sinal aberto, podendo ser usado por qualquer rádio do país gratuitamente.

Rádio Nacional AM de Brasília - OM 980 kHz, opera em ondas médias, 24 horas diárias. Jornalismo é o forte da programação e ocupa 8 das 24 horas de transmissão diária. A prestação de serviços de utilidade pública e a cobertura esportiva completam a grade de programação. A emissora opera com potência diferenciada, sendo 50 KW durante o dia e 300 KW à noite. É considerada a emissora mais potente da América Latina, cobrindo todo o País e, ainda, parte do território dos países vizinhos.

A Rádio Nacional FM de Brasília - FM 96,1 MHz, está no ar 24 horas diárias em frequência modulada, com programação de entretenimento e jornalismo, utilizando noticiário em tempo real da Agência Brasil. A emissora possui potência de 20 KW e transmite para toda a região do Distrito Federal.

A Rádio Nacional do Rio de Janeiro - AM 1.130 kHz, opera 24 horas diárias em ondas médias, tendo como ênfase de sua programação o esporte. A Nacional do Rio teve sua programação totalmente reformulada e baseada na música popular brasileira de alta qualidade e no jornalismo. A emissora transmite com potência de 100 KW, abrangendo quase a totalidade das regiões Centro-Oeste e Sudeste. A Rádio Nacional AM do Rio repete, em rede, toda a programação noticiosa da Rádio Nacional AM de Brasília.

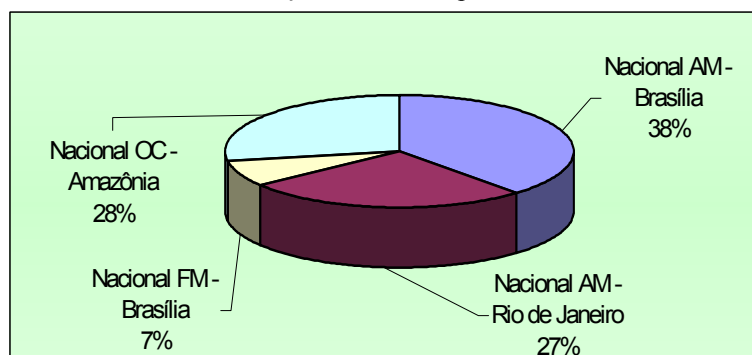
A Rádio Nacional da Amazônia - Operando em Ondas Curtas, é a rádio social do governo e cumpre a função de integrar ao País áreas remotas da Amazônia, onde nenhum outro veículo de comunicação consegue chegar. A programação é educativa, informativa e de entretenimento, feita especialmente para atender aos interesses das populações ribeirinhas e do interior da Amazônia. A emissora opera em OC 6.180 kHz/49 m.

Número de Horas de Informação Jornalística por Emissora de Rádio em 2002

EMISSIONA	Nº DE HORAS
Rádio Nacional AM – Brasília	2.971
Rádio Nacional AM – Rio de Janeiro	2.060
Rádio Nacional FM – Brasília	568
Rádio Nacional OC – Amazônia	2.160
TOTAL	7.759

Fonte – DANOR - Diretoria das Áreas de Notícias e Rádio

Número de Horas de Informação Jornalística por Emissora de Rádio em 2002



Fonte – DANOR - Diretoria das Áreas de Notícias e Rádio

Na Mídia Televisiva, o Sistema RADIOBRÁS de Televisão compreende duas emissoras - a TV Nacional Brasília Canal 02 (aberta) e a NBR, TV Nacional Brasil (cabo), que transmite, por meio do sistema NET, 12 horas de jornalismo diariamente, com telejornais de hora em hora. Além disso, produz mais de uma hora e meia de entrevistas e disponibiliza, gratuitamente, por meio de fibras óticas, links ou da própria Embratel, imagens em tempo real de entrevistas coletivas, eventos e reportagens sobre o senhor Presidente da República, ministros e outras autoridades do governo.

Em 2002, foram produzidas pelo telejornalismo 3.518 horas de noticiário, 100 horas de programas especiais, 982 entrevistas, totalizando 265 horas e 18 minutos. Ainda em 2002, foram registradas 494 transmissões ao vivo de eventos oficiais, totalizando 535 horas. Comparando-se 2002, com 2001, encontramos um acréscimo de 690 gerações e de 13% na produção de noticiários.

Na área de produção de vídeos, a NBR realizou várias séries de reportagens em parceria com os ministérios da Justiça (documentários sobre índios do Brasil), do Desenvolvimento Agrário (Agricultura familiar) e dos Transportes (obras rodoviárias). Além disso foram produzidos vídeos para o Comunidade Solidária e entrevistas explicando programas estratégicos do governo como o da Desburocratização e da Câmara de Gestão da Crise Energética.

Neste ano, três novas emissoras passaram a receber e retransmitir o sinal da NBR: a Rede Vida (que retransmite os boletins noticiosos e jornais); a Rede Mulher/ São Paulo e a Rede Gospel/ São Paulo.

Em 2002, a TV Nacional de Brasília - Canal 2 que cobre as atividades do Governo Federal, acompanhou o Presidente da República nas viagens no território nacional e nos eventos internacionais, como ao

Vaticano, por ocasião da cerimônia de canonização da primeira santa brasileira, Madre Paulina, na Cimeira da Rio + 10 quando o Governo brasileiro passou ao Governo da África do Sul a coordenação dos trabalhos de cúpula sobre o Desenvolvimento Sustentado, a 43a Reunião Anual da Assembléia de Governadores do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Corporação Interamericana de Investimentos, com cobertura ao vivo e imagens geradas pela RADIOBRÁS sendo exibidas nos canais de tevês de todo país e do mundo.

A NBR - TV Nacional Brasil, TV a cabo da RADIOBRÁS transmite, em média, 19 horas de programação, sendo 12, prioritariamente, de jornalismo. Objetiva principalmente a transmissão, ao vivo, dos atos do Presidente da República e de todo o Poder Executivo realizados em qualquer ponto do Brasil ou do Exterior.

A programação jornalística é intercalada com programação educativa-cultural disponibilizadas por meio de parcerias e intercâmbios, sendo as principais parcerias, a TV Cultura e a TVE - Rede Brasil.

O novo sistema de subida de sinal, up link fixo, adquirido no fim do ano de 2001, passou a gerar uma economia anual da ordem de R\$ 200 mil, ao se deixar de utilizar os serviços da Embratel para subida do sinal da TV NBR. O sistema utiliza equipamento de alta tecnologia, permitindo uma maior definição da imagem, mantendo um padrão denominado Broadcast, de qualidade pautada em normas internacionais.

Ainda em 2002, houve um aumento em mais de três vezes, do sinal irradiado, aumentando significativamente a qualidade da recepção dos sinais, principalmente nas cidades satélites de Sobradinho, Ceilândia, Samambaia e entorno do Distrito Federal.

Durante o período foi ampliado o alcance da emissora, alcançando 85% da rede de operadoras NET com inclusão de novas cidades ao sistema.

Foi criado em 2002, o serviço de Ouvidoria. A RADIOBRÁS, com a medida, antecipou-se às empresas de comunicação do setor privado por ter sido a primeira a instalar a ouvidoria para televisão. A instituição oferece ao cidadão a responsabilidade de co-atuar junto ao seus governantes na construção da história de seu tempo, contribuindo assim, para uma ampla consciência social e o conhecimento dos próprios direitos, disponibilizando o acesso aos mecanismos que fazem valer os atributos básicos da cidadania.

A ACERP tem como missão promover a educação, a cultura, o debate, a formação profissional, por meio, entre outros, da operação dos canais de radiodifusão de sons e imagens, das tecnologias informacionais disponíveis que permitam apoiar as políticas públicas.

A ACERP opera e administra dois canais de televisão convencionais em VHF: TVE do Rio de Janeiro e TVE do Maranhão, além de gerar programação para dois canais de TV via satélite - TVE e TV Escola (este um Projeto do MEC). A ACERP opera, ainda, três canais de rádio convencionais, dois no Rio de Janeiro - Rádio MEC AM e Rádio MEC FM e um em Brasília - Rádio MEC 800 AM, além de um canal de rádio transmitido via satélite, a Rádio MEC SAT.

A Organização Social participa, juntamente com a TV Cultura de São Paulo, de uma rede que reúne diversas emissoras públicas do país, alcançando cerca de 1.200 municípios, com uma clientela potencial estimada em 87 milhões de brasileiros. Essas emissoras compõem um universo de 940 estações, entre geradoras e retransmissoras, que recebem a programação nacional produzida pela TVE do Rio de Janeiro e pela TV Cultura de São Paulo, por meio do satélite Brasilsat 1. Ainda por satélite, a TVE é distribuída por operadoras de TV por assinatura de alcance nacional, como NET, SKY, TVA, Direct TV, Multicanal, Tecsat, além de outras operadoras locais, podendo ser também captada pelas antenas parabólicas existentes em todo o país (cerca de 12.000.000).

Expandindo a produção própria de programas, a nova TVE - Rede Brasil privilegiou também a dinamização da Rede Pública de Televisão - RPTV, oferecendo sua programação para outras emissoras públicas brasileiras. Assim, os programas Observatório da Imprensa, Sem Censura, Conexão Roberto D'Ávila e A Turma do Pererê passaram a fazer parte da grade de programação da Rede Pública de Televisão - RPTV.

Foram desenvolvidos diversos projetos para clientes e parceiros públicos e privados, entre os quais cumpre-nos destacar os abaixo relacionados, realizados para Órgãos Governamentais.

Com o Ministério da Educação, operacionaliza e transmite diariamente a programação da TV Escola, em canal específico, para todo território nacional, atingindo aproximadamente 57 mil escolas públicas, 1 milhão e 300 mil professores e 29 milhões de alunos. Todos os dias, a TV Escola veicula, em média, 15 horas de

programação, perfazendo no ano um total de 6.321 horas. Desse total, 807 horas referem-se à veiculação do Canal de TV Cultura e Arte.

Ainda com o Ministério da Educação, a TVE - Rede Brasil produziu e veiculou o programa “Salto para o Futuro”, um programa ao vivo de educação à distância, cujo objetivo principal é a formação continuada e o aperfeiçoamento de docentes que trabalham em educação, bem como de alunos do magistério. Esse programa também é veiculado com interatividade em todo o território nacional, alcançando cerca de 1 milhão e 300 mil professores. Nessa parceria, a TVE produziu, em 2002, 115 programas inéditos e 145 programas “debates”, com interatividade através de internet, fax e telefone.

Com o apoio do Ministério da Saúde, foram produzidos 10 vídeos para exibição no “Salto para o Futuro”, com debates ao vivo por especialistas e profissionais da área de educação, além de outros 4 vídeos para exibição no programa “Vivendo e Aprendendo”. Já com a FIOCRUZ, foi produzida e exibida a série Canal Saúde - programas monotemáticos relativos à melhoria da qualidade de vida da população. Em 2002 foram produzidos 48 desses programas.

Com a FUNDACENTRO, órgão subordinado ao Ministério do Trabalho e do Emprego, a TVE produziu vídeos educacionais voltados para a área de segurança, medicina e saúde do cidadão no trabalho. Esta produção faz parte de um conjunto de ações que visam atingir a meta de redução dos índices de acidentes no trabalho, definida no Plano Plurianual. Os programas são veiculados tendo como público alvo trabalhadores e empregadores e buscam promover os esclarecimentos sobre direitos e obrigações em relação à segurança e saúde no trabalho. Além disso, os programas veiculados ganham uma versão reduzida, constituindo-se em vídeos que suprem a necessidade de material técnico e educativo para aperfeiçoamento e especialização da mão-de-obra nas atividades abordadas.

Com o Ministério da Justiça, por intermédio do DENATRAN, foram produzidos e veiculados programas educacionais direcionados para educação no trânsito, estimulando e garantindo as alternativas propostas, pelo poder público e a sociedade em geral, para combater a violência nas ruas e estradas do país, provocada pelos acidentes de trânsito. A partir de uma série de programas jornalísticos, são abordadas as principais alterações do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, introduzidas pela Lei nº. 9.503 de 21 de setembro de 1997, por meio de debates que reúnem as maiores autoridades do setor e reportagens específicas. Esse programa visa reduzir, drasticamente, os elevados índices de vítimas de acidentes de trânsito.

Com o Ministério da Previdência e Assistência Social, através da Secretaria de Estado da Assistência Social, em articulação com o Conselho de Assistência Social e em parceria com o Ministério da Educação, a TVE – Rede Brasil, produziu e veiculou vídeos institucionais versando sobre a Política Nacional de Assistência Social e o Projeto Alvorada, os quais foram reprisados através do Canal da TV Escola.

Foram ainda produzidos e veiculados 14 programas de televisão, com 54 minutos de duração cada, na modalidade de Ensino à Distância, para a capacitação de recursos humanos na área de assistência social, mais especificamente conselheiros, gestores e técnicos estaduais e municipais que atuam também nessa área. Neles, discute-se a Nova Política Nacional de Assistência Social. Em complemento a esses temas, foram produzidos e veiculados outros 16 programas, de 54 minutos de duração cada, com o objetivo de ampliar o debate com a sociedade civil, sobre temas relevantes para a formulação de políticas públicas sociais.

Com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foram produzidos e veiculados os programas “Como é Verde o Meu Vale – Petrolina e a Nova Realidade Brasileira”. Foi veiculado, também, o programa “Brasil Rural – A Revolução da Terra”, que conta com um formato de telejornal, apresentando procedimentos técnicos, matérias jornalísticas, dicas do setor e entrevistas com produtores rurais, especialistas e representantes do Ministério.

A ACERP produziu e exibiu programas jornalísticos desenvolvidos especialmente para televisão e rádios públicas, unindo informação responsável e de qualidade, com a função didática de formar cidadãos mais conscientes e livres. Os programas jornalísticos tiveram sempre a participação de comentaristas especializados, que agregaram valor à informação do jornalismo tradicional, dando-lhe um caráter interpretativo e proporcionando maior compreensão dos acontecimentos nacionais e internacionais.

O telejornal da noite – Edição Nacional – é um jornal qualificado e diferenciado, que conta com a participação de comentaristas e editorialistas de primeira linha dos principais órgãos de imprensa. Este telejornal é também retransmitido pela TV Nacional e a NBR, canal a cabo da RADIOBRÁS. Também no jornalismo, foi

desenvolvida uma série de programas especiais, notadamente no sentido de integrar as diversas culturas regionais, como divulgadores dos costumes, turismo e economia, tendo sempre como mote, os eventos de interesse jornalístico do momento.

Por intermédio de sua Representação Regional de Brasília, a ACERP, em parceria com a Procuradoria Geral da República, produziu duas matérias diárias para a TV Justiça e um programa semanal de 60 minutos, considerado o melhor dentre aqueles que integram a grade daquela emissora. Tal é a qualidade dos programas que até o Supremo Tribunal Federal vem manifestando sua satisfação com os resultados alcançados.

Para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, a ACERP/BSB produziu 5 filmes institucionais: “Programa de Qualidade do Serviço Público”, “O Carteiro Amigo”, “O Novo Servidor Público”, “Novos Modelos Organizacionais” e E-GOV. Esses filmes já foram veiculados na TV Câmara, TVE-RJ e apresentados com êxito em palestras e seminários.

A TVE/RJ – Rede Brasil esteve sempre presente na cobertura e transmissão ao vivo de todos os pronunciamentos do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e dos Ministros de Estado.

A TVE do Maranhão – Rede Brasil, cumprindo a sua vocação de emissora voltada para tele-educação, vem prestando relevante serviço à juventude escolar daquele Estado. O projeto tele-aula veiculou os programas didáticos – aulas pela TV – para 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries do ensino fundamental, tendo sido assistido por cerca de 59.000 alunos, distribuídos em 2.095 aulas em 118 escolas das redes estadual e municipal do Maranhão.

A TVE/RJ veiculou, gratuitamente, em torno de 8.250 minutos de programas voltados à divulgação de políticas públicas governamentais.

Uma das principais conquistas da Rádio MEC foi a ampliação da divulgação de sua marca institucional, através do lançamento de vários CDs com o Selo Rádio MEC. A imprensa veiculou uma expressiva quantidade de matérias elogiosas sobre os produtos lançados. O coroamento destas ações se deu quando da indicação do disco “Flores em Vida”, de Nelson Sargento, para o Prêmio “Caras” e para o Prêmio “Grammy Latino”, na categoria de melhor disco de samba.

A Rádio continua a veicular 24 horas diárias de programação própria tanto na frequência AM quanto na frequência FM, além de produzir mais cinco novos CDs através do Selo Rádio MEC: Tomas Improtá, João Carlos Assis Brasil, Lucina, Paulo César Feital e João de Aquino. Outra parceria importante foi a obtenção do patrocínio, para o Selo Rádio MEC, sob os auspícios da Lei de Incentivo à Cultura, para a produção de oito novos CDs que deverão ser lançados até julho de 2003.

Diversas parcerias foram desenvolvidas pela Rádio MEC ao longo do ano, devendo-se destacar as estabelecidas com a Rádio Cultura de São Paulo, a Rádio Nederland/Holanda, Deutsche Welle/Alemanha, Teatro Municipal de Niterói, RTT Telecomunicações, Universidade Federal Fluminense-UFF, Show Point, Instituto Municipal de Arte e Cultura/RIOARTE, Arlequim Discos, Altamiro Carrilho, José Roberto Penteado, Paulo Forte e José Roberto Martins.

O desenvolvimento de novos programas para a Internet viabilizou a ampliação do Portal Rede Brasil em aproximadamente 30% do seu conteúdo e 50% na interatividade com o usuário. O site disponibiliza programas como o “Chat”, o mural, bancos de dados e outros que possibilitam o contato direto do usuário com todo o universo de informações disponíveis no Portal (mais de cem mil documentos). O portal dispõe de uma eficiente rede de informações, fornecendo atalhos ao usuário/pesquisador para inúmeros sites de serviços de utilidade pública, bem como sites internos que geram educação, informação, cultura e entretenimento.

Foi criado e produzido o Portal de Literatura, que veicula lançamentos literários, entrevistas, promoções, homenagens a escritores, informações sobre obras, escritores, períodos literários e poesias, além de um mural e de um conto interativo, propiciando o intercâmbio de informações entre o portal e o usuário.

Atualmente, o site contém 5.052 páginas e 9.426 links externos, contra 596 páginas e 60 links existentes em 2001. O resultado que demonstra a melhoria na qualidade dos serviços/produtos oferecidos pode ser medido pelo número de visitas recebidas pelo Portal que, em fevereiro de 2002, quando foi colocado um contador na página principal, era de quase 800 acessos por dia e hoje é de cerca de 1.000 acessos diários.

O Laboratório de Pesquisa Mercadológica e de Opinião Pública do Departamento de Relações Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro realizou uma pesquisa quantitativa (estatística descritiva) de opinião com os moradores do município do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense e Niterói, sobre a imagem e penetração da TVE junto às classes A, B e C, que representam a camada formadora de opinião e com maior capacidade de consumo, tendo-se obtido resultados positivos que demonstram a qualidade e a receptividade da TVE - Rede Brasil. A emissora é apontada como a terceira mais assistida no Grande Rio e vista como a segunda melhor entre as emissoras de canal aberto.

Entre todos os entrevistados pela pesquisa, a TVE é a emissora mais bem avaliada sob o ponto de vista da ética e de seu conteúdo educativo. Também se destacando quanto à credibilidade, ao conteúdo cultural, aos programas regionais e aos documentários.

Segurança Pública

O Programa Nacional Antidrogas, gerido pela Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD, desenvolveu suas ações consoante as diretrizes da Política Nacional Antidrogas - PNAD e teve como objetivo predominante informar a população e mobilizá-la para a redução da demanda de drogas.

Todos os resultados obtidos, custeados ou não com recursos orçamentários, foram conseguidos com a implementação das seguintes ações básicas: Apoio à Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos; Capacitação de Agentes Multiplicadores nas áreas de Prevenção e Tratamento; Campanha de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas; Tratamento e Reinserção Social de Dependentes Químicos; Apoio a Centros de Referência Antidrogas; Fortalecimento do Sistema Nacional Antidrogas; Pesquisa e Desenvolvimento nas Áreas de Prevenção, Epidemiologia do Uso de Drogas e Tratamento de Usuários de Drogas; e Apoio a Conselhos Municipais Antidrogas.

Além das ações voltadas à prevenção do usuário de drogas, também foram realizadas ações de apoio ao controle de produção, transporte e comercialização de precursores químicos e ações de regularização do contencioso de bens apreendidos de narcotraficantes, com vistas à capitalização do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD.

Para a implementação de suas ações a SENAD seguiu as seguintes diretrizes: dar continuidade e agilizar o processo de municipalização, por meio de criação dos Conselhos Municipais Antidrogas - COMAD; desenvolver ações de prevenção do uso indevido de drogas dirigidas à população; estimular a implementação de atividades dirigidas à redução da demanda de drogas e substâncias que causem dependência física e/ou psíquica; incentivar e apoiar a capacitação de multiplicadores de ações de prevenção; articular a integração das ações dirigidas ou voltadas para a redução da demanda de drogas que causem dependência física e/ou psíquica; incentivar a capacitação de profissionais de saúde para a assistência (tratamento, recuperação e reinserção social) a indivíduos com transtornos decorrentes do uso de drogas que causem dependência física e/ou psíquica.

Além das referidas diretrizes a SENAD direcionou suas ações em: desenvolver rede operativa de instituições assistenciais a indivíduos com transtornos decorrentes do uso indevido de drogas que causem dependência física ou psíquica; otimizar a capitalização do Fundo Nacional Antidrogas; criar, implementar e conduzir o funcionamento do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID; integrar os Conselhos Estaduais Antidrogas em rede com a SENAD; homogeneizar conhecimentos entre os Conselheiros Estaduais e Municipais Antidrogas; firmar parcerias com organismos nacionais e internacionais para o desenvolvimento de ações antidrogas; estabelecer atividades de redução da demanda de drogas consoante outros países e Organismos Internacionais; e adequar a infra-estrutura da SENAD.

Importante realização da SENAD, no ano de 2002, foi a articulação com o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID que resultou na realização do “I Levantamento Nacional Domiciliar sobre Drogas Psicotrópicas”, aplicado no período de janeiro a julho de 2002. O levantamento disponibilizou, pela primeira vez no Brasil, dados nacionais atualizados sobre o consumo de drogas lícitas e ilícitas no País.

Merece destaque o lançamento oficial, em junho de 2002, do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – OBID - fruto de um processo de integração de políticas públicas entre a SENAD, o Ministério da Saúde, que financiou o projeto e a Universidade Federal de Santa Catarina, que o executou.

O OBID se constitui no sistema de informações do Sistema Nacional Antidrogas - SISNAD, responsável por centralizar todas as informações sobre drogas no País. Gerido pela Secretaria Nacional Antidrogas, o OBID cumpre o importante papel de rede de dados epidemiológicos sobre drogas, acessível a toda a sociedade brasileira e à comunidade internacional, permitindo o intercâmbio com instituições e organizações multinacionais similares. É uma ferramenta indispensável para o acompanhamento e avaliação da implementação da PNAD, permitindo a interação ágil e segura entre as estruturas do SISNAD.

A Secretaria Nacional Antidrogas criou, também, mecanismos de articulação e integração com os Conselhos Estaduais Antidrogas/ Entorpecentes, visando garantir a atuação conjunta com a SENAD e a sinergia nas suas atuações. O primeiro desses mecanismos foi a instituição da sistemática de realização de encontros quadrimestrais com os presidentes e representantes desses Conselhos, com vistas à promoção do debate, à atualização das orientações estratégicas do SISNAD, à troca de experiências e o planejamento da ação antidrogas em todo o território nacional. No ano de 2002 foram realizados três encontros nacionais.

O outro mecanismo, instituído de forma complementar, foi a implantação de uma Rede Integrada, no ambiente WEB, objetivando garantir a comunicação on line, ágil e segura entre a SENAD e os Conselhos. Por meio dessa rede a SENAD repassa e recebe informações diárias, semanais e mensais sobre o desempenho dos Conselhos e o impacto de sua atuação no seu respectivo Estado.

No campo da formação de multiplicadores em prevenção do uso indevido de drogas e no tratamento de dependentes químicos, a SENAD desenvolveu dois cursos à distância, implementados no ano de 2002. O “Curso de Formação de Multiplicadores de Informações Preventivas Sobre Drogas”, conduzido em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, disponibilizou 3.000 vagas para representantes da sociedade brasileira e objetivou informar e capacitar o cidadão para a melhor compreensão das questões envolvidas no uso indevido de drogas. Ainda em 2002, o curso foi relançado, atendendo a mais de 3.000 bolsistas.

O “Curso de Aspectos Básicos do Tratamento das Dependências Químicas”, conduzido pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas – GREA do Instituto de Psiquiatria da Universidade de São Paulo, contemplou 750 vagas e objetivou capacitar profissionais que atuam nas Unidades Básicas de Saúde, comunidades terapêuticas, centros terapêuticos e de tratamento.

Em 11 de novembro de 2002 foi concluído o “Curso à distância de Homogeneização de Conhecimento dos Conselhos Estaduais Antidrogas/ Entorpecentes”, conduzido pela Universidade Federal de Santa Catarina. O curso capacitou 1.500 Conselheiros Estaduais e Municipais Antidrogas, preparando-os para a sua missão de estimular, orientar, capacitar, acompanhar e avaliar a ação antidrogas nos Estados e Municípios sob sua jurisdição, fortalecendo e viabilizando o Sistema Nacional Antidrogas - SISNAD.

Todos os cursos foram desenvolvidos com base em moderna tecnologia de ensino à distância, utilizando a Internet como veículo e disponibilizando call center para atendimento ao aluno. O uso desses recursos possibilitaram atingir a uma gama variada de pessoas, distribuídas pelo território nacional, garantindo capilaridade à mensagem antidrogas.

No campo do tratamento de dependentes químicos, merece ser ressaltada a articulação realizada com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, visando desenvolver normas mínimas de funcionamento de instituições que atuam na referida área. Instituiu-se a obrigatoriedade de que os serviços responsáveis pelo atendimento a dependentes de substâncias psicoativas (álcool e outras drogas) passem a obedecer a critérios mínimos de funcionamento.

Também os Centros de Excelência foram objeto de estudo com vistas ao estabelecimento de novos critérios para sua classificação, considerando os aspectos relativos à estrutura, nível de desempenho, área de atuação, dentre outros. Para isso, a SENAD realizou consulta pública, a nível nacional, cujas sugestões foram aproveitadas por comissão de profissionais nomeada para a proposta final quanto aos novos critérios, os quais foram aprovados pelo Conselho Nacional Antidrogas em sua reunião ordinária de junho de 2002.

Ainda no campo do apoio a instituições ligadas ao tratamento, a SENAD, juntamente com o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, instituiu comissão que estudou e estabeleceu currículo básico para futura profissão técnica de especialistas em dependência química. Este é um grande anseio dos serviços de atendimento.

Por meio de subvenções sociais, a SENAD prestou apoio financeiro a projetos de pesquisa, prevenção e tratamento, desenvolvidos por organizações privadas ou da sociedade civil, favorecendo, no período, em 2002, 27 instituições, no valor total de R\$ 875.731,00 (oitocentos e setenta e cinco mil setecentos e trinta e um reais), com recursos oriundos do Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD.

Com vistas ao esclarecimento da população sobre as características das substâncias químicas e os efeitos perniciosos de seu uso indevido, a SENAD, com a colaboração de renomados brasileiros especialistas, elaborou e publicou uma série de materiais técnicos, de primeira qualidade, disponibilizando-a à Sociedade Brasileira.

No período de 19 a 26 de junho de 2002 foi realizada a Semana Nacional Antidrogas. O principal objetivo da Semana Nacional Antidrogas foi elevar o nível de conscientização da população brasileira sobre os problemas relacionados com o consumo de substâncias que causam dependências, bem como fornecer material educativo e informativo sobre a prevenção do uso dessas substâncias.

Neste período, todas as ações desenvolvidas pela SENAD visaram envolver a população brasileira, buscando sua adesão em ações de Redução da Demanda por meio de atividades de valorização da vida. A disseminação do conhecimento sobre a problemática das drogas e o envolvimento dos meios de comunicação na divulgação, discussão e produção de material que favoreceram a informação e a reflexão sobre o consumo de drogas que causam dependência foram também objetivos da Semana.

Ainda no campo da informação, a SENAD desenvolve, desde outubro de 1999, o Serviço de Atendimento ao Cidadão, utilizando uma central telefônica (0800 614321) que permite à população brasileira, por meio da ligação gratuita, receber informações sobre drogas e sobre o Sistema Nacional Antidrogas.

Na área de Regularização do Contencioso foram levadas a efeito várias ações que apresentaram os seguintes resultados: Doação, cessão ou indicação para custódia de 158 veículos, uma aeronave e 21 eletroeletrônicos a entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos e órgãos da Administração Pública, para uso nas atividades antidrogas; Realização de 67 leilões para venda de bens apreendidos de narcotraficantes, que resultaram em receita para o FUNAD no valor de R\$ 1.220.452,12; Regularização de 982 processos e implementação de diversas outras ações de gestão que permitiram o ingresso de R\$ 14.508.333,37 em receitas para o Fundo Nacional Antidrogas.

Das ações de fiscalização e do controle de produtos químicos, realizadas pela Coordenação de Controle de Produtos Químicos, do Departamento de Polícia Federal, em cumprimento à Lei nº 10.357/2001 e 9.017/95 (esta última já revogada), pode-se apresentar os seguintes resultados: foram fiscalizadas 439 Empresas; arrecadados R\$ 145.661,60 em multas aplicadas; instaurados 544 processos administrativos de infração; expedidas 725 notificações; protocoladas 379 decisões; cadastradas 2.395 empresas, com emissão das respectivas Licenças de Funcionamento; renovadas 9.785 Licenças de Funcionamento; emitidas 109 Autorizações Especiais e 1.278 Autorizações Prévia de Importação e exportação; e 127 Pré-notificações de Exportação.

Dentre as ações realizadas que contribuíram para a ação supramencionada, destacam-se as atividades de inteligência policial, operações de repressão ao tráfico de drogas e capacitação de servidores.

Finalmente, a Secretaria Nacional Antidrogas, em colaboração com os órgãos congêneres da Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, iniciou, em junho de 2002, projeto-piloto de cooperação internacional de redução da demanda de drogas, envolvendo pares de municípios fronteiriços.

O principal objetivo deste projeto é a mobilização e integração da sociedade nesses pares de municípios, conscientizando-os de sua força para educar, informar e capacitar seus cidadãos para a ação eficaz da redução da demanda de drogas, fortalecendo a todos para o enfrentamento dos problemas relacionados com a questão das drogas. Tal projeto, aprovado por unanimidade em sessão plenária da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas – CICAD, da Organização dos Estados Americanos, patrocinado, em parte, por aquele Órgão, certamente irá contribuir para conferir maior visibilidade internacional ao Brasil.

A avaliação dos resultados do programa, baseado no seu indicador, ficou prejudicada pelo fato de não se ter, quando da definição das metas, a exata realidade do uso de drogas e outros aspectos dessa questão.

Para o estabelecimento do novo indicador para o Programa Nacional Antidrogas há que se levar em consideração os dados obtidos no I Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil:

Estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país, iniciado em 2001 e concluído em 2002, encomendado pela SENAD e realizado pelo CEBRID.

Os resultados relevantes obtidos nas áreas de prevenção, pesquisa, tratamento e estruturação da SENAD e do SISNAD foram obtidos graças a uma política de trabalho em parceria com outros ministérios e instituições públicas e privadas que, sob orientação da SENAD, se dispuseram a financiar vários projetos de grande interesse para a causa antidrogas.

Uma iniciativa de relevância, adotada pela SENAD foi a implementação do Programa de Parcerias Estratégicas, com o objetivo de garantir o apoio de organizações privadas e não-governamentais ao fortalecimento do Sistema Nacional Antidrogas, em seus três níveis – federal, estadual e municipal, contribuindo para a municipalização das ações de prevenção contra as drogas no Brasil.

Comunidade Solidária – Comunidade Ativa

A Secretaria-Executiva do Programa Comunidade Solidária, subordinada em 2002 à Casa Civil da Presidência da República, tem por finalidade articular programas de combate à pobreza e à exclusão social, mediante ações inovadoras de desenvolvimento social com a parceria dos diferentes níveis de governo e sociedade civil. Neste sentido, coordena nacionalmente a implantação e implementação do Programa Comunidade Ativa, que é um novo modo de promover o desenvolvimento de localidades carentes, que permite às próprias comunidades levantarem suas necessidades, vocações, potencialidades e ações prioritárias para a melhoria das condições sociais e econômicas.

Para cumprir essa missão, construiu um modelo operacional que envolve uma parceria estreita com os Governos Estaduais e do Distrito Federal, com as Prefeituras Municipais e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas – SEBRAE, onde são estabelecidas as responsabilidades de cada parceiro, nos 30 passos de implantação da estratégia de desenvolvimento sustentável.

A gestão de 2002 foi marcada pela expansão e consolidação das ações do Programa, pela realização de estudos prospectivos visando potencializar o processo de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável - DLIS em regiões carentes do país e pela realização de projetos em estreita parceria com outros programas do Governo Federal, envolvendo o setor privado e o terceiro setor.

No que se refere à expansão, a quantidade de municípios beneficiados pela implantação da estratégia de DLIS aumentou de 360 para 700. A consolidação se reflete na recapacitação dos Fóruns de DLIS da primeira fase do programa, bem como da Implantação do Projeto Comunidade que Faz em 110 municípios a partir de outubro de 2002. Também há que ressaltar a realização de Encontros Estaduais de Fóruns de DLIS e de Prefeitos Municipais, abrangendo 24 Unidades da Federação com presença de mais de 6.000 delegados de 670 municípios. Estes eventos objetivaram a avaliação dos processos de trabalhos, o intercâmbio de experiências exitosas e a realização de oficinas de comunicadores locais.

Dentre os estudos prospectivos, cabe ressaltar o trabalho que vem sendo realizado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM visando a “Localização de Potenciais Consórcios de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – CONDELIS”. Este estudo vai fundamentar teoricamente a ação Formação de Consórcios de DLIS, incluída no Plano Plurianual 2000-2003 e Lei Orçamentária de 2003. Além disso, em parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM e a Organização das Ações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO foram editados e distribuídos para os Fóruns de DLIS e para as Coordenações Estaduais do Comunidade Ativa, 7.000 exemplares da cartilha Orçamento Público e Desenvolvimento Local visando instrumentalizar os Fóruns de Desenvolvimento Local a participar do processo de planejamento e orçamento nos municípios do Comunidade Ativa.

No detalhamento dos resultados obtidos há que separar as ações realizadas pela Secretaria-Executiva, pelo Conselho da Comunidade Solidária e pelo Estado do Acre (decorrente de emenda ao Orçamento de 2002).

A Secretaria Executiva respondeu pelas ações “Capacitação de Gestores nos Municípios-Alvo” e “Avaliação do DLIS nos Municípios-Alvo” no valor de R\$ 6.390.732,90, representando 92,6% das dotações disponíveis para empenho e movimentação. O principal resultado a destacar é a organização de 700 Fóruns de DLIS, com cerca de 18.400 lideranças organizadas e capacitadas para exercer o protagonismo e o empreendedorismo social nos seus municípios. Mas os resultados não param aí: há que ressaltar a avaliação

amostral realizada em 90 municípios e o acompanhamento sistemático das ações efetuadas por meio do Informativa - Sistema de Informações Gerenciais do Comunidade Ativa (www.comunidadeativa.planalto.gov.br). Para superar os obstáculos à circulação de informações em municípios pobres situados em áreas periféricas do país investiu-se em dois projetos: o primeiro, de inclusão digital, em parceria com o Governo Eletrônico resultou no projeto ComUnidade Brasil – Internet para Todos e a realização de oficinas de comunicadores locais que, além de proporcionar uma melhoria expressiva da produção, distribuição e circulação de informações nas localidades e para o resto do mundo, propiciou a criação de uma Rede Nacional de Comunicadores Locais associada ao Comunidade Ativa.

Durante o ano os municípios remanescentes do Programa Comunidade Solidária foram convocados a elaborar Planos Municipais de Desenvolvimento Local. De 900 municípios elegíveis, cerca de 587 estão implantando processos de DLIS com recursos próprios e estarão aptos a participar de Consórcios de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - CONDELIS apoiados pelo Comunidade Ativa.

O Conselho da Comunidade Solidária, mediante a coordenação das ações “Apoio a Programas Inovadores e Apoio a Projetos de DLIS” aplicou R\$ 1.458.716,34, representando 58,3 % das dotações disponíveis para empenho e movimentação. Com isso, conseguiu ampliar a cobertura do Programa Universidade Solidária para 800 municípios, beneficiando mais de 13 milhões de pessoas. Também ampliou o Artesanato Solidário para 68 municípios, resultando na comercialização de mais de 70 mil peças, gerando ocupação e renda para mais de 5.000 artesãos nas regiões Norte e Nordeste. A Rede de Informações para o Terceiro Setor consolidou e expandiu a sua atuação, resultando em 724 participantes institucionais efetivos nos grupos de discussão. Está sendo apoiado o Projeto Banco da Paz em parceria com o Programa Paz nas Escolas e o PIAPS visando a prevenção da violência primária e o fortalecimento do protagonismo juvenil e da cultura da paz. Estão sendo beneficiados 09 municípios do projeto-piloto no Entorno do Distrito Federal, mediante financiamento de projetos sociais e culturais que já mobilizaram mais de 40 mil pessoas por um Entorno sem Violência.

O Estado do Acre, mediante a ação Apoio ao Desenvolvimento de Programas Inovadores – No Estado Acre, em convênio com a Casa Civil da Presidência da República, implantou o projeto Adjunto da Solidariedade voltado para inclusão social de pessoas situadas abaixo da linha de pobreza. Esta ação foi sensivelmente prejudicada porque somente foram liberados R\$ 5.000.000,00, ou seja, menos de 30% dos recursos constantes da Lei Orçamentária de 2002. Ainda assim, foram atendidas 6.736 famílias com ações transferência de renda para grupos sociais situados abaixo da linha de pobreza, sendo: 35.730 benefícios de Bolsa Escola, 3.090 benefícios de Bolsa Trabalho, 3.560 de Bolsa Primeira Infância, 1.380 benefícios da Bolsa Florestania e 783 benefícios de Bolsas de Renda Mínima.

Para coroar os três anos de implantação da estratégia de DLIS em municípios pobres, o Programa Comunidade Ativa em parceria com o SEBRAE, o BNDES, o Banco do Nordeste, a Agência Brasileira de Educação e o Conselho da Comunidade Solidária promoveu, no período de 20 a 23.11.2002, a I Expo Brasil: Desenvolvimento Local, evento de caráter internacional, destinado a debater as principais experiências de DLIS no Brasil e no mundo, com um público de 1.500 participantes inscritos, sendo mais de 75% oriundos de Fóruns de DLIS de todos os Estados Brasileiros.

Defesa Nacional

A Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, Instituição componente do Gabinete de Segurança Institucional, tem como funções precípuas planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência do País, obedecidas a política e diretrizes traçadas nos termos da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999.

Desenvolveu atividades objetivando, primordialmente, a obtenção de dados acurados para o acompanhamento da dinâmica dos fatores de influência nas questões de interesse nacional e das tendências de ação de atores externos, estatais e não estatais. Essas atividades possibilitam antecipar situações potencialmente danosas ou favoráveis ao País e concorrem para a garantia das instituições nacionais.

No âmbito tecnológico, a ABIN desenvolveu equipamentos e soluções próprias para a segurança das comunicações de voz e de dados e tornou-os disponíveis aos demais integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN e de outras estruturas do Estado. Com vistas ao intercâmbio de informações, a Agência forneceu soluções criptográficas para o estabelecimento de uma rede de comunicações segura com os órgãos de

Inteligência da América Latina, particularmente os dos países do Mercosul e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A ABIN cada vez mais se consolida como importante instrumento do Estado brasileiro, à disposição de seus sucessivos governantes, para fornecer-lhes, de modo complementar às demais áreas de assessoria governamental, elementos que lhes permitam reduzir as incertezas e orientar decisões e ações relacionadas aos interesses da coletividade nacional.

Desenvolvimento Urbano

A Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano – SEDU, transformada recentemente em Ministério das Cidades, orienta suas atividades por duas linhas de atuação: uma voltada à reestruturação legal e institucional, e outra voltada à implementação de programas setoriais de investimento. Trata-se de programas alicerçados em recursos do OGU – Orçamento Geral da União e FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, além de empréstimos obtidos de organismos internacionais de fomento, destacadamente o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e BIRD – Banco Mundial.

No que tange às iniciativas legislativas, a SEDU participou ativamente da aprovação da Lei nº 10.257, de 2001, conhecida como o Estatuto da Cidade. Este é o marco regulatório mais importante aprovado na história do país, no que se relaciona com nossas cidades. O Estatuto da Cidade traz um novo alento ao planejamento urbano, à medida que disponibiliza aos municípios todo um instrumental capaz de rever as situações de injustiça e tornar as cidades produtivas e sadias para seus habitantes.

O governo vem, ainda, desenvolvendo esforços para estabelecer um marco regulatório para o setor de saneamento no Brasil, buscando universalizar os serviços; desenhar modelos de gestão que incluam a entrada de novos agentes operadores; incentivar alternativas de financiamento; e focalizar recursos fiscais no atendimento aos mais pobres. Com esse intuito, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 4.147, de 2001, que propõe um conteúdo mínimo de normas que devem ser observadas por todos os titulares dos direitos de exploração e prestadores de serviços. A SEDU vem participando ativamente dos debates que se desenvolvem em torno do tema, na sociedade e no Congresso Nacional, com vistas a superar os impasses que têm dificultado a modernização do setor. Ainda no que se refere à legislação, a Secretaria vem acompanhando e participando dos debates acerca do Projeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, também em tramitação na Câmara dos Deputados.

É uma exigência do regime democrático praticado no país, o acesso universal às informações, em especial àquelas que transmitem a visibilidade e transparência da ação pública. Esta, dentre outras razões, levou o Governo Federal, por meio da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República – SEDU, a lançar, no dia 24 de abril de 2002, o Sistema Nacional de Indicadores Urbanos, que desde então encontra-se disponível, com acesso universal, na Rede Mundial de Computadores, por meio do Portal da SEDU.

Esse Sistema contribui para a percepção quantitativa e qualitativa da evolução ou involução das medidas de qualidade de vida urbana, mostrando, inclusive, o desempenho da atividade pública ou os benefícios advindos do investimento privado. Fornece também subsídios para a realização de empreendimentos públicos ou privados, dando maior visibilidade aos fatores que potencializam ou condicionam o desenvolvimento local. E ainda, permite à sociedade civil exercer de forma mais competente o controle social.

No bojo dos programas setoriais de investimento, foram implementadas importantes ações com lastro em recursos obtidos mediante a assinatura de acordos de empréstimo com organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o Banco Mundial – BIRD e o Japan Bank for International Cooperation – JBIC. Essas ações se inserem na estratégia global da SEDU, ou seja, a implementação de ações de cooperação da União com os demais níveis de governo, quer por meio do fortalecimento institucional e assistência técnica, quer pela implementação de investimentos, onerosos ou não onerosos, na expansão da oferta de serviços de infra-estrutura urbana e habitação popular.

Uma das ações do Programa Nosso Bairro, o HABITAR-BRASIL/BID – HBB é resultado de contrato de empréstimo firmado em 1999 com o BID, no valor de US\$ 417 milhões, dos quais 40% representam a contrapartida da União. Esses recursos são destinados ao apoio à modernização institucional dos municípios para atuação na melhoria das condições do setor habitacional no segmento das famílias de baixa renda e à melhoria das condições habitacionais, de infra-estrutura e de saneamento básico, nas capitais e nos municípios integrantes das regiões metropolitanas e dos aglomerados urbanos.

Já a segunda fase do Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS II, ação do Programa Saneamento é Vida, envolve recursos da ordem de US\$ 260 milhões, sendo US\$ 130 milhões oriundos de três empréstimos do BIRD, US\$ 75 milhões em negociação com o JBIC e US\$ 55 milhões de contrapartida dos prestadores de serviços. O PMSS II estrutura-se em dois grandes componentes: as atividades de reforma institucional e de regulação no âmbito dos governos Federal, estaduais e municipais, bem como as de gerenciamento e promoção do programa, executadas pela SEDU e de abrangência nacional (US\$ 25 milhões); e a implementação de investimentos, executada pelos prestadores de serviços beneficiários das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio de empréstimos da CAIXA (US\$ 75 milhões) e do BNDES (US\$ 30 milhões), além dos recursos previstos do JBIC e de contrapartida.

Ainda no âmbito do Programa Saneamento é Vida, no que diz respeito aos problemas de saneamento ambiental, a SEDU assinou com o BIRD, em setembro de 2000, o PAT PROSANEAR - Projeto de Assistência Técnica ao PROSANEAR, destinado fundamentalmente a equacionar, disponibilizando assistência técnica a Estados e Municípios, as dificuldades específicas das áreas urbanas altamente adensadas, ocupadas por famílias de baixa renda, onde as condições de infraestrutura (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, drenagem urbana, contenção de encostas) são precárias. Os recursos destinados ao PAT PROSANEAR são de US\$ 49 milhões, sendo US\$ 30 milhões oriundos do BIRD, e US\$ 19 milhões de contrapartida não-financeira da União.

A seguir, serão apresentadas as principais ações desenvolvidas pela SEDU durante o período 2000/2002, bem como os resultados alcançados na execução dos programas governamentais.

O Programa Nosso Bairro objetiva melhorar a condição de vida das famílias com renda mensal de zero a três salários mínimos, que vivem em assentamentos subnormais, situados nas aglomerações urbanas, por meio de ações integradas de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana. Assim, a União, em parceria com os Estados, Municípios e o Distrito Federal, atua visando promover o desenvolvimento urbano em áreas que oferecem pouca ou nenhuma atratividade para a iniciativa privada, viabilizando a cobertura desses serviços.

Neste Programa, a ação “Financiamento a estados e municípios para implantação de melhorias habitacionais” (PRÓ-MORADIA), consiste em atender famílias de baixa renda, por meio do setor público, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Esta ação, por se efetivar através de empréstimo com retorno, sofreu as consequências da política fiscal do Governo Federal que busca o equilíbrio das contas nas diversas esferas da administração pública, no período de 1998-2002.

Recentemente foram reabertas as contratações do Pró-Moradia para o exercício de 2002, sendo que já foram contratadas 18 operações no Estado da Bahia com investimento de R\$ 62 milhões, onde serão beneficiadas cerca de 9 mil famílias.

A ação “Apoio à modernização institucional dos municípios para atuação na melhoria das condições do setor habitacional no segmento das famílias de baixa renda” (HABITAR-BRASIL/BID - Desenvolvimento Institucional de Municípios), objetiva apoiar o Município, fortalecendo sua capacidade institucional, técnica e administrativa, para que possam atuar na solução dos problemas habitacionais urbanos de famílias de 0 a 3 salários mínimos e implementar alternativas para evitar o surgimento de novos assentamentos subnormais.

Neste ano, foram firmados 50 contratos de repasse em 49 municípios, totalizando um investimento de R\$ 10,0 milhões e ainda foram aprovados 41 Planos Estratégicos Municipais para Assentamentos Subnormais – PEMAS.

A ação “Melhoria das condições habitacionais, de infra-estrutura e de saneamento básico” (HABITAR-BRASIL/BID – Urbanização de Assentamentos Subnormais-UAS) tem por objetivo promover intervenções em assentamentos subnormais, implementando projetos integrados de urbanização, discutidos e aprovados previamente com a população da área a ser beneficiada. Integram esses projetos as ações, obras e serviços que proporcionem a superação de todas as condições de subnormalidade desses assentamentos habitacionais e regulares, carentes de serviços públicos essenciais, bem como a recuperação social das famílias mediante a execução de projetos de apoio e orientação, de educação fundamental, de capacitação profissional, de geração de trabalho e renda, de educação sanitária e ambiental, que devem ser implantados a partir da assinatura do contrato de repasse e ter continuidade por um ano após a conclusão das obras.

No exercício de 2002, foram firmados 41 contratos de repasse em 41 municípios, para serem executados de forma plurianual, correspondendo a um investimento da ordem de R\$ 241,9 milhões, sendo R\$ 194,2 milhões de repasse da União/BID, e o restante de contrapartida dos Tomadores (Estados, Municípios e DF). As obras, quando concluídas, irão beneficiar cerca de 23 mil famílias, gerando aproximadamente 23 mil empregos.

O Programa Saneamento é Vida é um dos instrumentos utilizados pela política nacional de desenvolvimento urbano atuando no reordenamento do setor saneamento, no aumento da cobertura dos serviços de água e esgoto, e na indução à melhoria dos níveis de eficiência e eficácia dos prestadores de serviços de saneamento.

A ação voltada para “implantação de serviços de saneamento básico integrado em municípios identificados através do Programa Comunidade Ativa (PASS/BIRD)” encontra-se em fase de desenvolvimento, pois será lastreada com recursos da União e do BIRD. Sua carta consulta foi aprovada pela COFIEIX no final do exercício passado e a contratação do acordo de empréstimo deverá ocorrer em 2003.

Na área de saneamento, foram concluídas 140 obras, beneficiando cerca de 671 mil famílias com a implantação, ampliação ou recuperação de sistemas de abastecimento de água ou esgotamento sanitário ou, ainda, com ações voltadas à coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, envolvendo recursos da ordem de R\$ 28 milhões. As demais obras contratadas em 2001 encontram-se iniciadas e em fase de execução.

A ação “Estudos para a Modernização e Reordenamento Institucional do Setor Saneamento – PMSS II” conta com recursos financiados pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, no montante de US\$25 milhões. Estas ações estão em plena implementação, tendo o Banco Mundial já desembolsado à conta do Empréstimo, recursos da ordem de US\$ 3,0 milhões, dos quais, cerca de US\$ 1,3 milhão foi liberado no exercício de 2001. Entre as ações executadas, destacam-se: (I) a assistência técnica aos Estados da Bahia, do Ceará e do Paraná na estruturação dos respectivos marcos e agências regulatórias; (II) o programa de capacitação em regulação, com cursos de regulação econômica, seminários e visitas técnicas nacionais e internacionais; (III) ações de capacitação tecnológica, com assistência técnica a prestadores de serviços, bem como a realização de um seminário latino-americano sobre perdas em sistemas de água, realizado em Fortaleza, e que contou com técnicos de 5 países.

Vale ainda registrar que o Sistema Nacional de Informações em Saneamento - SNIS se consolida, com a edição do Volume VI do Diagnóstico dos Serviços, relativo ao ano de 2000, e com a implementação da página na internet – www.snis.gov.br – para consultas interativas ao banco de dados e aos diagnósticos anuais realizados desde 1995. O Programa tem ainda apoiado o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento, que, anualmente, premia as melhores práticas entre prestadores de serviços que tenham implantado programas de gestão pela qualidade.

Em março de 2002 foi lançada a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada pelo IBGE, com a parceria do PMSS/SEDU, da CAIXA e da FUNASA, que permite, junto com o Censo 2000 e com os dados do SNIS, um retrato detalhado das condições de saneamento de cada município do país. Com base neles, será realizada uma avaliação precisa das necessidades de investimento no setor para a universalização e melhoria da qualidade dos serviços e do meio ambiente, elemento crucial para o desenvolvimento da política nacional de saneamento, proposta no P L 4.147/2001.

Os recursos do Japan Bank for International Cooperation JBIC, que se destinam exclusivamente a sistemas de esgotamento sanitário, estão sendo renegociados com aquela instituição, de modo a permitir que os prestadores públicos elegíveis para os recursos de investimentos financiados pelo Banco Mundial possam receber recursos do JBIC, sem reembolso financeiro para a União.

Na ação “projetos integrados de saneamento básico (PAT/PROSANEAR)”, foram selecionadas 14 áreas (aglomerados subnormais localizados em cidades com mais de 75.000 habitantes) para elaboração de Planos de Desenvolvimento Local Integrado e Projetos de Saneamento Integrado nessas áreas. O total de recursos a serem investidos será da ordem R\$ 8 milhões e devem beneficiar cerca de 23.415 famílias.

O acordo de empréstimo da União com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para financiamento da ação “implantação de serviços de saneamento básico (PASS/BID)” foi concluído, teve sua aprovação pelo Senado Federal e está apenas aguardando a autorização da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para efetivar sua assinatura.

O Programa Saneamento é Vida, além das ações com recursos do OGU, financia investimentos de Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviços em saneamento com recursos do Fundo de Garantia

do Tempo de Serviço – FGTS destinados às seguintes modalidades: implantação, ampliação ou melhoria nos sistemas de água, coleta e tratamento de esgotos; desenvolvimento institucional; e elaboração de projetos.

No exercício 2001 não se efetivou nenhuma contratação de ações financiadas com recursos do FGTS, devido a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2827/2001, que dispõe sobre o contingenciamento do crédito ao setor público, o que motivou a paralisação da execução destas ações. Esta situação engendrou a criação de um Grupo de Trabalho com a participação de diversos Ministérios e instituições financeiras públicas para estudar alternativas que viabilizem a retomada dos financiamentos a concessionárias públicas, levando-se em consideração os seguintes condicionantes: necessidades de investimentos do setor; controle das contas públicas; sustentabilidade e recuperação das empresas de saneamento; e o orçamento do FGTS.

Em junho de 2002, a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU apresentou voto ao Conselho Curador do FGTS, que se transformou nas Resoluções CCFGTS 395 e 396, que define novas alternativas de financiamentos com recursos do FGTS. A primeira autoriza a aplicação em saneamento por meio de aquisição, pelo FGTS, de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), lastreados em operações nas modalidades de água e esgoto sanitário. A outra aprovou a estrutura de financiamento às Sociedades de Propósito Específico (SPE) privadas, para produção de empreendimentos de água e esgoto, a serem locados a prestadores públicos desses serviços.

Em julho de 2002 a SEDU normatizou a Resolução nº 395, do CCFGTS, publicando a Instrução Normativa nº 04, de 25.07.2002, que estabelece as diretrizes gerais para a aplicação de recursos em operações de saneamento mediante a aquisição de CRI e a Caixa Econômica Federal, por meio da Circular nº 266, de 18.10.2002, definiu os procedimentos para a operacionalização das operações de CRI. E, em 06.01.2003, publicou a Instrução Normativa nº 18, de 27.12.2002, normatizando a Resolução nº 411, do CCFGTS, que define diretrizes gerais para financiamento a projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, por meio de operação estruturada, implementados por Sociedade de Propósito Específico (SPE).

Com a publicação daqueles normativos da SEDU e da CAIXA, espera-se uma aplicação em CRI de aproximadamente R\$170 milhões, sendo R\$ 120 milhões para a Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN) e R\$ 50 milhões para a Companhia de Saneamento do Estado de Goiás (SANEAGO).

O Programa Morar Melhor objetiva viabilizar o acesso à moradia, bem como elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias de baixa renda, assim consideradas aquelas com rendimento mensal de até três salários mínimos, que vivem em localidades urbanas e rurais. Atua nas regiões de maior concentração de pobreza do país, constituindo-se em um dos instrumentos da política social do governo, dirigido a áreas com frágil base econômica, com renda média baixa, que exercem pouca ou nenhuma atratividade para a iniciativa privada.

A partir de 2002, o Morar Melhor teve sua concepção alterada com a transferência das ações de saneamento básico e resíduos sólidos para programas específicos, *Saneamento é Vida* e *Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos*, respectivamente. Como consequência, o Morar Melhor ganhou mais focalização, sendo composto por ações relacionadas ao provimento de soluções habitacionais, entendidas no sentido da melhoria do habitat urbano. Ainda como o objetivo de ampliar as alternativas fornecidas pela SEDU para a promoção da melhoria das condições de habitabilidade, foi criada a ação de produção de lotes urbanizados.

Desse modo, o Programa passou a abranger as seguintes modalidades de intervenção: a Melhoria das Condições de Habitabilidade, por intermédio da Produção de Moradias e da Urbanização de Áreas, e a modalidade Produção de Lotes Urbanizados.

Em 2000/2001, foram contratadas 5.350 operações nas áreas de habitação e de saneamento básico, em 3.494 municípios, envolvendo recursos da ordem de R\$ 802 milhões. Dessas 1.532 já se encontram concluídas.

São 1.014 obras na área de habitação, beneficiando cerca de 189 mil famílias com a construção e recuperação de moradias, com recursos da ordem de R\$ 132,4 milhões. Na área de saneamento foram concluídas 518 obras, beneficiando cerca de 1.464 mil famílias com a implantação, ampliação ou recuperação de sistema de abastecimento de água ou esgotamento sanitário ou, ainda, com ações voltadas à coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, envolvendo recursos na ordem de R\$ 73,8 milhões. As demais obras contratadas encontram-se iniciadas e em fase de execução.

À conta do OGU 2002, a Caixa Econômica Federal - CAIXA foi autorizada a contratar 967 novas operações com estados, Distrito Federal e municípios, envolvendo um montante de R\$ 133,8 milhões, que potencialmente deverão beneficiar cerca de 154 mil famílias, exclusivamente com ações voltadas à implementação de soluções habitacionais já dentro da nova configuração do Programa.

PROGRAMA MORAR MELHOR - VALOR AUTORIZADO A CONTRATAR POR AÇÃO

AÇÃO	VALOR AUTORIZADO A CONTRATAR (R\$ MIL)	VALOR DE LEI (R\$ MIL)	% SOBRE O VALOR DE LEI
Melhoria das condições de habitabilidade	132.162	204.958	64
Produção de lotes urbanizados	1.535	14.436	11
Construção de UH em Parceria com Instituições Financeiras Públicas	83	4.500	0,18
TOTAL	133.780	223.894	60

Fonte: SEDU

O Programa de Financiamento Individual à Moradia Através de Carta de Crédito, primordialmente de natureza extra-orçamentária, é um instrumento de política habitacional, que oferece apoio financeiro e técnico adequado a famílias, para contribuir no encaminhamento da solução do seu problema habitacional. Proporciona, também, definições básicas para o setor produtivo planejar suas atividades, a médio e longo prazo.

Recentemente foi incorporado ao programa uma nova ação, denominada Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), que objetiva tornar acessível a moradia para os segmentos habitacionais de baixa renda. A ação utiliza recursos da União (OGU) para subsidiar, de forma complementar a financiamentos habitacionais, operações habitacionais de interesse social contratadas com pessoas físicas.

O Programa foi lançado em 1995 e teve seus primeiros créditos concedidos em 1996. Por seu intermédio, mudou-se o foco da concessão do crédito habitacional, retirando da oferta e delegando à procura a decisão sobre como e onde aplicar o capital. O modelo introduzido pela Carta de Crédito busca estimular o funcionamento de um modelo concorrencial e abrangente para o mercado habitacional, que contribua para favorecer a sua expansão e ampliar a escala da estrutura produtiva do setor.

A operacionalização do Programa é simples, descentralizada e atende à necessidade dos diferentes segmentos de renda da sociedade. Além disso, abrange todo o território nacional e pode ser facilmente integrado a outros programas e ações desenvolvidas pelos demais níveis de governo. Dessa forma, o Carta de Crédito adota os princípios básicos da política habitacional do Governo Federal, quais sejam: descentralização, democratização de acesso ao crédito, estabilidade e continuidade operacional, complementaridade, apoio ao setor privado no planejamento e execução da produção e, principalmente, apoio às famílias na solução dos seus problemas habitacionais.

Desde a introdução do Programa, já foram outorgadas mais de 1.600.000 cartas de crédito, envolvendo recursos financeiros da ordem de R\$ 26,5 bilhões. No exercício de 2002, foram concedidos mais de 230 mil créditos habitacionais a pessoas físicas, com aplicações financeiras da ordem de R\$ 3,9 bilhões, tendo sido ultrapassadas as metas agregadas.

Em 2002, a Caixa Econômica Federal - CAIXA operou o programa através de mais de 1.900 postos de atendimento, fazendo chegar as facilidades da Carta de Crédito a todas as regiões e estados da federação.

O Programa Minha Casa, criado em abril de 1999, por intermédio da Medida Provisória nº 1823 (atual Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001), objetiva alterar o paradigma da casa própria, oferecendo às famílias com rendimento mensal de até 6 salários mínimos, arrendamento residencial com opção futura de compra. O programa é dirigido às regiões metropolitanas e centros urbanos de grande porte, incluindo todas as capitais estaduais e municípios cuja população urbana seja igual ou superior a 100 mil habitantes, onde o déficit habitacional brasileiro demonstra, por intermédio das favelas, cortiços e áreas invadidas, sua mais cruel expressão.

O programa é financiado pelo Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, formado por recursos oriundos de empréstimo obtido junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (R\$ 2,4 bilhões), somado a recursos provenientes de transferência, a fundo perdido, de outros fundos e programas federais em extinção, a saber: Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS (R\$ 200 milhões); Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL (R\$ 149 milhões); Programa de Difusão Tecnológica para Construção de Habitação de Baixo Custo -

PROTECH (R\$ 21 milhões); e Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (R\$ 230 milhões). O FAR está com seus recursos totalmente integralizados, disponíveis para aplicação, sob a administração da Caixa Econômica Federal.

A meta do programa Minha Casa é atender a, aproximadamente, 200 mil famílias totalizando investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões, até dez/2003 (prazo conferido pelo Conselho Curador do FGTS para aplicação dos recursos por ele emprestados).

Nos anos de 1999, 2000 e 2001 foram contratados empreendimentos que totalizaram mais de 58 mil unidades residenciais, distribuídas em 480 empreendimentos, representando, para o FAR, um investimento da ordem de R\$ 1,158 bilhão. Considerando ainda a execução do exercício 2002 o programa atinge o expressivo volume de R\$ 1,854 bilhão aplicado, resultando na produção de mais de 88 mil unidades distribuídas em 680 empreendimentos.

PROGRAMA MINHA CASA

ANO	INVESTIMENTO (R\$)	Nº DE UNIDADES HABITACIONAIS	Nº DE EMPREENDIMENTOS
1999	131.725.458,41	6.958	65
2000	608.009.853,89	31.005	251
2001	419.116.388,22	20.253	164
2002	695.591.908,47	30.251	200
TOTAL	1.854.443.608,99	88.467	680

Fonte: Caixa Econômica Federal

O Programa de Infra-Estrutura Urbana - Pró-Infra foi criado no âmbito do Congresso Nacional, quando da apreciação do Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2000-2003 e objetiva contribuir para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, mediante a reestruturação de sua infra-estrutura urbana. Também se dirige à complementação da urbanização de assentamentos informais ocupados por população de baixa renda, quando situados nos municípios integrantes do Comunidade Solidária, Comunidade Ativa e no Projeto Alvorada.

Os municípios, para serem beneficiários do PRÓ-INFRA, devem necessariamente estar contemplados com dotação orçamentária específica no Orçamento Geral da União.

São Diretrizes do Programa: atendimento à população urbana, conferindo-se prioridade às áreas ocupadas preponderantemente por famílias de baixa renda ou com elevadas taxas de mortalidade infantil; atendimento a áreas sujeitas a fatores de risco, insalubridade ou degradação ambiental; integração a outras intervenções ou programas da União ou de demais esferas de governo; e promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiárias, agregando-se às obras e serviços a execução de trabalho social.

No período 1995 a 1998 foi contratado o valor de R\$ 493.389, beneficiando 665.455 famílias. No exercício de 1999 foi contratado o valor de R\$ 184.797, beneficiando 261.579 famílias. No ano 2000 o valor contratado foi de R\$ 173,5 para 589 operações, que quando concluídas, irão beneficiar cerca de 193 mil famílias.

No exercício de 2001, foi autorizada a contratação de 1.672 novas operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 455,6 milhões, beneficiando cerca de 506 mil famílias. Estas operações estão em fase de execução.

Em 2002, foram contratadas 2.405 operações, no valor total de R\$ 452,1 milhões, beneficiando cerca de 500 mil famílias.

O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade No Habitat – Pbqp-Habitat trabalha com duas questões centrais ao setor da construção civil: a melhoria da qualidade e a modernização produtiva. Envolve um espectro relativamente amplo de ações, entre as quais se destacam: qualificação de construtoras e de projetistas, melhoria da qualidade de materiais, formação e requalificação de mão de obra, normalização técnica, capacitação de laboratórios, aprovação técnica de tecnologias inovadoras e melhoria nos processos de comunicação e troca de informações.

Tais ações visam o aumento da competitividade no setor, a melhoria da qualidade de produtos e serviços, a redução de custos e a otimização do uso dos recursos públicos. Seu objetivo de longo prazo é criar um ambiente de isonomia competitiva que propicie soluções mais baratas e de melhor qualidade para a redução do déficit habitacional no país e, em especial, o atendimento das famílias consideradas de interesse social.

O Programa é coordenado de forma descentralizada, contando com a parceria técnica, operacional e financeira das principais entidades dos respectivos setores, na figura de representantes estaduais. Conta também com a adesão voluntária dos governos estaduais e das prefeituras das capitais, utilizando seu poder de compra em suporte às ações do PBQP-H. Por fim, busca sempre não criar sobreposições ou duplicidades com outros programas do Governo Federal.

No ano de 2002, o PBQP-Habitat atingiu os seguintes resultados: representantes em 20 Unidades da Federação; implementação do regulamento que disciplina o Sistema de Qualificação de Empresas de Serviços e Obras – (SiQ); assinatura de Acordo Setorial para uso do poder de compra público e privado em 17 Unidades da Federação; credenciamento de 15 Organismos Certificadores Credenciados – OCCs; participação no Programa de mais de 3.000 empresas da construção civil, sendo 1.441 delas já qualificadas em algum dos níveis do SiQ – Construtoras; implementação da Meta Mobilizadora Nacional – Qualidade de Materiais e Componentes de Construção, com 26 PSQs – Programas Setoriais da Qualidade de famílias de materiais, monitorados pelo PBQP-Habitat e acompanhados por gerentes específicos indicados pelas principais entidades e associações nacionais de fabricantes.

O PBQP-Habitat alcançou ainda adesão dos principais agentes de fomento do Governo Federal: CAIXA, BNDES, BASA e FINEP; adesão dos agentes financeiros privados por meio da ABECIP; adesão do SEBRAE, descentralização dos laboratórios de ensaios com a construção de três unidades destinadas ao PBQP-Habitat em Goiânia/FURNAS; adesão do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO; participação no Fórum da Cadeia da Indústria da Construção Civil do MDIC; participação no Fórum Mercosul da Qualidade da Construção Civil; mais de 142.000 visitas ao site.

Os principais resultados do Programa Transporte Rodoviário Urbano, no ano de 2002 foram:

Tratamento do transporte urbano como uma função social e econômica, essencial do desenvolvimento urbano, até então considerado um problema de infra-estrutura viária.

Formulação de uma proposta de Política Nacional para o Transporte Urbano, com a participação de 48 entidades representativas dos governos, nas suas três esferas, e da sociedade, organizadas em 05 Comitês Temáticos.

Conscientização de cerca de 5.000 executivos e técnicos das três esferas de governo, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada sobre o problema central do transporte urbano: perda de competitividade do transporte coletivo urbano perante o transporte individual, suas causas e consequências. O instrumento utilizado para isto foi a realização de 12 seminários regionais, de abril a agosto de 2001, nas cidades de Vitória, São Paulo, Ribeirão Preto, Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Belém, Florianópolis, Salvador, Cuiabá e Goiânia.

Criação da Frente Parlamentar de Transporte Urbano com a adesão de 25 deputados e senadores.

Criação de duas Comissões Interministeriais, envolvendo ministérios cuja atuação tem impacto direto ou indireto no transporte urbano com a elaboração de: i) minuta de Projeto de Lei de Diretrizes para o Transporte Urbano e de Regras Gerais das Concessões para o Transporte Público Coletivo Urbano, tendo como base a proposta de Política para o setor; e ii) relatório contendo propostas para remoção de fatores impeditivos ao financiamento do transporte coletivo urbano, tendo como base questões levantadas por um dos Comitês Temáticos citados.

Criação, por Decreto Presidencial do Fórum de Acompanhamento da Agenda Comum para Melhoria da Circulação Urbana, com 29 membros institucionais do setor público federal, estadual e municipal e da sociedade que, organizados, estão construindo parcerias em torno de programas comuns, coordenados pelo Programa Transporte Rodoviário Urbano.

Alteração no Programa Transporte Rodoviário Urbano, que permitirá ao governo federal utilizar recursos do OGU e extra-orçamentários, para induzir a implementação da Política Nacional para o Transporte Urbano e o cumprimento da Agenda Comum.

Inclusão, pela Frente Parlamentar de Transporte Urbano, de artigo que beneficia o transporte urbano, no Projeto de Lei que define os critérios e aplicação da CID/Petróleo.

Realização de pesquisa sobre o desempenho dos corredores com e sem medidas de prioridade de circulação, em cidades brasileiras e do exterior, por meio do Convênio 012/2002, com a Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano – NTU, tendo como produto o Relatório Técnico “Prioridade para o Transporte Coletivo Urbano”, com publicação e distribuição de 3.000 volumes.

Elaboração do programa PRÓ-TRANSPORTE COLETIVO, composto de programação físico-financeira, para o período 2003-2006, e definição de respectivas metas para seis componentes: i) desenvolvimento de sistema sobre pneus; ii) desenvolvimento de sistemas metro-ferroviários; iii) melhoria da acessibilidade aos sistemas de transporte coletivo; iv) melhoria das condições de segurança nos sistemas de transporte coletivo urbano; v) capacitação para gestão dos impactos do transporte urbano no meio ambiente; e vi) desenvolvimento institucional e organizacional.

Promoção e realização de Seminário Nacional, em agosto de 2002, para apresentação e debates dos resultados de estudos destinados a levantamento e análise das condições da segurança e concessões do transporte público coletivo urbano e da gestão do transporte e trânsito urbano, em 92 cidades brasileiras, registrando-se a presença de 500 participantes.

Promoção e realização, em agosto de 2002, do Seminário Internacional “Prioridade Para o Transporte Coletivo Urbano”, para apresentar e discutir os resultados de pesquisa feita sobre os benefícios e custos da adoção de medidas de prioridade e lançar o Programa PRÓ-TRANSPORTE COLETIVO. Este seminário contou com a participação de 740 pessoas e com a contribuição de técnicos do BID, BIRD, TRANSMILÊNIO (Bogotá/Colômbia), ITDP e de técnicos brasileiros do BNDES, da URBS (Curitiba), que apresentaram suas experiências de captação e uso de recursos e suas políticas de financiamento para investir em medidas de prioridade ao transporte público coletivo urbano.

Realização da Pesquisa Domiciliar sobre a imagem dos transportes na Região Metropolitana de São Paulo/2001, por meio do Convênio 03/2002, firmado entre a SEDU e a Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP, concluído em agosto de 2002. Assinatura de novo convênio, ao final de 2002, para realização da mesma pesquisa, em novo ciclo.

Conclusão, em setembro de 2002, do projeto “Impactos Sociais e Econômicos dos Acidentes de Trânsito nas Aglomerações Urbanas”, desenvolvido por meio de contrato 200/2000, firmado entre a SEDU e a ANTP, com interveniência do IPEA.

Aplicação de Pesquisa Domiciliar em 10 cidades brasileiras destinada a colher opinião sobre a qualidade do transporte urbano e entender os motivos de mudanças no perfil de deslocamento da população urbana, por meio do contrato 068/2002, firmado entre a SEDU e a PROTRAN Engenharia S/C Ltda, cuja execução já alcançou os 100% da meta física e financeira.

Pesquisa, por correspondência, no período maio a agosto de 2002, a 600 órgãos gestores de transporte e trânsito urbano, com o objetivo de identificar a pauta para concepção e implantação do Centro de Referência em Transporte Urbano, como instrumento de divulgação e transferência e absorção de tecnologias de planejamento, operação e gestão do transporte público e do trânsito.

Realização de estudo, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, de Registro das Ações de Melhoria Ambiental no Transporte Urbano.

Apoio institucional ao movimento “Minha Cidade sem Meu Carro”, promovido, no Brasil, pela ONG “Rua Viva”, em parceria com a ANTP, com o objetivo de despertar a consciência da população urbana sobre o impacto do uso indiscriminado do carro na circulação urbana. O evento é realizado mundialmente e agendado anualmente, pela Organização das Nações Unidas e pela União Européia, para o dia 22 de setembro.

Assinatura de Termos de Adesão à Agenda Comum para Melhoria da Circulação Urbana, por instituições públicas e privadas atuantes no transporte urbano, que serão desdobrados em contratos de parcerias para execução das ações previstas na Agenda.

Assinatura de Termo de Parceria com OSCIP/ITRANS para operacionalização de projetos emergenciais contidos na AGENDA COMUM: Apoio ao Prêmio ANTP de Qualidade; Revisão da Carga Tributária sobre o Transporte Público Coletivo Urbano; Bases da campanha para cobertura dos custos das gratuidades/isenções no Sistema de Transporte Público Coletivo; Bases do Centro de Referência; e Outras atividades de apoio institucional.

Realização de estudos e diagnósticos sobre: i) Condições de Segurança no Transporte Coletivo Urbano; ii) Condições de Gestão do Transporte Público e do Trânsito no Brasil; iii) Condições das Concessões do Transporte Público Coletivo Urbano no Brasil – desenvolvidos por meio do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento/PNUD/Projeto PNUD-BRA00/43/Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat, em cumprimento aos compromissos assumidos na AGENDA COMUM.

A gerência do Programa Transporte Rodoviário Urbano coordenou a Comissão Interministerial que elaborou a minuta de Ante-projeto de Lei que, além de incorporar as diretrizes de Política propostas pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU para o transporte urbano, incluiu capítulos de regras gerais das concessões do transporte público coletivo urbano.

No que se refere aos resíduos sólidos, a SEDU criou em 2002 o programa de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos – PROGEST para ampliar a cobertura dos serviços de coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos na perspectiva da universalização do atendimento e, ao mesmo tempo induzir a reestruturação do setor com a garantia da sustentabilidade dos serviços prestados. No âmbito deste Programa foram investidos cerca de R\$ 10.211.800,00 em sistemas municipais de limpeza urbana do País e foi dada continuidade à ação “Treinamento e Capacitação em Gestão de Resíduos Sólidos” com destaque para as Oficinas de Capacitação em Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, dirigidas à técnicos das Prefeituras beneficiadas com projetos na área de Resíduos Sólidos, e ainda para o Curso Virtual de extensão Gestão de Resíduos, que vem sendo ministrado para agentes municipais dos serviços de limpeza urbana, demais técnicos do setor e a sociedade como um todo.

Duas atividades importantes do PROGEST vêm sendo desenvolvidas com recursos do PMSS – Projeto de Modernização do Setor de Saneamento: o desenvolvimento de um banco de dados e de indicadores para a implantação do componente resíduos sólidos para o Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SNIS, e ainda da participação do Brasil na Avaliação Regional dos Serviços Municipais de Resíduos Sólidos – 2002 dos países da América Latina e Caribe liderado pela SEDU e OPAS, com apoio de outras instituições públicas e privadas.

O PROGEST, cujo foco principal são as áreas com frágil base econômica, renda média baixa e pouca ou nenhuma atividade para a iniciativa privada, foi estruturado em dois objetivos: aumentar a cobertura dos serviços na perspectiva da universalização do atendimento e, ao mesmo tempo induzir a reestruturação do setor com a garantia da sustentabilidade dos serviços prestados.

Constituem diretrizes prioritárias do Programa: i) assegurar o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos de forma ambientalmente segura; ii) incentivar a minimização, a reciclagem e a reutilização; iii) incentivar a implementação de projetos que contemplem sistemas de gestão integrada e, sempre que possível, de forma compartilhada entre localidades; e iv) promover a modernização do setor, mediante apoio à gestão, ao planejamento, à capacitação e à assistência técnica.

O PROGEST conta com 5 ações diferenciadas i) Implantação e Melhoria de Sistemas de Resíduos Sólidos nas regiões de maior concentração de pobreza do país; ii) Implantação e Melhoria de Sistemas de Resíduos Sólidos em municípios identificados pelo Unicef onde existam crianças nos lixões; iii) Estudos para Otimização dos Sistemas de Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos – para apoio à elaboração de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; e iv) Capacitação de Municípios para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos – para apoio ao fortalecimento da capacidade técnica/gerencial/administrativa do prestador dos serviços, a elaboração de estudos, pesquisas e eventos de difusão tecnológica nesta área.

Além destas, está a cargo da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU a execução da ação “Municipalização do Turismo - Implantação e Melhoria de Sistemas de Resíduos Sólidos em municípios identificados pela Embratur como de importância turística”. A referida ação não integra o PROGEST, mas, pela similaridade com suas ações, também desenvolvidas com recursos do OGU, foi incluída na sua operacionalização.

Por meio das linhas de apoio a investimentos na área de resíduos sólidos, foram investidos e programados em 2002, pelo PROGEST e pela ação Municipalização do Turismo, em coleta, disposição final e

tratamento de resíduos sólidos, em todas as unidades da federação, um total de recursos de aproximadamente R\$ 10,7 milhões, assim distribuídos: i) Implantação e Melhoria de Sistemas de Resíduos Sólidos nas regiões de maior concentração de pobreza do país: 6,4 milhões; ii) Implantação e Melhoria de Sistemas de Resíduos Sólidos em municípios identificados pelo Unicef onde existam crianças nos lixões: 2,3 milhões; e iii) Municipalização do Turismo: 2 milhões.

O Programa de Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano é composto por ações que têm por objetivo subsidiar a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, bem como instrumentalizar o Governo Federal para o acompanhamento, monitoramento e avaliação dos programas e projetos que concretizam esta Política, buscando a eficiência e eficácia de sua operacionalização.

Neste sentido, o Programa confirma a responsabilidade da SEDU de formular, gerir, coordenar e implementar os Programas que visam alcançar a melhoria da qualidade de vida urbana.

No âmbito do acompanhamento, monitoramento e avaliação foram previstos dois sistemas integrados: o Sistema Nacional de Indicadores Urbanos – SNIU e o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos – SMAPP. O primeiro engloba um amplo espectro de indicadores urbanos, que possibilita a verificação da focalização da política de desenvolvimento urbano, bem como retrata os impactos dos investimentos efetuados. O segundo Sistema define o conjunto de indicadores de monitoramento e avaliação dos programas operacionais que estão sendo implementados, avaliando a eficiência e eficácia de suas ações. A leitura dos dois sistemas orienta a tomada de decisão do governo federal neste campo. Estes Sistemas são objeto de Acordo de Assistência Técnica Internacional firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, no valor de R\$ 1,2 milhão, previstos no Orçamento Geral da União.

O protótipo inicial do SNIU foi lançado nacionalmente em 24 de abril de 2002. Desde então, se encontra disponibilizado, com acesso universal, na Internet. O Sistema permite o geoprocessamento dos dados, além de oferecer outras ferramentas de análise, como gráficos e curva de regressão. Sua base é municipal e atualmente já conta com cerca de 700 variáveis por município, organizadas em campos temáticos que se relacionam às áreas de competência da SEDU.

Além do evento nacional, foram realizados eventos regionais para apresentação e divulgação do SNIU, nas cidades de Manaus, Natal e Curitiba. Foi também apresentado em outras ocasiões como: II Salão e Fórum de Inovação Tecnológica, realizado em São Paulo sob o patrocínio do Ministério de Ciência e Tecnologia; e no XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais realizado em Ouro Preto/MG.

O usuário da iniciativa privada tem se utilizado do SNIU em suas análises mercadológicas; no meio acadêmico, o Sistema tem sido de grande valia para a pesquisa; para as Agências Reguladoras federais o SNIU tem oferecido suporte para a avaliação da extensão e da qualidade das redes de serviços; entre os gestores públicos, o SNIU tem sido difundido como instrumento de trabalho. Tendo em vista as suas múltiplas possibilidades, o Sistema tem servido a finalidades diferentes, podendo ainda ser ampliado para atingir outros grupos de interesse. A clientela do Programa, por meio do SNIU, foi expandida para além do objetivo inicial de servir ao Governo Federal.

Foi também dado início a uma série de publicações relacionadas ao Sistema. Na série “Documentos Técnicos” estão sendo publicados os textos teóricos que embasam e sustentam a seleção de indicadores que compõem o SNIU, nesta primeira fase. Na série “Manuais de Orientação”, está sendo disponibilizado o “Dicionário de Variáveis”, que auxilia o usuário na sua consulta. Estas publicações visam igualmente orientar as pesquisas e análises específicas, quando relacionadas à gestão pública. Os textos básicos servirão ainda para orientar os debates públicos que serão realizados, com o intuito de aperfeiçoar o SNIU. Além disso, está sendo lançado o Portal do SNIU, com o objetivo de melhorar ainda mais a interatividade com o usuário, mantendo-o sempre informado dos aperfeiçoamentos, textos técnicos e novidades inerentes ao Sistema.

Com relação ao Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos – SMAPP, foi concluída a concepção inicial do Sistema, isto é, foram avaliados os dados primários e as fontes de informações necessários à construção dos indicadores selecionados para o monitoramento e a avaliação de cada Programa da SEDU. O documento técnico que embasa esta escolha já está disponível.

Para o alcance destes resultados foram empreendidas parcerias diversas, com as entidades que produzem informações, no âmbito federal e estadual. Realizou-se, também, encontros técnicos para discussões de produtos intermediários, que tiveram também a finalidade de debater a utilização de indicadores na formulação de políticas públicas.

No âmbito dos estudos relacionados à Política de Desenvolvimento Urbano foi concluída a pesquisa intitulada “Política Urbana Metropolitana”, que oferece os subsídios para a formulação de uma política nacional direcionada às áreas metropolitanas.

A Ação “Levantamento de Informações para a Gestão Territorial” atua na aplicação de conhecimentos geocientíficos, de modo a subsidiar as estratégias de atuação para a solução de problemas de interação do homem com o meio ambiente, no que se refere às relações de causa e efeito entre os fatores naturais e os usos antrópicos. Suas principais características são: superação da fragmentação no tratamento de sistemas complexos; apoio à formulação de planejamento integrado e ambientalmente sustentável; conectividade com políticas e programas governamentais; sistematização de configurações territoriais em suas diversas formas abrangendo sua coesão interna e seus vínculos de interdependência externa.

No Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) experimentou-se significativos avanços. Elaborou-se estudos voltados para o ordenamento territorial da região amazônica e áreas de fronteira. Na Região Sudeste, auxiliou-se na implantação do ZEE da Área de Preservação Ambiental Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Outro trabalho de destaque foi a elaboração de mapas geológicos para o delta do Rio Parnaíba, que abrange os estados do Piauí, Maranhão e Ceará. No estado de Roraima e no Distrito Federal foram elaborados mapas síntese para subsidiar a gestão territorial. Nas regiões metropolitanas de Recife e Porto Alegre foi iniciada a montagem de banco de dados relativo ao sistema de informações geoambientais. Foi elaborada a Carta de Vulnerabilidade Ambiental do Programa de Água Subterrânea no Nordeste.

Em outubro foram iniciados o mapeamento geoquímico e o zoneamento ambiental da Bacia do Ribeira em São Paulo, como parte de um projeto de preservação de riscos para o meio físico e saúde humana. Foram concluídos os estudos integrados para a seleção de áreas para a disposição de lixo no Município Médici, em Rondônia. Encontra-se em curso a construção de um inventário e espacialização dos estoques de carbono orgânico nos solos do Estado do Rio de Janeiro.

No ano de 2002 foram realizados 84 mapas temáticos, 9 relatórios, formatados 3 bancos de dados e produzido um CD-ROM, totalizando 97 produtos.

O Programa de Gestão Urbana e Metropolitana tem por objetivo promover o aumento da eficiência da gestão urbana e metropolitana mediante a elaboração de planos e de estudos sobre os processos de transformação ocorridos no Brasil, que provocam mudanças na rede urbana nacional.

A ação “Estudos Para a Formulação de Planos Municipais de Desenvolvimento Urbano Sustentável” visa dotar os municípios brasileiros de instrumentos de planejamento estratégicos para auxiliar os administradores urbanos a conduzir os destinos das cidades brasileiras. Visa também incentivar a plena implantação do Estatuto da Cidade no Brasil. Em 2002 foram elaborados dezesseis planos municipais de desenvolvimento em seis estados brasileiros, num valor total de R\$ 1,8 milhão.

Patrimônio Histórico e Cultural

O Arquivo Nacional tem por missão implementar a política nacional de arquivos por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do Governo Federal, garantindo pleno acesso à informação com a finalidade de apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

As ações institucionais desenvolvidas pelo Arquivo Nacional são destacadas a seguir.

As do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ visam à modernização dos arquivos públicos do país integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, mediante reuniões de suas Câmaras Técnicas, Câmaras Setoriais, Comissões Especiais e Grupos de Trabalho.

O Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ realizou, em 2002, várias Reuniões Plenárias e da Comissão Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental – COLUSO.

Quanto à programação e à supervisão da Gestão de Documentos junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com o planejamento e controle das atividades de produção, tramitação, organização, avaliação de documentos, além da transferência e recolhimento de acervos arquivísticos para a guarda do Arquivo Nacional, foram desenvolvidas as seguintes atividades em 2002: i) assistência técnica para a aplicação da legislação arquivística vigente, no que se refere aos procedimentos técnicos para organização, identificação, classificação, avaliação e eliminação de documentos, em várias instituições do Poder Público; ii) capacitação de recursos humanos na área de informação documental, abrangendo a organização de workshops; iii) acompanhamento dos trabalhos das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos; iv) recebimento de acervos arquivísticos, públicos e privados; v) criação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal; vi) censo de Arquivos Brasileiros: públicos e privados.

Paralelamente ao recenseamento das instituições, foram efetuados estudos para o desenvolvimento e implantação da base de dados Censo de Arquivos Brasileiros, nas versões em português e em espanhol.

Atualmente essa base de dados conta com informações gerais a respeito das instituições cadastradas, bem como com informações dos 1.328 fundos/coleções, nos idiomas português e espanhol. Todas essas informações estarão disponíveis via Internet, tão logo seja concluído o módulo consulta, no 1º semestre de 2003.

Na Implantação de Sistemas de Informações Arquivísticas, que compreende as atividades relativas ao desenvolvimento e à alimentação de bases de dados com vistas à eficácia da recuperação e do acesso às informações, destaca-se o desenvolvimento do Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, implantação da Intranet, e a instalação de onze novos servidores, executado por empresa especializada.

Na Capacitação de Recursos Humanos na área de Informação Documental, que tem por finalidade garantir o aumento da eficiência no atendimento à sociedade no que se refere à informação documental, destaca-se a realização de 10 cursos na área finalística e 16 na área administrativa, a realização do Simpósio Internacional de Arquivos Municipais, do Fórum Nacional de Normalização, do II Seminário de Arquivos de Tradição Ibérica e o XIII Encontro Trienal do Comitê de Conservação do Conselho Internacional de Museus – ICOM-CC.

Por conta da ação Restauração do Conjunto Arquitetônico Tombado, que tem como finalidade a restauração do Conjunto Arquitetônico Tombado, aperfeiçoando as condições de guarda e conservação do acervo, e de atendimento ao público, foram realizadas as obras previstas para o período, contando com a parceria da PETROBRÁS, BNDES, ELETROBRÁS, FURNAS, ECT, CEG, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Itaú, Casa da Moeda e do MinC.

Para a ação Reaparelhamento do Arquivo Nacional, que visa dotar o Arquivo Nacional do mobiliário e dos equipamentos necessários aos depósitos de documentos e as salas de consultas, visando o tratamento técnico, à preservação e a disponibilização de documentos, destaca-se o Projeto de Cooperação Técnica entre o Governo Brasileiro e a UNESCO, para implementação do Programa de Modernização do Arquivo Nacional.

O Arquivo Nacional nestes quase dois anos e meio de sua nova subordinação junto à Casa Civil da Presidência da República vem experimentando grande surto de desenvolvimento, com a implementação de seu Programa de Modernização, contando dentre seus apoiadores a UNESCO e mais recentemente de FCTs (Funções Comissionadas Técnicas).

O ano de 2002, portanto, teve um significado especial com a conclusão da reforma do Conjunto Arquitetônico Tombado do Arquivo Nacional, antigo Palácio da Casa da Moeda do Brasil, tombado pelo IPHAN em 1938, e que estava em condições deploráveis de conservação, com risco de perda total, pela ausência de recursos orçamentários para fazer frente à obra de tal envergadura.

O prosseguimento dos serviços de adequação para uso nos Blocos A, B e C viabilizará, em 2003, a transferência de unidades de trabalho do Arquivo Nacional para os quatro edifícios, quando concluídos todos os processos licitatórios em curso na UNESCO para equipagem com mobiliário especial, estanterias, equipamentos, implantação do sistema de climatização, vigilância, segurança e telefonia.

Assim, o Arquivo Nacional do Brasil estará assumindo plenamente uma das mais modernas sedes de arquivos nacionais da América Latina, com requisitos técnicos adequados para controle, preservação e difusão de informações a serviço do Estado e das demandas dos cidadãos.

Chaves Públicas

Com a edição da Medida Provisória nº 2200-2, em 24 de agosto de 2001, iniciou-se a implantação dos conceitos de Infra Estrutura de Chaves Públicas no Brasil, constituindo-se na evolução dos esforços do Poder Executivo Federal, que em seu âmbito interno vinha adotando estes conceitos desde a emissão do Decreto nº 3.587, de 5 de setembro de 2000, quando foi instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas do Poder Executivo Federal – ICP-Gov.

O sucesso dessa ação interna, após a consulta pública efetuada sobre a ICP-Gov, levou o Poder Executivo Federal a atender os anseios e pedidos da Sociedade Civil Organizada para a extensão do uso desta ação aos segmentos econômicos, financeiros, produtivos, sociais e governamentais – demais Poderes (Judiciário e Legislativo) e Níveis de Governo (Estados, Municípios e Distrito Federal).

Sobre estes aspectos e de acordo com o modelo previsto na MP nº 2200-2, criou-se o INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI, como uma Autarquia Federal, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, para exercer as funções de Autoridade Certificadora Raiz da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, bem como implementar todas as políticas, diretrizes, normas e regras operacionais emanadas do Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – CG/ICP-Brasil.

A aplicação desse conjunto normativo emanado do CG/ICP-Brasil configura toda a capilaridade de ação do ITI, envolvendo todas aquelas organizações, que, segundo o modelo concebido, exercem as funções de Autoridades Certificadoras – AC ou Autoridades de Registro - AR, públicas ou privadas.

Para o perfeito entendimento, conhecimento e cumprimento das ações do ITI, elas foram incluídas no PROGRAMA GOVERNO ELETRÔNICO – ano de referência 2002, da seguinte forma: Certificação Digital; Fiscalização e Auditoria dos provedores de serviços de Certificação Digital (públicos ou privados); e Implantação da Autoridade Certificadora Raiz – AC Raiz ICP-Brasil.

O processo de criação, institucionalização e implementação do ITI exigiu o desenvolvimento de atividades de concepção e implantação de suas estruturas de organização, de pessoal, de orçamento e execução financeira, desencadeadas após as respectivas aprovação das leis de limites e valores para pessoal (10.441/2002), de limites financeiros (10.452/2002) e da conversão da Medida Provisória nº 37, de 08 de maio de 2002, na Lei nº 10.539/2002, sobre a estruturação de órgãos.

Destacam-se, entre as principais ações desenvolvidas em 2002, a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de fornecimento e instalação de ambiente seguro, com alta disponibilidade para abrigar o sistema da Autoridade Certificadora RAIZ (AC-RAIZ), da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, tendo sido instalada a Sala Cofre em dezembro de 2002, e, a contratação de empresa para fornecimento de estações de trabalho SUN BLADE 2000 destinados a implantação da AC-RAIZ (SALA COFRE do ITI).

Apoio Administrativo e Assessoramento ao Presidente da República e aos Órgãos da PR

Compete à Casa Civil da Presidência da República assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação e na integração das ações do Governo, na verificação prévia da constitucionalidade e legalidade dos atos presidenciais, na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas com as diretrizes governamentais, na publicação e preservação dos atos oficiais, bem assim supervisionar e executar as atividades administrativas da Presidência da República, tendo como estrutura básica, a partir da edição da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia, o Conselho Superior de Cinema, o Arquivo Nacional, a Imprensa Nacional, o Gabinete, duas Secretarias, sendo uma Executiva, até quatro Subchefias, e um órgão de Controle Interno.

O trabalho desenvolvido pela Subchefia de Coordenação da Ação Governamental constitui-se na assessoria e análise quanto ao mérito dos programas e projetos governamentais, das ações do Governo e das

propostas de projetos de lei, medidas provisórias e decretos submetidos ao Presidente da República. As análises, estudos e assessoria desenvolvidos são expressos por meio de pareceres e notas técnicas, os quais são submetidos à consideração do Subchefe.

O trabalho de coordenação e integração das ações do Governo, bem como o de análise das propostas, projetos e programas governamentais, é realizado mediante reuniões com autoridades e técnicos dos demais ministérios, visitas aos órgãos, contatos telefônicos, avaliações de relatórios de atividades, acompanhamento da mídia em seus diversos meios de veiculação e audiências com representantes da sociedade civil.

Os principais programas, projetos e ações objeto de acompanhamento durante o exercício de 2002 foram os seguintes:

Cadastramento Único de Programas Sociais

Coordenação da equipe responsável pela elaboração do processo de cadastramento único, instituído pelo Decreto nº 3877, de 24 de julho de 2001, com o objetivo de unificar os diversos cadastros existentes, reduzir custos e racionalizar o processo de identificação das famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda do governo federal. A implementação do cadastramento teve início em novembro de 2001 e o seu auge a partir de fevereiro de 2002. Coube à Casa Civil definir, em conjunto com os Ministérios que gerenciam os referidos programas, a adoção de diretrizes para a sua implementação.

CARTÃO DO CIDADÃO

Consequência natural do processo de cadastramento único dos programas sociais, o cartão único de pagamentos imprimiu mais um avanço na política pública social implementada pelo governo federal. A família poderá receber vários benefícios por meio de um único cartão magnético. Até junho de 2002, quando do seu lançamento, cada Ministério possuía um cartão próprio, implicando custos replicados.

O papel da Casa Civil foi decisivo para que esse Cartão fosse implementado, pois, sem a sua coordenação, os Ministérios não tinham interesse em substituir os seus cartões.

TRANSIÇÃO DE GOVERNO

Iniciativa inédita na história republicana do Brasil, com o objetivo de permitir que o processo de transição para o próximo governo ocorresse da forma mais tranqüila possível. De um lado, o objetivo era evitar indesejável interrupção no funcionamento dos órgãos da administração pública federal. De outro, assegurar que o governo do próximo Presidente da República não fosse surpreendido por questões tanto da agenda doméstica quanto internacional que demandassem alguma ação ou decisão nos primeiros cem dias de governo. Para atender esse objetivo, o Presidente da República designou o Ministro Chefe da Casa Civil para coordenar os trabalhos junto a todos os demais órgãos do governo.

Foram colocados à disposição do Presidente eleito e de sua equipe os seguintes produtos: i) a organização de um portal da transição na Internet, para acesso pela equipe do Presidente-eleito, com informações acerca da estrutura do Governo Federal, ação governamental nos últimos 8 anos, agenda dos 100 primeiros dias de Governo, glossário de siglas e programas, relação de programas pendentes de implementação, bem como informações sobre recursos humanos, em especial aquelas de interesse para os servidores que viriam a ser nomeados; ii) escritório de transição equipado com os meios materiais básicos para que a equipe de transição do Presidente-eleito pudesse cumprir sua tarefa de preparar-se para assumir o Governo; iii) publicação do livro “Transição e Democracia: institucionalizando a passagem do poder”, que reúne a bibliografia e informações sobre transições governamentais no Brasil e em outras democracias presidencialistas. A obra contém transcrição das entrevistas realizadas com integrantes de equipes de transição de Governos passados no Brasil, bem como aquelas realizadas com integrantes de equipes de transição nos EUA, desde o Governo Nixon até o atual Governo do Presidente George W. Bush.

PROJETO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA – SIPAM

Instituição do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) foi instalado na Casa Civil da Presidência da República em abril de 2002, oriundo do Ministério da Defesa, onde funcionava como uma Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia

(CONSIPAM). O CONSIPAM é um órgão colegiado da estrutura básica da Casa Civil, instalado desde julho de 1999, que tem a finalidade de emitir diretrizes e ações, afetas ao Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM).

O CENSIPAM tem a finalidade de proceder à implantação, ativação e operacionalização do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM, a partir do Centro Regional de Vigilância de Manaus – CRV-MN, visando a implantação gradual do projeto na Região Amazônica.

O CENSIPAM desenvolveu um plano de ativação que contemplou as seguintes ações e resultados em 2002: i) alocação de recursos humanos para operacionalização do CRV-MN; ii) capacitação de recursos humanos; iii) povoamento da base de dados do CRV MN; iv) firmados acordos e convênios de cooperação técnica com os órgãos parceiros; v) contratação de serviços técnicos Especializados para os CRVs; vi) desenvolvimento do modelo de gestão do CENSIPAM e dos conceitos operacionais das células dos CRVs; e vii) divulgação do SIPAM.

No dia 25 de julho de 2002 foi inaugurado e ativado o CRV MN. Esta inauguração estabeleceu o marco final da tarefa de implantação do Centro e o marco inicial para ativação do SIPAM, a cargo do CENSIPAM.

Para dar suporte ao Governo no processo de ativação inicial do SIPAM, a partir do CRV de Manaus, foi contratada por um ano, a Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas – ATECH, indicada pelo Governo Federal como integradora do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), o que lhe permitiu absolver e desenvolver conhecimentos que a capacitam a apoiar o Governo no momento inicial de implantação do SIPAM.

EXTINÇÃO DA CÂMARA DE GESTÃO DA CRISE DE ENERGIA ELÉTRICA – GCE E TRANSFERÊNCIA DAS SUAS ATIVIDADES PARA O MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

A GCE foi extinta em 04.06.2002, quando suas tarefas foram cometidas ao MME, na qualidade de condutor da nova Câmara, passando a Casa Civil apenas a compor este novo grupo.

No âmbito da GCE foram criados, para o enfrentamento da crise de energia elétrica, os seguintes programas de ação: i) Programa de redução da demanda; ii) Programa estrutural para aumentar a oferta de energia elétrica; iii) Programa emergencial para aumentar temporariamente a oferta de energia; iv) Revitalização do modelo do setor elétrico; v) Programa de conservação e uso racional de energia.

Cada proposta acima descrita envolve o trabalho de coordenação e integração da ação de governo e a análise de sua compatibilidade com as diretrizes governamentais.

A Subchefia de Coordenação da Ação Governamental também participa da revisão da Mensagem Presidencial encaminhada anualmente pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura das sessões legislativas ordinárias, e da preparação das reuniões de programação e balanço geral de atividades, realizadas pelo Presidente da República com seus Ministros.

A Secretaria de Administração - SA, subordinada à Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República, tem como finalidade planejar, coordenar, supervisionar, dirigir e controlar a política interna relacionada com os diversos sistemas administrativos existentes, executar atividades de administração patrimonial e suprimento, de telecomunicações, de tecnologia da informação, de publicação dos atos oficiais e outras atribuições afins que lhe forem designadas pelo Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República, objetivando atender à sua Missão.

Para planejar, coordenar, supervisionar, controlar, avaliar, promover e orientar a execução de atividades relacionadas aos serviços de administração e desenvolvimento de recursos humanos, assistência médica e odontológica, execução orçamentária e financeira, documentação, comunicação administrativa, informática, administração de material, patrimônio, transportes, alimentação, telecomunicações, obras, serviços técnicos e de manutenção de equipamentos, edifícios públicos e infra-estrutura predial da Presidência da República, a SA conta, em sua estrutura organizacional, com o Gabinete, a Coordenação-Geral de Planejamento Orçamentário e Financeiro, a Coordenação-Geral de Certificação Digital, a Coordenação de Relações Públicas, além de quatro Diretorias, quais sejam: Diretoria de Recursos Logísticos, Diretoria de Tecnologia da Informação, Diretoria de Telecomunicações e Diretoria de Recursos Humanos e Execução Orçamentária e Financeira.

No que se refere especialmente às atividades executadas e aos projetos desenvolvidos pelas Diretorias e pelo Gabinete da Secretaria de Administração/SA, existe a permanente preocupação de orientá-las a partir de um modelo participativo de organização e gestão que contou e conta com todos os seus servidores para a consecução dos objetivos propostos.

O Modelo Participativo de Gestão da SA pressupõe evolução contínua e se propõe a apresentar a Secretaria de Administração da Casa Civil alinhada com a Missão da Presidência da República – PR.

A Secretaria de Administração pode destacar, além dos seus mecanismos internos de gestão, a participação em reuniões mensais dos Secretários de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA da Administração Pública Federal; participação no Comitê Setorial de Desburocratização da Presidência da República e na Comissão de Ética Pública.

A Secretaria de Administração atua, ainda, interagindo com Órgãos vinculados à Casa Civil, tais como: Arquivo Nacional, Imprensa Nacional, Instituto Nacional de Tecnologia da Informação/ITI, Agência Nacional de Cinema/ANCINE e Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia/CENSIPAM; participando, em alguns casos, no apoio administrativo (ITI, CENSIPAM e ANCINE) e nos demais, supervisionando.

Com base na política estabelecida pela Secretaria de Administração, a Coordenação de Suprimento e Patrimônio – COSUP desenvolveu um trabalho na busca do dimensionamento do estoque que permitisse um bom atendimento das necessidades da Presidência da República e evitasse a formação de grandes estoques físicos.

Visando cumprir a Agenda Ambiental na Administração Pública, a Presidência da República iniciou a implantação do sistema de coleta seletiva de lixo em suas dependências. Resultante de uma parceria entre a Secretaria de Administração, a Comunidade Solidária e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o projeto consiste em separar os papéis que anteriormente eram descartados nas lixeiras, depositando-os em uma papelreira própria, para serem, em seguida, encaminhados à Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem de Resíduos Sólidos, onde são destinados à reciclagem.

Este trabalho, além de promover a reflexão sobre os problemas ambientais na Administração Pública, estimula a racionalização do uso de bens públicos e possibilita a inclusão social de catadores e recicladores de resíduos sólidos.

Com o objetivo de divulgar as ações de treinamento realizadas em 2001 e as programadas para 2002, bem como proporcionar um estreitamento das relações entre a Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos/CODRH e os órgãos da Presidência da República, foram realizadas visitas a todas as Unidades que a compõe. Na oportunidade foram apresentados os programas de treinamento oferecidos pela CODRH.

No contexto do programa “Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação” constante do Plano Plurianual 2000/2003, foram desenvolvidas diversas ações no decorrer de 2002, a saber: Programa de Treinamento Técnico Operacional, Programa de Treinamento em Informática, Cursos de Pós-Graduação e Projeto Formar.

SERVIDORES CAPACITADOS, EVENTOS REALIZADOS E INVESTIMENTOS – 2001 X 2002

ANO	PARTICIPAÇÕES	EVENTOS REALIZADOS	INVESTIMENTO
2001	1.432	114	295.738,51
2002	1.068	118	298.766,03
Variação (%)	-25,42	3,5	1,02

Em 5 de abril de 2002 a Autoridade Certificadora da Presidência da República – ACPR foi efetivamente criada em cerimônia realizada no SERPRO-RJ com a presença de autoridades da Presidência da República e do SERPRO.

A ACPR foi uma iniciativa da Casa Civil no âmbito do Governo Eletrônico, E-Gov, e tem como objetivo emitir e gerir certificados digitais das autoridades da Presidência da República, Ministros de Estado,

Secretários-Executivos e Assessores Jurídicos que se relacionem com a PR, em conformidade com as Declarações de Práticas de Certificação – DPC e Políticas de Certificado - PC da ACPR, além de observar as regulamentações provenientes da ICP-Brasil.

Os certificados da ACPR atualmente atendem ao Sistema de Geração e Tramitação de Atos Oficiais – SIDOF entre os Ministérios e a Presidência da República; à Aplicação de Tramitação de Atos Oficiais (Documento Eletrônico) entre os Ministérios e a Presidência da República; à certificação do site da Imprensa Nacional; ao Comitê Gestor ICP-Brasil e ao ITI para as diversas utilizações pertinentes a uso de certificado digital.

Buscou-se, durante o referido exercício, a utilização de modalidades licitatórias mais ágeis e que reduzissem os preços das aquisições e das contratações de serviços. Na tabela abaixo, demonstra-se o volume de recursos aplicados em cada modalidade licitatória.

R\$ mil						
Modalidade licitatória	2001	2002	Var. % 2001/2002	% total de 2001	% total de 2002	% total de 2002
Pregão	43,4	3.835,8	8.738,25	0,12	5,66	6,08
Concorrência	14.860,0	25.686,0	72,85	49,21	48,00	40,69
Tomada de Preços	2.787,1	5.323,7	91,01	7,73	7,12	8,43
Convite	2.527,6	1.948,7	-22,90	7,01	4,68	3,09
Dispensa de Licitação	4.518,2	13.372,8	195,97	12,53	7,97	21,18
Licitação Inexigível	8.479,6	8.930,8	5,32	23,52	18,47	14,15
Suprimento de Fundos	2.841,7	4.033,7	41,95	7,88	8,09	6,38
TOTAL	36.057,6	63.131,5	75,08			

Imprensa Nacional

A Imprensa Nacional – IN é uma Instituição Pública Federal da Administração Direta, integrante da estrutura básica da Casa Civil da Presidência da República, subordinada à Secretaria Executiva, com autonomia administrativa, técnica e financeira.

Ao longo dos 194 anos de sua história, o Órgão promove a edição dos Diários Oficiais da União e da Justiça, com absoluta segurança e agilidade, funcionando vinte e quatro horas por dia. As informações oficiais recebem tratamento de documentos sigilosos, salvaguardando seu conhecimento até a efetiva circulação dos jornais.

No presente momento, a Imprensa Nacional passa por um importante processo de modernização, para substituir procedimentos e métodos ultrapassados pela excelência e tecnologia de ponta disponível para o processo de editoração eletrônica de jornais.

Entre os principais clientes dos produtos e serviços prestados pela Imprensa Nacional estão a Presidência da República, os Órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e a sociedade como um todo e seus principais produtos e serviços são os Diários Oficiais da União e Diários da Justiça.

Com a transferência da Imprensa Nacional para a Casa Civil/PR, tornaram-se imprescindíveis algumas ações visando a adequação do Órgão ao Plano de Reestruturação e Melhoria da Gestão da Presidência da República, sendo, pois, necessária uma nova estrutura organizacional, priorizando e restringindo sua missão à publicação e divulgação dos atos oficiais da Administração Pública Federal, obrigando ao descarte das atividades não relacionadas com esta finalidade.

Considerando sua nova competência regimental e com o objetivo de atender as metas estabelecidas pelo Programa Governo Eletrônico, do Plano Plurianual 2000-2003 – Avança Brasil, a Imprensa Nacional vem envidando esforços com vistas a dar continuidade ao processo de modernização dos processos de recebimento, editoração e disponibilização dos atos oficiais por meio eletrônico.

Na área finalística foram abolidos procedimentos e métodos ultrapassados no processo editorial dos Diários Oficiais, mediante a implementação de projetos que assimilassem excelência e tecnologia de ponta, de forma a conceder maior eficiência e eficácia na prestação dos serviços públicos sob a responsabilidade do Órgão.

No que se refere às ações dos Processos Finalísticos, visando atender o macro objetivo estabelecido, a Imprensa Nacional vem priorizando ações para a continuidade na implementação dos Programas de

Divulgação Eletrônica e Distribuição de Publicações Oficiais e informatização do processo editorial estabelecidos no Plano Plurianual – PPA.

Para tanto, foram estabelecidas metas visando desenvolver e implantar aplicativo de assinatura e validação digitais, desenvolver aplicação para a seleção de páginas dos Diários Oficiais em formato PDF e disponibilizar os Diários de Justiça para pesquisa textual.

O processo de automatização acarretou um enxugamento de pessoal no setor de editoração, com a diminuição da necessidade de servidores na realização dos procedimentos inerentes ao processo em questão, passando de 160 para 86 servidores.

O PROJETO JORNAIS OFICIAIS ELETRÔNICOS ganhou o merecido destaque como projeto mais importante da Imprensa Nacional, tendo sido inserido como a primeira aplicação prática do Programa Governo Eletrônico - e-Gov. Numa perfeita integração com a infra-estrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil - e o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, os jornais oficiais eletrônicos terão certificação digital o que lhes conferirá a devida validade jurídica, ocorrendo nesse momento a quebra de um paradigma cultural com a inversão das prioridades entre a mídia eletrônica e imprensa.

ONTEM	HOJE
Envio de Matérias convencional e eletrônico	Envio de Matérias 100% eletrônico
Editoração Convencional/Eletrônica	Editoração 100% eletrônica
Domínio e dependência dos servidores	Editoração Eletrônica Automatizada
Divulgação e valor jurídico somente para jornais impressos	Divulgação Eletrônica através de Site Certificado e com valor jurídico (inaugurado dia 17.12.2002 através do Decreto nº 4.520)

Destaque-se, que em julho último, a Imprensa Nacional realizou uma pesquisa de mercado junto aos atuais usuários dos diários oficiais impressos (assinantes) e aos usuários dos serviços oferecidos através de seu site na Internet, objetivando aferir entre esses usuários o grau de aceitação dos diários oficiais eletrônicos com certificação digital, e, portanto, com validade jurídica reconhecida.

Comprovando que se trata de uma demanda, na verdade, de uma grande expectativa da sociedade brasileira por serviços públicos de melhor qualidade, mais dinâmicos, mais rápidos, mais fáceis, e que a Imprensa Nacional está no caminho certo para suprir tal necessidade através desse projeto, obtiveram-se os índices incontestes de 90% de usuários assinantes dos diários impressos manifestando intenção de migrar para os diários oficiais eletrônicos certificados e de, praticamente, 100% de aceitação dos diários oficiais eletrônicos certificados entre os internautas.

Atestando em números reais essa tendência, já se observou uma expressiva redução nas tiragens impressas dos diários oficiais. Em junho de 2000, a tiragem total dos diários oficiais era de 51.000 exemplares, enquanto hoje é de 34.287 exemplares. Portanto, redução da ordem de 32%, derivada apenas do fato de a Imprensa Nacional já disponibilizar os diários oficiais em formato PDF em seu site na Internet, e a certificação digital com validade legal, e que nenhum esforço de divulgação tenha sido empreendido até o momento.

Os Jornais Oficiais Eletrônicos já são hoje uma realidade, e sua certificação digital, inaugurada dia 17.12.2002, através do Decreto nº 4.520, será a certeza da segurança necessária no uso dessas informações que circularão como documentos oficiais, lançando a Imprensa Nacional numa nova era que prestigia a tecnologia para cumprir sua missão institucional.

Com o lançamento dos Diários Oficiais Eletrônicos Certificados, além da importante quebra de um paradigma cultural, que se trata do reconhecimento legal, jurídico, da divulgação dos atos oficiais por meio eletrônico, serão oferecidos novos serviços aos usuários dessa mídia, através de um novo site, totalmente remodelado, mais dinâmico. Para aqueles usuários que dispõem de conexões de alta velocidade, permanece a possibilidade de download dos arquivos PDF integralmente, porém, agora, assinados eletronicamente, garantida, assim, a validade jurídica desses documentos eletrônicos.

Quanto ao processo de impressão dos jornais oficiais vale destacar a implementação das ações com o fim de atingir a meta de reduzir o percentual de desperdício dos insumos gráficos. Foram implantados boletins de produção que permitiram aferir com exatidão os índices de produtividade de todas as máquinas do parque gráfico, bem como os índices de consumo e perdas de insumos gráficos, o que não era realizado anteriormente. Estas medidas possibilitaram a implementação de uma gestão administrativa mais eficiente no setor, acarretando na redução do desperdício dos insumos gráficos no processo produção de impressão dos jornais oficiais de 18% para 7%, ou seja, uma diminuição na escala de 61%.

No exercício de 2002 a Lei Orçamentária Anual consignou à Imprensa Nacional dotação da ordem R\$ 195,58 milhões, cuja execução montou em R\$ 150,49 milhões, tendo sido bloqueado o limite de Empenho no valor de R\$ 17,52 milhões.

Quanto às atividades de faturamento, arrecadação e cobrança até o mês de dezembro foram arrecadados R\$ 139,10 milhões com a publicação de matérias nos jornais oficiais, assinaturas e execução de serviços gráficos.

ARRECADAÇÃO POR RECEITA DE JANEIRO A DEZEMBRO/2002

POR RECEITA	VALOR	%
Assinatura de Jornais	13.045.402,35	9,38
Assinatura de Obras	652,25	0,00
Contrato de Locação (Restaurante)	5.379,20	0,00
Impressos Gráficos	1.016.485,05	0,73
Jornais Avulsos	31.304,67	0,02
Locação do Auditório	24.950,00	0,02
Material Inservível	71.140,00	0,05
Obras Avulsas	21.967,87	0,02
Publicação	123.967.715,62	89,12
Recuperação de Obras Raras		0,00
Serviço de Reprografia	2.067,95	0,00
Venda (1+2) *	913.399,19	0,66
TOTAL	139.100.464,15	100

- (*) 1 - Aviso de Movimento BB
2 - Guias do Guichê - Vendas

As atividades de cobrança demonstram o esforço do Órgão em minimizar os valores pendentes a partir do exercício de 1997, restando atualmente R\$ 8,38 milhões a ser liquidado.

Para cumprimento ao macro objetivo de dar publicidade aos atos oficiais, tão logo encaminhados para publicação nos Diários Oficiais, devidamente certificados e com validade jurídica, foram estabelecidas as metas para desenvolver e implantar o novo site da Imprensa, e implantar sistema de segurança lógica de prevenção a ataques aos sistemas integrados à rede corporativa.

Para tanto, foi desenvolvida nova solução com a implantação de uma rede computacional, exclusiva para a editoração eletrônica e pré-impressão dos jornais oficiais, o que possibilitou maior segurança e celeridade no processo produtivo.

Foram, também, atualizados os sistemas de suporte aos processos de editoração eletrônica e pré-impressão dos jornais oficiais, proporcionando maior interação com programas de edição de textos e tratamento de imagens e tráfego na Web.

Outra ação que merece destaque foi a implantação do sistema de segurança lógica de prevenção a ataques aos sistemas integrados à rede corporativa, que garantiu a certificação e a validação eletrônicas dos atos oficiais.

O PROGRAMA DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS possibilitou a agilização da divulgação dos atos e decisões do Governo, bem como a ampliação da informatização dos métodos utilizados na consecução dessa tarefa, permitindo a disponibilização cada vez maior dessas informações pela Internet, democratizando o acesso à informação oficial, tendo sido alcançado os seguintes resultados:

Meta 1: Desenvolver e implantar aplicativo de assinatura e validação digitais, até final do ano, concluído e inaugurado dia 17.12.2002; Indicador: Taxa de desenvolvimento e implantação de aplicativo de assinatura e validação digitais; Resultado alcançado: 85%

Meta 2: Desenvolver aplicação para a seleção de páginas dos Diários Oficiais em formato PDF, até o final do ano, concluído em novembro de 2002; Indicador: Percentual de desenvolvimento da aplicação para a seleção de páginas dos Diários Oficiais em formato PDF; Resultado alcançado: 85%

Meta 3: Desenvolver e implantar o novo site da Imprensa, até o final do ano, concluído em 17.12.2002; Indicador: Percentual de desenvolvimento e implantação do novo site da Imprensa Nacional; Resultado alcançado: 85%

Meta 4: Disponibilizar 100% dos Diários de Justiça para pesquisa textual, até o final do ano, concluído em novembro; Indicador: Percentual de disponibilização dos Diários de Justiça para pesquisa textual; Resultado alcançado: 100%

Meta 5: Implantar sistema de segurança lógica de prevenção a ataques aos sistemas integrados à rede corporativa, até o final do ano, concluído em novembro; Indicador: Percentual de implantação do sistema de segurança lógica de prevenção a ataques aos sistemas integrados à rede corporativa; Resultado alcançado: 100%

A última avaliação realizada revelou para o programa supramencionado que “Os resultados do programa superaram as expectativas, tendo em vista a antecipação de ações que visavam atender a reestruturação da Imprensa Nacional. A implementação do processo de recebimento e envio de matérias por meio eletrônico, a automação do processo de editoração dos jornais oficiais, a otimização dos processos de gravação e revelação de chapas, a mudança do layout dos jornais e a divulgação eletrônica via Internet tornaram os processos mais ágeis, seguros, com melhor qualidade, gerando economia nos custos de produção além de democratizar o acesso à informação oficial”.

Acrescente-se que, alcançados os objetivos traçados, avançou-se no sentido da inovação tecnológica na disponibilização da informação oficial: Diários Oficiais on line.

Dos 364 programas do Plano Plurianual avaliados quanto aos resultados obtidos, 85% foram considerados satisfatórios. Verificou-se que 48 programas alcançaram índices acima do esperado, dentre os quais está o programa a cargo da Imprensa Nacional.

Os resultados, repita-se, superaram as expectativas, e aliados às mudanças implementadas na Imprensa Nacional acarretaram substancial redução de despesas, na ordem de R\$ 87,2 milhões. Dessa forma, foram ampliadas as condições de manutenção do Órgão às suas próprias custas, possibilitando que os recursos despendidos para o desempenho de sua missão institucional sejam totalmente subsidiados pelo FUNIN.

A modernização da Imprensa Nacional traçada como definição estratégica de Governo, estava prevista como programa específico, dentre muitos outros, no Plano Plurianual, que adotou metodologia inédita para avaliação do desempenho de execução de cada projeto: avaliação de toda a ação de Governo, sob o enfoque gerencial.

Foram quebrados paradigmas, revisados contratos, reduzida a folha de pagamento, alterado todo o modo de produção, adequada a força de trabalho, racionalizado o uso do espaço físico com significativa redução da área necessária ao funcionamento da Imprensa Nacional. Em última análise, fez-se o Órgão entrar numa nova era tecnológica, munindo-o das ferramentas necessárias para enfrentar as adversidades que se apresentarem e estabelecendo um novo marco na história.

Após a concretização desta fase do processo de modernização, e tendo em vista que os Diários Oficiais se encontram integralmente disponíveis em meio eletrônico, em cumprimento às orientações do Programa “Governo Eletrônico”, pode-se dizer que hoje é possível agregar novos produtos e serviços aos atualmente oferecidos, atendendo às necessidades de informação atualmente demandadas por usuários dos Jornais Oficiais.

No período, conforme informações apresentadas neste relatório, verifica-se que o Órgão vem desempenhando a contento suas atividades, no intuito maior de alcançar as metas estratégicas estabelecidas em consonância com o Plano Plurianual e com a conclusão do processo de reestruturação da Imprensa Nacional, conforme Agenda Biênio 2001 - 2002.

A partir da implantação deste projeto, quem sai ganhando é o Brasil. Ganha o Governo Federal, ampliando o alcance de seus atos que agora extrapola nossos próprios limites territoriais. O serviço se estende para abarcar o mundo globalizado, pela via da informação eletrônica, por meio da Internet, agilizando o funcionamento da máquina estatal executiva, judiciária e legislativa.

Ganha o cidadão em comodidade, celeridade, facilidade e economia, porque conhecerá os atos oficiais mais cedo, com mais velocidade, em todos os pontos do país e em tempo real, nas residências, nos escritórios, nas repartições públicas, em qualquer lugar, e agora de forma gratuita. O processo, assim, democratiza a informação, pois que amplia a publicidade dos atos oficiais ao máximo possível.

Ancine

A Agência Nacional do Cinema – Ancine foi criada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, achando-se vinculada à Casa Civil da Presidência da República por força do artigo 62 daquela Medida Provisória, do Decreto nº 4.121, de 7 de fevereiro de 2002, do Decreto nº 4.283, de 25 de junho de 2002, e do Decreto nº 4.566, de 1º de janeiro de 2003.

A Agência Nacional do Cinema foi contemplada com recursos na cifra de R\$ 83.260.000,00, na aprovação da Lei de Meios para o exercício de 2002, porém, medidas de contenção de gastos de iniciativa do próprio Governo Federal, reduziram drasticamente a capacidade de implementação das atividades previstas para a Ancine.

Os limites impostos no orçamento do exercício de 2002 e o reduzido prazo de atividade vivenciado pela Ancine não permitiram uma dinâmica maior para a capacitação dos servidores do Órgão.

Mesmo assim, foi possível a indicação de 5 servidores para participação em seminários e palestras promovidos por diversos órgãos da administração pública, quando foram repassadas valiosas informações sobre a conduta de procedimentos e o surgimento de técnicas inovadoras de processos e de rotinas destinadas à área administrativa.

Os objetivos essenciais da Agência Nacional do Cinema estão voltados para as atividades destinadas a fomentar, regular e fiscalizar a indústria cinematográfica e videofonográfica brasileira.

A Ancine tem como uma de suas atribuições, registrar os títulos de obras audiovisuais que são exibidas e comercializadas no mercado audiovisual. Como decorrência desta comercialização, os distribuidores devem, antes da exibição das obras, recolher a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE.

A fim de registrar e controlar o recolhimento, foi montado um Sistema de Registro de Obras, operado pelo próprio contribuinte via internet, onde ele emite o próprio DARF para pagamento.

Por intermédio de um convênio com a Secretaria da Receita Federal, o SERPRO disponibiliza periodicamente informações relacionadas ao recolhimento da CONDECINE. O cruzamento destas informações, permitirá no ano de 2003, um melhor acompanhamento e controle dos pagamentos, viabilizando assim as ações de fiscalização.

Com base nas informações prestadas pelo Sistema, no período de 28.05.2002 a 31.12.2002, foram registradas 6.972 obras audiovisuais, que totalizaram R\$7.549.470,00. Deste total, somente foi comprovado o pagamento de 3.346 títulos, que representaram uma receita de R\$5.434.565,00, além do registro de 1700 títulos isentos de pagamento em função do que determina a legislação, ou seja, o valor arrecadado corresponde a um percentual de 72% do total de títulos registrados na Ancine. A seguir outros indicadores relacionados a essas atividades:

Projetos audiovisuais analisados: 117

Projetos audiovisuais publicados: 73

Estão compreendidas no âmbito dessas atividades as ações destinadas ao fomento, à fiscalização, à promoção e comercialização, ao sistema de informações e monitoramento e, ainda aos estudos estratégicos da indústria cinematográfica e videofonográfica nacional.

O atendimento às atividades da Ancine demandou, no período em referência, o aporte de despesas na seguinte ordem:

FISCALIZAÇÃO	2.450,00
Fomento a Indústria Cinematográfica (Convênio com Ministério das Relações Exteriores para repasse ao Programa IBERMÉDIA)	600.000,00
Promoção e Comercialização de Obras Cinematográficas (Convênio com a Brazilian Promotion para promoção de filmes brasileiros no exterior)	880.000,00
Sistema de Informações e Monitoramento da Indústria Cinematográfica	7.200,00

Em que pesem os fatos restritivos à atuação da Ancine, foi possível alcançar alguns resultados positivos. Porém, não se conseguiu imprimir o ritmo necessário para implementar o conjunto das ações que norteiam os objetivos da Agência Nacional do Cinema.

Controle Interno

A atuação da Ciset/PR visa, essencialmente, à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial, ao acompanhamento dos programas de governo e à avaliação da gestão dos administradores públicos federais dos órgãos/entidades que lhe forem jurisdicionados, tendo por finalidades: avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas do Governo e dos orçamentos da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades de sua área de atuação, bem como da aplicação dos recursos públicos transferidos a entidades de direito privado; exercer o controle sobre as operações de crédito, avais e garantias, bem como sobre os direitos e haveres da União; e apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional.

Consoante Regimento, aprovado pela Portaria nº 258, de 22 de junho de 1999, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a Ciset/PR sujeita-se à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, sem prejuízo de sua subordinação administrativa à Casa Civil/PR, tendo como área de atuação os órgãos essenciais e os integrantes da Presidência da República, inclusive as suas entidades vinculadas ou supervisionadas.

Nesse sentido destacam-se as principais atividades desenvolvidas no exercício de 2002.

O Plano Anual de Atividades de Auditoria – PAAA, para o exercício de 2002, que expressa os trabalhos previstos para serem desenvolvidos no período foi cumprido integralmente, sendo obedecidos, em particular, os prazos de entrega dos processos de contas ao Tribunal de Contas da União.

No cumprimento das metas estabelecidas foram realizadas 49 (quarenta e nove) inspeções, sendo 16 (dezesesseis) relativas a Auditorias de Avaliação da Gestão, 25 (vinte e cinco) referentes a Auditorias de Acompanhamento da Gestão, 1 (uma) Auditoria Integrada, 4 (quatro) Auditorias Especiais e 3 (três) Tomadas de Contas Especiais, como descritas no quadro a seguir:

AUDITORIAS REALIZADAS	QUANTIDADE
Avaliação da Gestão – 2001	16
Acompanhamento da Gestão – 2002	25
Integrada	01
Especial	04
Tomada de Contas Especial	03
TOTAL	49

Os trabalhos elencados no item anterior compreenderam 49 Relatórios, 17 Certificados de Auditoria e 8 Cartas Gerenciais, nos casos das auditorias realizadas sobre recursos externos. Quanto aos tipos de Certificados de Auditoria emitidos no período, o quadro abaixo identifica os quantitativos de cada um deles:

ÓRGÃO E/OU ENTIDADE	TIPOS DE CERTIFICADO				
	REGULAR	COM RESSALVA	IRREGULAR	TOTAL	%
Administração Direta	7	5	-	12	71
Administração Indireta	-	1	-	1	6
Organização Social	-	1	-	1	6
Tomada de Contas Especial	-	-	3	3	17
TOTAL	7	7	3	17	100

Registrou-se, ainda, durante o ano, a participação de 1 (um) técnico da área, no período de 07. 01 a 10.05, em trabalho de auditoria integrada realizada sobre a gestão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, relativa ao exercício de 2001, com servidores da Secretaria Federal de Controle Interno/CGU, atendendo solicitação formulada no Ofício nº 9.432/DSTEM/SFC/MF, de 13.12.2001, daquele Órgão de Controle Interno.

Foram realizadas, também, 8 (oito) inspeções sobre a gestão de Projetos envolvendo recursos externos, sendo:

PROJETO E/OU ACORDO	TIPOS DE PARECER
ACORDO DE EMPRÉSTIMO BIRD Nº 4292 – BR	Pleno
ACORDO DE EMPRÉSTIMO BIRD Nº 4532 – BR	Restritivo
ACORDO DE EMPRÉSTIMO BID Nº 1126/OC – BR	Restritivo
BRA/00/019 – Apoio à Implementação do Programa Habitar-Brasil	Sem Emissão de Parecer (Auditoria de Acompanhamento)
PROJETOS BRA/00/024 Sistema Nacional de Indicadores Urbanos	“

PROJETO E/OU ACORDO	TIPOS DE PARECER
BRA/99/030/UGP/PMS - Apoio à Modernização do Setor de Saneamento	Sem Emissão de Parecer (Auditoria de Acompanhamento)
e BRA/00/043- Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do HABITAT	“
BRA/98/002 - Análise Qualitativa de Programas Inovadores da Comunidade Solidária	“

Houve, ainda, em decorrência de exames de processos de Tomadas de Contas Especiais e de casos submetidos à apreciação da CISET/PR, a emissão de 24 (vinte e quatro) Pareceres e 16 (dezesesseis) Notas Técnicas de Auditoria.

Como resultado dos trabalhos desenvolvidos no exercício, relativos às Tomadas de Contas Especiais, foi proposta a devolução aos cofres públicos da quantia de R\$ 2.732.963,60 (dois milhões setecentos e trinta e dois mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta centavos), cujos processos foram remetidos ao Tribunal de Contas da União para julgamento, estando os casos na expectativa do pronunciamento daquela Corte de Contas.

Foram despendidos, no exercício, na execução das tarefas de competência da Coordenação-Geral, de Auditoria recursos financeiros na ordem de R\$ 48.780,38 (quarenta e oito mil, setecentos e oitenta reais e trinta e oito centavos), sendo R\$ 22.886,55 (vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), em diárias, e R\$ 25.893,83 (vinte e cinco mil, oitocentos e noventa e três reais e oitenta e três centavos), em passagens aéreas.

Harmonizando-se ao seguimento adotado pela Secretaria Federal de Controle Interno, a metodologia utilizada para o planejamento das ações de controle norteou-se pelos procedimentos estabelecidos na IN/SFC nº 01, de 6 de abril de 2001, que define diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Nesse sentido, durante o exercício de 2002, foram expedidos 90 Pedidos de Ações de Controle - PAC, a fim de atender diversas demandas originárias de denúncias feitas à Secretaria Federal de Controle Interno/CGU, à Controladoria-Geral da União e ao Ministério Público da União, envolvendo recursos oriundos da então Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR, cujo assunto estava afeto as seguintes Unidades da Federação:

UF	MUNICÍPIO/ ESTADO ENVOLVIDO	PROGRAMA	QUANT. CONTRATOS FISC.	OBJETO DENÚNCIA	SITUAÇÃO
AL	PM DE BATALHA	MORAR MELHOR	02	Irregularidade na construção de casa, no povoado de Baixa da Lama.	Aguardando o resultado da fiscalização "in loco".
BA	PM DE AMARGOSA	PRO INFRA, PASS e MORAR MELHOR	03	Irregularidades em processo de despesa.	Constatou-se a existência de obras paralisadas, tendo sido a obra já retomada.
BA	PM DE UNA	PASS	02	Irregularidades em processos de pagamentos.	Denúncia procedente com as seguintes irregularidades: inexistência de documentos fiscais e dos procedimentos licitatórios, e obras em estado precário
BA	PM DE CAMAÇARI/DIAS D'ÁVILA	MORAR MELHOR	02	Custo elevado na construção de casas populares, construídas fora dos padrões mínimos exigidos pelo programa.	Não foi verificada irregularidade no custo das obras.
BA	PM DE ITAGIBÁ	HABITAR BRASIL	01	Irregularidades na construção de casas no Distrito Japumerim e no procedimento licitatório.	Não constatada irregularidade na construção das casas, porém, as obras estão atrasadas; Foi constatado que a licitação foi realizada na modalidade de convite quando deveria ser tomada de preço.
BA	PM DE ITIRUCU	PRO-INFRA	01	Irregularidades na construção de casas; obras pagas e não executadas.	Aguardando resultado da fiscalização "in loco".

UF	MUNICÍPIO/ ESTADO ENVOLVIDO	PROGRAMA	QUANT. CONTRATOS FISC.	OBJETO DENÚNCIA	SITUAÇÃO
BA	PM DE RIACHO DE SANTANA	MORAR MELHOR	01	Irregularidades na execução de obras de saneamento.	Aguardando resultado da fiscalização “in loco”.
BA	PM DE SOUTO SOARES	MORAR MELHOR e PASS	04	Irregularidade na implantação de obras de sistema de esgoto sanitário, obras inacabadas.	Aguardando resultado da fiscalização “in loco”.
CE	PM DE PARAMBU	MORAR MELHOR e PRO-INFRA	06	Irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEF, FNDE, FPM e MS/SUS, superfaturamento em compras.	Aguardando resultado da fiscalização “in loco”.
GO	PM DE FAINA	MORAR MELHOR	01	Irregularidades na construção de módulos sanitários.	Aguardando o Relatório de Fiscalização.
GO	PM DE ANÁPOLIS	PRO-INFRA	01	Indícios de irregularidades na execução de contratos e em processos licitatórios.	Não foi feita a fiscalização. As irregularidades foram apenas justificadas pela CAIXA e o processo encontra-se aguardando o julgamento pelo TCU.
MA	PM DE HUMBERTO DE CAMPOS	MORAR MELHOR	02	Irregularidades na aplicação de recursos e alteração de especificações em prejuízo do objeto.	Denúncia procedente. As especificações foram alteradas com prejuízo ao erário.
MA	PM DE ARAME	PASS	01	Irregularidade na implantação de sistema de abastecimento d'água em Arame.	Foi constatado que os equipamentos instalados não guardavam conformidade com o especificado no projeto e que as obras estavam em total abandono. As Instalações de água nas residências não foram executadas.
MA	PM DE PINHEIRO	HABITAR-BRASIL	01	Apuração de irregularidades no Contrato de Repasse nº 0046322-42/97 (construção de Habitações).	Em função das irregularidades foi instaurada a Tomada de Contas Especial.
MG	PM DE INOCÊNCIO	MORAR MELHOR e PRO-INFRA	02	Irregularidades na execução de obras de infra-estrutura.	Não constada irregularidade.
MG	PM DE PRETO	HABITAR-BRASIL	01	Irregularidades na construção de casas populares.	Aguardando o resultado da fiscalização “in loco”.
PB	PM DE SANTA CECÍLIA	PRO-INFRA e MORAR MELHOR	02	Irregularidades em obra de rede de esgoto.	Aguardando o resultado da fiscalização “in loco”.

UF	MUNICÍPIO/ ESTADO ENVOLVIDO	PROGRAMA	QUANT. CONTRATOS FISC.	OBJETO DENÚNCIA	SITUAÇÃO
PE	PM DE CUMARU	HABITAR-BRASIL e PASS	04	Irregularidades em processo licitatório.	Contas julgadas irregulares pelo TCU, tendo sido condenado o Prefeito ao pagamento de multas.
PE	GOV DO ESTADO DE PERNAMBUCO	PASS	01	Irregularidades na aplicação de recursos ao Contrato nº 43662-23/97 - inexecução de serviços (COMPESA).	Irregularidades constatadas. Encaminhada Nota Técnica à CAIXA, SEDU e ao TCE/PE.
PI	PM DE SÃO GONÇALO DO PIAUÍ	MORAR MELHOR e PRO-INFRA	03	Irregularidades em obras de recuperação de moradia.	Aguardando o resultado da fiscalização “in loco”.
SP	PM DE SANTO ANDRÉ	PRO-INFRA e MORAR MELHOR	04	Irregularidades na aplicação de recursos federais.	Não constada irregularidade.

Ressalte-se, ainda, que para o acompanhamento da execução dos programas Pro-Infra e Morar Melhor, geridos pela então Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, foram elaboradas amostras relativas aos contratos firmados em 2001 e 2002, cujos critérios de maior relevância foram a faixa de valores, municípios com maior incidência de TCE (Tomada de Contas Especial) e de inadimplências.

O universo amostral era de 3.486 contratos, sendo 1.487 do programa Pró-Infra e 1.999 do programa Morar Melhor, destes foram escolhidas 532 contratos, sendo 245 do Pró-Infra e 287 do Morar Melhor. Deste total, foram expedidos 245 Pedidos de Ação de Controle para o Programa Pró-Infra e 209 para o Programa Morar-Melhor.

A diferença verificada de 78 contratos, em relação à amostra feita para o programa Morar-Melhor e as Ações expedidas, foi motivada face alguns contratos já terem sido objetos de Ação de Controle pela Divisão, quando da apuração de denúncias, e, em outros casos, em virtude da funcional programática apresentar mensagem de erro no momento da migração de dados do Sistema SIAFI para o Ativa para o exercício de 2002.

Dos relatórios recebidos e analisados foram expedidos 79 Registro de Constatação e Recomendação – RCR e foram analisadas, ainda, 274 respostas encaminhadas pela CAIXA, que resultaram na emissão de 274 Análise de Justificativas - AJ.

Foram recebidos 226 Relatórios de Fiscalização, que após analisados evidenciou-se as seguintes situações em relação as obras fiscalizadas:

Do Objeto:

- concluído: 68
- parcialmente concluído: 08
- paralisado: 17
- contratos firmados e obras não iniciadas: 45
- obras em andamento: 86

Cronograma de Execução das Obras

Em relação ao cronograma de execução das obras, verificou-se que apenas 46 contratos estavam com o curso das obras sendo executadas normalmente, restando, portanto, cerca de 75% sendo executada com atraso, por problemas na liberação de recursos, gerenciamento, problemas técnicos e outros, conforme abaixo discriminado:

- 25 atrasos na execução por problemas na liberação de recursos;
- 37 atrasos na execução por problemas de gerenciamento;
- 23 atrasos ocasionados por problemas técnicos;
- 95 por outros motivos (chuvas, etc).

Custos e Orçamentação

Dos 226 contratos inspecionados pela área, a fiscalização apontou que cerca de 102 contratos estavam com custo praticado dentro da média de mercado e 08 acima da média. Entretanto, a análise deste item ficou prejudicada visto que em cerca de 46% dos contratos inspecionados não foi possível avaliar o custo de 106.

Localização

Dos 226 Relatórios de Fiscalização analisados verificou-se que apenas 04 contratos estavam com a localização inadequada em relação ao plano de trabalho.

Especificação

Para o item especificação, constatou-se que 113 contratos tiveram as especificações observadas, tendo havido 45 alterações com prejuízo do objeto, e, em 68 contratos foi impossível essa avaliação.

Contrapartida

No que tange à contrapartida, verificou-se que apenas 42% dos contratos, ou seja, para 96 termos, a contrapartida foi disponibilizada na forma prevista. Verificou-se, ainda, que em 16 contratos a contrapartida foi liberada em desacordo com o avençado e que em 114 casos não era exigível a contrapartida.

Aspectos Legais

Em relação aos aspectos legais, verificou-se que em 58% dos contratos, ou seja, 132 termos, não apresentavam impropriedades, restando, portanto, 94 contratos com impropriedades diversas, tais como: falhas nos certames licitatórios, inexistência de prestação de contas, pendência documental.

Objetivos

Apenas 30% dos contratos fiscalizados tiveram seus objetivos atingidos, o que significa afirmar que 68 obras foram totalmente concluídas e postas à disposição da população a ser beneficiada.

Na situação de metas não atingidas ou parcialmente atingidas, obteve-se um total de 158 contratos, o que corresponde a um percentual de 70% das obras fiscalizadas que não atingiram os objetivos, por diversos motivos, tais como: obras de infra-estrutura necessárias a finalização do objeto contratado pendentes de conclusão; unidades construídas sem destinação aos beneficiários; rede de esgoto com obras executadas sem no entanto terem sido efetuadas as ligações domiciliares, etc.

As atividades executadas para verificação da exatidão e suficiência dos dados relativos aos atos de admissão e desligamento de pessoal e concessão de aposentadorias e pensões na Administração Pública Federal Direta, bem como às admissões e desligamentos no âmbito da Administração Indireta, em consonância com o estabelecido na Instrução Normativa TCU nº 044 e Resolução TCU nº 152, ambas de 02.10.2002, estão consignadas no Quadro a seguir:

ATIVIDADES/ATOS EXAMINADOS	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
PARECER/TCU/LEG/ILEG	6	45	67	25
PARECER/TCU/ADM/EXON.	118	15	438	115
PDV	3	0	0	0
NOTA TÉCNICA	2	6	9	0
DILIG./TCU	0	0	1	0
ANÁLISE PRÉVIA	12	0	0	7
PROC.DILIGENC.	21	46	0	106
TOTAL	162	112	515	253

CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO¹

A Corregedoria-Geral da União tem por missão assistir direta e imediatamente ao Presidente da República quanto às matérias e providências que, no âmbito do Poder Executivo Federal, sejam atinentes ao controle da gestão administrativa, à defesa do patrimônio público e ao aprimoramento da prestação do serviço público.

Instituída pela Medida Provisória nº 2.143-31, de 2 de abril de 2001, a Corregedoria-Geral da União teve, originalmente, o exclusivo propósito de, no âmbito do Poder Executivo Federal, combater a fraude e a corrupção na esfera administrativa e promover a defesa do patrimônio público.

Posteriormente, tendo por objetivo conceder maior eficiência às funções administrativas de controle, e especialmente para propiciar maior executoriedade às unidades de auditoria pública e fiscalização, editou-se o Decreto nº 4.177, de 28 de março de 2002, integrando a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC e a Comissão de Coordenação de Controle Interno - CCCI à estrutura da Corregedoria-Geral da União.

O mesmo Decreto nº 4.177 transferiu para a Corregedoria-Geral da União as competências de ouvidoria-geral até então situadas no âmbito do Ministério da Justiça — exceto com relação às competências de ouvidoria-geral de direitos humanos, que ali permaneceram.

Efetivou-se, desta forma, o agrupamento das principais funções administrativas de controle. Complementarmente, determinou a Medida Provisória nº 37, de 8 de maio de 2002, que a Corregedoria-Geral da União fosse transformada em Controladoria-Geral da União.

Ocorre, contudo, que no processo de exame da Medida Provisória nº 37, de 8 de maio de 2002, entendeu o Congresso Nacional por manter a original nomenclatura do órgão. Para tanto, ao converter a Medida Provisória na Lei nº 10.539, de 23 de setembro de 2002, suprimiu-se de seu texto a menção à Controladoria-Geral, o que, em decorrência do que dispõe o art. 62, § 3º, da Constituição Federal, fez com que retornasse o órgão a denominar-se Corregedoria-Geral da União.

¹ A partir de 1º de janeiro de 2003, passou a denominar-se Controladoria-Geral da União (Medida Provisória nº 103, de 01.01.2003)

Por conseguinte, na sua atual conformação a Corregedoria-Geral da União reúne as principais funções administrativas de controle no Poder Executivo Federal: o controle interno, a correição e a ouvidoria.

Competências

Compete à Corregedoria-Geral da União, no âmbito do Poder Executivo Federal:

- no exercício da atribuição de Corregedoria, conduzir a apuração de irregularidades administrativas capazes de produzir lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público;
- por meio da Secretaria Federal de Controle Interno, desenvolver as atividades de controle interno e auditoria pública da administração federal;
- por sua Ouvidoria-Geral, receber e examinar reclamações, elogios e sugestões referentes a procedimentos e ações de agentes, órgãos e entidades, buscando soluções adequadas, e coordenar a atuação das demais ouvidorias.

Atividades de Corregedoria

As unidades de correição da Corregedoria-Geral da União atuam tanto de forma reativa, atendendo a provocação de representações e denúncias recebidas, quanto de forma pró-ativa, buscando identificar a ocorrência da possível irregularidade, através do controle mediato. Pró-ativamente, promovem as Corregedorias a supervisão da apuração de infrações administrativas, pela prospecção de informações em seus bancos de dados, com apoio em modelos padronizados e filtragem em valorações pré-definidas, na busca de desvios representativos, que são, então, examinados individualmente.

Também atuam as Corregedorias no exame e na instrução de processos decorrentes de representações de autoridades e de denúncias e manifestações encaminhadas pelos cidadãos, apontando irregularidades e ilícitos administrativos de que têm ciência. Há ainda apurações determinadas de ofício, pela própria Corregedoria-Geral da União, quando identificados, por qualquer forma, fatos relevantes afetos à sua competência, o que notadamente ocorre com o noticiário jornalístico.

Em todos os casos, as Corregedorias procedem a uma análise diagnóstica dos fatos e das circunstâncias, buscando o possível enquadramento em sua competência institucional, a fundamentação e os indícios suficientes à constatação do cometimento de irregularidades, a avaliação da gravidade e do potencial lesivo ao patrimônio público e a identificação dos envolvidos. Constatada a infração, promovem a enumeração e a efetivação das providências necessárias, mediatas e imediatas, de forma a ser determinada a instauração do processo administrativo cabível e o encaminhamento às autoridades competentes para o ajuizamento de processo judicial, objetivando a sanção aos infratores e a recomposição dos danos.

Os trabalhos das unidades de correição se desenvolvem em ambiente semi-setorizado e são realizados por equipes de trabalho multifuncionais, compostas por técnicos de diferentes formações, com predominância na área jurídica.

Apuração das Denúncias, Representações e Irregularidades

A Corregedoria-Geral da União confere máxima importância à participação do cidadão, na identificação de irregularidades na Administração Pública e de lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público, pois se trata de contribuição cívica inestimável, vez que supre as eventuais e inevitáveis insuficiências do Poder Público, o qual, em País de dimensões continentais, como o Brasil, não pode estar em todos os lugares, ao mesmo tempo, para controlar e prevenir totalmente a prática de irregularidades.

É preocupação constante da Corregedoria-Geral da União, portanto, dar resposta rápida e específica a todos os que comunicam irregularidades, informando-lhes o andamento das apurações e, posteriormente, os resultados obtidos.

Da mesma forma, merece atenção a opinião pública, em geral, acerca das denúncias de irregularidades veiculadas nas manchetes da mídia, ficando assim observado o dever do Poder Público de prestar contas de seus atos aos cidadãos em geral.

As representações e denúncias sobre irregularidades administrativas formuladas por autoridades e pelos cidadãos podem ser encaminhadas à Corregedoria-Geral da União pela internet — sendo que o acesso se faz pela página eletrônica da Corregedoria-Geral da União, no endereço eletrônico www.presidencia.gov.br/cgu, ou em qualquer página que contenha o ícone próprio —, ou por via postal, quando podem ser juntados documentos e outras provas disponíveis. Uma vez recebida, a representação ou a comunicação de irregularidade dá origem ao procedimento de apuração, conduzido pelo corpo técnico das Corregedorias e iniciado com a requisição de informações, ao órgão responsável. Se constatada a plausibilidade da imputação, em observação ao princípio constitucional do devido processo legal, a irregularidade é imediatamente notificada ao órgão público a quem compete a instauração de sindicância ou de processo administrativo, e a sanção dos responsáveis, conforme o caso, segundo previsto nas Leis nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Sobre as irregularidades comunicadas pelos cidadãos, na fase de apuração preliminar a Corregedoria-Geral da União atua com integral sigilo da identidade dos envolvidos — do denunciante para protegê-lo de eventuais represálias e do denunciado, contra a indevida exposição de sua honra, enquanto não configurada a procedência da imputação.

Nesse ano de 2002, foram objeto de imediata investigação e apuração, dentre outros, os casos mais notórios que ora se exemplificam, como:

- existência de fraudes em projetos na área de atuação da SUDAM;
- concessão e manutenção irregular de financiamentos pela SUDENE;
- indícios de aplicações irregulares na aplicação de recursos dos fundos de desenvolvimento regionais, como o FINOR e FINAM;
- irregularidades em composições administrativas de processos judiciais de desapropriação de terras no âmbito do DNER;
- imputações da existência de lesão ao patrimônio da TERRACAP — que conta com participação acionária da União —, na desapropriação de terras públicas do Distrito Federal.

Em todos os casos, sem exceção, houve instauração de sindicâncias e procedimentos administrativos e adoção de outras medidas administrativas e judiciais cabíveis, para a punição dos responsáveis e o ressarcimento aos cofres públicos.

Atuação Preventiva

Mais que ação punitiva, após o cometimento da infração, a efetiva defesa do patrimônio público exige a adoção de posturas e medidas capazes de prevenir a conduta irregular e o conseqüente dano ao bem comum. Isso se mostra possível, principalmente, pela clareza e pela publicidade de todos os atos dos agentes públicos que, de qualquer modo, envolvam os órgãos públicos.

Tornar público, nesse contexto, não é ação que se limite a promover a edição de relatórios ou balanços financeiros que, via de regra, mostram-se herméticos e incompreensíveis ao cidadão comum. A verdadeira publicidade só se perfaz na transparência e se concretiza na facilidade de acesso à informação, na irrestrita disponibilização dos meios e recursos de comunicação, no emprego de linguagem e de formas simples e claras, de tal sorte que a qualquer interessado seja possível compreender os motivos do ato, identificar a autoridade competente a praticá-lo, conhecer o procedimento adequado, acompanhar os passos do processo e, ao fim, constatar a sua realização com a plena observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência que, por determinação constitucional, obrigam a Administração Pública.

Nesse sentido, a atuação da Corregedoria-Geral da União visa estimular a transparência dos atos dos agentes públicos, também com o intuito de prevenir ocultação de infrações, e favorecer o controle e a fiscalização pelo público. Assim é que, além das atividades de apuração, controle e punição, incumbe também à Corregedoria-Geral da União, no desempenho das suas funções, identificar falhas sistêmicas nas estruturas organizacionais e indesejáveis permissividades ou lacunas na legislação, capazes de favorecer a lesão ao patrimônio público, e elaborar sugestões de medidas administrativas ou legislativas tendentes a prevenir e eliminar as possibilidades de infrações e ilícitos administrativos, evitando-se a repetição de irregularidades constatadas.

Acompanhamento de Processos Administrativos nos Órgãos Federais

À Corregedoria-Geral da União cabe, por meio da Corregedoria de Procedimentos, a supervisão das informações ordinariamente prestadas pelos órgãos do Poder Executivo Federal, acerca dos procedimentos administrativos disciplinares instaurados para apuração de irregularidades capazes de gerar lesão ao patrimônio público, cujos registros compõem um Banco de Dados específico, que é permanentemente alimentado.

Os dados são coletados nos diversos Ministérios, com regularidade, por meio eletrônico, e analisados comparativamente, em modelos padronizados, para o acompanhamento e o controle, com vistas à identificação de eventuais desvios representativos. Os desvios identificados são, então, examinados individualmente, para verificação da regularidade do procedimento, bem como para disponibilizar informações úteis na fiscalização de todos os órgãos federais, tais como identidade das pessoas físicas e jurídicas envolvidas, métodos e fraudes mais freqüentemente empregados, órgãos e programas mais visados.

A Corregedoria-Geral da União dispõe, ainda, de instrumentos legais à condução do processo administrativo, incluindo a avocação do feito - o deslocamento legal, para si própria, da competência para conduzir um processo.

Acionamento de Outros Órgãos

Quando constatada improbidade administrativa, encaminha-se a matéria à Advocacia-Geral da União para as providências acerca da indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, e ao Ministério Público, para a responsabilização penal dos agentes, dentre outras.

São também acionados, no âmbito das respectivas competências, a Secretaria da Receita Federal, a Polícia Federal e o Tribunal de Contas da União.

Outras Ações

Constituição de Grupos Especiais de Trabalho

Conforme sejam as circunstâncias, a Corregedoria-Geral da União pode optar por desenvolver suas atividades por meio de Grupos Especiais de Trabalho, valioso instrumental que lhe permite contar com especialistas das mais diversificadas áreas, para análise das imputações de irregularidades.

Para a composição de tais unidades colegiadas, são requisitados servidores especializados dos diversos órgãos da Administração Federal, de acordo com as exigências das demandas a serem enfrentadas, no caso específico. Concluídos os trabalhos, os técnicos retornam ao exercício de seus cargos nos órgãos de lotação originais, sem que tenham sido necessárias despesas outras. Tais Grupos Especiais de Trabalho, sob coordenação de uma das Corregedorias, já se mostraram alternativa de grande eficiência, em razão da oferta permanente de vasta qualificação técnica e do reduzido dispêndio, considerando o caráter provisório de sua existência.

Informações ao Público

Para permitir o acompanhamento público de suas ações, a Corregedoria-Geral da União disponibiliza, em sua página eletrônica na internet (www.presidencia.gov.br/cgu), uma série de cadastros, denominados “bancos de dados”, a serem consultados pelos interessados.

O Banco de Denúncias Recebidas é composto por representações, denúncias e notícias de irregularidades, bem como de processos autônomos instaurados pelas próprias Corregedorias. Os interessados podem acompanhar o desenvolvimento dos processos, sem qualquer identificação pessoal, bastando informar o número de protocolo.

O Banco de Processos Administrativos Disciplinares contém dados dos processos instaurados nos diversos órgãos da Administração Pública Federal. Esse Banco é alimentado por informações prestadas pelos Ministérios, relativamente às suas áreas de atuação.

Por seu turno, o Banco de Punições relaciona todas as punições administrativas aplicadas a servidores públicos federais, a partir de 2001, como resultante de procedimentos disciplinares instaurados para averiguação das responsabilidades sobre irregularidades, bem como os casos em que o Tribunal de Contas da União declarou a inabilitação de servidores públicos para o exercício de cargo ou função no âmbito do Poder Executivo Federal.

Relacionamento com a Imprensa

Buscando a transparência, faz parte da política de ação da Corregedoria-Geral da União a permanente divulgação, pelos veículos da mídia, das medidas adotadas em relação aos casos de maior destaque e interesse público.

Propostas de Medidas Legislativas

Como fruto do especial empenho da Corregedoria-Geral da União pelo acolhimento, no Congresso Nacional, do Acordo de Caracas - convenção internacional que visa a promoção e fortalecimento, em cada um dos países signatários, de mecanismos de prevenção e combate a corrupção em todas as suas formas -, no dia 25 de junho de 2002, foi editado o Decreto Legislativo, e no dia 7 de outubro de 2002, foi publicado o Decreto nº 4.410, pelo qual o Presidente da República promulgou a Convenção, inserindo no universo jurídico nacional os termos do tratado internacional em que o Brasil ratifica sua adesão à Convenção Interamericana Contra a Corrupção.

Disponibilização de Servidores para composição de Comissões de Procedimentos Administrativos Disciplinares

Para atender à necessidade de instauração de mais de 500 Comissões de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, no âmbito do INSS, e cerca de 30 outros procedimentos no DNER, a Corregedoria-Geral da União enviou correspondência a todos os Ministros de Estado e ao Advogado-Geral da União, pedindo que considerassem a possibilidade de disponibilizar servidores de suas respectivas Pastas, quando solicitados, para compor as comissões.

Cada processo administrativo disciplinar necessita de três servidores efetivos o que, apenas nesses dois casos, demandaria mais de 1.590 servidores. A solução encontrada foi solicitar, aos órgãos do Poder Executivo Federal, dois servidores para cada uma das comissões a serem instaladas, ficando a cargo do próprio INSS ou do extinto DNER, a indicação de um servidor para presidir os trabalhos.

A legislação que instituiu a Corregedoria-Geral da União permite que o órgão requisiute os servidores necessários, quando caracterizada a natureza emergencial que envolva a questão. No caso específico, a

requisição não exigiu o afastamento do servidor de suas atividades regulares, nem gerou ônus para pagamento de diárias e passagens, vez que o recrutamento ocorreu em órgãos na mesma localidade do feito.

No INSS, as mais de 500 comissões a serem designadas, que se somam a 135 outros procedimentos já deflagrados, destinam-se a apurar indícios de fraudes em concessão de benefícios e arrecadação da Previdência Social. No DNER, a solicitação partiu do inventariante do extinto órgão, em virtude de os mais de trinta processos administrativos disciplinares estarem exigindo declaração de nulidade total ou parcial e constituição de outra comissão para instauração de novo processo, para evitar a prescrição.

Posteriormente, o Ministro da Integração Nacional formulou pedido idêntico, para instauração de 20 comissões disciplinares destinadas a apurar irregularidades na extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que demandou a convocação de mais 40 servidores de outros órgãos. O perfil dos servidores que compõem essas comissões, em geral, é de Procuradores, Auditores, Contadores, Engenheiros, Técnicos de Administração e Técnicos em Contabilidade.

Ouvidoria - Geral

Ouvidoria é o exercício do conjunto das atividades voltadas para a percepção do sentimento de satisfação do destinatário de um produto ou serviço, para a busca de soluções para as questões por ele levantadas, e para o oferecimento de informações gerenciais e sugestões aos gestores, visando sempre o aprimoramento do processo de produção ou de prestação do serviço.

Simplificadamente, a ouvidoria representa os interesses do consumidor ou usuário dentro da organização que fornece os produtos ou presta os serviços.

A Ouvidoria recebe, examina, encaminha, cobra resultados, enfim, “resolve” reclamações, elogios e sugestões relativas aos produtos oferecidos e serviços prestados pela organização a que vinculada.

Resolver, em ouvidoria, significa: identificar a questão e constatar sua pertinência; localizar a área onde o problema ocorre; comunicar a essa área a existência do problema, requisitar esclarecimentos e recomendar soluções, sendo o caso; aguardar que o referido problema seja eliminado pela área competente; persistindo o problema, acionar o gestor máximo da organização, recomendando providências para sua solução; verificar se o processo de fornecimento do produto ou da prestação do serviço se acha devidamente retificado e aprimorado; informar o consumidor ou usuário interessado da solução adotada; prestar todas as informações ao gestor máximo da organização.

Contudo, a Ouvidoria não tem poderes coercitivos para modificar, anular ou revogar atos administrativos. Identificando a necessidade das medidas, deve, sim, recomendá-las ao gestor da organização.

Porque visa o aprimoramento do processo de produção ou de prestação do serviço, a ouvidoria não deve atuar com imediatismo, tratando apenas de casos individualizados, nem se coaduna com propósitos assistencialistas ou paternalistas.

Da mesma forma não compete à ouvidoria responder consultas ou prestar informações que exorbitem sua específica área de atuação, assim como não deve ser sua atribuição apurar casos de irregularidades (infrações legais), visto que a matéria, de fato, compete à área correcional da função administrativa de controle.

Ouvidoria é ação de pós-atendimento, e, porque contribui com a fiscalização dos processos produtivos da organização, é fator de estímulo à qualidade e ferramenta de forte interação com o ambiente externo, atuando em favor das mudanças na cultura interna da organização, e no permanente processo de adaptação e flexibilidade desta em face das contingências econômicas, sociais, culturais, ecológicas e tecnológicas frequentemente verificadas no meio.

É relevante função da ouvidoria contribuir para a participação do consumidor ou usuário na administração do processo de fornecimento de produtos ou prestação de serviços, com especial ênfase à construção e desenvolvimento da cidadania.

Em suma, é missão da Ouvidoria-Geral da CGU buscar o aprimoramento do processo de prestação do serviço público pelos agentes, órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Atribuições da Ouvidoria-Geral

- receber, examinar e encaminhar reclamações, elogios e sugestões referentes a procedimentos e ações de agentes, órgãos e entidades do Poder Executivo Federal;
- requisitar informações e documentos referentes às questões apresentadas; e, sendo o caso, recomendar aos órgãos e entidades responsáveis o exame técnico e a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões que implicaram na inadequada prestação do serviço público;
- coletar, organizar e interpretar o conjunto das manifestações recebidas e produzir indicativos quantificados do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Federal, dando conhecimento ao Ministro de Estado Corregedor-Geral da União;
- contribuir com a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos, inclusive com a proposição, ao Ministro de Estado Corregedor-Geral da União, de medidas administrativas favoráveis atinentes a outros órgãos e entidades do Poder Executivo Federal;
- coordenar a atuação das demais unidades de ouvidoria existentes nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, e estimular sua instituição onde ainda inexistentes.

A Ouvidoria-Geral é composta por uma equipe de técnicos de diferentes formações, que se agrupam em dois núcleos internos: o Núcleo de Informação e o Núcleo de Exame.

Ao Núcleo de Informação cabe assessorar o Ouvidor-Geral na investigação das informações e dos dados, na produção e análise de índices e indicadores de produtividade e qualidade, na interpretação de seus resultados, na prospecção das soluções tecnológicas relevantes, no desenvolvimento de estudos e projetos da área, na busca de inter-relacionamento técnico com as demais ouvidorias.

Ao Núcleo de Exame compete examinar, propor soluções e acompanhar os casos referentes às manifestações recebidas pela Ouvidoria-Geral, relativas a áreas da Administração Federal em que ainda não tenham sido instituídas unidades específicas de ouvidoria, bem como sugerir modificações de procedimentos e normativos objetivando a prevenção das falhas e inadequações apuradas.

No curso de seus trabalhos os Núcleos da Ouvidoria-Geral utilizam o processo formal para a documentação dos fatos e soluções alcançadas, e a instância decisória — representada pelo próprio titular da Ouvidoria-Geral, por delegação — é normalmente precedida de discussão colegiada sobre a matéria examinada.

São atributos permanentemente buscados na equipe da Ouvidoria-Geral o conhecimento da organização da Administração Pública Federal (estrutura, funcionamento, cultura, pessoas, etc.), dos produtos e serviços e dos processos de produção e de prestação daqueles serviços; o desenvolvimento do espírito crítico; a sensibilidade, a paciência e a isenção de ânimo (imparcialidade).

Também foram iniciadas as ações para a regulamentação da atividade, com a proposição de ato normativo para a instituição de um sistema de ouvidorias do Poder Executivo Federal, tendo por órgão central a Corregedoria-Geral da União, por sua Ouvidoria-Geral.

Encontra-se em fase de desenvolvimento e testes uma série de indicadores de satisfação do cidadão-usuário com os serviços públicos que lhe são disponibilizados, de avaliação de qualidade e de produtividade, a serem aplicados ao sistema de ouvidoria.

Especialmente sobre a função de coordenação das diversas ouvidorias, cabe ressaltar que seu escopo é, respeitadas as características peculiares de cada área, constituir um ambiente comum de trabalho e

comunicação, mais harmônico e cooperativo, ágil e livre de vícios burocráticos e obstáculos operacionais, sempre em prol da maior eficiência na obtenção dos resultados.

Os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal contam hoje com cerca de 50 (cinquenta) unidades de ouvidoria de diferentes portes em funcionamento.

É também propósito da Corregedoria-Geral da União, por sua Ouvidoria-Geral, sempre estimular e apoiar a criação de novas unidades de ouvidoria, para, assim, contribuir com a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos.

Exame de Manifestações Recebidas

Quanto à análise de manifestações na Ouvidoria-Geral, é restrita aos casos relativos a áreas de atuação do Poder Executivo Federal em que ainda não se instituiu ouvidoria específica. Nos demais casos são tratados diretamente pelas ouvidorias dos órgãos e entidades referidas.

A análise dos casos consiste em: receber a manifestação; identificar a questão e constatar sua pertinência; localizar a área onde o problema ocorre; comunicar a essa área a existência do problema, requisitar esclarecimentos e recomendar soluções, sendo o caso; aguardar que o referido problema seja eliminado pela área competente; persistindo o problema, submeter o caso ao Ministro de Estado Corregedor-Geral da União, recomendando providências para a devida solução; verificar se o processo de fornecimento do produto ou da prestação do serviço se acha devidamente retificado e aprimorado; informar o consumidor ou usuário interessado da solução adotada; prestar todas as informações às instâncias superiores.

As manifestações do cidadão-usuário são encaminhadas à Ouvidoria-Geral pelo endereço eletrônico (cgu@planalto.gov.br), ou por via postal (ao endereço SAS, Quadra 1, Bloco A, Ed. Darcy Ribeiro, 8º andar, CEP 70070-905, em Brasília, DF). Encontram-se em estudo a ampliação das formas de acesso, como, por exemplo, o atendimento telefônico.

Em todas as atividades da Ouvidoria-Geral, o propósito será sempre perceber o sentimento de satisfação do cidadão-usuário quanto aos serviços públicos proporcionados pelos agentes, órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, bem como buscar soluções administrativas para as questões levantadas, visando sempre o aprimoramento do processo de prestação dos referidos serviços públicos.

E o aprimoramento do processo de prestação do serviço público terá por escopo a eficiência na sua realização e a disponibilidade de informações claras e objetivas sobre o seu oferecimento, sobre o órgão ou entidade por ele responsável e sobre o encaminhamento de eventuais reclamações, elogios e sugestões a propósito.

Informações ao Público

De tudo o que se realiza no âmbito do exame de manifestações recebidas, a Ouvidoria-Geral dá ciência dos procedimentos, dos passos e das soluções finais encontradas aos interessados, por comunicação específica.

Ademais, o acompanhamento dos casos pode ser feito diretamente pelos interessados, na página eletrônica da Corregedoria-Geral da União (www.presidencia.gov.br/cgu), posto que são permanentemente disponibilizados ao público os bancos de informações do órgão, em clara demonstração do valor da inteira transparência para a adequada condução da Administração Pública.

Quanto aos demais trabalhos e projetos desenvolvidos pela Ouvidoria-Geral, as informações pertinentes podem ser localizadas também naquele endereço eletrônico, na internet, na seção de boletins de notícia da Corregedoria-Geral da União ou nas próprias páginas de sua Ouvidoria-Geral.

Resultados

Uma vez que diversos ministérios, autarquias, fundações e empresas públicas estão desprovidos de ouvidoria específica, e em virtude de ter a Ouvidoria-Geral recebido diversos processos originários da Ouvidoria do Ministério da Justiça, no ano de 2002, foram processadas 1.623 manifestações, das quais, 940 foram concluídas, e 683 encontram-se em análise ou aguardando providências já requisitadas.

Relacionamento com Outros Órgãos

A Ouvidoria-Geral identificou a existência de diversas unidades com função de ouvidoria nos ministérios e entidades vinculadas. Atualmente, o Poder Executivo Federal mantém aproximadamente 50 (cinquenta) ouvidorias instaladas.

Por fim, dando início formal às ações de coordenação das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, a Ouvidoria-Geral da CGU realizou, em agosto de 2002, a I Reunião com Ouvidores de Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal, quando foram confirmadas as unidades de ouvidoria em efetivo funcionamento, traçadas metas gerais de atuação, bem como iniciados os estudos visando a utilização de indicadores de desempenho para identificar as práticas de gestão insatisfatórias e a satisfação dos cidadãos-usuários na prestação dos serviços de ouvidoria.

Estudos e Projetos Desenvolvidos na Corregedoria-Geral

Matriz de Risco

Assinado em 17 de setembro de 2002, o Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, visa o desenvolvimento de projeto de “Matriz de Risco”, para avaliação de fragilidades nos sistemas de controle e o nível de transparência na administração pública federal.

O projeto de “Matriz de Risco” elaborará métricas que revelem a necessidade de aprimorar o nível de atuação dos órgãos de controle interno e avaliem o grau de transparência de ações e o efetivo emprego dos recursos públicos no âmbito do Poder Executivo Federal. Cuidará, ainda, do levantamento e da fixação de indicadores/algoritmo, com dados e informações existentes na Corregedoria-Geral da União, a fim de propiciar a elaboração de referências que proporcionem a avaliação das ações de controle.

Trata-se de um trabalho, de metodologia científica, que objetiva o aprimoramento da Administração Pública Federal, através da criação de mecanismos de avaliação de fragilidades nos sistemas, principalmente na prevenção de possíveis desvios éticos.

Programa de Promoção da Ética e Defesa do Patrimônio Público

Estão em fase final de negociação, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, financiamentos destinados ao Programa de Promoção da Ética e Defesa do Patrimônio Público, no valor equivalente a US\$ 6 milhões, sendo a contrapartida nacional de US\$ 3 milhões, e tendo como objetivo melhorar a eficiência e a eficácia das ações da Corregedoria-Geral da União.

Treinamento e Capacitação de Pessoal

Das diversas atividades voltadas para o treinamento e capacitação técnica dos servidores da Corregedoria-Geral da União destacam-se:

O Seminário Internacional Sobre Técnicas no Combate aos Crimes Financeiros e à Corrupção na Administração Pública realizado em Salvador (BA), no período de 18 a 22 de março de 2002, patrocinado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos da América, o FBI, a Corregedoria-Geral da União e o Ministério da Justiça e contou com a participação de servidores da Corregedoria-Geral. O evento teve caráter de reunião de trabalho (treinamento) e foram apresentadas palestras sobre temas afetos ao combate à corrupção na Administração Pública, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro, a crimes contra a seguridade social, a investigação e combate ao crime tecnológico.

O Seminário Regional Ministerial para a América Latina e o Caribe, realizado entre 25 e 27 de março de 2002, em Quito, Equador, contou com dois representantes da Corregedoria-Geral da União, que integraram a delegação brasileira no Seminário, onde foram abordados temas relacionados ao combate à corrupção, lavagem de dinheiro e crime organizado. Patrocinado pelo Governo da República do Equador e pela Organização das Nações Unidas, teve como principal propósito promover a ratificação e a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado e seus Protocolos, conhecida como a Convenção de Palermo, realizada de 12 a 15 de dezembro de 2000. Destacou-se no Seminário a importância de que as legislações dos países envolvidos sejam harmonizadas com a Convenção, o que fortaleceria a cooperação recíproca, para enfrentar os novos desafios da criminalidade contemporânea que se desenvolvem no contexto do crime organizado. Nesse aspecto, o Brasil já dispõe de alguns instrumentos, como a lei contra a lavagem de dinheiro, a lei da improbidade administrativa e a Convenção Interamericana de Combate à Corrupção, firmada em Caracas, Venezuela, e incorporada ao direito pátrio. Além disso, encontra-se, no Congresso Nacional, projeto de lei que define o crime organizado.

O Seminário sobre Lavagem de Dinheiro realizado em Curitiba (PR), no período de 15 a 19 de abril de 2002, com o apoio da Corregedoria-Geral da União, Ministério da Previdência e Assistência Social, Ministério da Justiça e Federal Bureau of Investigation - FBI, tendo como tema a prevenção e a repressão à lavagem de dinheiro e à corrupção na Administração Pública.

O Seminário sobre os Aspectos Jurídicos da Abertura do Mercado de Petróleo foi realizado pelo Superior Tribunal de Justiça no dia 25 de junho de 2002, versando sobre a nova realidade do setor e as perspectivas para o consumidor final e sobre questões judiciais relacionadas ao mercado de combustíveis, delimitando-as no campo do Direito Econômico e não mais no campo do Direito Individual de cada empresa.

A Reunião Anual do Federal Bureau of Investigation – FBI ocorrida em julho de 2002, Quântico, na Virgínia, EUA, teve como principais temas a lavagem de dinheiro, o combate ao crime organizado e à corrupção. O governo estadunidense convidou representantes de vários países do mundo, inclusive o Brasil, que enviou técnicos de órgãos ligados a estas questões, entre os quais a Corregedoria-Geral da União, que participou com dois servidores.

O 1º Seminário Internacional sobre Gerenciamento de Crises, realizado em Brasília (DF) nos dias 11 e 12 de setembro de 2002, organizado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

O VII Encontro Nacional de Ouvidores/Ombudsman foi promovido pela Associação Brasileira de Ouvidores – ABO-Nacional, entre os dias 1 e 3 de maio de 2002, e teve por tema principal o ouvidor e a ética nas relações humanas.

O Curso de Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP entre os dias 13 de setembro a 14 de outubro de 2002 teve por objeto a elaboração, a utilização, o acompanhamento e a análise de indicadores no âmbito do processo de implantação do planejamento estratégico, tendo sido cursado por integrantes da Ouvidoria-Geral.

O VII Seminário Nacional de Nacional de Ouvidores/Ombudsman, organizado e conduzido pela Associação Brasileira de Ouvidores – Seccional RJ, nos dias 28 e 29 de novembro, focou suas discussões sobre a gestão voltada para a cidadania.

Também na área da Ouvidoria houve participação no Curso de Capacitação e Atualização Técnica de Ouvidores, promovido pela Associação Brasileira de Ouvidores – ABO-Nacional, entre 6 e 8 de dezembro, e destinado ao estudo prático de temas e técnicas de ouvidoria na área pública e na iniciativa privada.

SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

Ações Desenvolvidas pela Secretaria Federal de Controle Interno

Planejamento das Ações de Controle

Tendo como atribuição definida constitucionalmente avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, e buscando otimizar os limitados recursos disponíveis para o desempenho de suas funções, com vistas a uma atuação o mais abrangente e preventiva possível, com o foco devidamente voltado aos anseios da Sociedade e do Governo, a SFC adota metodologicamente a seguinte seqüência de procedimentos no planejamento das ações de controle voltadas ao Acompanhamento de Programas de Governo:

- mapeamento das políticas públicas afetas a cada Ministério, buscando identificar seus macro objetivos e levantar os elementos caracterizadores possíveis (recursos previstos, agentes responsáveis, interfaces, etc.), de modo a evidenciar suas importâncias político-estratégicas, inclusive em relação ao projeto global de governo.
- hierarquização (essenciais, relevantes e coadjuvantes) dos diversos programas/programações governamentais, baseada em critérios políticos e estratégicos definidos.
- detalhamento das informações envolvendo a descrição dos programas essenciais e a identificação das Ações Governamentais que os compõem - neste momento, ocorre a priorização dos Programas e das Ações que serão objeto de ações de controle;
- elaboração do relatório de situação das Ações Governamentais selecionadas, identificando, dentre outros itens, os objetivos e as metas, os órgãos responsáveis, a documentação legal que lhes dá suporte, as razões de implementação, as formas de execução e os mecanismos de implementação, a clientela e o público-alvo, a existência de recursos externos financiando toda ou parte das Ações, os critérios para a seleção dos beneficiários, as formas de divulgação que serão utilizadas para mobilizar a clientela, quando for o caso, os mecanismos de controle (inclusive de controle social), as informações a respeito das ações do Controle Interno no exercício anterior bem como sobre o exercício atual;
- elaboração do Plano Estratégico correspondente às Ações Governamentais selecionadas, o que inclui levantamento dos pontos críticos e frágeis que podem impactar a execução, e a definição da abordagem de controle a ser adotada, tendo por foco os pontos críticos identificados;
- elaboração do Plano Operacional com a definição das ações de controle a serem realizadas, dos procedimentos a serem aplicados e do período adequado para realização dos trabalhos.

Como pode ser observado, trata-se de um processo lógico, definido passo a passo e que resulta em uma percepção de controle obtida em função de um encadeamento de ações fortemente vinculadas aos objetivos de controle.

Em síntese, a metodologia de trabalho adotada abrange os seguintes aspectos: conhecimento das ações de cada Ministério; percepção sobre as principais áreas de atuação e pauta política específica; compreensão sobre o funcionamento dos Programas e respectivas Ações, bem como avaliação sobre as unidades responsáveis pelas diferentes etapas do processo gerencial de implementação da Política Pública; e planejamento das ações de controle a serem implementadas para avaliação da execução dos Programas de governo e da gestão pública. Opera-se, assim, um processo permanente de trabalho que por meio de reavaliação efetuada a cada novo conjunto de dados e informações, permite manter o controle atualizado e atuante.

Dessa forma, há um acompanhamento sistemático de projetos/atividades mais relevantes, o que contribui para o aperfeiçoamento da ação gerencial dos gestores públicos.

No decorrer dos anos a Secretaria atuou em vários programas governamentais levando a reestruturações na sistemática de funcionamento e, em vários casos, alterações de legislações que disciplinam o funcionamento dos mesmos. Os principais resultados decorrentes das ações da SFC são tratados em item específico.

Metas

Como nos demais anos anteriores do PPA 2000-2003, coube à Secretaria Federal de Controle Interno o cumprimento das metas físicas definidas na Lei Orçamentária Anual de 2002, no âmbito do Programa 0782 – Gestão da Política de Controle Interno do Poder Executivo Federal, abrangendo as Ações 2072 – Avaliação da Gestão dos Administradores Públicos Federais, 2073 – Avaliação da Execução das Ações Integrantes de Programas Governamentais e 2080 – Sistema Informatizado da Secretaria Federal de Controle.

A Ação 2072 tem como finalidade comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais e se concretiza com a realização de auditorias de gestão, auditorias de acompanhamento, auditorias em projetos ou contratos com empréstimos externos ou de cooperação com Organismos Internacionais e exame de atos de admissão, desligamento e concessão de aposentadorias e pensões no apoio ao TCU no exercício de sua missão institucional, bem como com a apuração os fatos inquinados de irregulares.

Teve como meta financeira prevista a execução de R\$ 3.703.730 e como meta física do produto definido 1.223 gestões avaliadas.

Realizou-se, 106 % da meta física, 1290 gestões avaliadas e executou-se 87,6 % da meta financeira, R\$ 3.246.062.

A ação 2073 tem como finalidade comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento dos programas de governo e se concretiza com a realização de auditorias e fiscalizações de avaliação da execução dos programas integrantes do PPA-2000-2003, precedidas de estudos sobre o funcionamento dos programas, conhecimento das ações de cada Ministério e percepção sobre as principais áreas de atuação e da pauta da política específica. Inclui avaliação sobre a Unidade responsável pela ação, identificação dos pontos críticos/frágeis ou de risco.

Teve como meta financeira prevista a execução de R\$ 1.191.000 e como meta física do produto definido 19.546 ações avaliadas(entenda-se ações de controle realizadas).

Realizou-se 82 % da meta física, 16.103 ações fiscalizatórias e executou-se 74,3% da meta financeira, R\$ 884.943.

Já a Ação 2080 tem como finalidade captar, processar e disponibilizar informações sobre as atividades finalísticas da SFC, bem como sobre a aplicação das verbas públicos federais, utilizando os recursos da informática e tecnologias da informação e se concretiza com a implementação e manutenção de novas tecnologias para automação dos processos de avaliação, fiscalização, auditoria e projetos especiais, captação de dados de sistemas corporativos e disponibilização de informações e produtos da SFC sobre a aplicação dos recursos públicos federais. Inclui, também, a contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados-SERPRO para manutenção e desenvolvimento de subsistemas e disponibilização de equipamentos de informática.

Teve como meta financeira prevista a execução de R\$ 5.940.000 e como meta física do produto definido 1 sistema mantido.

Realizou-se 100 % da meta física, tendo sido mantido em funcionamento o sistema ATIVA e executou-se 78,8 % da meta financeira, R\$ 4.683.607.

Atividades e Resultados Quantitativos

As atividades a cargo da Secretaria Federal de Controle Interno são exercidas mediante a utilização de técnicas de controle, geralmente agrupadas nos instrumentos de auditoria e fiscalização, que redundam nos produtos da SFC, cujos principais compreendem: o acompanhamento de programas de governo, resultante em grande parte das inúmeras fiscalizações sistematicamente realizadas em todas as Unidades da Federação; a atuação na área de pessoal, resultante das análises de processos dos atos concessórios e de batimentos e levantamentos em sistemas de informação; a verificação da devida instrução nas Tomadas de Contas Especial, a partir das auditorias nos correspondentes processos; a avaliação de projetos de financiamento e cooperação técnica com organismos internacionais, resultantes de fiscalizações e auditorias específicas aos acordos e contratos; e a avaliação das gestões

públicas, em apoio ao TCU, finalizada com a auditoria de Prestação ou Tomada de Contas mas fruto da convergência dos resultados do grande leque de ações de controle aqui mencionadas.

Além dessas, outras atividades acometidas à SFC mas não diretamente vinculadas às ações de controle são consideradas relevantes e merecem ser mencionadas, como a elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República, encaminhada anualmente ao Congresso Nacional, e a verificação da consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal, conforme estabelecido no art.54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

De janeiro a dezembro de 2002, foram realizadas 18.863 auditorias e fiscalizações, distribuídas conforme quadro a seguir, resultando em 449 indicações de instauração de Tomadas de Contas Especiais:

ATIVIDADE	QTDE OS	PERCENTUAL
AUDITORIAS	2.760	14,63%
FISCALIZACAO REGULAR	15.912	84,36%
FISCALIZACAO PILOTO	191	1,01%
TOTAL:	18.863	100,00%

Fonte: Sistema Ativa/SFC

DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE NESTE PERÍODO

ÓRGÃO	DESCRIÇÃO	QTDE DE OS	% DO TOTAL
02000	SENADO FEDERAL	2	0,01%
20000	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	200	1,06%
20113	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTÃO	63	0,33%
22000	MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	702	3,72%
24000	MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	162	0,86%
25000	MINISTERIO DA FAZENDA	520	2,76%
26000	MINISTERIO DA EDUCACAO	2.006	10,63%
28000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, IND. E COMÉRCIO	122	0,65%
30000	MINISTERIO DA JUSTICA	1.298	6,88%
32000	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	172	0,91%
33000	MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSIST. SOCIAL	1.178	6,25%
35000	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	27	0,14%
36000	MINISTERIO DA SAÚDE	8.678	46,01%
38000	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	244	1,29%
39000	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	321	1,70%
41000	MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES	980	5,20%
42000	MINISTERIO DA CULTURA	411	2,18%
44000	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	272	1,44%
49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	866	4,59%
51000	MINISTERIO DO ESPORTE E TURISMO	391	2,07%
53000	MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	248	1,31%
TOTAL:		18.863	100,00%

Fonte: Sistema Ativa/SFC

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS AÇÕES DE CONTROLE

UF	QTDE MUNICÍPIO POR UF	% da UF em relação ao total de municípios brasileiros	QTDE. AÇÕES POR UF	QTDE. MUN. RECEBERAM AÇÕES SFC POR UF	% DE MUNICÍPIOS VISITADOS POR UF EM RELAÇÃO À (AO)	
					UF	TOTAL VISITADO
AC	22	0,40%	323	18	81,82%	0,69%
AL	102	1,83%	417	53	51,96%	2,04%
AM	62	1,11%	424	30	48,39%	1,16%
AP	16	0,29%	198	11	68,75%	0,42%
BA	417	7,50%	1.080	123	29,50%	4,74%
CE	184	3,31%	845	114	61,96%	4,40%
DF	1	0,02%	761	1	100,00%	0,04%
ES	78	1,40%	529	65	83,33%	2,51%
GO	246	4,42%	685	113	45,93%	4,36%
MA	217	3,90%	780	123	56,68%	4,74%
MG	853	15,34%	1.588	300	35,17%	11,57%
MS	77	1,38%	533	61	79,22%	2,35%
MT	139	2,50%	714	94	67,63%	3,63%
PA	143	2,57%	768	102	71,33%	3,93%
PB	223	4,01%	795	93	41,70%	3,59%
PE	185	3,33%	569	94	50,81%	3,63%
PI	222	3,99%	711	111	50,00%	4,28%
PR	399	7,17%	1.130	213	53,38%	8,21%
RJ	92	1,65%	874	68	73,91%	2,62%
RN	167	3,00%	576	77	46,11%	2,97%
RO	52	0,94%	419	45	86,54%	1,74%
RR	15	0,27%	256	13	86,67%	0,50%
RS	497	8,94%	1.053	201	40,44%	7,75%
SC	293	5,28%	627	150	51,19%	5,78%
SE	75	1,35%	500	58	77,33%	2,24%
SP	645	11,60%	1.305	186	28,84%	7,17%
TO	139	2,50%	403	76	54,68%	2,93%
TOTAL:	5.561	100%	18.863	2593	46,63%	100,00%

Fonte: Sistema Ativa/SFC

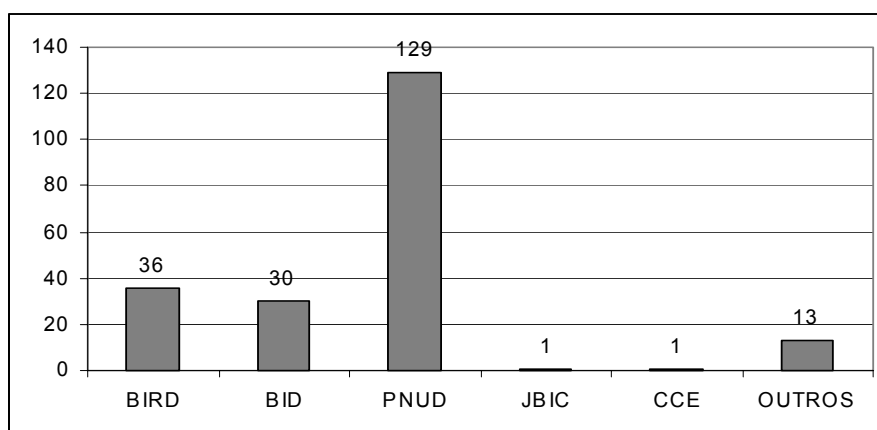
Acompanhamento de Programas de Governo

Os mecanismos de avaliação da execução dos programas tem evoluído ao longo do tempo, seja com a implementação de novas metodologias, com a aplicação de técnicas estatísticas aos trabalhos, seja com a experiência acumulada das unidades, ou com o aperfeiçoamento de procedimentos que orientam as verificações in loco processadas nos Estados. Esse desenvolvimento tem colaborado para o aprimoramento das estratégias de controle e possibilitado o fornecimento de informações oportunas aos gestores públicos.

Em 2002, utilizando-se do modelo metodológico de planejamento e buscando atender às disposições do art.74 da Constituição Federal, 127 projetos/atividades componentes de programas orçamentários e 12 programações extra-orçamentárias foram objeto de controle sistemático, correspondendo a 14.386 ações de controle, dentre auditorias e fiscalizações, representando 76 % das realizadas no período. As 4.477 restantes compõem o controle assistemático, destinadas ao atendimento de demandas externas e necessidades ocasionais ou atividades de auditoria em apoio ao TCU e organismos internacionais.

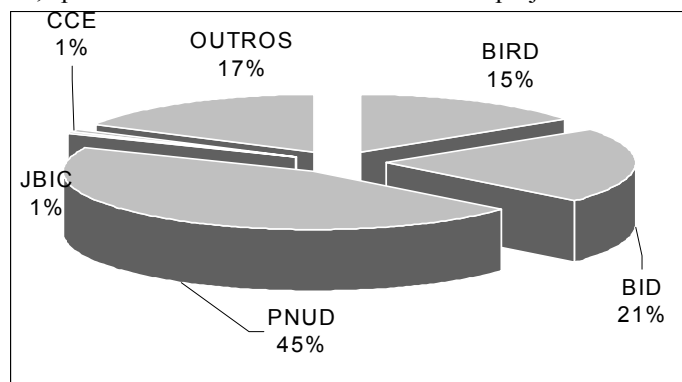
Avaliação de Projetos com Organismos Internacionais

A carteira de acordos e contratos de financiamentos, doações e cooperações técnicas sob responsabilidade da Secretaria Federal de Controle Interno auditar em 2002 foi composta de um total de 227 projetos, dos quais foram selecionados 210 (duzentos e dez) para serem auditados, cuja distribuição por organismo e banco está expressa no gráfico abaixo:



Fonte: DGREX/SFC

O montante de projetos que compõem a carteira 2002, a serem auditados pela Secretaria Federal de Controle Interno em 2003, apresenta até o momento um total de 174 projetos.



Fonte: DGREX/SFC

Avaliação de Gestão

No apoio ao controle externo, a SFC como órgão integrante do Sistema de Controle Interno competente para tal, deve realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer, sendo essas contas prestadas ou tomadas anualmente de forma regular. Tal auditoria tem o objetivo de tecer opinião sobre a regularidade das contas, verificando a execução de contratos, acordos, convênios e ajustes, a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens da União ou a ela confiados, compreendendo, entre outros, os seguintes aspectos: exame das peças que instruem os processos de tomada e prestação de contas; exame da documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos; verificação da eficiência dos sistemas de controle administrativo e contábil; verificação do cumprimento da legislação pertinente; e avaliação dos resultados operacionais e da execução dos programas de governo quanto à economicidade, eficiência e eficácia dos mesmos.

Há que se ressaltar também o caráter de complementaridade que as demais atividades desenvolvidas no âmbito da SFC possuem em relação às avaliações de gestão, que não compreendem exclusivamente os procedimentos e os resultados a partir da auditoria realizada em cada unidade gestora ao término do exercício mas deve considerar todo o universo de ações de controle que permitam a formação de opinião sobre determinada gestão. Assim, as ações de controle realizadas durante o exercício, abordando tanto a execução dos programas de governo e projetos com organismos internacionais quanto as atividades na área de pessoal e de TCE, tornam-se subsídios essenciais.

À SFC compete atuar em todas as unidades da Administração Direta e entidades da Administração Indireta Federal, excetuados aqueles jurisdictionados aos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Em 2002 foram encaminhados ao TCU 1.080 processos de TC/PC referentes ao exercício de 2001, devidamente certificados, conforme quadro comparativo de certificações:

CERTIFICADO	QUANTIDADE								PERCENTUAL%							
ANO	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
REGULAR	315	439	614	626	718	639	528	489	33	42	38	54	61	60	50	46
COM RESSALVAS	533	526	948	513	455	407	501	564	55	51	59	44	38	38	48	52
IRREGULAR	115	68	53	27	11	13	21	24	12	7	3	2	1	1	2	2
TOTAL	963	1.033	1.615	1.166	1.184	1.059	1.050	1.077*								

*Foram também certificadas 3 contas como iliquidável/negativa de opinião

Fonte: Sistema ATIVA/SFC

De acordo com os dados do quadro de certificações, percebe-se uma tendência significativa de redução do índice de irregularidades ao longo dos anos. Apesar dos percentuais de irregularidades em 2001 e 2000 terem sido maiores que em 1998 e 1999, verifica-se que se manteve-se baixo em relação ao apurado nos anos iniciais da demonstração.

Considerando-se a existência de unidades gestoras que possuem baixa materialidade e escopo reduzido de execução de despesas públicas e que executam suas atividades sob comando central, não possuindo autonomia para estabelecer metas, objetivos e forma de atuação e levando-se em conta a necessidade de racionalização na definição das ações de controle, uma vez que o tempo despendido e a força de trabalho utilizada para composição e análise dos processos apresentados individualmente por tais unidades poderiam ser destinados a exames aprofundados em áreas de maiores riscos, houve proposta ao Tribunal de Contas da União – TCU, por parte da SFC, de consolidação das Tomadas de Contas Anuais de determinadas unidades gestoras da Administração Direta do Poder Executivo Federal. Com a aprovação, ocorrerá uma redução considerável no quadro de processos de TC/PC a serem encaminhados ao TCU até 30/05/03, referentes às contas do exercício de 2002:

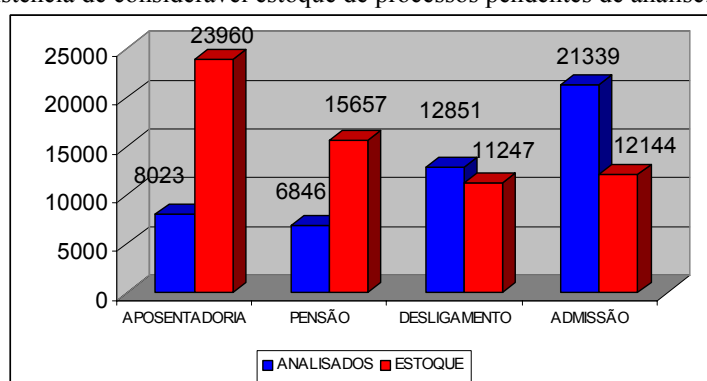
ADMINISTRAÇÃO	SEM A CONSOLIDAÇÃO	COM A CONSOLIDAÇÃO
Direta*	575	213
Indireta**	536	536
TOTAL	1.111	749

* Incluindo as Unidades dispensadas de apresentarem TC em 2002.

** Autarquias, Fundações, Empresas, Fundos, Serviços Autônomos

Atividades na Área de Pessoal

Também em apoio ao TCU no exercício de suas competências constitucionais, até dezembro de 2002 foram analisados os quantitativos de atos de pessoal pelas Unidades de Controle expressos no gráfico a seguir. Nota-se que apesar dos esforços empreendidos, as diversas atribuições e as limitações da capacidade operacional do órgão implicaram na existência de considerável estoque de processos pendentes de análise.



Fonte: DAPES/SFC

Buscando alternativas para a diminuição dos estoques, a SFC estuda a possibilidade de realizar cruzamentos entre o sistema SISAC – Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões, do Tribunal de Contas da União e o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando aprimorar a rapidez na análise dos dados cadastrais e a migração dos dados com vistas a emissão automática das fichas resumo requeridas pelo TCU.

Com este objetivo, em 2002 a SFC conseguiu acesso e está testando o Data Warehouse – DW, software que permitiria efetuar extrações no Sistema SIAPE, retirando informações de forma organizada e mais simples, possibilitando a comparação de dados com a base do Sistema SISAC e tornando cada vez mais factível a possibilidade de se acelerar as análises de processos de admissão, desligamentos, aposentadorias e pensões e de se gerar as fichas resumo. Assim, ganhar-se-á tempo para verificação das parcelas fundamentais, ficando os dados cadastrais do sistema SIAPE inseridos diretamente nas fichas do sistema SISAC.

Tal procedimento permite uma análise mais rápida, concentrando-se apenas nos campos de fundamentação legal e vantagens. Pode-se esperar uma redução no tempo de análise de cerca de 50%, ou seja, um processo de aposentadoria ou de pensão seria analisado em duas horas. É possível que, com essa ação, os estoques de pessoal venham a estar próximos de zero em cerca de nove meses. Para tanto, testes foram iniciados buscando averiguar sua completa viabilidade e operacionalização.

Quanto aos atos de admissão e desligamento, seriam analisados cerca de quatro vezes mais processos. Em dezembro/2002 foram treinados servidores das CGU/RJ e RS nesta nova forma de análise destes atos, que consiste na análise eletrônica e certificação digital. Como exemplo, pode-se citar que no primeiro dia do treinamento na CGU/RJ foram analisados cerca de 900 atos de admissões oriundas da PETROBRAS (em análise normal, seria necessário mais de uma semana para essa análise).

Além de tal iniciativa, desde junho deste ano, a SFC vem introduzindo uma nova maneira de análise de processos de pessoal, que consiste em verificá-los na própria unidade de recursos humanos. Tal prática evita o trâmite de processos, permitindo que as diligências e ou problemas detectados sejam resolvidos

imediatamente, por intermédio de Solicitação de Auditoria/SA. Essa prática permite analisar cerca de três vezes mais processos que na unidade de Controle Interno, agilizando assim essa tarefa.

Dessa maneira, além de reduzir os estoques e evitar trâmite de processos, os atos serão praticamente acompanhados de forma concomitante às suas concessões. Assim, um ato emitido é analisado no próprio exercício, já integrando a informação para avaliação da gestão da unidade auditada.

Outro trabalho que está sendo realizado e merece atenção é o cruzamento entre Sistema de Cadastro de Óbitos – SCO, do INSS, e o sistema SIAPE, cuja primeira fase terá encerramento ao final do exercício e permitirá verificar a exclusão ou restabelecimento de cerca de 5.000 aposentadorias e pensões. Nas pensões/aposentadorias indevidas está se cobrando uma ação de ressarcimento ao erário. Cerca de 400 benefícios foram restabelecidos, com documentação que suporta tal afirmação. O restante ainda está em análise junto aos gestores. Esta ação será contínua, pois o batimento entre os dois sistemas será mensal, evitando que sejam efetuados pagamentos de benefícios a pessoas já falecidas.

Também, a SFC efetuou estudos sobre sentenças judiciais, com a possibilidade de economia de recursos quanto à execução da sentença dos denominados Planos Bresser, Verão, Collor e URP. Os montantes envolvidos são:

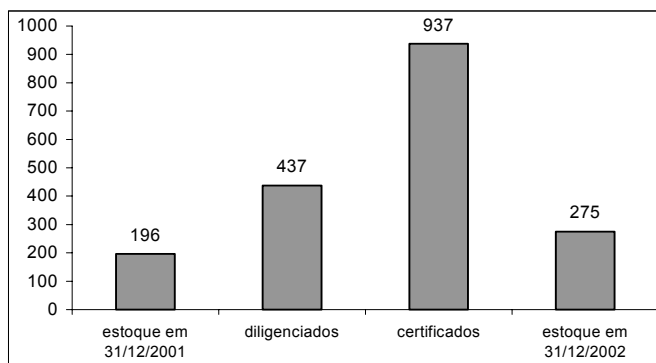
Despesa Mensal	Despesa Anual	Despesa Já Realizada
R\$ 43.524.988,32	R\$ 565.824.848,16	Cerca de R\$ 3.800.000.000,00

Outro estudo, resultante da verificação de processos de pessoal, refere-se ao cumprimento pelo Departamento de Polícia Federal – DPF e Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF, do parecer da Consultoria Jurídica/MP, que afirmava ser a GAE (Gratificação por Atividades do Executivo) e o Adicional por Tempo de Serviço incidentes apenas sobre o vencimento básico, e não sobre vencimento mais GOE (Gratificação por Operações Especiais). Cabe ressaltar que os valores envolvidos são de cerca de R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais) por ano. Foi solicitado pelo DPF novo posicionamento, estando sobrestada, portanto, qualquer ação até nova manifestação da CONJUR/MP.

Também foi realizado estudo sobre Parcela Incorporada de Função – PIF, a partir de constatações decorrentes de análises de concessões de aposentadorias e pensões de servidores públicos federais (IN-TCU n.º 16/97), sobre os valores das parcelas de incorporações de “décimos” de funções (Leis n.º 9.527/97 e 9.624/98). Verificou-se com esse estudo que o sistema está calculando automaticamente tais parcelas, o que vai evitar pagamentos indevidos. Antes da existência de tal módulo, havia dispêndio de cerca de um milhão de reais por mês, e uma quantidade de servidores recebiam abaixo dos valores devidos. Assim, está sendo feita uma depuração do cadastro de funções, nos órgãos, para verificação de quem vai devolver ao erário e quem vai receber a diferença que estava a menor.

Auditorias de Processos de TCE

Verificando a adequada instrução dos processos, a SFC analisou 1.374 Tomadas de Contas Especiais, com encaminhamento ao Tribunal de Contas da União e diligenciou outros 937 processos até dezembro, permanecendo em estoque 275 processos. O gráfico a seguir retrata estes números.



Fonte: DATCE

Cumpra-se destacar que os processos encaminhados ao TCU envolvem retorno potencial aos cofres do Tesouro, da ordem de R\$ 281.213.046,83 (duzentos e oitenta e um milhões, duzentos e treze mil, quarenta e seis reais e oitenta e três centavos), e estão distribuídos, por motivos de instauração, conforme tabela a seguir.

MOTIVO	QUANTIDADE	%
Omissão no dever de prestar contas	235	25,11
Prejuízos causados por servidor ou funcionário público	136	14,53
Não-aprovação da prestação de contas	133	14,10
Irregularidades na aplicação dos recursos	128	13,68
Não-cumprimento do objeto conveniado	80	8,55
Irregularidades na prestação de contas	42	4,49
Irregularidades na execução do Convênio/Contrato	41	4,38
Aprovação Parcial da Prestação de Contas	32	3,42
Execução parcial do Convênio	24	2,56
Descumprimento de compromisso assumido junto ao CNPq	19	2,03
Impugnação de Despesas	18	1,92
Decisão do Tribunal de Contas da União	18	1,92
Outros	31	3,31
TOTAL	937	100,00

Fonte: DATCE

Foram analisadas, no período de 01/01 a 31/12/2002, um total de 460 diligências originárias do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal, das Procuradorias Estaduais e da Polícia Federal, das quais 288 estão devidamente concluídas e 172 em fase de atendimento, gerando, em consequência, 1.929 comunicações processuais expedidas aos envolvidos.

Vale ressaltar que a SFC passou a acompanhar, no final do 1º trimestre de 2002, o andamento dos processos de TCE encaminhados ao Tribunal de Contas da União desde janeiro de 2000, com vistas a verificar: o tipo de certificação adotada pela Egrégia Corte de Contas, no que tange à ratificação do certificado emitido pela SFC; o tempo ocorrido entre a entrada e o julgamento da TCE no âmbito TCU; as fundamentações das decisões e dos acórdãos emitidos e o quantum julgado, que pode representar potenciais retornos aos cofres públicos; etc.

Atendimento de Demandas Externas

Além dos trabalhos planejados de forma sistemática e das atividades desenvolvidas em atendimento à previsão constitucional de apoio ao TCU, a SFC vem recebendo e atendendo demandas externas, dentre solicitações de informações, denúncias, determinações de ações de controle para fins de instrução processual e outras, de diversas origens, como o Ministério Público, o Congresso Nacional, a Polícia Federal, entidades representativas da Sociedade Civil, cidadãos em geral, além da própria Corregedoria-Geral da União, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

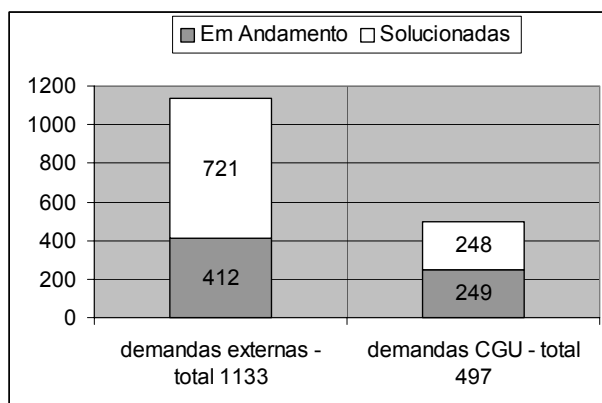
Resultados Qualitativos

Trabalhos estratégicos, sistematizados e preventivos com enfoque de avaliação e acompanhamento da gestão pública foram desenvolvidos, apresentando ou gerando expectativas de resultados:

- Elaboração de indicadores e indicativos contábeis, extraídos do sistema SIAFI, com o objetivo de propiciar aos gestores públicos uma avaliação sobre o seu desempenho, assim como a correção de eventuais situações consideradas impróprias durante o corrente ano, além de subsidiar os trabalhos das Unidades de Controle Interno no acompanhamento e na avaliação das contas. Do primeiro levantamento efetuado (acumulado até junho) resultou o total de 17 (dezessete) indicadores/indicativos disponibilizados em meio magnético aos SPOA's de cada Ministério, às Coordenações-Gerais de Auditoria e às Corregedorias-Gerais da União nos estados em 01/08/2002 e do segundo levantamento (acumulado até setembro) resultou o total de 25 (vinte e cinco) indicadores/indicativos, disponibilizados em 31/10/2002 aos interessados;
- Realização de estudo com vistas a elaboração de indicadores/indicativos de preços, praticados no âmbito da Administração Pública Federal, utilizando a base de dados do sistema SIASG, com o objetivo de analisar o aspecto de economicidade, cujo resultado foi consolidado em Nota Técnica, culminando na criação de indicador de preço a ser aplicado pelas Unidades de Controle

Interno, na avaliação da gestão de 2002 das unidades/entidades da Administração Pública Federal;

- Consolidação das constatações registradas nos Relatórios/Certificados de Auditoria relativos às contas de 2001, com o objetivo de elaborar pauta de negociação junto aos gestores públicos, visando o saneamento das ressalvas e irregularidades das unidades/entidades da administração pública federal, resultando na adoção dos seguintes procedimentos: a) Aviso da então Ministra de Estado Corregedora-Geral da União aos Ministros de Estado, com a proposição de fixação de datas para que as unidades gestoras apresentassem cronogramas de atividades que resultem na solução das referidas situações; b) emissão do Ofício-Circular nº 10-SFC/CGU-PR, de 15/10/2002, atribuindo aos Assessores Especiais de Controle Interno a responsabilidade pelo encaminhamento dos respectivos cronogramas, assim como às Unidades de Controle Interno pelo acompanhamento das medidas efetivamente adotadas.
- Acompanhamento e consolidação das comunicações processuais emitidas pelo TCU, com trâmite pelo órgão central da SFC, entre diligências, julgamentos de contas e decisões com determinações, distribuídas por área de atuação da SFC, conforme quadro a seguir:
- Acompanhamento dos processos de Tomada e Prestação de Contas Anuais, autuados nos últimos cinco anos junto ao Tribunal (contas de 1997 a 2001), cuja situação, até a presente data, é a seguinte:



SITUAÇÃO	ESTADO	CONTAS					TOTAIS
		1997	1998	1999	2000	2001	
EM JULGAMENTO	ABERTO	76	74	91	629	626	1.496
	SOBRESTADO	40	39	47	32	3	191
	SUSPENSO	10	8	5	33	12	68
	SUB-TOTAIS	126	121	143	694	641	1.725
JULGADOS	ENCERRADO	1.397	1.514	1.645	654	913	6.123
	TOTAIS	1.523	1.635	1.788	1.348	1.554	7.848

Obs: Dados do sistema PROCESSUS/TCU

- Identificação de 5 (cinco) gestores responsáveis por atos julgados irregulares por decisão definitiva do TCU, que permaneceram ocupando cargos em comissão que impliquem gestão de dotações orçamentárias, de recursos financeiros ou de patrimônio no âmbito da Administração Pública Federal, em descumprimento ao artigo 29 da Lei nº 10.180/2001, dos quais 2 (dois) foram exonerados em virtude do encaminhamento dado pelo então Secretário Federal de Controle Interno aos respectivos Ministros das Pastas envolvidas, 1 (um) informado ao correspondente Ministro de Estado por meio de Aviso da então Ministra de Estado Chefe da Corregedoria-Geral da União e 2 (dois) encontram-se sob avaliação da SFC, para análise da pertinência da proposição formulada.

- Auditoria com a finalidade de analisar o processo de gerenciamento das transferências de recursos públicos, por meio de convênios e contratos de repasse, pelos administradores públicos. Foram analisados os valores registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI – Módulo Gerencial, de saldos de estoques pendentes de transferências de recursos públicos nas contas contábeis de “a comprovar”, indicando ausência de prestação de contas pelos beneficiários e “a aprovar” e precariedade ou ausência de análise das prestações de contas, com vigência expirada, via Indicativos Auditoriais da SFC.

Foram considerados para análise 10 órgãos/entidades de maiores materialidade e criticidade, em 7 (sete) ministérios, representando aproximadamente sete bilhões e duzentos milhões de reais de saldos pendentes, de comprovação ou de aprovação. Esses órgãos/entidades atingiram um percentual médio, nos períodos analisados, de 66,13% do estoque total e de 66,12% do saldo envolvido.

As análises realizadas evidenciaram impropriedades/irregularidades nos controles dos órgãos/entidades face aos estoques e saldos de convênios/contratos de repasse pendentes que, em junho/2002, totalizaram 50.512 registros, envolvendo recursos da ordem de aproximadamente 11 bilhões de reais, bem como o descumprimento da legislação aplicável à matéria.

A manutenção dos saldos e estoques pendentes em “a comprovar” e “a aprovar”, que nos órgãos/entidades analisadas totalizam o referido montante, caracteriza o descumprimento de dispositivos da Constituição Federal de 1988, da LRF, da LDO/2002, da Lei de Crimes Fiscais, da IN/TCU n.º 13/96 e da IN/STN n.º 01/97. A SFC encaminhou tais informações aos órgãos envolvidos, à Caixa Econômica Federal, à Secretaria do Tesouro Nacional, à Casa Civil da Presidência da República e ao Tribunal de Contas da União para conhecimento e providências de suas alçadas.

A seguir são relatadas as principais constatações e resultados alcançados, bem como as medidas adotadas em função destes, a partir das ações de controle realizadas nos programas e ações de governo, por área de atuação governamental:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)

As ações de controle na Pasta da Agricultura, Pecuária e Abastecimento permaneceram focadas nas grandes subdivisões que permeiam as atividades ministeriais, quais sejam: armazenagem, desenvolvimento rural, defesa sanitária animal e vegetal e pesquisa.

Quanto as atividades de armazenagem, durante o exercício de 2002, a ação Formação de Estoques Públicos foi priorizada dentro do programa Produção e Abastecimento Alimentar (0352) este com dotação inicial no valor de R\$ 1.523.978.437,00. O programa visa contribuir para produção e o abastecimento de alimentos e atenuar as oscilações de preços recebidos pelos produtores rurais. Com relação a referida ação foram demandadas, por esta DEAGR, um total de 452 ordens de serviço, sendo consolidados 269 relatórios de fiscalizações que estavam concluídos, referentes aos Estados (AM, BA, CE, DF, GO, MA, MG, MS, PA, PB, PE, RJ, RO, RS, SC, SE e TO), cujos trabalhos de fiscalização objetivaram a análise documental dos registros contábeis e verificação in loco dos produtos públicos estocados em armazéns de terceiros e da Conab. Da consolidação acima especificada foram evidenciadas as seguintes constatações:

- 87,50% dos armazéns próprios da Conab estavam em boas condições de uso, 12,50% com problemas na manutenção, destacando os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina;
- 80,77% dos armazéns de terceiros encontravam-se credenciados e em boas condições, no entanto, 16,67% credenciados com problemas. 2,56% descredenciados e com estoque público destacando os Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
- 80,36% dos armazéns fiscalizados, os estoques estavam de acordo com o especificado nos dados da Companhia, 8,93% abaixo do registrado e 10,71% acima do registrado, destacando os Estados do Ceará, Goiás e o Distrito Federal;

- 91,02% dos armazéns de terceiros, o estoque encontrado estava de acordo com os registros, 1,28% o estoque abaixo do registrado e 3,85% acima do registrado;
- 76,79% dos armazéns próprios fiscalizados o produto estava dentro do padrão registrado pela Conab. 8,93% abaixo do padrão (AP), ou seja, comprovado por meio de certificado de classificação para padrões inferiores aos oficiais. 12,29% dentro da escala de tipo, porém, fora da classificação esperada, destacando os Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro;
- 82,05% dos armazéns de terceiros fiscalizados o produto estava dentro do padrão registrado pela Conab). 7,69% abaixo do padrão (AP). 10,26% fora da classificação esperada, ou seja, com qualidade inferior àquela registrada pela Conab, destacando os Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

Neste aspecto, devem ser ressaltadas, ainda, outras constatações relevantes, decorrentes do processo de avaliação da gestão da Companhia, abordadas no Relatório de Auditoria de Gestão, onde se ressaltou a ocorrência de retenção de recursos do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 20.248.491,63, os quais foram devolvidos pela SUREG/RS à GEFIN/DIAFI em 27.9.2000, em virtude do não-pagamento de ICMS antecipado/diferido, concernente a aquisições de arroz em casca no mercado de opções, o que contrariou todo o processo regular de execução da ação Formação de Estoques Públicos - AGF/BB/CONAB; pendências no recolhimento ao Tesouro Nacional de cerca R\$ 4.089.108,00 referentes a estoques regulador de carne; Morosidade para sanar a pendência financeira perante o Tesouro Nacional referente à diferença de preços de remição de milho destinado ao programa de venda em balcão.

Por fim, ressalve-se com destaque as irregularidades identificadas na execução dos trabalhos da Procuradoria-Geral da Conab, ensejando a constituição de comissão pelo Advogado Geral da União, devido as perdas de prazos judiciais, elevados valores em condenações trabalhistas, dentre outras situações, que ocasionam, mesmo que indiretamente, o não recebimento de dívidas referentes desvios/perdas de produtos do estoque público do Governo Federal, no valor total de R\$ 958.325.122,61 e a falta de ajuizamento dos débitos das empresas estatais no valor de R\$ 83.449.906,61.

No Programa Desenvolvimento da Economia Cafeeira, - 0350 foi selecionada para controle a Ação Conservação dos Estoques Reguladores de Café - 2825, que visa a garantir a integridade quantitativa e qualitativa dos estoques reguladores governamentais de café, mantendo o estoque em condição para colocação imediata no mercado, assim como mantendo os complexos armazenadores de café sob responsabilidade do MAPA em boas condições no que tange à infra-estrutura e contabilização dos estoques. A dotação inicial do Programa fixada pela Lei n.º 10.407, de 10 de janeiro de 2002, foi de R\$ 893.517.883,00. Foram demandas ações de controle nos complexos de armazenagem localizados nos Estados do Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, num total de 60 fiscalizações, com vistas à avaliação dos complexos armazenadores e verificação da quantidade, condição e controle do produto existente nos armazéns, posição dos estoques de café governamental, segurança e condições de armazenagem, bem como a gerência desses estoques. Do avaliado pode-se concluir positivamente quanto à pequena quantidade de perdas/desvios, todavia, há necessidade de melhoria nas condições de infra-estrutura e nos controles de estoques, senão vejamos:

Quanto à infra-estrutura: Nos armazéns vistoriados 33,33% estão com portões e cercas inadequadas; 30% apresentam telhados com goteiras e entupimento das calhas; em Londrina /PR há uma área de aproximadamente 40.000 m2 ocupada de forma irregular, sem formalização de contrato de locação e controle sobre os produtos armazenados pelas locatárias.

Quanto à armazenagem do café: Em 44,8% dos armazéns, a quantidade de produto existente não era compatível com o informado no relatório de existência fornecido pelo armazenador, acusando diferença da ordem de 5.849 sacas, tendo sido justificada a diferença relativa a 1.482 sacas, registrando-se que para as 4.367 sacas restantes (75,87% dos armazéns), não foi possível determinar a causa da diferença constatada; em 1.043 blocos existentes, constatou-se a existência de 528.151 sacas caídas e em 55,17% havia produto derramado; em 51,76% dos armazéns, constatou-se que havia discrepância entre as informações constantes nos relatórios de existência fornecidos pelo armazenador e os relatórios de existência do DECAF.

A SFC encaminhou à SPC, por meio do Ofício N.º 9710/DEAGR/SFC/MF, de 21 de dezembro de 2001, a Nota Técnica N.º 273/2001, contendo a consolidação parcial dos dados constantes das fiscalizações realizadas em 19 armazéns na Região Sudeste, e o Relatório de Avaliação da Gestão N.º 091081/2002, relativo ao exercício de 2001. Em 2002, foi encaminhado ao Departamento de Café-DECAF/SPC, em virtude da finalização das

ações de fiscalizações, o Ofício N.º 05947/DEAGR/SFC/CGU/PR, de 09 de agosto de 2002, solicitando providências para sanar os problemas verificados e por meio do Ofício N.º 7886/DEAGR/SFC/CGU/PR, de 03 de outubro de 2002, foi encaminhada a Nota Técnica nº 0616/DEAGR/SFC/CGU-PR, de 03 outubro 2002, contendo a consolidação das fiscalizações realizadas.

O Programa Desenvolvimento da Indústria Sucroalcooleira – 5005 administrado via decisões do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA, com suporte administrativo da Secretaria de Produção e Comercialização – SPC/MAPA, foi criado com o objetivo de aumentar a produção brasileira de açúcar e do álcool (anidro e hidratado), bem como melhorar o potencial de exportação, em vista da grande competitividade no mercado internacional. A dotação inicial do Programa foi fixada em R\$ R\$ 263.000,00. O acompanhamento do referido programa é feito por meio de ação conjunta entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ministério da Fazenda e Ministério de Minas e Energia.

As ações de controle demandadas pela SFC foram executadas por meio de auditoria que resultou no Relatório de Auditoria de Acompanhamento de Gestão N.º 106.750/2002, que constatou que a falta de dotação orçamentária tem atrasado o calendário de execução do programa, com consequente necessidade de reformulação das metas de execução. As conclusões dos trabalhos de auditoria apontam para a necessidade de elaboração de norma específica para definição da relação da secretaria com o CIMA; montagem de banco de dados próprio sobre as informações com vistas à avaliação histórica e desenvolvimento de indicadores; e elaboração de programa para verificação do cumprimento das determinações do CIMA em relação à política de formação de estoques no que tange às quantidades, locais e condições de concessão dos financiamentos.

Na linha desenvolvimentista, destaca-se o Programa Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (0860), cujo objetivo consiste em fomentar a produção e facilitar o abastecimento de produtos agropecuários, foi dotado inicialmente no valor de R\$ 289.592.425,00. Esse programa priorizou as ações Estímulo à Produção Agropecuária - Aquisição de Patrulha Mecanizada e Estímulo à Produção Agropecuária – Eletrificação Rural. Na ação Estímulo à Produção Agropecuária – Eletrificação Rural, foram demandadas 64 ações de controle, em 32 Contratos de Repasse, descentralizados em 10 Estados (AL, BA, CE, MA, MG, MT, PA, RN, RO e RS). Na ação Estímulo à Produção Agropecuária - Aquisição de Patrulha Mecanizada, os Contratos de Repasses foram selecionados nacionalmente e enviados para verificação dos processos de contratação no exercício de 2001. Os resultados apontam para uma efetiva realização das aquisições previstas, porém com fragilidades no que tange à cobrança das prestações de contas e fiscalização da CEF. Em que pese os fatos constatados, há indicativo de instauração de Tomada de Contas Especial – TCE em 10 Contratos de Repasse, listados a seguir, com as respectivas constatações e providências adotadas:

SIAFI N.º 402600 – Goiás/GO - Os preços de aquisição estavam em média 69,87% acima dos preços praticados e a Nota Fiscal nº 0015 foi emitida anteriormente à data de assinatura do contrato de repasse. Foi encaminhado ao Gestor Nota Técnica nº 506/DEAGR/SFC/CGU-PR, sem pronunciamento da SARC até o momento (montante envolvido da ordem de R\$ 112.500,00);

SIAFI N.º 412322 – Taguatinga/TO - Não foi apresentado comprovante de recolhimento do saldo dos recursos ao Tesouro Nacional. Em 11/10/02, a SARC, por meio do Ofício GAB/SARC/MAPA/N.º 2048, encaminhou Ofício nº 510 SUREP/GEATO, segundo o qual a CEF informou o recebimento do comprovante da devolução à União, no valor de R\$ 590,96, bem como a aprovação da prestação de contas;

SIAFI N.º 412951 – Ministro Andreazza/RO - No sistema de controle de patrimônio, constava “carreta agrícola com capacidade para 3.000 (três mil) quilos”, embora a carreta adquirida tinha capacidade para 2.000 (dois mil) quilos. Em 30/08/02, a SARC, por meio do Ofício/GAB/SARC/MAPA/N.º 1838, enviou-nos as justificativas apresentadas pela CEF e as providências tomadas para a devida regularização;

SIAFI nº 400313 – Papanduva/SC - Houve ampliação do objeto sem autorização do Ministério da Agricultura, para aproveitar o saldo disponível de recursos. Em 07/11/02, foi encaminhado Ofício GAB/SARC/MAPA/N.º 2128, informando que a ampliação do objeto encontrava-se aprovada pelo Delegado Federal da DFA/SC;

SIAFI nº 421156 – Florestal/MG - A Prefeitura ainda não apresentou a Prestação de Contas Final. Em 07/11/02, foi encaminhado Ofício a esta SFC informando que, em 18/10/02, foi enviado à Prefeitura Ofício de Notificação de TCE, estabelecendo um prazo para a apresentação da mesma (montante envolvido da ordem de R\$ 73.920,00);

SIAFI nº 413161 – Rio Sono/TO - A Prestação de Contas, até a presente fiscalização, não havia sido apresentada. Em 07/11/02, foi encaminhado Ofício GAB/SARC/MAPA/Nº 2128, informando que a citada Prestação foi entregue e aprovada pela CEF;

SIAFI nº 416884 – Planaltina/GO - Não houve aquisição efetiva dos equipamentos, conforme previsto no Plano de Trabalho. Em 07/11/02, foi encaminhado Ofício GAB/SARC/MAPA/Nº 2128, registrando o recebimento da prestação de contas e a prorrogação da vigência;

SIAFI nº 419610 – Americano do Brasil/GO - A Prefeitura Municipal ainda não apresentou a Prestação de Contas. Em 07/11/02, foi encaminhado Ofício GAB/SARC/MAPA/Nº 2128, informando que a Prefeitura apresentou à CEF a documentação pertinente à Prestação de Contas Final, sendo aprovada em 09/07/02;

SIAFI nº 416880 – Porto Acre/AC - No SIAFI, em 27/09/2002, o contrato de repasse encontrava-se na situação “A COMPROVAR”, no entanto, a vigência do contrato expirou em 30/12/2001. Em 07/11/02, foi encaminhado Ofício GAB/SARC/MAPA/Nº 2128, informando que foi expedida notificação de TCE (montante envolvido da ordem de R\$ 100.000,00);

SIAFI nº 402253 – Alto Alegre/RR - A Prefeitura Municipal, na gestão anterior, realizou a licitação na modalidade Tomada de Preços (nº 06/00) em 23.06.2000. Foi adjudicada como vencedora do certame a empresa Agromac LTDA. No entanto, comparando as três propostas apresentadas, a vencedora apresentou a proposta de maior valor, resultando em prejuízo ao Erário no valor de R\$ 36.076,00 (trinta e seis mil e setenta e seis reais). Em 10/10/02, foi enviado Ofício nº 7942 DEAGR/SFC/CGU-PR à SARC, solicitando o ressarcimento do valor pago a maior. Em 28/11/02, a SARC apresentou justificativas. Tendo em vista o posicionamento da CEF, foi recomendado à SARC notificar formalmente a CEF, para, doravante, obter-se maior rigor quando da análise das prestações de contas, de modo a evitar a aprovação de atos ilegais no processo licitatório, nitidamente contrários à Lei 8.666/93 e à moralidade pública, inclusive, com possível ocorrência de direcionamento na licitação, como o caso retro.

No Programa Desenvolvimento da Pesca - 0370 foi selecionada para controle a Ação Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel - 0080, que visa a aumentar a renda do pescador e contribuir para a sustentabilidade da atividade pesqueira nacional. A dotação inicial do Programa foi fixada em R\$ 8.068.838,00. Com o objetivo de verificar procedimentos operacionais para pagamento da subvenção econômica ao preço do óleo diesel à Petrobrás, pelo Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA) e pelas Delegacias Federais de Agricultura (DFA) nos Estados, efetuou-se auditoria na Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo (SARC), que resultou na elaboração do Relatório de Auditoria Acompanhamento de Gestão, que apontou problemas no processo de pagamento à Petrobrás da subvenção econômica ao preço do óleo diesel, no exercício de 2001, referentes aos Estados de São Paulo e Santa Catarina. Verificou-se, ainda, impropriedades na formalização dos pagamentos no que tange à existência de repasse de valores a beneficiários inscritos no CADIN, ausência de notas fiscais comprobatórias de consumo pelo beneficiário, com atesto e data de fornecimento, impropriedades nos processos de prestação de contas de contratos firmados pela SARC, com recursos do Programa.

Faz-se necessária a reavaliação dos controles internos da SARC, maior rigor na fiscalização do abastecimento do diesel subvencionado e urgente adequação dos normativos que regem a Ação Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel.

No Programa Erradicação da Febre Aftosa - 0358 foram selecionadas para controle as Ações: 3650 Campanha Educativa para Erradicação da Febre Aftosa e 3664 – Fiscalização Sanitária e Epidemiológica para Erradicação da Febre Aftosa. O Programa tem como objetivos gerais a erradicação da febre aftosa da totalidade do país até dezembro de 2005 com a manutenção do status dos Estados já reconhecidos como áreas livre de febre aftosa e erradicação da doença nas demais regiões do país. A dotação inicial do Programa foi fixada em R\$ 5.212.000,00.

Foram demandadas ações de controle com o objetivo de verificar, por meio de fiscalizações, os pagamentos efetuados em convênios inscritos em Restos a Pagar no valor de R\$ 19.887,58, pelo LARA/RS, pertinência das indenizações pagas aos agricultores pela DFA/RS em decorrência do acometimento de febre aftosa pelo gado bovino. Quanto ao pagamento de indenização do gado sacrificado em municípios do Rio Grande do Sul devido à febre aftosa, foram apontadas falhas formais ligadas ao roteiro de pagamento.

Com relação a apuração de denúncia de desvio de recursos do Programa 0358 para financiar campanhas políticas no estado da Bahia foi elaborada a Nota Técnica n.º 00626/DEAGR/SFC/CGU-PR, de 07out2002, a qual descaracterizou preliminarmente, com suporte em análise documental, os fatos denunciados.

Quanto a apuração de possível prática de irregularidade no âmbito do serviço de vigilância agropecuária no município de Uruguaiana no Rio Grande do Sul, as avaliações encontram-se inconclusas pois os trabalhos de sindicância ainda não foram concluídos.

No programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas (0356), que objetiva melhorar a qualidade dos alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários, com dotação inicial no valor de R\$ 36.741.540,00, foram selecionadas para controle as ações Classificação de Produtos Vegetais, Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico e a Fiscalização da Classificação de Produtos de Origem Vegetais, seus Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico. As ações enfocaram o processo de reestruturação administrativa e legal que perpassa a política nos últimos dois anos, o qual está consubstanciado nos gastos com o Projeto de Cooperação Técnica (PCT/BRA/IICA/98/002), assinado entre a Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo – SARC/MAPA e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Assim, já em final de 2001, houve restrição ao acesso à documentação comprobatória dos gastos pelo contratado (IICA), que , ao arrepio do previsto no acordo assinado, estava de posse de toda a documentação comprobatória, quando da auditoria de acompanhamento. Diante desta situação foram expedidos vários ofícios, o último posicionamento constando do Ofício/GAB/SARC/MAPA/n.º 1837/2002 de 30.06.2002, no qual a SARC informa que o IICA estaria disponibilizando a documentação relativa ao gastos em questão, a partir de 10.09.02. Todavia, diante da falta de aprovação por parte do Gestor dos gastos efetivados, aguarda-se a manifestação final da SARC para o início dos trabalhos de avaliação.

Ainda quanto a este Projeto, em que pese as restrições retromencionadas, foi expedida a Nota Técnica n.º 0761 de 08.11.2002, referente a análise das justificativas do Relatório de Auditoria de Acompanhamento n.º 091829/2001, onde reiteram-se as seguintes constatações: falta de implementação da “home page” com as informações previstas no Termo de Cooperação Técnica e Revisões; não disponibilização simultânea da base única de dados informatizada; pagamento de treinamento no exterior com realização parcial do evento, referente ao Contrato n.º 100/99, - Contratação de Pessoal sem a previsão nas Revisões n.º 01 e 02 do Projeto; não atingimento do quantitativo de Laboratórios de Referência a serem equipados; aquisição de equipamentos de informática para a CEAGESP sem previsão no Termo de Cooperação Técnica. Os valores envolvidos montam R\$ 617.255,66

Por fim, quanto à linha de pesquisa agropecuária, na avaliação da execução do Programa Agricultura de Precisão - 0364, focou-se no acompanhamento da execução do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária/Prodetab, Acordo de Empréstimo n.º 4169/BR, financiado com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, com um custo global estimado de US\$ 120 milhões, sendo US\$ 60 milhões provenientes do Tesouro Nacional (Contrapartida Nacional) e os outros US\$ 60 milhões, recursos do BIRD. Algumas licitações realizadas em 2000, no montante de US\$ 62,622.16 (sessenta e dois mil, seiscentos e vinte e dois dólares e dezesseis centavos) foram objeto de glosas no Relatório de Auditoria Contábil. De fato houve a devolução de US\$ 94,847.13 (noventa e quatro mil, oitocentos e quarenta e sete dólares e treze centavos), referente ao restante da glosa pertinente a licitações realizadas em desacordo com as Normas de Aquisição do Banco Mundial.

Fundamentando-se no posicionamento do Banco Mundial, a Embrapa, mediante o C.DAF.CCE n.º 80/2002, de 11/mar/2002, solicitou ao Banco do Brasil efetuar a devolução de recursos, no valor de US\$ 94,847.13 (noventa e quatro mil, oitocentos e quarenta e sete dólares e treze centavos) à Conta Especial do Empréstimo. Em 18/mar/2002, por intermédio da C.PR 115/2002, considerando que esse procedimento atendeu às exigências registradas no Relatório de Auditoria, solicitou a manifestação desta Secretaria Federal de Controle Interno junto à Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF quanto à regularidade das contas do referido Acordo, objetivando a liberação da movimentação financeira da Conta Especial. Em que pese a Embrapa afirmar em seu C.PR n.º 141/2002 (Fls. 98 – Vol II), de 02/abr/2002, não ter se registrado prejuízo no desenvolvimento das ações programadas, nem ao Erário, posto que os bens e serviços adquiridos estão sendo utilizados nos projetos ou subprojetos que deram origem às respectivas demandas, ressaltamos o fato de ter havido necessidade de devolução de recursos, no montante de US\$ 94,847.13 (noventa e quatro mil, oitocentos e quarenta e sete dólares e treze centavos), à Conta Especial do Empréstimo, com orçamento da Embrapa, impactando/comprometendo o orçamento e a disponibilidade financeira do exercício de 2002.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT)

A Secretaria Federal de Controle elencou treze dos trinta e cinco Programas do MCT para avaliação da execução, além de outros projetos financiados com recursos externos, em função da importância dos mesmos no âmbito setorial.

O Programa Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico no Setor Petrolífero, denominado genericamente de CTPETRO, objetiva a pesquisa e o desenvolvimento tecnológicos aplicados na indústria do petróleo e gás natural, mediante apoio financeiro a programas de amparo a pesquisa neste setor, com recursos provenientes de royalties do petróleo (nos termos do art. 49, inciso I, alínea “d”, da Lei n.º 9.478 de 1997).

A conta utilizada é a do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, gerido pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, e contempla as ações: Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa de Interesse da Indústria do Petróleo e Gás Natural, Ampliação da Capacidade Computacional para Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Petróleo e Correlatos e Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Aplicados à Indústria do Petróleo e Gás Natural .

No que concerne a este Programa, a partir de uma análise orçamentária, a atuação da Secretaria Federal de Controle Interno, concentrou-se no acompanhamento da Ação Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Aplicados à Indústria do Petróleo e Gás Natural.

Esta abordagem levou em consideração, além do aspecto orçamentário, o número de agentes envolvidos, FINEP e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq; as ações passíveis de apoio previstas no Plano CTPETRO, projeto de pesquisa, estudos e eventos.

Decorreu do acompanhamento deste programa a realização de ações de fiscalizações sistemáticas, cujo escopo compreendeu a implantação/adequação da infra-estrutura laboratorial (obras, instalações, equipamentos e material permanente), prevista para execução de 12(doze) projetos de pesquisa, objeto da Seleção Pública de Projetos FINEP nº 001/2000.

Os resultados alcançados revelaram a regularidade na aplicação dos recursos, não obstante, terem sido evidenciados atrasos no cronograma físico da infra-estrutura laboratorial, provocados por entraves burocráticos na aprovação de projetos de obras e por insuficiência de recursos, decorrente de oscilações na taxa cambial que ensejaram demanda por recursos adicionais.

Com o objetivo de atender diligência do Tribunal de Contas da União – TCU, esta SFC procedeu as ações de fiscalização e de auditoria, com foco na aplicação dos recursos referentes aos royalties do petróleo, fonte 138, descentralizados pela FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos, visando a atestar a regular aplicação dos recursos destinados aos objetivos definidos pelo Fundo do Petróleo.

Os resultados apontaram a regularidade da aplicação dos recursos. Porém, no intuito de conferir maior grau de transparência à execução orçamentária, esta SFC expediu orientações objetivando evitar possíveis desvio de finalidade dos recursos e de forma a garantir, por conseguinte, a sua legalidade.

O Programa “Capacitação de Recursos Humanos para a Pesquisa” tem por objetivo ampliar a capacidade de resposta do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia às demandas de conhecimento e de serviços técnico-científicos da sociedade, mediante a formação e qualificação de pesquisadores. Este programa tem sua execução sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq.

Destaca-se que este Programa compõe-se de quatro ações: Concessão de Bolsas de Iniciação Científica; Concessão de Bolsas de Formação e Qualificação; Concessão de Bolsas de Estímulo à Pesquisa, e Sistemas de Gestão, Acompanhamento e Avaliação da Capacitação de Recursos Humanos.

A Secretaria Federal de Controle Interno realizou, no âmbito daquele Conselho, auditoria operacional visando a avaliar execução do Programa “ Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa”, principalmente, no que concerne aos mecanismos de concessão de bolsas. Os resultados desta auditoria apontam para necessidade de melhorias nos sistemas de informações gerenciais, com vistas a distinguir as modalidades de bolsas, associando as respectivas modalidades a cada ação e por consequência ao Programa.

O Programa “Nacional de Atividades Espaciais - PNAE” é composto por 12 Ações voltadas à formação de pessoal, produção de satélites e veículos lançadores, foguetes de sondagem, bem como infra-estrutura laboratorial voltada à consecução dos objetivos. Tem por finalidade capacitar o país para desenvolver e utilizar tecnologias espaciais na solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira. A Agência Espacial Brasileira é o órgão encarregado da gestão desse Programa. Os sistemas espaciais são, atualmente, essenciais, não apenas na obtenção de informações sobre a Terra, como também na viabilização de aplicações e serviços decorrentes dessas informações.

No caso brasileiro, as características territoriais e geopolíticas do País tornam a tecnologia espacial a única alternativa viável para o atendimento de necessidades nacionais como, por exemplo, as de telecomunicações, o levantamento e a prospecção de recursos minerais, o acompanhamento de alterações no meio ambiente e a vigilância das fronteiras.

Atenta à importância deste Programa, a Secretaria Federal de Controle selecionou, realizou, no âmbito Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais- INPE- São José dos Campos, auditoria operacional visando a avaliar execução do Programa especificamente na Ação “Participação Brasileira no Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres- CBERS”.

Nessa auditoria operacional, no contexto do Programa de Atividades Espaciais – PNAE, verificou-se que foram contingenciados recursos orçamentários previstos na LOA, prejudicando, sobremaneira, as atividades de produção e integração de satélites.

Os resultados dessa auditoria apontam para a regularidade da gestão em consonância com as metas fixadas, não obstante, terem sido evidenciados problemas técnicos na produção dos satélites fatos esses porém, que não prejudicaram a viabilidade da celebração de novos Acordos internacionais, em condições favoráveis ao aporte tecnológico para o País.

O Programa de Segurança Nuclear, de responsabilidade da CNEN- Comissão Nacional de Energia Nuclear, composto por 8 ações. Para inícios dos trabalhos nesse Programa foram selecionadas 3 ações voltadas ao licenciamento, fiscalização, rejeitos, bem como, os aspectos de controle radiológico e dosimetria, visando compreender as condições operacionais e estruturais da CNEN, bem como as interfaces e principais fatores limitantes condicionantes à realização de suas atribuições. Visto que com o advento de novas tecnologias intensificou-se a disseminação de equipamentos e produtos portadores de atividade radioativa em vários ramos da sociedade.

A SFC realizou auditoria operacional no âmbito da CNEN com o objetivo de avaliar os mecanismos de controle internos e a adequabilidade do gerenciamento e aplicação dos recursos do Programa quanto aos procedimentos adotados principalmente no que tange aos aspectos de segurança radiológica e nuclear sem olvidar-se daqueles atinentes ao ciclo de enriquecimento do urânio. A auditoria verificou a necessidade premente de se reavaliarem procedimentos que se mostraram adequados em outros momentos, visando fazer face à nova realidade decorrente da crescente demanda tanto do setor público como privado.

Nos Programas de Governo Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico, Inovação para Competitividade; Biotecnologia e Recursos Genéticos – GENOMA, Gestão da Política de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento de Serviços Tecnológicos, está contemplado em cada um deles a Ação “Projeto de Apoio a Reforma de Ciência e Tecnologia - PADCT III”. Essa Ação é um Projeto especial do governo brasileiro, administrado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, e operacionalizado pelas Agências Executoras: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq; Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (também Agente Financeiro) e Agências Co-participantes, com os objetivos de: contribuir para a ampliação da capacidade tecnológica nacional; atuar na capacitação de recursos humanos para atender às necessidades dos setores acadêmicos e empresarial, assim como na ampliação mais efetiva de conhecimento científico e tecnológico em áreas selecionadas de relevância para o desenvolvimento nacional; e contribuir para o melhor desempenho global do setor de ciência e tecnologia.

Foram concluídas 04 auditorias anuais nas agências executoras e agente financeiro do PADCT III que resultou em constatações de fragilidade nos controles internos, glosas e demonstrações financeiras com diferença de registros. Adicionalmente, verificou-se que foram contingenciados 68 % dos recursos previstos na LOA, prejudicando, sobremaneira, as atividades de pesquisas previstas no Projeto especial do Governo Brasileiro, tanto do aspecto de aquisições de equipamentos como de manutenção de equipe. Para tanto, diversos projetos de

pesquisas foram transferidos para serem financiados por outras fontes de recursos como os Fundos Setoriais Verde-Amarelo e Recursos Hídricos, para que não sofressem interrupções.

Especificamente nas Ações de Governo que compõem o PADCT III, a SFC deflagrou 213 fiscalizações de convênios nos Programas de Governo: Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico, com 201 fiscalizações; Inovação para Competitividade, com 05 fiscalizações; Biotecnologia e Recursos Genéticos – GENOMA, com 06 fiscalizações; e Desenvolvimento de Serviços Tecnológicos, com 01 fiscalização. Todas as fiscalizações encontram-se em andamento nos diversos estados do país.

O subprograma de C&T, executado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, está inserido no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7. O componente “Projeto de Pesquisas Dirigida”, cujo objetivo é o de promover a geração e disseminação de conhecimento científico relevante para as atividades de conservação e desenvolvimento uniforme na região Amazônica Brasileira. Tem como Agência Executora e Financeira a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, e vem sendo executado por meio do Acordo de Financiamento n.º BRE/B7-6201/IB/96/013, assinado com a Comissão das Comunidades Europeias - CCE.

Para o subprograma acima citado, foram realizadas auditorias anuais na Agência Executora e Financeira, resultando em recomendações de melhorias no controle interno e devoluções de pagamentos de impostos. Foram também deflagradas 12 auditorias nos contratos de Pesquisa Dirigida –PPD, encontrando-se em execução. Com relação a efetividade dos 30 projetos de pesquisas dirigidas contratados, estão com suas atividades de acordo com as metas estabelecidas, apontando, dessa forma, para um desempenho satisfatório nos resultados esperados.

O Programa Inovação para Competitividade, cujo objetivo é o de desenvolver e difundir soluções e inovações tecnológicas voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais e das condições de inserção da economia brasileira no mercado internacional, tem 04 estratégias de atuação: (i) estimular o aumento efetivo da participação do setor produtivo nacional na alocação de recursos para a capacitação tecnológica das empresas, contribuindo para o incremento dos investimentos do país em C&T; (ii) introduzir a dimensão tecnológica em programas governamentais que visem aumentar a competitividade das cadeias produtivas relevantes para o país; (iii) adotar critérios de seletividade na alocação de recursos, procurando conciliar o incremento da capacitação tecnológica nacional com a geração de impactos sociais positivos, e (iv) adotar um modelo de gestão que atue na integração de agentes e iniciativas mediante a centralização das decisões de caráter estratégico e a descentralização das ações operacionais.

As principais fontes de recursos do Programa em questão são originárias dos Fundos Setoriais, representando um papel predominante nos mecanismos de financiamentos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em empresas de base tecnológica.

O acompanhamento do Programa Inovação para Competitividade é efetuado por meio das Ações de Governo: Fomento a Pesquisa e a Inovação Tecnológica (Verde Amarelo); - Fomento a Pesquisa e a Inovação Tecnológica para o Setor de Energia Elétrica – CT-ENERG; e a Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica em Setores Estratégicos, sob responsabilidade da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.

As atividades realizadas pela SFC, para o acompanhamento do Programa, resultaram, em 02 auditorias operacionais nas Ações Fomento a Pesquisa e a Inovação Tecnológica (Verde Amarelo) e Fomento a Pesquisa e a Inovação Tecnológica para o Setor de Energia Elétrica – CT-ENERG no sentido de avaliar os mecanismos de controle interno e da adequabilidade no gerenciamento e aplicação dos recursos dos fundos setoriais verde-amarelo e CT-Energ, 01 auditoria anual na Ação Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica em Setores Estratégicos e 83 fiscalizações em projetos previamente selecionados no âmbito das supracitadas Ações.

Com relação a Ação Fomento a Pesquisa e a Inovação Tecnológica (Verde Amarelo), verificou-se a migração de diversos convênios que compunham outras carteiras na FINEP para o Fundo Setorial Verde-Amarelo, como por exemplo, a transferência de saldos dos convênios em andamento do PADCT III, o que permitirá a continuidade dos convênios contratados, cujo desenvolvimento de projetos vinha sendo prejudicados pela insuficiência de aporte de recursos. Além disso, estão sendo fiscalizados 59 convênios de um universo de 260, o que representa 23 % dos convênios em vigência.

Constatou-se na Ação Fomento a Pesquisa e a Inovação Tecnológica para o Setor de Energia Elétrica – CT-ENERG, a necessidade de melhorias no sistema de controle interno da FINEP, assim como a identificação de pontos críticos, como por exemplo, a dificuldade de se estabelecer a previsão de 30% dos recursos

contratados para as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste. Foram, também, deflagradas 24 fiscalizações nos convênios assinados, representando 86 % dos projetos em execução.

No tocante à Ação Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica em Setores Estratégicos, parcialmente financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por meio do Contrato de Empréstimo 880/OC-BR, a auditoria de projetos realizada na FINEP constatou que houve transferências de saldos dos convênios da Fonte FNDCT – 2100 (CONTRAPARTIDA BID), pertencentes à carteira do referido Contrato de Empréstimo, para a Fonte FNDCT – 166 – Fundo Integração Universidade Empresa – Fundo Verde-Amarelo, face a insuficiência de aporte de recursos da Contrapartida Nacional pela qual estavam sendo mantidos a execução dos projetos contratados com recursos inicialmente do FNDCT/BID. A lacuna existente entre a Contrapartida Nacional em relação aos recursos pari passu desembolsados pelo BID, reduziu significativamente em função da inclusão de 207 projetos substancialmente análogos ao Contrato de Empréstimo BID 880-OC/BR, que se encontravam vinculados a outras carteiras da FINEP.

No contexto geral das ações de controle efetuadas pela SFC, percebeu-se que as atividades realizadas no âmbito do Programa de Inovação para Competitividade pretendem atender claramente às estratégias estabelecidas pelo Programa. Tal direcionamento deve-se ao estímulo da participação financeira do setor produtivo conjuntamente com os Institutos de Pesquisas/ Instituições de Ensino Superior quando de convocação, por meio de editais públicos, dessas parcerias na execução de projetos de pesquisa aplicada. Além disso, com o advento dos Fundos Setoriais, apesar de terem sido constituídos na sua maioria no 2º semestre de 2001, portanto, recentemente, a segurança de aportes de recursos financeiros adicionais por meio de diversas modalidades de arrecadação, deverá dar estabilidade às atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, que tanto sofreram com a solução de continuidade.

MINISTÉRIO DA CULTURA (MC)

No exercício de 2002, o Ministério da Cultura/MinC teve uma dotação autorizada líquida de R\$ 288.713.366,00 (excluídos Pessoal e Encargos Sociais) contando ainda com recursos no valor absoluto do limite global das deduções do imposto sobre a renda devido, relativas a doações e a patrocínios em favor de projetos culturais e a incentivos à atividade audiovisual no montante de R\$ 160.000.000,00, distribuída em 16 programas e 1 programação, sendo que 4 desses programas e a programação foram objeto de ações de controle por parte desta Secretaria, que correspondem a 50,5% da mencionada dotação. Os programas acompanhados na área da Cultura, foram Livro Aberto, Música e Artes Cênicas, Produção e Difusão Cultural e Monumenta - Preservação do Patrimônio Histórico e, ainda, na Programação Fomento ao Audiovisual pelas Leis de Incentivo a Cultura.

O Programa Livro Aberto tem o objetivo de ampliar significativamente o hábito da leitura no Brasil. Para tanto, o Ministério da Cultura – MinC procura reunir esforços dos governos federal, estadual e municipal no sentido de ampliar o domínio da informação escrita pela população brasileira. O Programa compõe-se de catorze ações, dentre as quais sob a responsabilidade da Administração Direta, destacam-se na área do Livro e da Leitura: Fomento a Projetos Culturais; Concessão de Bolsa; Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais e Implantação de Bibliotecas Públicas em cada Município.

Para avaliação da execução do referido Programa, a Secretaria concentrou-se na Ação Implantação de Bibliotecas Públicas em Cada Município, cuja finalidade é a ampliação e o fortalecimento da rede pública de bibliotecas. Foram avaliados os objetos dos convênios firmados em 122 municípios contemplados com recursos do programa no Orçamento de 2000, representando a totalidade das transferências públicas. Os resultados da avaliação serviram para corrigir disfunções aferidas pelos trabalhos de 128 fiscalização in loco. O produto final do trabalho, concluído em 2002, foi encaminhado ao gestor e apresentou como principais constatações: não implantação de bibliotecas; itens adquiridos não encontrados e/ou não entregues; aquisição com preços acima da média de mercado; promoção pessoal pela utilização indevida de nomes de pessoas vivas em bens públicos; ausência de divulgação do apoio do MinC, irregularidades nos processos licitatórios, local inadequado/provisório. Cabe ressaltar que das fiscalizações realizadas, 16 (dezesesseis) apresentaram indicações de tomada de contas especial, com valor potencial de ressarcimento ao Erário no montante de R\$ 246.758,05.

Ademais, das bibliotecas visitadas foram encaminhados 568 questionários, nos quais foram avaliadas questões como a facilidade de acesso à biblioteca; instalações e espaço físico, iluminação, ventilação e aspectos visuais; conforto e adequabilidade do espaço e do mobiliário colocado à disposição em relação à quantidade de usuários; quantidade e qualidade de títulos; qualidade do atendimento, em relação à orientação

prestada quanto à disposição dos títulos/organização para consulta; o sistema de empréstimo de livros; qualidade do atendimento na orientação da pesquisa e do acesso e utilização dos equipamentos de informática; e a adequabilidade do período de funcionamento da Biblioteca, além de questões como faixa etária dos usuários, profissão e formação escolar.

Os resultados obtidos apresentaram, no geral, bom grau de satisfação entre os usuários, conforme quadro a seguir:

Respostas	Acesso	Instalações	Mobiliário	Qtde. dos títulos	Qtde. Dos títulos	Atendimento	Sistema de Empréstimo	Orientação à pesquisa	Período Func.
Ótima/Boa	85,40%	70,95%	67,62%	61,66%	66,02%	76,76%	62,33%	43,04%	75,35%
Razoável	7,92%	14,79%	18,66%	24,96%	22,18%	11,44%	13,38%	10,71%	12,50%
Ruim/Péssima	2,11%	6,87%	6,86%	6,07%	4,05%	5,11%	10,91%	16,43%	6,69%
Sem Avaliação	4,57%	5,99%	6,86%	7,31%	7,75%	6,69%	13,38%	29,82%	5,46%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Nos exercícios de 2001 e 2002, O MinC, a partir dos resultados obtidos em trabalho empreendido pelo Gerente para avaliação do projeto - no qual constatou a baixa qualidade do acervo bibliográfico disponibilizado nas bibliotecas implantadas - bem como considerando as constatações e recomendações da SFC, modificou a metodologia de execução da Ação Governamental. Diferentemente dos anos anteriores, quando firmava convênios para descentralização de recursos, no final do ano de 2000, o MinC adotou o sistema de compra centralizada do acervo bibliográfico e estantes, promovendo a doação do Kit-básico aos Municípios interessados e selecionados para implantarem uma biblioteca pública.

Nesse exercício além da compilação dos dados apresentados anteriormente, a avaliação da execução da referida Ação, concentrou-se na descentralização de 190 fiscalizações, sendo 96 referentes ao Orçamento de 2001 e 94 do Orçamento de 2002, com a execução sob a nova metodologia de execução da Ação Governamental.

O Programa Música e Artes Cênicas visa à melhoria e ampliação do acesso da população às mais diversas expressões da cultural nacional. O Programa busca fortalecer a produção musical brasileira em nível nacional e internacional, investindo na infra-estrutura dos espaços culturais e apoiando a realização de espetáculos, mostras e eventos relacionados com a música e as artes cênicas brasileiras. Para tanto, está composto de seis Ações, quais sejam: Apoio a Bandas de Música, Apoio a Orquestras, Fomento a Projetos Culturais nas áreas de Música e Artes Cênicas, Promoção e Intercâmbio de Eventos de Música e Artes Cênicas no País e no Exterior, Concessão de Prêmios nas Áreas de Música e Artes Cênicas, Implantação e Modernização de Espaços Culturais destinados a Música e Artes Cênicas e Concessão de Bolsa nas Áreas de Música e de Artes Cênicas.

A Ação Apoio a Bandas de Música, com o propósito de valorizar e difundir a música instrumental no Brasil, tem atuado como instrumento de socialização e cidadania e materializa o apoio aos projetos de formação de bandas de música de iniciativa pública e privada. Seu principal componente é a distribuição de kits compostos de 18 instrumentos, dentre os quais: clarinetas, saxofones, trompetes, trombones, sax-horn, bombardino e bombardão.

A avaliação dessa Ação, após a conclusão das 165 inspeções in loco, constatou que 50,29% das bandas não foram constituídas ou encontravam-se desativadas ou estavam constituídas sem instrumento legal; em 19,39% dos beneficiários não houve a integralização da contrapartida, indispensável para a manutenção e funcionamento da banda; em relação à utilização dos instrumentos, 9,69% dos beneficiários não os vêm utilizando na forma prevista, sendo constatada, ainda, falha no acompanhamento da execução do Programa pelo MinC. A SFC encaminhou esses resultados ao Ministério, que vem adotando medidas recomendadas para sanar as deficiências apontadas.

O Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano - Monumenta tem como objetivo a revitalização sustentável do patrimônio histórico brasileiro sob tutela federal, entendido como o conjunto de ações que compreende desde intervenções de conservação e restauro até a implementação de medidas educativas, gerenciais e administrativas, capazes de ampliar o retorno econômico e social dos investimentos públicos aplicados na conservação desse patrimônio cultural.

Inserido entre os 52 Programas Estratégicos constantes do PPA 2000/2003, o Programa Monumenta é, parcialmente, custeado com recursos de empréstimo contratado entre o Governo Brasileiro e o Banco

Interamericano de Desenvolvimento-BID no valor de US\$ 62,500,000.00. No exercício de 2002, o referido Programa, contempla as seguintes Ações: Capacitação de Técnicos na Área do Patrimônio Histórico Urbano, Campanha Educativa Referente ao Patrimônio Histórico Urbano e Preservação do Patrimônio Histórico Urbano.

Em vista da representatividade das atividades e do volume de recursos previstos no orçamento de 2002 (R\$ 12.672.000,00), a Secretaria Federal de Controle Interno priorizou o acompanhamento da Ação Preservação do Patrimônio Histórico Urbano. Para tanto, elegeu como estratégia o desenvolvimento de ações direcionadas a dois segmentos de atuação identificados como:

Fase Preliminar - compreendendo atividades pertinentes ao recebimento e análise das cartas-consulta, apresentadas pelos municípios; celebração do acordo de cooperação técnica, para elaboração do projeto e celebração do convênio de financiamento; desenvolvidas pela Unidade Central de Gerenciamento – UCG.

Fase Executiva - relativa a atividades necessárias à operacionalização do projeto: desembolso dos recursos, execução do projeto e apresentação da prestação de contas; a cargo da Unidade Executiva do Projeto – UEP, localizada nos municípios.

A baixa execução físico-financeira do Programa restringiu as ações de controle, no primeiro semestre de 2002, ao acompanhamento das atividades desenvolvidas no âmbito da UCG, dentre as quais destaca-se a realização de Auditoria contábil, que originou a devolução efetiva de R\$ 270,00 e potencial da ordem de R\$ 1.380.599,90, para a qual o gestor apresentou as justificativas a seguir descritas:

- R\$ 62.478,90 excluídos da fonte BID e incluídos na contrapartida nacional - pendente de apuração de responsabilidade pelo MinC;
- R\$ 1.268.442,10 relativos a despesas prévias, em apreciação pelo Tribunal de Contas da União; e
- R\$ 49.678,90 solicitada reconsideração da glosa.

O acompanhamento sistemático do Programa efetivou-se no segundo semestre de 2002, a partir da liberação de recursos da ordem de R\$ 753.584,57, quando procedeu-se à fiscalização Piloto no Rio Grande do Sul e, posterior, descentralização de 30 ações de controle voltadas à verificação quanto ao funcionamento das Unidades de Execução do Projeto – UEP's e à execução de obras nos Estados/Municípios beneficiados, quais sejam: Salvador, Cachoeira e Lençóis (BA); São Francisco do Sul (SC); Rio de Janeiro (RJ); São Paulo (SP); Icó (CE); Diamantina, Congonhas e Ouro Preto (MG); Corumbá, (MS); Goiás (GO); Penedo (AL); Porto Alegre e Pelotas (RS); Olinda e Recife (PE) e Brasília (DF).

A Ação “Implantação e Modernização de Espaços Culturais”, implementada por intermédio de projetos com execução descentralizada mediante convênios celebrados entre a Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas – SPMAP do Ministério da Cultura – MinC e instituições federal, estadual ou municipal, entidades pública ou privada, para construção, reforma ou restauração de imóvel e/ou aquisição de equipamentos, tem por objetivo dotar cidades, de pequeno e médio porte, com espaço de uso coletivo, que viabilize a geração de renda e a cultura local.

No exercício de 2002, foram contemplados no orçamento recursos da ordem R\$ 49.111.798,00 distribuídos, entre o Ministério da Cultura - MinC, a Fundação Nacional de Artes – FUNARTE e a Fundação Cultural Palmares – FCP, para implantação e/ou modernização de 371 espaços culturais.

Em virtude da execução e/ou conclusão das metas previstas efetivar-se, basicamente, no exercício seguinte à fixação orçamentária, elegeu-se como estratégia de acompanhamento, a verificação in loco dos convênios firmados, pelo MinC, em exercícios anteriores. Para tanto, foram descentralizadas, 290 Ordens de Serviço - previstas para realização no decorrer do exercício de 2002 -, voltadas, principalmente, às constatações quanto à realização do objeto; aplicação da contrapartida; observância ao cronograma de execução; custos realizados x praticados no mercado; quantidades e valores comprovados x orçamento aprovado; especificações das aquisições e/ou serviços prestados x plano de trabalho; observância aos aspectos legais e ao alcance dos objetivos.

Das 151 fiscalizações realizadas, no exercício, a consolidação de 63 Ordens de Serviço evidencia que apenas 9% dos projetos representam espaços culturais adequadamente implantados, sem a ocorrência de quaisquer impropriedades e/ou irregularidades na execução; 6% das obras encontram-se paralisadas, situação

caracterizada pela inexistência de previsão para conclusão, e 84% das construções, reformas e/ou modernizações foram concluídas com alguma(s) das impropriedades e/ou irregularidades a seguir destacadas:

IMPROPRIEDADE	PERCENTUAL
Objetivo não atendido (espaço não disponibilizado ou disponibilizado com limitações)	22%
Alteração das especificações com prejuízo do objeto	17%
Contrapartida disponibilizada em desacordo com o previsto ou não aplicada	12%
Atraso no cronograma de execução, em virtude de problemas no gerenciamento	11%
Orçamento superdimensionado	9%
Custos praticados acima da média de mercado	8%
Irregularidades nos pagamentos	3%

As fiscalizações evidenciaram, ainda, indicativo para instauração de 10 (dez) Tomadas de Contas Especial – TCE, em vista de impropriedades e/ou irregularidades apresentadas, dentre as quais se destacam: não comprovação quanto à aplicação da contrapartida - montante de R\$ 289.783,17; incompatibilidade entre o objeto/objetivo e o Plano de Trabalho; e Objeto não concluído – obra paralisada ou processo de aquisição não concluído. Destaque-se que esses resultados foram apresentados ao Secretário de Patrimônio Museu e Artes Plásticas/MinC, para conhecimento e adoção de providências saneadoras.

O objetivo da Programação Fomento pelas Leis de Incentivo a Cultura é incentivar as atividades culturais, por intermédio de renúncia fiscal instituída pela Lei nº 8.685/93, compreendendo os mecanismos de dedução do imposto de renda devido por pessoas físicas ou jurídicas, das quantias investidas na produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente, mediante aquisição, no mercado de capitais, de quotas representativas de direito de comercialização sobre as referidas obras, autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários; ou ainda, do abatimento de percentual do imposto devido, no caso de investimento em co-produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente.

Sua composição original inclui 07 módulos-tipo, dentre as quais: Patrimônio Cultural, Artes Cênicas, Artes Integradas, Artes Plásticas, Música, Humanidades e Produção Audiovisual. Para avaliação foi selecionado o Módulo-tipo Produção Audiovisual, contemplado com significativo volume de recursos captados e cuja execução verifica-se descentralizada principalmente nos grandes centros urbanos, quais sejam: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Belo Horizonte, dentre outros. A estratégia adotada visou verificar a efetiva conclusão e vinculação das obras cinematográficas referentes à 69 projetos de audiovisual. As fiscalizações foram descentralizadas e os resultados serão encaminhados ao Ministério com a finalidade de subsidiar possíveis ajustes no funcionamento da política pública.

Durante o exercício realizou-se auditoria operacional com o objetivo de verificar os convênios celebrados pelo Minc com a Fundação Ricardo Franco e a Associação Cultural Arquivo Nacional/ACAN, bem como os projetos de mecenato, em que foram detectadas as seguintes falhas: Não aplicação e aplicação indevida de valores de contrapartida; Inobservância à legislação quanto a alteração de projetos; Projetos com baixa captação de recursos e com muitas prorrogações; Projetos com prazo expirado para apresentação de prestação de contas; e aplicação de saldo de recursos em realização de metas não previstas, o que motivou a recomendação de restituição do valor de R\$ 471.792,23 ao Fundo Nacional de cultura.

Realizou-se, ainda auditorias de avaliação de gestão 2001 e de acompanhamento de gestão 2002, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Autarquia responsável pela preservação dos bens de valor histórico, cultural e arquitetônico, em nível federal, com destaque para as seguintes constatações, as quais originaram ressarcimentos potenciais da ordem de R\$ R\$ 140.543,54: irregularidade quanto à comprovação de efetivo exercício de cargo público de servidor; cessão informal de servidores; inconsistência de registros contábeis; concessão indevida de auxílio moradia; grande incidência de dispensa de licitação justificada por emergência; e irregularidades em processo licitatório – Pregão. As constatações foram encaminhadas ao gestor para a adoção de medidas saneadoras.

Foram desenvolvidas, ainda, no âmbito do Ministério da Cultura, ações de controle relativas à verificação de 21 denúncias, 16 das quais foram concluídas e as respectivas constatações repassadas aos gestores para a implementação de providências.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)

O Ministério da Educação executou, em 2002, 29 Programas, previstos no âmbito do PPA 2000-2003, com uma dotação orçamentária, de aproximadamente R\$ 19,9 bilhões, incluindo pessoal, dívida e operações especiais. A SFC realizou ações de controle em oito desses Programas, com uma cobertura orçamentária de 64,3%.

No Programa Toda Criança na Escola, a Ação Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade – Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF sob responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e da Secretaria de Educação Fundamental – SEF, objetiva assegurar o desenvolvimento e a universalização do ensino fundamental e a valorização do magistério por meio de uma remuneração digna. Caracteriza-se como um fundo de natureza contábil composto, basicamente, por recursos dos Estados e Municípios, originários de fontes já existentes.

A abordagem de controle da Ação foi direcionada para verificar, nos Estados e Municípios beneficiados com a complementação da União, a execução dos recursos do FUNDEF, conforme percentuais estabelecidos em Lei (no mínimo 60% para salários de professores e até 40% para manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental), e a existência e atuação dos conselhos responsáveis pelo controle social. Foram demandadas 79 Ações de Controle para os Estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Pará. Nas ações finalizadas até 31.12.2002 constatou-se: fragilidades na atuação dos conselhos; divergências entre número de alunos constantes do Censo Educacional e quantidade de alunos matriculados no ensino fundamental; realização de despesas em desacordo com os objetivos estabelecidos; contratação de veículos inadequados para transporte escolar e processos licitatórios em desacordo com a Lei 8.666/93. Tais constatações foram encaminhadas ao gestor federal para providências. Esta Secretaria realizou ainda auditoria de acompanhamento no Departamento de Acompanhamento do FUNDEF, da SEF, gestor federal responsável por essa Ação, sendo que destacamos os seguintes pontos: fragilidade no acompanhamento e supervisão do Fundo; falta de acompanhamento da atuação dos Conselhos, bem como de uma política de orientação e capacitação dos mesmos; e falta de acompanhamento sistemático da aplicação dos repasses de recursos e dos resultados da atuação dos Tribunais de Contas e Ministérios Públicos. Essas situações farão parte do acompanhamento sistemático a ser procedido por esta Secretaria quanto à implementação das medidas corretivas.

A Ação Alimentação Escolar, regulamentada pela Medida Provisória nº 1.784, de 14.12.1998, e suas reedições, tem como objetivo contribuir com a redução da evasão e repetência dos alunos do ensino pré-escolar e fundamental de escolas públicas e filantrópicas, bem como formar bons hábitos alimentares, cabendo ao FNDE a responsabilidade pelo gerenciamento e execução da ação, implementada mediante transferência direta dos recursos a estados, ao Distrito Federal e aos municípios, sem a obrigatoriedade da celebração de convênio, acordo, ajuste ou contrato. Conta com a ação dos Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, enquanto principal mecanismo de controle social.

A avaliação sistemática desta Ação pelo Controle Interno vem desde 1998 e os resultados desse trabalho foram encaminhados ao gestor por meio da Nota Técnica nº 106/DSEDU, de 12.4.2002, sendo que as principais constatações identificadas foram: 60% das escolas verificadas apresentaram problemas na distribuição da merenda; em aproximadamente 40% das escolas o cardápio é elaborado por profissional sem capacitação na área; e as condições de armazenamento dos alimentos são adequadas e com controle de estoque em apenas 24,1% das escolas municipais visitadas.

No segundo semestre de 2002, objetivou-se aferir a atuação e o funcionamento das Secretarias Estaduais de Educação – SEDUC, tendo em vista as modificações impostas na Resolução nº 02/2002, que prevê o repasse de recursos diretamente às escolas. Para isso, foram demandadas ações de controle para os 26 Estados e Distrito Federal, com vistas a verificar o processo de aquisição dos gêneros alimentícios no âmbito estadual, tendo sido concluídas quinze até o momento, nas quais constatou-se que onze SEDUC optaram pelo repasse de recursos diretamente às escolas e uma pela terceirização da merenda escolar, modalidade nova de fornecimento de merenda escolar e que deverá ser objeto de análise mais detalhada em 2003. Além disso, em seis Secretarias Estaduais de Educação verificou-se falhas de execução (pagamento antecipado, aplicação indevida de recursos, saldo desde 2001 sem aplicação no programa, demora da SEDUC no repasse dos recursos para as escolas, não atuação do Conselho de Alimentação Escolar e falta de reprogramação de saldo) que já são de conhecimento do gestor federal. No trabalho da SFC realizado junto ao FNDE, foram constatadas fragilidades quanto ao monitoramento das transferências de recursos desde a liberação até a prestação de contas.

A Ação Fundo de Fortalecimento da Escola – Fundescola II é de responsabilidade do FNDE e do Departamento de Projetos de Ensino Fundamental–DPEF da Secretaria de Educação Fundamental. Tem como objetivo promover a melhoria da qualidade das escolas e dos sistemas de ensino fundamental em microrregiões definidas nos Estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ampliando a permanência das crianças de 1ª a 8ª séries nas escolas e a correção das desigualdades dessas regiões. Isso se efetiva pela melhoria das condições físicas das escolas (aquisição de mobiliários e adequação de escolas) e pelo aprimoramento da gestão das secretarias estaduais e municipais de educação e das escolas, dentre outras atividades. Os recursos são originários de Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial - BIRD. A supervisão e monitoramento são exercidos pela unidade gerenciadora (Direção Geral do Projeto–DGP) e por supervisores nos Estados e, ainda, pelas unidades executoras das escolas.

No exercício de 2002, deu-se prosseguimento às ações de controle em andamento, tendo como estratégia verificar a execução da adequação de escolas (PAPE), da melhoria das escolas (PME), da distribuição de mobiliários para as escolas adequadas e da verificação das obras de construção de escolas com mais 50% de execução física. Assim, foram demandadas 316 ações de controle, sendo 89 concluídas até o momento. Das ações concluídas, 65 não apresentaram disfunções relevantes e 24 apresentaram impropriedades, cujos relatórios foram encaminhados ao gestor do Programa para conhecimento e providências. Dentre as disfunções constatadas pode-se citar: convênios com prazo de prestação de contas expirado (3 %), não cumprimento do previsto nos contratos de adequação de prédios escolares (4 %), aquisição de materiais com preço acima do valor praticado no mercado (3 %), não realização de ações do Plano de Trabalho Anual do Convênio (3 %), mobiliários remanejados sem autorização (4 %) e existência de ventiladores com problemas de funcionamento (6 %). Persistem os problemas de inadequabilidade dos mobiliários adquiridos pelo Projeto à estatura dos alunos. Apontado o problema em relatórios desta Secretaria, a DGP procedeu pesquisa antropométrica em alguns municípios de modo a identificar melhor o público-alvo, sendo que esta Secretaria vem acompanhando a implementação dessa correção.

Outro problema que persiste no âmbito do Programa diz respeito ao Sistema Integrado de Informações Gerenciais – SIIG, apontado em relatório de auditoria como não implantado nos estados da Região Nordeste, embora tenha sido contratada empresa para implantar 27 módulos nos Estados daquela região. Esta Secretaria recomendou que fossem encontradas alternativas, juntamente com a empresa contratada, com vistas à conclusão dos trabalhos de implantação. No entanto, em visita procedida pelas CGU nos Estados de Alagoas, da Bahia, do Maranhão, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte e de Sergipe, às secretarias estaduais de educação, ficou constatado que, após a intervenção da empresa, nenhum desses Estados conseguiu implantar os 27 módulos, sendo que o Estado que atingiu o maior número de módulos implantados foi o de Sergipe, com 17. Já o Estado do Maranhão não implantou nenhum módulo. Esta Secretaria está em fase de análise dos relatórios elaborados pelas CGU e tão logo esse trabalho esteja finalizado enviará os resultados ao gestor e ao Tribunal de Contas da União.

A Ação Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados às Ações Sócio Educativas – Bolsa Escola, sob a responsabilidade da Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola - SPNBE, objetiva incentivar financeiramente o progresso educacional das crianças de famílias de menor renda, estimulando a universalização do ensino e contribuindo para a redução da evasão escolar e da repetência. Os recursos são descentralizados por meio de repasse direto ao beneficiário, por meio do agente operador Caixa Econômica Federal e o controle depende da existência e atuação do Conselho Municipal de Acompanhamento, cuja atuação é deficiente.

Em 2002, foi realizada auditoria de acompanhamento na Secretaria do Programa Nacional Bolsa Escola e foram constatadas fragilidades, informadas ao gestor, dentre elas destacamos: processos de adesão formalizados em desacordo com a legislação, procedimentos de cadastramento sem a verificação da consistência dos dados e acompanhamento incipiente dos controles de frequência.

Dando continuidade aos trabalhos de avaliação do Programa, foram demandadas 76 ações de controle, em realização, a fim de avaliar a execução do Bolsa Escola, a partir da verificação do cadastramento das famílias, dos controles exercidos pelas prefeituras, do pagamento aos beneficiários e da existência e funcionamento dos conselhos municipais, bem como dos mecanismos de acompanhamento e controle da Ação. Visando corrigir as disfunções apontadas por esta Secretaria em 2001, o gestor federal adotou as seguintes providências: padronizou as normas de operacionalização para o controle de frequência dos alunos beneficiados pelo Programa, devido à ausência de informações para transmissão da frequência escolar, e implantou ações relacionadas à orientação dos Conselhos de Controle Social, com a realização de seminários.

No Programa Escola de Qualidade para Todos, iniciou-se o acompanhamento da Ação Equipamentos de Informática para o Centro de Experimentação e Tecnologia Educacional – CETE, Núcleos de

Tecnologia Educacional–NTE e Escolas - PROINFO, que representa 50,5% do orçamento do Programa. Essa Ação, de responsabilidade da Secretaria de Educação a Distância - SEED, objetiva inserir a comunidade estudantil de primeiro e segundo graus na informatização do processo de ensino-aprendizagem, por meio da aquisição de equipamentos de informática e distribuição aos estados.

Foram demandadas 624 ações de controle, sendo que, nas 265 concluídas até 31/12/2002, constatou-se que, apesar de os NTE e de as escolas estarem cumprindo o objeto do Programa, todas as unidades apresentaram problemas, dos quais os mais freqüentes são: falta de fornecimento de material de consumo; carência de professores; insuficiência de equipamentos; dificuldades dos professores dos NTE em atender às escolas. Outros menos freqüentes são a utilização das instalações, tanto das escolas quanto dos NTE para finalidades estranhas ao Proinfo, o desaparecimento de equipamentos e a dificuldade de acesso à Internet.

Dos resultados globais parciais das fiscalizações, constatou-se as seguintes situações: 70% dos coordenadores dos núcleos fiscalizados consideram a quantidade atual de profissionais da equipe insuficiente para a realização de todas as atribuições do NTE; 54% dos NTE fiscalizados realizaram avaliações da situação das escolas em relação à utilização da informática na educação; em 80% das NTE os treinamentos oferecidos aos profissionais não são suficientes para auxiliar na utilização da informática no processo ensino/aprendizagem; em 60% das escolas a quantidade de softwares educacionais em aplicação nos trabalhos do laboratório é insuficiente para a realização das atividades de ensino; e em 48% das escolas os treinamentos oferecidos pelos NTE não são suficientes para auxiliar na utilização da informática no processo ensino/aprendizagem.

O principal problema identificado na operacionalização do PROINFO consiste na deficiência na contrapartida dos Estados e Municípios. Não existem mecanismos legais que garantam que estados e municípios forneçam material de consumo e disponibilizem pessoal para atuar nos núcleos tecnológicos e nas escolas. Essas constatações estão sendo levadas ao conhecimento do Gestor, com vistas ao aprimoramento da execução dessa Ação.

O Programa Desenvolvimento do Ensino Médio, com uma dotação de R\$ 577 milhões para oito ações, visa aumentar a cobertura do ensino médio, em decorrência do aumento da demanda pelo ensino médio advinda dos investimentos na educação fundamental. A SFC iniciou o controle da Ação Expansão e Melhoria da Rede Escolar Estadual, inserida no Projeto Alvorada, cujo objetivo é apoiar projetos estaduais de forma a garantir o atendimento integral dos egressos do ensino fundamental e a reduzir as desigualdades regionais, com investimentos prioritariamente nos municípios selecionados pela ONU, por apresentarem baixo índice de desenvolvimento humano - IDH. As ações de controle mostram evidências que: até o final de setembro, nenhum convênio do Projeto Alvorada havia feito a prestação de contas, devido a atrasos na execução; grande parte das ações dos projetos estão sendo realizadas nas capitais dos estados, desconsiderando o critério de seleção dos municípios a serem beneficiados, pelo IDH da população; e as Secretarias de Educação não se encontram, em sua maioria, estruturadas e fortalecidas para implementar a reforma do ensino médio.

O Programa Desenvolvimento da Educação Profissional destina-se a implementar um sistema de educação profissional em separado do ensino médio e do ensino universitário, capaz de habilitar jovens e adultos para o mercado de trabalho, mediante a oferta de cursos pós-médio não universitários e cursos livres, visando obter uma oferta, dentro do País, de mão-de-obra qualificada. O Programa, que está sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Média e Tecnológica–SEMTEC, subdividiu-se, neste ano, em 17 Ações, sendo que seis delas compõem o denominado Programa de Expansão Profissional-PROEP, que conta, além dos recursos próprios do MEC, com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento–BID e do Fundo de Amparo ao Trabalhador–FAT. A ação de controle neste Programa vem priorizando, desde 2001, as ações do PROEP, responsáveis por reforma/ampliação de instituições federais e/ou estaduais de educação profissional já existentes, construção de centros de educação profissional sob a responsabilidade dos estados/Distrito Federal e do segmento comunitário, aquisição de equipamentos técnico-pedagógicos e de gestão, aquisição de materiais de ensino-aprendizagem, consultorias e capacitações e serviços de terceiros. Como problemas evidenciados destacam-se: parcela significativa das escolas fiscalizadas não entraram em funcionamento (48,72%) ou não estão oferecendo os cursos conforme os projetos (7,69%); casos de construções realizadas em terrenos não pertencentes à entidade executora (5,13%), contrariando o disposto da IN n.º 01/1997; inexistência física e manutenção inadequada dos bens adquiridos; impactos na gestão financeira decorrente de pagamentos de impostos com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e de falhas na elaboração da comprovação de gastos e de pagamentos realizados a maior; e contratação de servidores efetivos para a prestação de serviços de consultoria no PROEP, contrariando o Artigo 26 da Lei nº 9.995, de 25/07/2000, o art.14 do Decreto nº 3.751, de 15/02/2001, e o Art. 37, da Constituição Federal.

No Programa Educação de Jovens e Adultos-EJA, foi objeto de avaliação a ação Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - Recomeço (Programa Supletivo) que representa 68,31% do orçamento total do Programa. O Recomeço está sob a responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e da Secretaria de Educação Fundamental - SEF, tendo como objetivos ampliar a oferta de vagas na educação fundamental pública de jovens e adultos e propiciar atendimento educacional, com qualidade e aproveitamento, à clientela matriculada nesta modalidade de ensino, por meio da transferência automática de recursos financeiros diretamente aos Estados e Municípios beneficiados, sem necessidade de celebração de convênios. O controle social é realizado pelos conselhos responsáveis pelo acompanhamento do FUNDEF.

Foram expedidas 38 ações de controle para as 20 Secretarias Estaduais de Educação beneficiadas com recursos da ação Recomeço para verificar a execução relativa aos exercícios de 2001 e de 2002, das quais vinte já se encontram concluídas, tendo sido apontadas impropriedades/irregularidades em doze delas, fato que foi encaminhado ao gestor para conhecimento e providências. As disfunções verificadas foram: não aplicação financeira do total dos recursos; realização de cursos com carga horária inferior ao previsto na legislação; falta de controle dos materiais didáticos adquiridos e distribuídos; concessão de diárias concomitante com pagamento de hospedagem, não comprovação de viagens realizadas, falta de comprovação de despesas; fracionamento de despesas; escola contemplada sem classes de EJA; aplicação financeira dos recursos em modalidade diferente daquela prevista pela norma legal, gerando prejuízo financeiro ao programa; realização de despesas indevidas; realização de processo seletivo simplificado sem a devida divulgação; falta de prestação de contas dos recursos descentralizados; pagamento antecipado de objeto de licitação não totalmente realizado e não manutenção dos recursos em conta específica do programa.

O Programa Desenvolvimento da Educação Especial visa dar apoio financeiro a ações voltadas para a inclusão, no sistema de ensino regular, dos alunos portadores de necessidades especiais. A implementação desse Programa é de responsabilidade da Secretaria de Educação Especial - SEESP e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, por meio de Convênios firmados com órgãos e entidades que atuam na área de Educação Especial. Encontram-se em fase inicial de acompanhamento às ações: Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial (abrangendo Aquisição de Equipamentos, Qualificação/Capacitação e Material Didático/Pedagógico); Aquisição de Distribuição de Material Didático e Pedagógico para a Educação Especial; Promoção de Eventos para a Educação Especial; e Qualificação de Docentes para a Educação Especial. O acompanhamento objetiva verificar a execução físico-financeira de 30 convênios com recursos dessas ações.

O Programa Desenvolvimento do Ensino de Graduação tem como objetivo ampliar a oferta de vagas e melhorar a qualidade do ensino superior, com uma dotação orçamentária de cerca de R\$6,58 bilhões, 33,2% do orçamento MEC, contemplando 26 Ações, dentre as quais três foram objetos de avaliação pela SFC. A principal ação desse Programa, Funcionamento de Cursos de Graduação, fornece apoio financeiro às Instituições Federais de Ensino Superior-IFES no que se refere às despesas de pessoal, investimentos e custeio. Em 2002, os recursos orçamentários foram de R\$ 5,36 bilhões, para uma meta de 533.192 alunos matriculados nas IFES. O foco do controle foi direcionado para a análise da gestão da força de trabalho dos docentes, especificamente para avaliação do gerenciamento e controles das entidades no gerenciamento da Gratificação de Estímulo à Docência-GED, já que essa variável é fundamental para um bom resultado da ação e tem alta materialidade, pois Pessoal representa 87,7% dos recursos. Foram planejadas auditorias operacionais em todas as 59 IFES. Da consolidação de 62% dessas auditorias, pode-se concluir que há indícios de que a gestão tem problemas, sendo principais: pagamento da GED a docentes detentores de cargo de direção em percentual superior a 60% , com incidência significativa nas IFES - mesmo havendo uma orientação positiva pela Secretaria de Ensino Superior – SESu/MEC, mediante a Informação nº 038, de 1º de julho de 1999, contrariando a legislação em vigor, o Despacho s/nº, de 26 de outubro de 1999, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – SRH/MP, foi contrário a esse posicionamento da SESu; e 53,3% dos relatórios indicam problemas de fragilidade nos controle interno, tendo como conseqüências, por exemplo, pagamentos a docentes sem avaliação de desempenho, avaliações efetuadas a docentes que não apresentaram documentação validando as atividades por eles desenvolvidas, incompatibilidade entre listagens de beneficiados pela GED e do SIAPE.

Ainda como ação de controle relacionada a essa Ação, foram solicitadas auditorias em 52 IFES para verificar o relacionamento dessas instituições com as Fundações de Apoio, que são entidades privadas, criadas para apoiar projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das Instituições. A consolidação de 48% das solicitações permite as seguintes considerações: no universo trabalhado, há uma proliferação de fundações de apoio, uma média de duas por instituição, sendo que majoritariamente não há participação das IFES na composição do Patrimônio dessas entidades; e 100% dos relatórios discriminam impropriedades e irregularidades nas relações IFES/Fundações de Apoio, permitindo inferir

que, nesse universo, as fundações de apoio não estão sob o controle das instituições, demonstrando que, institucionalmente, o Governo Federal não conseguiu implantar mecanismos de controle que inibissem os desvios dessa relação, seja pela ação do Ministério Público, seja pelos órgãos de controle interno ou externo.

Ainda com interface com esse Programa, a SFC vem realizando um trabalho de auditoria especial, específica na área de credenciamento e autorização de cursos, e há evidências de impropriedades e irregularidades que exigem revisão urgente dos procedimentos para garantir a regularidade na tramitação dos processos, bem como a melhoria da implementação da política de autorização de cursos pelo MEC, que vem sendo combatida, por exemplo, pelo Conselho Nacional de Medicina, no que concerne aos cursos das áreas a ele correlatas.

Outra ação desse Programa que foi objeto de controle pela SFC, foi a Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não-Gratuito-FIES. O Programa foi criado pela Medida Provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999, convertido pela Lei nº 10.260, em 12.7.2001, visando conceder financiamento a estudantes universitários que necessitam de auxílio financeiro para custear sua formação. Foi estabelecida como um fundo de natureza contábil que tem como agente operador e financeiro a Caixa Econômica Federal e como gestor o Ministério da Educação – MEC. A consolidação dos resultados de 865 fiscalizações, demandadas entre 2000 e 2001, para avaliar a criação das Comissões Permanentes de Seleção e Acompanhamento e a sua efetividade para a seleção dos candidatos e para a avaliação do desempenho acadêmico dos alunos selecionados, durante o período de permanência do financiamento, revelou que:

- Em 2001, 10% dos campi fiscalizados não tinham constituído as Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento - CPSA e, dos 90% que constituíram, 32% apresentaram proporção incorreta dos participantes, sendo 18% com incorreção relacionada à representação dos alunos. Considerando que as CPSA têm a atribuição de validar, pela Internet, as inscrições dos candidatos ao FIES, verificar as condições sócio-econômicas dos inscritos, classificados dentro da margem de financiamento da Instituições de Ensino Superior-IES e acompanhar o desempenho acadêmico dos alunos financiados, pode-se inferir que a não implantação da Comissão e/ou a sua instituição com proporção incorreta, especialmente em relação à participação dos interessados diretos que são os alunos, podem comprometer a credibilidade do processo de seleção.
- 54% das IES não informaram, em seu edital de vestibular, que são participantes do FIES, contrariando o Termo de Adesão por elas outorgado. Essa situação pode levar a alunos mais carentes a não se inscreverem em algumas instituições que supostamente não estariam credenciadas no FIES ou resultar em benefício restrito a grupos internos das IES.
- percentual de constatações de não comprovação das informações variou de um mínimo de 14%, relativo ao grupo familiar, a um máximo de 24%, para moradia. Quando se verificou o arquivamento da documentação, em que apenas 39% dos campi pesquisados demonstraram fazê-lo integralmente, tornando duvidosa a comprovação da realidade econômica e social do aluno financiado.
- Apenas 52% das Comissões se reuniram para avaliar o desempenho acadêmico dos estudantes que devem alcançar um mínimo 75% das disciplinas cursadas. Em 58,5%, todos os alunos financiados tiveram rendimento suficiente. Nos demais, houve pelo menos 1(um) aluno com rendimento insuficiente, sendo que em 11,0% desses, os alunos apresentaram justificativa e foram mantidos; em 47,2 % houve aditamento do contrato simplesmente; em 40,2% houve a exclusão e em 1,6% foi impossível avaliar. A continuidade dessa situação pode ocasionar o financiamento de estudantes descomprometidos com a finalidade do FIES.

Vale ressaltar que, durante o trabalho de fiscalização, ao longo de 2001 e 2002, os gestores foram implementando recomendações da SFC, para corrigir os problemas detectados nas fiscalizações, mas ainda são necessários aprimoramentos nos mecanismos de fiscalização da atuação das CPSA e no gestão operacional e financeira, de modo a preservar as melhores perspectivas para o êxito do Programa.

Do ponto de vista da gestão operacional e financeira, o FIES, em 2002, contou com uma dotação de R\$ 612 milhões, para financiamento a 215.541 estudantes, alcançando uma execução financeira de 97,2% e uma física 78,7%, o que significa uma eficiência de cerca de 81%. Apesar de o MEC justificar o não atingimento da meta física pela demanda insuficiente, os dados de controle indicam que ainda têm problemas de divulgação e efetivo

funcionamento das Comissões. Ressalte-se, também, que há um aparente descompasso entre execução física e financeira, pois caso houvesse a plena execução física o orçamento teria sido insuficiente.

Ainda nessa área de gestão, a ação de controle da SFC revelou:

- Falhas no que tange à confiabilidade, consistência e tempestividade dos registros contábeis, bem como à divergências entre os saldos constantes do Balanço da Unidade no Sistema de Administração Financeira - SIAFI e os valores informados nos relatórios gerenciais fornecidos pela Gerência Nacional de Programas Educacionais da CAIXA;
- Não apreciação, quando da assinatura do Termo Aditivo que trata do contrato de aquisição da carteira do Programa de Crédito Educativo - PCE, do reposicionamento dos valores relativos à carteira cedida;
- Nível significativo de inadimplência nas diversas etapas do Programa FIES e falta de regulamentação de como se dará a reversão de parte dos recursos inadimplidos;
- Deficiência no gerenciamento dos Títulos CVSA e CFT-E;
- Falta de exatidão, confiabilidade e transparência do processo gerencial relativo ao recolhimento dos valores referentes aos Créditos em Liquidação ao Fundo;
- Indisponibilidade de informações referentes aos contratos de financiamento firmados com os alunos, bem como inconsistência na base de dados.

A SFC, também, iniciou a avaliação do Programa Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação, sob a responsabilidade de execução da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior–CAPES, que destina cerca de R\$ 594 milhões para formar recursos humanos, em nível de pós-graduação, no País e no exterior. Dentre as 10 Ações desenvolvidas, selecionou-se para avaliação sistemática a Ação Concessão de Bolsas de Estudo no País e no Exterior. Essa ação teve com meta atender 24.185 bolsistas, com uma dotação orçamentária de aproximadamente R\$ 438 milhões. O objetivo da ação de controle foi verificar a efetividade da Ação, por meio da análise do percentual de bolsistas que defenderam tese nos últimos 5 anos, por unidade de pós-graduação do País, tendo na análise do banco de dados da CAPES a fonte de informações a ser trabalhada inicialmente. Apesar de o Programa contar com elevado nível de automatização, até final de dezembro de 2002, as bases de dados encaminhadas pela CAPES apresentaram sucessivas inconsistências, não permitindo as análises necessárias aos objetivos da avaliação, mas indicando problemas que vêm sendo trabalhados com o gestor, no sentido de permitir a avaliação em 2003.

MINISTÉRIO DA FAZENDA (MF)

Das ações fazendárias

As atividades da Secretaria Federal de Controle Interno se desenvolveram sobre a execução dos Programas de Governo e respectivas Ações, afetos ao citado Ministérios, atividades essas que envolvem, o levantamento de informações e dados e conhecimento/entendimento sobre os mecanismos de implementação da Ação governamental.

Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União tem por objetivo contribuir para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da recuperação de haveres do Estado.

Da ação de controle na gestão da dívida pública na Secretaria do Tesouro Nacional - STN para acompanhamento do Programa constatou: a inexistência de normativos estabelecendo as rotinas operacionais e as atribuições das gerências no âmbito das Coordenações-Gerais subordinadas à Secretaria-Adjunta da Dívida Pública; a necessidade de aperfeiçoamento dos recursos de software; o estabelecimento de metas de difícil mensuração e rotinas das unidades não normatizadas; a baixa confiabilidade dos dados dos sistemas e risco elevado de erros na

programação financeira da dívida pública contratual externa; e a deficiência dos controles internos, como a inexistência de manuais de sistemas, ausência de instrumento formal de definição das atribuições, ausência de manuais de procedimentos e rotinas. Este trabalho teve como um dos objetivos conhecer a estrutura de gestão das obrigações do Tesouro Nacional, mapear o fluxo dessa Ação Governamental, identificar os pontos críticos, para viabilizar a elaboração do Plano de Trabalho para o acompanhamento dessa Ação Governamental no exercício de 2003.

Da ação desenvolvida com o objetivo de atestar a dívida do BANRORAIMA com o INSS assumida pela União, identificou valores inconsistentes entre os que compunham o montante da dívida. As principais inconsistências foram: valor relativo a contrato de prestação de serviços por profissional em maio/98 não procedente, pois, conforme a Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (exercício 1998) – DIRF/98 apresentada pelo BANRORAIMA à Secretaria da Receita Federal – SRF, não houve pagamentos ao profissional no período em questão; valores incorretos relativos a contratos de prestação de serviços de Conselheiros Fiscais no mês de março/98.

A ação de controle para apuração de irregularidades no repasse de recursos pela STN para o Programa de Demissão Voluntária no Estado de Goiás por solicitação do Ministério Público, tendo-se concluído pela regularidade da gestão e repasse dos recursos pela STN.

As ações de controle desenvolvidas, durante o exercício de 2002, para o acompanhamento do Programa de Fortalecimento da Administração Fiscal de Estados e Municípios foram voltadas para o acompanhamento da execução das Ações referentes ao PNAFE e da Ação de Assistência Técnica desenvolvida pela UCP referente ao PNAFM, posto este não encontrar-se ainda em execução por parte dos Municípios. Essas ações visaram às avaliações das execuções dos projetos nos Estados e no DF com vistas a convalidação das demonstrações financeiras, verificando os registros contábeis junto à UCP e todas as UCE; revisão ex-post das despesas apresentadas nas Justificativas de Gastos ao Banco, semestralmente, que visa à aferição da elegibilidade e da legalidade das despesas efetuadas, bem como a efetividade dos gastos por categoria de investimentos; avaliação da execução com base nos indicadores de desempenho; avaliação dos controles internos das Unidades de Coordenação.

A UCP e as UCE definiram Indicadores de Execução com a finalidade de introduzir na cultura organizacional dos Estados a avaliação de resultados com base em indicadores que retratem a atuação das administrações tributárias e financeiras estaduais. Em que pese o senso comum da importância de sua utilização, a UCP não vem tendo sucesso em convencer as UCE a prepará-los, e menos ainda, de apresentá-los em séries históricas. O PNAFM, por sua vez, haja vista a experiência com o PNAFE, já deveria ter em seu Regulamento Operativo as definições de seus indicadores, que não existem.

Continuam ocorrendo os ajustes de despesas motivados por apropriação indevida de tributos com recursos do empréstimo, além de lançamento de ICMS, destacado pela particularidade de ser isento para despesas do PNAFE. Foram, portanto, reiteradas as recomendações de trabalhos anteriores, no sentido de: a) observar a vedação de pagamento de tributos com recursos da fonte BID; b) observar a inelegibilidade do ICMS, por ser isento, c) adotar providências no sentido de efetuar a revisão geral dos lançamentos registrados no SAFE (Sistema de Acompanhamento Financeiro).

No início da execução dos projetos, as unidades responsáveis pela sua execução, via de regra, apenas cumpriram obrigações formais, não estando capacitada técnica e operacionalmente para uma atuação efetiva. Acrescente-se a isto, o fato de que todo projeto depende de aquisição de bens e serviços para sua execução, o que pelas regras relativas a licitação, resultam em um período mediano de tempo de seis meses para a sua realização. O fato é que existe um período de inércia entre a assinatura dos contratos e o efetivo início da execução dos projetos alvos dos Programas. O PNAFE, previsto para encerrar em março de 2001, foi prorrogado para 2003, e o PNAFM ainda não teve operacionalizada nenhuma ação nos municípios.

Esses atrasos de execução após a assinatura dos contratos de financiamento causam excessivo pagamento de Comissão de Crédito, que vem a ser a taxa paga ao BID por não execução de recursos liberados dos financiamentos. Considerando a parcela paga no primeiro semestre de 2002, o PNAFE já atingiu um montante de pagamento da ordem de US\$ 12,244,950.01, 145% superior ao valor inicialmente orçado. Quanto ao PNAFM, já houve o pagamento de comissão de crédito de US\$ 1,880,136.98, referente às parcelas de setembro de 2001 e março de 2002, registrando-se que nenhum benefício ainda foi auferido pelos municípios em relação ao empréstimo tomado. Totalizam, então, nos dois Contratos: US\$ 14,125,086.99.

Foi recomendado à Unidade de Coordenação de Projetos, em que pese o entendimento que não se deve manter uma equipe volumosa para projetos de tempo determinado, que a Unidade realizasse estudos no sentido de adequar sua equipe ao acréscimo de atribuições que resultarão da efetiva entrada em operação do PNAFM.

Sobre o programa Arrecadação da Dívida Ativa da União, que tem por objetivo aumentar a arrecadação da Dívida Ativa da União e melhorar a cobrança de créditos da União. É parte fundamental do esforço governamental de criar um ambiente macroeconômico estável, favorável ao crescimento econômico sustentado, ao saneamento das finanças públicas, bem como para a proteção da sociedade e da indústria nacional, por meio do combate a evasão fiscal, ao contrabando e ao descaminho.

A estratégia de atuação de controle abrangeu a Ação relativa à “Apuração, Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União e Recuperação de Créditos não Pagos”, por melhor representar o Programa de Governo. Essa Ação tem como finalidade apurar, inscrever e executar a Dívida Ativa da União, objetivando proporcionar ao fisco a arrecadação de recursos e combater a sonegação por meio da recuperação de créditos não pagos. Esta Ação está descrita como apuração da liquidez e certeza da Dívida Ativa da União, tributária ou de qualquer outra natureza, inscrevendo-a para cobrança amigável ou judicial, representação privativa da União na execução de sua Dívida Ativa de caráter tributário. A forma de implementação desta Ação é visando ao processamento da inscrição de débitos, ao registro no CADIN, ao ajuizamento e ao acompanhamento de execuções fiscais.

No exercício de 2002 foram demandadas para as CGU, nos estados, ações de controle a serem desenvolvidas nas Procuradorias da Fazenda Nacional, nos estados, com vistas a avaliação do Programa, dos atos de gestão praticados por aquelas Unidades, referentes as ações de apuração, inscrição e execução da Dívida Ativa da União.

Dos procedimentos selecionados para a realização da auditoria, a PGFN deixou registrado que iria orientar as PFN a não fornecerem processos inerentes a Dívida Ativa da União. Também não permitiria a realização de testes de consistência dos dados registrados no Sistema CIDA, tendo em vista o aspecto do sigilo fiscal, compreendido pelo Código Tributário Nacional, art. 198, da Lei n.º 5.172/66, e artigo 325 do Decreto n.º 2.848/40 (Código Penal).

Dos trabalhos realizados, verificamos que as PFN dos estados de Rondônia, Sergipe, Goiás e Ceará acataram a orientação da PGFN. Porém, no Estado do Ceará onde o Controle Interno teve acesso aos relatórios constatou: divergência entre os Relatórios do SERPRO/Informações da Internet e os Relatórios da Intranet, quanto às atividades de Inscrições, Inscrições Parceladas, Cadastro Execução Fiscal, Inscrições Pagas, Inscrições Anuladas, Inscrições Canceladas e Inscrições Anistiadas e a Unidade não dispõe de relatórios contendo informações acerca das quantidades de processos devolvidos às Unidades de origem para saneamento e dos processos relativos à suspensão das execuções fiscais.

Das Instituições Financeiras

Esta Secretaria no acompanhamento PIS-PASEP havia recomendado, ao gestor do Fundo, que fossem reformulados a forma de cálculo da taxa de administração paga aos agentes operadores haja vista que a fórmula concebida e paga não espelhava os custos incorridos por aqueles bancos na operacionalização do mesmo.

No corrente exercício, esta Secretaria realizou trabalhos de auditoria com o objetivo de fornecer subsídio ao Conselho para a tomada de decisões acerca da nova metodologia de cálculo da remuneração a ser paga aos agentes operadores do PASEP e do PIS, informando sobre a consistência da base de dados administrada pelos agentes operadores Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal – CAIXA, a coerência das tarifas que incidirão sobre a referida base e a produção de informações gerenciais ao Conselho.

O resultado do nosso trabalho sobre a base de dados e as tarifas apresentadas pelas Instituições foi o seguinte:

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	CAIXA	BANCO DO BRASIL	TOTAL
A - Valor Apresentado – Proposta	83.653.852,92	44.925.084,27	128.578.937,19
B - Valor Encontrado pela Equipe	82.970.428,22	44.481.171,02	127.451.599,24
C (-) Tarifa incorreta	(796.087,84)	(85.937,67)	(882.025,51)
Nosso Resultado (B-C)	82.174.340,38	44.395.233,35	126.569.573,73

Considerando que, no exercício anterior, o Fundo PIS-PASEP pagou aos agentes operadores a quantia de R\$ 150.957.797,25 e o valor apurado por esta Secretaria no montante a ser pago de R\$ 126.569.573,72, caso sejam adotados nossas recomendações, tal trabalho poderá redundar em uma economia potencial, já no exercício, de, no mínimo, R\$ 24.388.223,53, com efeitos maiores no anos subseqüentes.

Do programa Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional esta Secretaria, priorizou a avaliação sistemática das Ações:

Ação - Regulamentação e Ordenamento do Sistema Financeiro Nacional, que tem por objetivo regular e organizar o Sistema Financeiro Nacional e a Ação - Fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, que tem por objetivo fiscalizar e regular as atividades das instituições financeiras bancárias e não bancárias e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Bacen . A estratégia de atuação dessa Secretaria pautou em trabalho realizados, no segundo semestre de 2002, na Auditoria Interna do Bacen, com o objetivo de avaliar os controles relacionados com as atividades de organização e de supervisão direta e indireta das instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional.

Com base no trabalho realizado referente à Ação - Regulamentação e Ordenamento do Sistema Financeiro Nacional foi constatado: i)- inadequação do produto definido como meta física pois este não atende aos princípios de clareza e de objetividade, ii)- desatualização do Manual de Normas e Instruções - MNI, iii)- desatualização do Manual de Procedimentos e Rotinas – MPR; iv)- inadequação da formalização de competências o que pode fragilizar o controle interno; v)- ausência de controles posteriores à autorização para instalação de dependências no exterior, o que pode acarretar fragilizações do controle interno em decorrência de possível descumprimento de normas, vi)- ausência de controles posteriores à autorização para participação societária no exterior; vii)- ineficiência no acompanhamento de pendências nos processos de autorização para funcionamento de cooperativas de crédito. viii)- ausência de controles para acompanhar a filiação das cooperativas de crédito às centrais; ix)- descumprimento de prazos normativos por parte das instituições supervisionadas pelo Bacen. x)- não observância ao Manual do Serviço do Patrimônio - MPA 13; xi)- ausência de controle eletrônico para identificar participações societárias recíprocas.

Com base no trabalho realizado referente à Ação Fiscalização do Sistema Financeiro Nacional foi constatado: i)- inadequação do produto definido como meta física pois não contempla os princípios de clareza e objetividade; ii)- falta de atualização do Manual de Organização - ADM; iii)- carência de pessoal no Departamento de Supervisão Direta, em São Paulo, de cerca de 21% de sua força ideal de trabalho, iv)- ineficiência do Sistema “Memória da Fiscalização; v)- inexistência de controle eletrônico para acompanhamento das recomendações formuladas, dos prazos estabelecidos e da tempestividade na análise das respostas das instituições; vi)- ausência de registros no sistema Memória. Não obstante as deficiências do sistema, a ausência de registros se configura em inobservância ao Manual da Supervisão 3-140-10-10; vii)- ausência de comprovação da ciência dos auditores independentes do teor da Carta de Inspeção; viii)- incompatibilidade entre os procedimentos adotados no Manual de Supervisão quanto à definição de parâmetros para a elaboração de Termo de Comparecimento para administradoras de consórcios e cooperativas.; ix)- ausência de comentários no sistema “Super” referentes às inspeções realizadas; x)- inconsistência do universo fiscalizável. A manutenção indevida de instituições no universo fiscalizável do Desup torna inconsistente o banco de dados do Sistema “Fiscalização e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional - Super” e distorce a estatísticas, o que pode prejudicar o gerenciamento das atividades de fiscalização.

Ação - Capacitação Para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Bacen junto ao Sistema Financeiro Nacional, visa a capacitação permanente dos recursos humanos dessa Entidade, teve como estratégia de atuação dessa Secretaria a ação de acompanhamento, com o objetivo de convalidação da execução dos projetos contratados, bem como a convalidação das pendências constantes em relatório anterior.

Do Programa - Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários que tem por objetivo assegurar as condições para o aperfeiçoamento e para o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários foi acompanhada a ação Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários. A estratégia de atuação foi a de verificação dos aspectos operacionais das Superintendências e órgãos relacionados com a Ação. Cabe ressaltar que os trabalhos foram realizados não evidenciando inconsistências que comprometessem a realização da atividade, no âmbito da CVM.

Do Programa- Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Capitalização, Previdência Privada Aberta e Resseguros que objetiva a regulamentação dos mercados de seguro, capitalização, previdência privada aberta e resseguros, com vistas ao crescimento e ao desenvolvimento dos mercados supervisionados, o aperfeiçoamento da regulamentação e dos instrumentos de controle e fiscalização com ênfase na preservação dos direitos do público consumidor em geral. A SFC priorizou como acompanhamento sistemático, em 2002 as seguintes Ações:

A Ação “Fiscalização dos Mercados de Seguro, Capitalização, Previdência Privada Aberta e Resseguros” tem por objetivo garantir o adequado funcionamento e o desenvolvimento dos mercados de seguro, resseguros, previdência privada aberta, capitalização e plano de saúde. A estratégia de atuação foi a realização de uma ação de controle na Entidade com o fito de verificar como vem sendo operacionalizada a Fiscalização nas Superintendências e órgãos relacionados com a sua execução. Constatou-se na Área de Fiscalização: i)- ineficiências na instrução e tramitação de processos relacionados à atividade-fim; ii)- insuficiência de Ativo Líquido para cobertura da Margem de Solvência; iii)- deficiências na comunicação interdepartamental; iv)- falta de disposições regulamentares para orientar a condução dos assuntos e os registros das atas, além da atribuição de responsabilidade pela elaboração das mesmas; v)- falta de elaboração de atas de reuniões (ex.: fevereiro, junho e julho); vi)- falta de seqüência dos assuntos tratados nas atas; e vii)- insuficiências entre os registros de indicação e resultados de fiscalizações.

Ação - Regulamentação do Mercado de Seguros, Capitalização, Previdência Privada Aberta e Resseguros. A estratégia de atuação foi a verificação dos aspectos operacionais das Superintendências e órgãos relacionados com a Ação, cujo resultado não evidenciou inconsistências que compromettesse a realização da atividade, no âmbito da SUSEP.

Da Auditoria Especial realizada na Casa da Moeda do Brasil - CMB visando a apurar supostas irregularidades na contratação de empresas. Do trabalho realizado concluiu-se que não foram encontrados elementos que comprometessem a boa gestão, por parte da Empresa, nos contratos analisados.

Das ações de controle realizada no - Banco da Amazônia S.A. – BASA visando apurar supostas irregularidades na contratação de empresas, para a realização de obras e serviços de engenharia, no ano de 2001, e os seus respectivos aditamentos porventura vigentes até 30 de junho de 2002, nas agências do Banco da Amazônia S.A. – BASA. Do trabalho realizado não foram evidenciados indícios de favorecimento na contratação de empresas para a execução de serviços de obra e engenharia, conforme denunciado, mas foram constatadas as seguintes impropriedades: a) fracionamento de despesa; b) projeto concebido de modo inadequado; c) objeto parcialmente concluído; d) atraso no cronograma de entrega de obra; e) falta de acompanhamento de execução de obra contratada; f) realização de serviços fora de especificações do projeto contratado; g) execução parcial do objeto; h) inobservância aos prazos contratuais; e i) elaboração de termo aditivo posterior ao término do prazo de execução de obra;

Das ações de controle realizadas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. visando a apurar supostas irregularidades na gestão de contratos de crédito rural, constatou-se as seguintes impropriedades: a) existência de lançamentos nas fichas financeiras dos mutuários sem suporte em documentação hábil; pagamentos efetuados pela Agência do BNB diretamente ao fornecedor de insumos sem a devida comprovação de recebimento; b) ausência de comprovação de pesquisa ao CADIN e ao SERASA em 60% dos processos analisados pela equipe de auditoria; c) emissão de declarações de aptidão de beneficiários em datas posteriores à contratação das operações de empréstimos; d) falta de informação acerca de rendimento anual dos proponentes em várias fichas emitidas pela EMATER/MG; e) falhas na formalização de processos; f) garantias apresentadas geralmente sem aval; g) não observância de normas nas operações de crédito no âmbito do Pronaf; e h) falha em relação à classificação em operações do Pronaf “C”.

Das ações de controle realizadas na Caixa Econômica Federal visando a apurar supostas irregularidades cometidas no âmbito da Caixa Econômica Federal relativo à concessão de empréstimo à Empresa ENCOL S/A- Engenharia, Comércio e Indústria. Com base nos exames à vista dos documentos e das informações

disponibilizadas, concluiu-se: a) a operação foi aprovada pela alçada competente e pela Diretoria da CAIXA, não obstante o processo administrativo em curso na CEF estar inconcluso até a data em que foi emitida a Nota Técnica; b) houve intempestividade e omissão por parte dos gestores responsáveis na adoção de providências recomendadas pela Auditoria Interna da CEF, pelos motivos a seguir: b1)- embora a operação tenha sido contratada em 27/06/1995, as recomendações da Auditoria Interna para adoção de providências de correção cabíveis foram feitas quando a mesma ainda se encontrava em curso; e b2)- as medidas administrativas para apuração de responsabilidade tiveram início somente em 10/03/2000, transcorridos 05 anos da efetivação da operação e do relatório da Auditoria Interna da Caixa Econômica Federal ; c) o aceite de hipoteca de imóveis em operação de crédito vultosa, notadamente com pessoa jurídica, mostrou-se ineficaz para os fins de garantia; d) entre a proposta de crédito feita pela proponente e a sua liberação, decorreram 11 dias úteis, período em que houve reuniões, estudos de risco de crédito e projeções de fluxo financeiro, pesquisas cadastrais, deliberações, análise de documentos e elaboração de minutas de contrato pela área jurídica; e) quanto ao questionamento do Excelentíssimo Senador da República Eduardo Suplicy, informou-se que o atual Presidente da Caixa Econômica Federal exercia o cargo de Diretor Comercial, à época, tendo apresentado voto com parecer favorável à aprovação da operação com a ENCOL.

Da Auditoria de Avaliação da Gestão Programa Especial para a Reforma Agrária – PROCERA, constatou-se: mudança da base de cálculo das taxas de administração do PROCERA, sem a devida aprovação pelo Conselho Monetário Nacional; o TCU, determinou ao Banco do Brasil que adotasse as medidas cabíveis em conjunto com o INCRA para regularizar a questão das taxas de administração percebidas em função das atribuições de administrador e agente financeiro do referido programa; o Banco do Brasil informou que foi creditado ao Fundo Contábil o valor de R\$ 20.734.895,01 correspondente à devolução de valores cobrados a maior; e foi debitado o valor de R\$ 3.725.128,37, correspondente à diferença da remuneração auferida pelo banco como administrador do Fundo.

Esta Secretaria, em 2001, manifestou-se contrário ao débito da conta do PROCERA no valor de R\$ 3.725.128, 37 no sentido de que o Banco ao invés de debitar o referido valor deveria creditar a importância de R\$ 6.842.695,03. A divergência está centrada na base de cálculo. O Banco procedeu ao cálculo utilizando as liberações acumuladas e a SFC utilizou os valores liberados a cada ano.

Da Auditoria de Avaliação da Gestão no Fundo de Compensação de Variações Salariais- FCVS, constatou-se: não-cobrança do percentual relativo aos tributos sobre o item de custo “Tecnologia DATAMEC, na administração do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS”, o qual estava sendo arcado indevidamente pela CAIXA; na análise da composição dos custos e a memória de cálculo, relativos à taxa de administração paga pelo Fundo à CAIXA, identificou-se inconsistências pela utilização do fator de atualização de valores devidos pela taxa SELIC, bem como o pagamento em duplicidade do item “Imposto Sobre Serviços - ISS”.

A Auditoria de Avaliação de Gestão do Fundo de Participação PIS/PASEP relativa ao exercício de 2001/2002, resultou em uma economia real de R\$ 93,3 mil no corrente exercício e, no mínimo, mesmo valor em exercícios subsequentes, em função de recomendação desta Secretaria e acatada pelo Conselho Curador do Fundo de que o BNDES não repassasse ao Fundo o valor das despesas referentes aos serviços de corretagem das operações de compra e venda de ações.

A Auditoria de Avaliação da Gestão da Empresa Gestora de Ativos EMGEA, resultou nas seguintes impropriedades: provisão para créditos de liquidação duvidosa abrangendo somente parcelas vencidas a mais de 60 dias; inexistência de estudo que demonstre que a provisão para créditos de liquidação duvidosa está em consonância com a perda histórica da carteira; diferenças entre saldos contábeis e operacionais das operações de crédito imobiliário; falhas no cadastro operacional dos contratos, tais como CPF/CGC inválidos, ausência de data da concessão da operação, entre outros; inexistência de provisão para perda referente aos créditos adquiridos do Bamerindus, que se encontram em liquidação extrajudicial; laudos de avaliação de imóveis não-de-uso anteriores à data de criação da EMGEA; inexistência de formalização das diretrizes negociais e roteiro a ser seguido na elaboração de propostas negociais; inexistência de mapeamento da situação jurídica dos contratos sub-judice sob a responsabilidade da CAIXA; não ressarcimento da remuneração de servidor ao Órgão cedente e ressarcimento irregular à empresa de origem referente à função de confiança que o empregado exercia;

A avaliação da gestão, do exercício de 2001, do Programa Especial para a Reforma Agrária – PROCERA, resultou, aproximadamente, num retorno efetivo de R\$ 17.000.000,00, correspondente à devolução de valores cobrados a maior e à diferença da remuneração auferida pelo Banco do Brasil S/A como administrador do Fundo.

A auditoria no Fundo de Participação PIS/PASEP, relativa ao exercício de 2001/2002, resultou em economia efetiva de R\$ 93,3 mil no corrente exercício e, no mínimo, mesmo valor em exercícios subsequentes, ao Fundo.

A atuação da Secretaria na elaboração de estudos com vista à modificação da forma de cálculo da taxa de administração paga aos agentes operadores poderá resultar em economia potencial da ordem de R\$ 24 milhões por ano, no valor da taxa de administração paga pelo Fundo de Participação PIS-PASEP.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI)

Ao longo do exercício de 2002 foram desenvolvidas ações de controle nos seguintes programas de governo a cargo do Ministério da Integração Nacional - MI:

Desenvolvimento da Amazônia Legal (Valor PPA 2000-2003: R\$6,1bilhões)

Objetivo: promover o desenvolvimento sustentável da região mediante a criação de condições e infra-estrutura social e econômica adequadas, integrando a região e seus produtos ao mercado nacional e internacional, sem devastar a natureza e em respeito aos valores culturais da região.

Ações do Programa sob acompanhamento

Financiamento de empreendimentos com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM

O Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, instituído pelo art. 11, inciso I, alínea "a" do Decreto-Lei n.º 1.376/74, representa um incentivo fiscal-financeiro destinado a apoiar as empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, instaladas ou que venham a se instalar na região da Amazônia Legal, tendo o Banco da Amazônia S/A – BASA como agente financeiro e gerido pelo Ministério da Integração Nacional, após a extinção da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, por meio da Medida Provisória nº 2.145/2002, atual MP 2.157-8/2001. Naquela oportunidade, também foi extinta a sistemática anterior de incentivos fiscais, garantido o direito adquirido dos projetos em implantação.

As ações de controle empregadas pela SFC revelaram deficiências estruturais e operacionais nos entes públicos responsáveis pela gestão do FINAM, agravados após a extinção da SUDAM, pela total falta de estrutura colocada pelo MI à disposição da Inventariança daquela extinta autarquia - a qual foram delegadas, dentre outras, as atribuições de gestão do Fundo - culminando com sucessivos pleitos de prorrogação de prazo para entrega do Processo de Prestação de Contas Anual do FINAM - exercício de 2001 - pelo MI ao Tribunal de Contas da União - TCU. Adicionalmente, foi constatada a falta de providências tempestivas quanto ao andamento das apurações de irregularidades, em curso naquela Inventariança.

Esta Secretaria teve importante atuação no grupo de trabalho designado pelo Ministério da Fazenda, voltado para a discussão da atual sistemática de concessão dos incentivos fiscais em favor dos Fundos de Investimentos Regionais e formulação das premissas básicas que nortearam a regulamentação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, Decreto nº 4.254, de 31/05/2002, publicado no Diário Oficial da União – DOU em 03/06/2002, de modo a não permitir a reincidência das fragilidades e desvios verificados.

Foram atendidas pela SFC diversas demandas externas referentes a empreendimentos incentivados com recursos do FINAM, com indícios de irregularidades. A maioria foi considerada procedente, tendo sido recomendado aos gestores a instauração de procedimento específico para cada caso, visando ao cancelamento dos projetos. A pedido da Secretaria de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional – SDR/MI, encontram-se em andamento auditorias em 19 empreendimentos incentivados pelo FINAM.

Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte (FNO)

O FNO tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, mediante financiamentos direcionados às atividades produtivas, voltados aos setores econômicos industrial,

agroindustrial, agropecuário, mineral, turístico, comercial e de serviços. Sua supervisão está a cargo do MI e a gestão e operacionalização a cargo do BASA.

As ações empreendidas pela SFC evidenciaram que o BASA não está provisionando as operações de crédito celebradas com recursos do FNO, nos termos das determinações expedidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, consoante o disposto na Resolução do Banco Central do Brasil - BACEN n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999, refletindo negativamente na avaliação do risco das operações, bem como no pagamento a maior de despesas pelo Fundo, à medida que o seu patrimônio líquido, base de cálculo para a cobrança da taxa de administração devida ao BASA, espelhava um valor maior que o devido.

O assunto foi levado ao conhecimento do Ministério da Fazenda, que realizou reuniões com os diversos agentes envolvidos, entretanto, ainda pendente de conclusão.

Desenvolvimento da Região Nordeste (Valor PPA 2000-2003: R\$10,3bilhões)

Objetivo: O programa busca o desenvolvimento sustentável da região, apoiando empreendimentos que envolvam a comunidade local e respeitem o meio ambiente.

Financiamento de empreendimentos com recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR

O Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, instituído pelo art. 11, inciso I, do Decreto-Lei n.º 1.376/74, representa um incentivo fiscal-financeiro destinado a apoiar as empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, instaladas ou que venham a se instalar na Região Nordeste, tendo o Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB como agente financeiro e gerido pelo Ministério da Integração Nacional, após a extinção da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, por meio da Medida Provisória n.º 2.145, de 02 de maio de 2001, atual M.P. n.º 2.156-5/2001.

As ações de controle empregadas pela SFC revelaram deficiências estruturais e operacionais nos entes públicos responsáveis pela gestão do FINOR, agravados após a extinção da SUDENE, pela total falta de estrutura colocada pelo MI à disposição da Inventariança daquela extinta autarquia - a qual foram delegadas, dentre outras, as atribuições de gestão do Fundo. Adicionalmente, foi constatada a falta de providências tempestivas quanto ao andamento das apurações de irregularidades, em curso naquela Inventariança.

Esta Secretaria teve importante atuação no grupo de trabalho designado pelo Ministério da Fazenda, voltado para a discussão da atual sistemática de concessão dos incentivos fiscais em favor dos Fundos de Investimentos Regionais e formulação das premissas básicas que nortearam a regulamentação do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, Decreto nº 4.253, de 31/05/2002, publicado no Diário Oficial da União – DOU em 03/06/2002, de modo a não permitir a reincidência das fragilidades e desvios verificados.

Na auditoria realizada pela SFC em 2002 no FINOR, para certificação das contas referentes ao exercício anterior, foram analisados os controles internos da SUDENE e Banco do Nordeste, referentes ao Fundo, inclusive com verificação in loco de empreendimentos incentivados com recursos do FINOR, tendo sido identificadas irregularidades administrativas, legais, documentais, bem como constatada a existência de grande quantidade de documentos fiscais inidôneos/inválidos, apresentados à SUDENE e aceitos como comprovantes de aplicação de recursos do Fundo.

Em atendimento à determinação contida no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, da Câmara dos Deputados, destinada a apurar aplicação irregular de recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste – CPI-FINOR, para que esta Secretaria audite os projetos em implantação daquele Fundo, nas Contas de 2001, auditadas neste exercício, foram avaliados 12 empreendimentos, conforme registrado no parágrafo anterior. Em prosseguimento aos trabalhos, e, atendendo a pleito da Secretaria de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional – SDR/MI, encontram-se em andamento auditorias em 40 empreendimentos incentivados pelo FINOR.

Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste e Financiamento aos Setores Produtivos do Semi-Árido da Região Nordeste (FNE)

O FNE tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste, mediante financiamentos direcionados às atividades produtivas, voltados aos setores econômicos industrial, agroindustrial, agropecuário, mineral, turístico, comercial e de serviços.

A área de atuação do Fundo abrange os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além de partes dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo incluídas na área de atuação da SUDENE. Sua supervisão está a cargo do MI e a gestão e operacionalização a cargo do BNB.

As ações empreendidas pela SFC evidenciaram diversas falhas de natureza gerencial, que conjugadas ao descumprimento de normas legais e sucessivas edições de atos que visavam à securitização de dívidas, resultaram na descapitalização do Fundo e na evolução negativa do seu patrimônio líquido, a saber:

- dedução do del credere devido ao Banco das disponibilidades do FNE, contrariando as disposições da Lei n.º 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que estabelece que tal despesa está contida no bojo dos encargos financeiros cobrados pelo Fundo, a ser pagos pelos mutuários;
- ausência de provisionamento das operações de crédito celebradas com recursos do FNE e quando o Banco o fez, procedeu, em desacordo com as determinações expedidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, por meio da Resolução do Banco Central do Brasil - BACEN n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999, refletindo negativamente na avaliação do risco das operações, bem como no pagamento a maior de despesas pelo Fundo, à medida que o seu patrimônio líquido, base de cálculo para a cobrança da taxa de administração devida ao Banco, espelhava um valor maior que o devido;
- inadequada metodologia de avaliação da inadimplência, ao considerar adimplentes todas as operações de crédito em atraso sujeitas à renegociação, ao amparo da Lei n.º 10.177/2001, em especial aquelas contratadas até 31 de dezembro de 1998, ainda que o mutuário não tenha renegociado sua dívida; e
- baixo retorno das operações de crédito, associada à falta de cobrança efetiva pelo Banco, gerando uma deficiência de caixa para o Fundo.

Além disso, observou-se no exercício de 2001, a concentração de aplicações dos recursos do Fundo no segmento de grandes empresas, não obstante sejam estas aquelas que mais contribuíram na formação da inadimplência para com o Fundo, que associada ao descumprimento do comando constitucional estipulado no art. 159, inciso I, alínea “c”, que trata de aplicações na região do semi-árido, comprometeram a missão institucional do FNE.

Outro importante fato detectado consistiu na ausência de indicadores de desempenho que possam aferir o grau de eficiência do Fundo, bem como permitam avaliar os impactos produzidos na Região, apesar de reconhecido o esforço do Banco em produzi-los.

O assunto foi levado ao conhecimento do Ministério da Fazenda, que realizou reuniões com os diversos agentes envolvidos, entretanto, ainda pendente de conclusão.

Financiamento de empreendimentos com recursos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – FUNRES

O FUNRES, criado pelo Decreto-Lei n.º 880, de 18 de setembro de 1969, tem por principal finalidade prestar assistência financeira, sob a forma de participação acionária e de operações de crédito, a empreendimentos industriais e agropecuários, localizados no Estado do Espírito Santo.

Suas principais fontes de recursos consistem nas renúncias de receitas federal e estadual, decorrentes da faculdade de as pessoas jurídicas domiciliadas no Estado optarem destinar parcelas dos impostos de

renda e sobre a circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS devidas para o Fundo.

Sua gestão está a cargo do Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – GERES e seu agente financeiro constitui-se no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, entidade estadual.

As ações de controle empreendidas pela SFC neste instrumento de fomento e indução do desenvolvimento regional revelaram diversas distorções em sua operacionalização, que comprometeram seus objetivos.

Inicialmente, observou-se que o Estado do Espírito Santo não vem repassando para o Fundo as deduções fiscais oriundas do ICMS desde 1994. Não obstante essa temporária perda de receita, verificou-se que o Fundo apresentava um baixo percentual de aplicação e uma elevada conta de disponibilidades com viés crescente, contrariando os seus propósitos.

Além disso, ficou caracterizada uma elevada inadimplência das operações firmadas com a colaboração financeira do FUNRES, mediante a subscrição de títulos de crédito (debêntures e ações) de emissão das empresas beneficiárias, haja vista o baixo ingresso de recursos sob a forma de pagamento de dividendos e bônus de subscrição, bem como no resgate e conversão das debêntures em ações.

Este cenário, associado a baixa efetividade e intempestividade das ações de cobrança, provocaram uma baixa aceitação dos papéis emitidos por essas empresas no mercado de capitais, que não reconhece o valor de face destes títulos, de modo que o BANDES ficou impossibilitado de realizar leilões especiais.

Outro aspecto de relevante importância consistiu na frágil e deficiente estrutura administrativa dos dois agentes responsáveis pelo Fundo, com reflexos negativos na análise de viabilidade técnica, econômica e financeira dos projetos, bem como no monitoramento e acompanhamento de sua evolução física e financeira, propiciando a ocorrência de desvios e o baixo índice de sucesso dos empreendimentos, haja vista a elevada inadimplência.

Os fatos apontados e as recomendações formuladas repercutiram de imediato na adoção de medidas visando à correção dos desvios, haja vista que o GERES determinou ao BANDES, em caráter emergencial, a realização de Auditoria Especial terceirizada nos projetos incentivados pelo FUNRES, contemplando prioritariamente os projetos em implantação e que estão em fase de liberação dos recursos e posteriormente, todos os projetos que já tiveram a totalidade dos recursos liberados, com ou sem Certificado de Empreendimento Implantado – CEI. O resultado das citadas auditorias comprovaram as irregularidades apontadas, entretanto, os gestores ainda não demonstraram medidas efetivas visando a recuperação de recursos do Fundo.

Ao longo do exercício foram realizadas auditorias em empreendimentos incentivados pelo FUNRES, e que subsidiarão a avaliação das contas do FUNRES referentes ao exercício de 2002, em continuidade à programação estabelecida pela SFC, de auditar todos os projetos em implantação.

Implantação de Projetos de Irrigação

Operacionalmente, foram auditados/fiscalizados no exercício os seguintes projetos de irrigação: Platôs de Guadalupe/PI - FP 20.607.0379.1836.0173, Curu-paraipaba/ - FP 20.607.0379.1836, Coremas Mãe D'água/PB - FP 20.607.0379.1836.0041, Tabuleiros Litorâneos do Piauí – FP 20.607.0379.0029 e Jacarecica/SE - FP 20.607.0379.1836.0059. Evidenciou-se que os Controles Internos do DNOCS são frágeis, possibilitando a ocorrências de falhas, dentre outras, na manutenção de bens imóveis e no acompanhamento dos distritos de irrigação. As constatações foram consolidadas no Relatório de Auditoria de Gestão do DNOCS, tendo sido certificada a irregularidade das contas do gestor do DNOCS e alertado o Ministério Supervisor.

No âmbito de recursos externos procedeu-se auditoria de encerramento no Projeto Nordeste I – BIRD/3170, com atuação específica nos Perímetros de Irrigação Baixo Acaraú e Tabuleiro de Russas, nos quais realizou-se inspeção “in loco”. Este trabalho resultou em recomendações de auditoria apostas no Relatório do BIRD 3170, gestão 2001, relativas aos Convênios PGE 50/98 e 51/98, celebrados entre o DNOCS e a SEAGRI/CE,

encaminhadas ao Banco Mundial e ao TCU. O atendimento às recomendações será verificado por ocasião da avaliação de gestão do DNOCS, referentes ao exercício de 2002, a ser executada em 2003.

Encontram-se em execução auditorias objetivando verificar apuração de denúncia nos seguintes projetos: Projeto de Irrigação Jaburu/TO – FP 04.054.0077.1234.0002, Fruticultura Irrigada São João/TO – FP 20.607.0379.1836.0088 e Construção de Obras de Infra-Estrutura no Tocantins/Bico do Papagaio FP20.607.0379.1846.0084.

Proágua Infra-Estrutura (Valor PPA 2000-2003)

Objetivo: Construção de barragens, açudes e adutoras para ampliar a oferta de água de boa qualidade no Nordeste.

Sua execução ocorre direta e indiretamente (convênios) por três unidades: Secretaria de Infra-estrutura Hídrica/MI, Codevasf, DNOCS e ADENE.

As atividades desenvolvidas pela SFC neste programa referiam-se à gestão de recursos externos, atendimento de diligências do TCU e apuração de denúncias oriundas de diversos órgãos, tais como MPF, parlamentares e cidadãos, em especial nas ações de Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica e Proágua Semi-Árido.

No que se refere a recursos externos, foram realizadas as seguintes auditorias: 1) na Unidade de Gerenciamento do programa Proágua Semi-Árido (Acordo de Empréstimo BIRD-4310/BR) componente obras-UGPO, sediada em Brasília, bem como nas Unidades de Gerenciamento Estaduais-UEGP nos estados do Piauí, Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Alagoas e Rio Grande do Norte. 2) no Acordo de Cooperação Técnica PNUD BRA-00/0015 Proágua Semi-Árido.

Efetuiu-se ainda auditoria operacional na Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica, responsável por este programa e pelo Irrigação e Drenagem, objetivando dentre outros aspectos, o fluxo das atividades relativas à celebração e fiscalização de convênios.

Ações Emergenciais de Defesa Civil

Sua execução ocorre indiretamente, mediante a celebração de convênios com as prefeituras dos municípios atingidos e/ou em situação de risco.

No exercício de 2002, a exemplo dos exercícios anteriores, as ações de controle desenvolvidas dentro do programa de Defesa Civil consistiram no atendimento de diligências procedentes do Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal e Polícia Federal, além das recebidas de órgãos legislativos e as que foram veiculadas na mídia.

Na maioria dos relatórios constatou-se irregularidades na execução dos convênios, em especial para realização de obras, celebrados com as prefeituras municipais de diversos estados brasileiros. A falta de projeto básico que atenda as requisitos da Lei nº 8.666/93 e de elementos que evidenciem ter sido feita a verificação da compatibilidade dos custos propostos com os preços praticados no mercado, aliados à concentração de celebração de convênios ao final do exercício, extrapolando a capacidade operacional da SEDEC foram as principais causas de insucesso identificadas. Cabe destacar que os fatos apontados, em sua maioria, referem-se a convênios celebrados em exercícios anteriores. Os relatórios foram encaminhados para o MI, para adoção das providências corretivas para a situação específica, além de ter sido recomendado ao Ministério maior rigor na exigência do projeto básico e análise de custos.

Efetuiu-se ainda auditoria operacional na Secretaria Nacional de Defesa Civil, objetivando verificar, dentre outros aspectos, o fluxo das atividades relativas à celebração e fiscalização de convênios.

Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso

Objetivo: O Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso – Prodeagro tem como objetivo a integração regional sob a égide do conceito de desenvolvimento sustentável, cujas ações são voltadas para o Ordenamento Territorial harmônico com a ocupação do território e com a conservação da diversidade biológica e cultural do Estado de Mato Grosso.

No presente exercício a SFC realizou auditoria no Acordo de Cooperação Técnica com o PNUD, BRA/94/006, sendo que as constatações foram encaminhadas, além do organismo internacional, ao gestor, para conhecimento e adoção de providências, tendo como principal ação o zoneamento-ecológico-econômico do Estado de Mato Grosso.

Plano Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia

Objetivo: O Plano Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia – Planafloresta objetiva promover o desenvolvimento sustentável do Estado de Rondônia, com a harmonização entre a ocupação do território e a proteção de sua rica biodiversidade biológica e cultural. Sua atuação deve ocorrer de forma integrada por meio de componentes voltados para as áreas de infra-estrutura sócio-econômica, especialmente infra-estrutura rodoviária; desenvolvimento local. Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias agroflorestais e conservação/preservação dos recursos naturais e sócio-culturais.

No presente exercício a SFC realizou auditoria no Acordo de Cooperação Técnica com o PNUD, BRA/004/004, sendo que as constatações foram encaminhadas, além do organismo internacional, ao gestor, para conhecimento e adoção de providências, tendo como principal ação o zoneamento-ecológico-econômico do Estado de Rondônia.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)

No tocante aos Programas de Governo relacionados às áreas de segurança pública e direitos da cidadania, a Secretaria Federal de Controle Interno - SFC desenvolveu ações de controle, cuja cobertura alcançou 59%, sobre a dotação orçamentária líquida disponibilizada para o Ministério da Justiça, no exercício de 2002, excluídos pessoal e dívida. Foram acompanhados sistematicamente cinco Programas, que abrangem assuntos de segurança no trânsito, segurança do cidadão, sistema penitenciário, direitos humanos, e a modernização da polícia federal.

O Programa Educação e Segurança no Trânsito objetiva buscar soluções para a redução do número de acidentes de trânsito no país e de vítimas fatais e a gravidade de suas lesões e, ainda, a otimização da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos pelos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito. Encontram-se inseridas neste Programa as ações voltadas para as campanhas educativas para a prevenção de acidentes de trânsito, capacitação de agentes para o processo de habilitação de condutores, manutenção de sistemas de controle do registro nacional de veículos automotores e de emissão de carteiras de habilitação. A SFC, no exercício de 2002, enfatizou a consolidação dos resultados alcançados no exercício de 2001 com o acompanhamento sistemático da Ação Apoio a Projetos Intersetoriais de Prevenção de Acidentes de Trânsito, executada por meio da realização de campanhas educativas com a utilização de recursos oriundos do repasse de 5% do total arrecadado do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores–DPVAT.

Por meio da referida consolidação, cujo objetivo principal foi a verificação da distribuição nas escolas, das cartilhas intituladas “A Caminho da Escola”, atingindo a clientela de alunos do ensino fundamental, executada pelo Ministério da Educação, constatou-se disfunções no alcance do objetivo da ação, tais como a ausência de entrega de cartilhas em várias escolas; distribuição de cartilhas nas escolas que não possuíam o público alvo (alunos da 1ª a 4ª séries); desatualização do banco de dados do MEC no que se refere ao quantitativo de alunos existentes nas escolas de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental; ausência de controle nas escolas no que se refere ao quantitativo de cartilhas recebidas/distribuídas aos alunos; envio de cartilhas em quantitativo menor do que fora estabelecido no convênio; envio de cartilhas para algumas escolas em quantitativo maior do que o programado; falta de conhecimento prévio por parte da direção da escola quanto ao envio/conteúdo da cartilha; falta de distribuição da cartilha para o público alvo em algumas escolas; ausência de informações nas escolas beneficiárias sobre o

quantitativo de cartilhas recebidas /distribuídas aos alunos; ausência em algumas escolas da transmissão aos alunos sobre o conteúdo da cartilha; existência de fragilidades no MEC e no DENATRAN no tocante à fiscalização da execução do convênio.

Com o fito de corrigir as disfunções apuradas, a SFC forneceu ao gestor os elementos necessários à correção das falhas, orientando-o para um melhor direcionamento na execução dos recursos disponíveis, objetivando um melhor resultado.

Com o crescimento da violência e da criminalidade, no exercício de 2000 o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Segurança Pública, com o objetivo de aperfeiçoar o sistema de segurança pública por meio de propostas que integrem políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias, de forma a reprimir e prevenir o crime e reduzir a impunidade, aumentando a segurança e a tranquilidade do cidadão brasileiro. A sua execução dar-se-á por meio do Programa Segurança do Cidadão, inserido no macro objetivo nº 28 do PPA 2000/2003, que por finalidade reduzir a criminalidade nos locais de maior incidência de crimes, com fundamento no art. 144 da CF/88.

Tendo em vista a grande relevância política desse Programa, considerado estratégico para a Agenda do Governo, a SFC deu continuidade ao acompanhamento sistemático, iniciado no exercício de 2001, visando garantir um controle mais eficaz e seguro sobre o alcance dos objetivos propostos. Assim, dentre as Ações integrantes do Programa, a SFC permaneceu, em 2002, com o acompanhamento das Ações Reparelhamento das Polícias Estaduais e Guardas Municipais e Intensificação do Policiamento Ostensivo em Áreas Críticas, as quais responderam por 54% da execução dos recursos disponibilizados para o Programa em 2002, alcançando um volume de recursos fiscalizados da ordem de R\$ 193 milhões .

Essas Ações foram implantadas, objetivando promover o reaparelhamento das polícias estaduais e reduzir a criminalidade nos locais de maior incidência de crimes, tendo como sustentação financeira os recursos provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública–FNSP. A sua execução se dá por meio da celebração de convênios, atendendo parcerias formadas entre o Governo Federal e os Governos Estaduais. O ente federado elabora o projeto e o encaminha para o Ministério da Justiça que analisa e o submete ao Conselho Gestor do FNSP para aprovação.

A atuação do Controle Interno pautou-se no exame da execução desses instrumentos formais, nos Estados. Para isso, foram demandadas 28 ações de controle, cujo objeto de exame centrou-se nos convênios celebrados no exercício de 2001 e executados em 2002 e os celebrados no exercício de 2002 e em execução. Os resultados obtidos na execução das ordens de serviço abordam situações relacionadas a aquisição de equipamentos em duplicidade; compra de materiais com especificações inadequadas; prática de sobrepreço nas aquisições efetuadas, escolha incorreta da modalidade de licitação para aquisição de veículos e aeronaves; falhas de controles internos e descumprimento à Lei de Licitações e à legislação federal de execução de convênios; inclusão de despesas realizadas anteriormente à celebração do termo de convênio; realização de obras não previstas no Plano de Trabalho; e ausência de mecanismos de controle e fiscalização por parte do órgão repassador dos recursos.

Paralelamente às ações de controle descentralizadas, a SFC consolidou os resultados alcançados pelas fiscalizações realizadas no decorrer do exercício de 2001, sobre os convênios celebrados no exercício de 2000, tendo sido elaborada a Nota Técnica nº 067/2002. Destaca-se na referida Nota a realização de despesas contrárias a legislação vigente, a exemplo do pagamento de diárias a policiais a título de complementação salarial.

As situações evidenciadas pela SFC foram discutidas junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, que vem adotando medidas corretivas e coercitivas junto aos convenientes, visando a correção dos desvios constatados, sob o monitoramento do Controle Interno.

O Programa Reestruturação do Sistema Penitenciário tem por finalidade prover os meios necessários à criação de vagas no sistema penitenciário brasileiro, seja pela construção de novos presídios, seja pela ampliação ou reforma dos já existentes e ainda pela disponibilização de vagas decorrentes da análise processual da execução penal de sentenciados carentes e, com isso, diminuir o déficit carcerário que, ao final do mês de outubro de 2002, somava 200 mil vagas. O público alvo alcançado pela execução deste Programa é a sociedade brasileira, os presos recolhidos ao sistema penitenciário, os agentes vinculados à custódia do preso e a população em geral. De forma a atender a esta clientela, o Programa integra ações que vão desde aquelas voltadas para a criação e disponibilização de vagas em estabelecimentos penais de todo o país, até as que buscam promover a reintegração do preso à sociedade, incluídas neste contexto a profissionalização do detento, estimada em 2002 em 18.000 presos

beneficiados, a assistência ao preso, à vítima e ao egresso do sistema penitenciário, e a capacitação profissional de agentes responsáveis pela custódia do preso.

A SFC promoveu o acompanhamento sistemático ao longo do exercício das ações que resultam na criação e disponibilização de vagas no sistema carcerário. A Ação Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais está fundamentada na necessidade de atendimento da demanda dos Estados por mais vagas nos sistemas carcerários respectivos. A sua execução se dá em regime de parcerias entre o Governo Federal e os Estados, representados pelas Secretarias Estaduais de Justiça, por meio da celebração de convênios, atendendo demanda de pleitos encaminhados pelas Unidades Federativas. Foram fiscalizadas 223 unidades prisionais, as quais compunham o universo dos convênios celebrados ao final do exercício de 2001 e aqueles cuja execução transpassou o citado exercício.

De acordo com os relatórios elaborados pelas equipes fiscalizadoras foram detectadas falhas de natureza estrutural no órgão concedente, visto que o mesmo não dispõe de recursos humanos suficientes para o desempenho de atribuições básicas no curso da execução da Ação, tais como a análise e aprovação dos pleitos e a fiscalização tempestiva. Foram identificadas disfunções no âmbito dos órgãos convenientes que comprometem o alcance do objetivo da Ação, tais como prática de preços acima da média de mercado; alteração das especificações previstas para o objeto conveniado; impropriedades na integralização da contrapartida; falhas relacionadas à execução das obras; pagamento de serviços não executados; ocorrências relacionadas com o processo licitatório e com o contrato; demandas judiciais; atraso no cronograma de execução em razão de problemas de liberações de terrenos; falhas relacionadas à movimentação dos recursos financeiros; falhas formais relacionadas à documentação comprobatória das despesas do convênio e a placa de identificação da obra; inadequação orçamentária e de custo; falhas relativas a recursos humanos/materiais; falhas na elaboração das planilhas de preços e serviços, com inclusão e alteração de quantitativos de serviços, sem a demonstração dos critérios técnicos utilizados para comprovar a necessidade das modificações; problemas com a instalação de equipamentos adquiridos, orçamento superdimensionado, alteração do plano de trabalho sem anuência do órgão repassador de recursos, e pagamento de serviços não realizados.

A Ação Mutirão na Execução Penal tem por objetivo revitalizar a vida processual dos presos e dos internados sem recursos financeiros para constituir advogado, promovendo a assistência jurídica prevista na Lei de Execução Penal, o que contribui eficazmente para a redução do déficit de vagas no sistema prisional. Para o exercício de 2002, previu-se o atendimento a 9.385 apenados do Sistema Penitenciário Nacional. A execução da Ação se dá, também, mediante a celebração de convênios, tendo como parceiros o Governo Federal e os Governos Estaduais, estes representados pelas Secretarias Estaduais de Justiça ou Defensorias Públicas Estaduais.

Seguindo a mesma sistemática adotada no acompanhamento da Ação Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais, a SFC fiscalizou 65 convênios, celebrados em 2001, incluídos aqueles cuja execução somente se deu no exercício de 2002. Desse universo, merece destacar falhas detectadas que dizem respeito a carência do órgão repassador dos recursos na definição de critérios para análise de pleitos encaminhados pelos Estados, no sentido de dividir equitativamente os recursos disponíveis, a fim de proporcionar igualdade de atendimento aos detentos carentes.

No âmbito da aplicação dos recursos repassados, verificou-se a inexistência de critérios para a escolha dos detentos beneficiados pela Ação, tendo sido atendidos presos com condição financeira mais favorável em detrimento de outros menos afortunados, saques da conta específica do convênio sem a correspondente documentação comprobatória da despesa realizada, descumprimento à legislação básica da execução de despesas por meio de convênios; notas fiscais sem identificação do número do convênio; recursos da contrapartida não alocados na conta específica do convênio; pagamento de despesas fora do prazo da vigência do convênio; ausência de descrição detalhada do Plano de Aplicação; promoção do atendimento jurídico a todos os detentos, carentes ou não; utilização do recurso na implantação do INFOPEN; inexistência de controles e acompanhamento da execução do convênio, o que resultou na falta de critérios para realização das despesas; inexistência de registro de frequência do pessoal contratado bem como falta de recolhimento de impostos para os mesmos; relatórios apresentados pelo conveniente não demonstrando claramente os resultados alcançados e as ações executadas; descumprimento do Cronograma de Execução; preços contratados acima da média do mercado; alteração do Plano de Trabalho aprovado, sem concordância do órgão repassador dos recursos; falta de prestação de assistência jurídica a todos os presos, conforme previsto no convênio; saques da conta específica do convênio sem a documentação comprobatória da despesa; falta de apresentação da Prestação de Contas e falta de fundamentação da dispensa de licitação.

Todavia, também foi verificado o êxito na execução da Ação tendo em vista o atendimento, em alguns Estados, de quantidade de beneficiários superior ao inicialmente definido, permitindo uma disponibilização

maior de vagas. Para ambas as Ações, a SFC recomendou ao Gestor a adoção de medidas com vistas à melhoria da eficácia na consecução dos objetivos pretendidos, sejam elas de ordem meramente formal ou sejam amparadas em mudanças estruturais, técnicas ou comportamentais, cujo resultado trilhe em busca do alcance das metas propostas pelas Ações. A adoção de providências pelo Gestor é monitorada pela SFC.

Foi objeto de atenção por parte da SFC, na área de direitos humanos, o Programa Combate à Violência Contra a Mulher, que visa minimizar as manifestações de violação dos direitos da mulher, enquadrando-se nas determinações contidas na Orientação Estratégica da Presidência da República, expostas no Macro-Objetivo 26, e diretriz setorial de "Expandir as Ações de Proteção à Mulher e a Criança contra a violência doméstica e sexual". A execução do Programa se dá por meio da celebração de convênios, dando ênfase a objetos vinculados à instalação de equipamentos em abrigos para mulheres em situação de risco; a construção de abrigos para mulheres em situação de risco e filhos vítimas de violência sexual e doméstica; eventos para capacitação de policiais e para despertar o empreendedorismo nas mulheres, além da implantação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. O acompanhamento sistemático por parte da SFC restringiu-se à Ação Apoio à Implantação de Abrigos para Mulheres em Situação de Risco, cujas atividades são desenvolvidas pela Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher em parceria com as delegacias especializadas no atendimento à mulher, conselhos tutelares, defensorias públicas, agência de empregos e outras organizações da sociedade civil, comprometidas com a questão da mulher. Foram demandadas ações de controle para fiscalização de 18 convênios, cujos objetos incluíam a construção de abrigos para mulheres em situação de risco, com vistas a ampliação do atendimento de mais 40.000 mulheres e filhos de vítimas de violência sexual e doméstica.

A atuação da SFC objetiva a avaliação dos procedimentos e das ações referentes à implantação de casas-abrigo para mulheres em situação de risco. De acordo com as fiscalizações realizadas, verificou-se pagamento antecipado de serviços; cronograma físico pouco preciso, dificultando a identificação do serviço prestado; cronograma de execução atrasado; e prática de sobrepreço na aquisição de materiais. Orientações foram expedidas ao Gestor, visando a correção das disfunções apuradas, cujas providências adotadas vêm sendo acompanhadas pela SFC.

No tocante à questão indígena, a SFC, no exercício de 2002, manteve sob acompanhamento e monitoramento as ações desenvolvidas pela Fundação Nacional do Índio por meio do Programa Território e Cultura Indígenas, com recursos oriundos do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal-PPTAL. Esse Projeto tem por objetivo a melhoria da conservação de recursos naturais em áreas indígenas da Amazônia Legal e o aumento do bem estar dos povos indígenas nas referidas áreas por meio da regularização de terras indígenas e do melhoramento da proteção às áreas e populações indígenas. Das ações de controle desenvolvidas pela SFC, as quais objetivaram a avaliação dos resultados alcançados com a implementação de atividades pela gerência do Projeto, no decorrer do exercício de 2001, pode-se inferir que o desempenho operacional das atividades previstas no PPTAL foi satisfatório, tendo sido demarcadas 03 terras indígenas ainda no exercício de 2001 – Padre, Boqueirão e Fortaleza do Pataú, e 12 permaneciam em processo de demarcação, cujos trabalhos continuaram no exercício de 2002. Todas as terras estão localizadas nos seis estados que compõem a Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Tocantins e Amapá). Do exame da documentação que compõe a prestação de contas do Projeto, relativa à aplicação dos recursos recebidos no exercício de 2001, foram detectadas falhas formais, para as quais a SFC recomendou ao Gestor a adoção de medidas preventivas com a finalidade de evitar a reincidência das mesmas.

Finalizando o rol dos Programas de Governo executados pelo Ministério da Justiça, acompanhados sistematicamente por esta SFC no exercício de 2002, inclui-se o Programa Modernização da Polícia Federal. Em face às dimensões continentais, o Brasil possui uma vasta área de fronteira e de terras navegáveis, o que o torna vulnerável a toda sorte de ações criminosas, tais como a retirada ilegal de madeira, a exterminação de animais silvestres, o contrabando de produtos agropecuários e de mineração, entrada e fixação ilegal de estrangeiros, internação de laboratórios de refino de drogas, tráfico de crianças, tráfico de entorpecentes, contrabando de armas, saída de veículos de brasileiros furtados e roubados. Nesse sentido, a atuação permanente da Polícia Federal ao longo de toda a faixa de fronteira é imprescindível. A Constituição Federal, em seu artigo 144, estabelece ser a segurança pública um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Estabelece ainda ser dever do Estado organizar e manter permanentemente a Polícia Federal, com a finalidade de executar, com exclusividade, as funções de Polícia Judiciária da União. Em decorrência da complexidade das atribuições constitucionais e da sua situação atual, a Polícia Federal, bem como as demais instituições de segurança pública do país, tem enfrentado dificuldades de toda ordem. Esta situação tem levado o País a uma condição de extrema vulnerabilidade, haja vista a elevação dos índices de criminalidade.

O Programa Modernização da Polícia Federal está inserido no direcionamento maior do Governo Federal, de modernização das atividades da Polícia Federal, e objetiva capacitar a instituição, em termos de recursos humanos, materiais, organizacionais e tecnológicos, para o cumprimento integral da sua missão constitucional, incorporando várias ações, tais como a aquisição de equipamentos, de materiais, de aeronaves, de viaturas, e construção, reforma e ampliação de unidades operacionais da Polícia Federal em todo o país, tendo como meta fim o crescimento do desempenho da Instituição ao término da implantação total do Programa.

A atuação da SFC no acompanhamento sistemático do Programa Modernização da Polícia Federal, iniciado neste exercício de 2002, teve como alvo principal a Ação Reparelhamento das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico – PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA, cujo objetivo é de prover a Polícia Federal de equipamentos essenciais ao desenvolvimento de sua missão institucional, visando aumentar a eficiência de sua atuação no combate ao crime organizado, ao narcotráfico, ao contrabando e descaminho, dentro de sua esfera de atuação. A escolha desta Ação pautou-se essencialmente pelo aporte de recursos de origem externa. Assim, foram demandados 118 pedidos de ação de controle de fiscalização com o objetivo de confirmar o recebimento de equipamentos, adquiridos pela unidade central do Departamento de Polícia Federal, pelas unidades descentralizadas da Instituição, sediadas nos estados da Federação. Destas, já foram concluídas 34, cujos resultados nos asseguram o recebimento dos bens transferidos, estando, em sua maioria, instalados e contribuindo para a melhoria da qualidade e agilidade dos serviços prestados à população brasileira, mas também identificam desvios tais como a deficiência no uso pleno dos equipamentos distribuídos por problemas, em sua maior parte, relativos a adequações necessárias nas estruturas físicas das unidades descentralizadas da Polícia Federal para a instalação dos equipamentos recebidos; equipamentos de informática com defeitos; localização física dos equipamentos incompatível com aquela constante dos Termos de Transferência emitidos pelo órgão sede da PF; inadequações quanto à quantidade dos equipamentos; inadequação na armazenagem/estocagem dos equipamentos; e ausência de plaquetas de identificação.

Ainda no exercício de 2002, a SFC atendeu a solicitações de exame de documentação, objeto de denúncias apresentadas pelo cidadão brasileiro à Corregedoria-Geral da União e ao Ministério Público, as quais envolviam a malversação de recursos públicos. Foram demandados 68 pedidos de ações de controle, com vistas ao atendimento às mencionadas solicitações. Dos resultados já apurados, verificou-se a improcedência de grande parte das denúncias ou a ocorrência de falhas formais de procedimentos administrativos, que não maculam a gestão do administrador público, à exceção do verificado na aquisição de botas operacionais para o efetivo da Polícia Rodoviária Federal, quando houve descumprimento à Lei de Licitações, por excessivo detalhamento do produto adquirido, restringindo o caráter competitivo do procedimento licitatório; definição de quantitativos sem planejamento adequado e ainda julgamento subjetivo com base em critérios pouco precisos, resultando em prejuízo ao erário; na aquisição de software por meio de inexigibilidade de licitação sem a comprovação de inexistência de produto similar no mercado, quando da aplicação de recursos destinados ao Plano Nacional de Segurança Pública; na aquisição de divisórias para unidade descentralizada da Polícia Federal em que ficou comprovado o descumprimento aos ditames da Lei de Licitação, em razão de adoção de critérios de julgamento pouco precisos e prática de possível sobrepreço. e ainda na concessão de diárias aos servidores da Polícia Federal, cujo dispêndio no órgão alcançou cerca de 10% com essa natureza de despesa, comparados ao somatório de todos os demais órgãos do Poder Executivo Federal. Nos casos excepcionados, a SFC recomendou aos respectivos Gestores a adoção de medidas preventivas e de observância aos dispositivos do Estatuto das Licitações Públicas e ainda a realização de estudos visando a redução dos gastos com diárias, em obediência ao princípio da economicidade dos recursos públicos.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MPAS)

No exercício de 2002, o Ministério da Previdência e Assistência Social -MPAS teve uma dotação autorizada líquida de R\$ 89,9 bilhões (excluídos Pessoal e Dívida), distribuída em 26 programas Assistenciais e Previdenciários, sendo que 12 desses programas foram objeto de ações de controle por parte desta Secretaria, que correspondem a 86,27% da mencionada dotação. Os programas acompanhados, divididos por funções Assistenciais e Previdenciários, foram os seguintes: 1) ASSISTENCIAIS: Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência, Valorização da Saúde do Idoso, Atenção à Criança, Brasil Jovem, e Organização Produtiva de Comunidades Pobres - PRONAGER. 2) PREVIDENCIÁRIOS: Previdência Social Básica, Arrecadação de Receitas Previdenciárias, Qualidade no Atendimento na Previdência Social, Programa de Apoio Administrativo, Previdência Complementar e Gestão da Política de Previdência Social.

Não obstante os apontamentos assinalados nas fiscalizações realizadas pela SFC nos programas a cargo do Ministério da Previdência e Assistência Social, há que se registrar também o alcance social que a execução desses programas representa para a sociedade brasileira. Por meio desses programas, no exercício em exame, apesar

das falhas e impropriedades apontadas, o MPAS pagou benefícios, mensal e pontualmente, a cerca de 21 milhões de pessoas, realizando despesa para esse fim em torno de R\$82 bilhões. Estima-se que mais de 71 milhões de pessoas se beneficiem direta ou indiretamente desses recursos, o que representa cerca de 42% da população brasileira. A magnitude desses números por si só dá uma mostra da importância que o Sistema Previdência e Assistência Social significa para o País, como forma de minimizar as desigualdades sociais existentes.

O Programa Previdência Social Básica tem por objetivo garantir o reconhecimento e o pagamento de direitos previdenciários previstos em lei, sendo composto por 16 ações a saber: Funcionamento das Unidades de Atendimento da Previdência Social; Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários; Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS; Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários; Orientação aos Segurados para Prevenção de Doenças Ocupacionais e de Acidentes do Trabalho; Serviço de Perícia Médica; Serviço de Reabilitação Profissional; Serviços de Concessão, Manutenção e Cessação de Benefícios Previdenciários; Capacitação de Servidores para Reconhecimento de Direitos Previdenciários; Pagamento de Salário-Família; Pagamento de Aposentadorias; Pagamento de Aposentadorias Especiais; Pagamento de Pensões; Pagamento de Auxílios; Pagamento de Abono; e Pagamento de Salário-Maternidade.

Na área de pagamento de benefícios previdenciários a SFC realizou, no exercício de 2001/2002, ação de controle em cerca de 18 milhões de benefícios e 3.500 milhões de registros de óbito. Os exames foram realizados em todas as Gerências/Agências da Previdência Social, utilizando cruzamento das bases de dados dos sistemas de benefícios e de óbito, com o objetivo de verificar e avaliar a confiabilidade e legitimidade dos registros informatizados e os mecanismos de controle utilizados nos processos de concessão e manutenção de benefícios previdenciários.

Esses trabalhos apresentam os seguintes resultados: a) cerca de 20 mil benefícios indevidos/irregulares, envolvendo vários exercícios, cuja regularização poderá gerar uma economia mensal em torno de R\$ 5,7 milhões (mais de R\$ 73,2 milhões anuais), sem considerar os valores pagos indevidamente nos anos anteriores e para o que deverão ser adotadas as medidas cabíveis visando à recuperação; b) existência de mais de 13 milhões de informações cadastrais inconsistentes/irregulares que provocaram e ainda podem provocar emissões de créditos e pagamentos indevidos; c) falhas na lógica e crítica no sistema; d) gestão antieconômica por emissão de créditos às agências bancárias, com gasto anual de mais de R\$ 3,5 milhões; e e) beneficiários fantasmas. As inconsistências/irregularidades foram encaminhadas ao INSS para as devidas regularizações, que será objeto de monitoramento e avaliação por parte desta Secretaria.

Foram desenvolvidos, também, trabalhos de consulta aos sistemas informatizados da Previdência Social (CNIS, SISBEN, SISOBÍ e HISCRE) e da Receita Federal-MF (CPF), com o objetivo de ressaltar a importância da exigência obrigatória do número de Cadastro de Pessoa Física - CPF nos registros dos sistemas da previdência social para fins de concessão e pagamento de benefício do Programa Previdência Social Básica. As situações encontradas foram as seguintes: a) campo destinado ao número de CPF: 4.256.975 sem nenhuma informação e 71.884 registros com informações impróprias; b) 1.265.080 registros de CPF com nome do titular diferentes entre as bases; c) 4.552 registros de CPF inválidos na base da Receita Federal; d) 128.651 registros de CPF não cadastrado na Receita Federal; e) 1.031.064 registros de CPF com o nome da mãe diferente entre as bases; f) 715.587 registros de CPF com a data de nascimento do beneficiário diferente entre as bases. Esses resultados foram encaminhados à Presidência do INSS para conhecimento e implementação das recomendações, cujo atendimento está sendo acompanhado pela SFC.

Ainda na área de pagamento de benefícios previdenciários a SFC realizou, no exercício de 2002, ação de controle nos pagamentos de Abono de Permanência em Serviço (espécies 47 e 48). Os exames foram realizados em todas as Gerências/Agências da Previdência Social, utilizando cruzamento das bases de dados dos sistemas de benefícios e de óbito, com o objetivo de verificar e avaliar a confiabilidade e legitimidade dos registros informatizados e os mecanismos de controle utilizados na concessão e manutenção dos abonos de permanência em serviço.

O Abono de Permanência em Serviço (Espécies 47 e 48) representa o benefício concedido ao segurado que já tenha implementado todos os requisitos necessários para uma aposentadoria por tempo de serviço (30 ou 35 anos de tempo de serviço), até 15/04/94, e que opta em permanecer em atividade. Esse benefício foi extinto com a revogação do art. 87 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, pelo art. 29 da Lei nº. 8.870, de 15 de abril de 1994, não podendo ser reconhecido direito a esse benefício a partir de 16 de abril de 1994.

Os levantamentos e análises realizados constataram a existência de descumprimento da legislação previdenciária, ausência de monitoramento e acompanhamento no processo de concessão e manutenção do abono,

falha na crítica do sistema de benefício, ausência de cruzamento de informações com outras bases de dados, bem como falta de integração com outros regimes de previdências. Essas inconsistências/irregularidades já geraram pagamentos indevidos acima de R\$87 milhões, sem levar em consideração a atualização monetária de acordo com a Lei e as ratificações das situações que precisam ser realizadas pelo INSS. A falta de correção dessas inconsistências/irregularidades está gerando pagamento mensal de quase R\$940 mil, o que resulta em uma despesa anual indevida em torno de R\$12,7 milhões.

A SFC realizou, também, no exercício de 2002, ação de controle na ação de concessão e manutenção de benefícios previdenciários – PENSÃO por Morte (espécies 21 e 93). Os exames foram realizados em todas as Gerências/Agências da Previdência Social, utilizando cruzamento das bases de dados dos sistemas de benefícios e de óbito, visando verificar e avaliar a existência de inconsistências no pagamento do benefício, bem como a confiabilidade e legitimidade dos registros informatizados e os mecanismos de controle utilizados na concessão e manutenção dos benefícios.

A ação de pagamento de Pensão por Morte visa garantir aos dependentes dos segurados que falecer, inclusive por acidente de trabalho, benefício previsto na legislação, desde que a morte tenha ocorrido antes da perda da qualidade do segurado. As principais constatações foram: inconsistências de incompatibilidade de concessão de benefícios entre espécies diferentes, para o mesmo beneficiário, sendo que as principais causas são falhas nos mecanismos de monitoramento, ausência de relatórios gerenciais para acompanhamento, ausência de avaliação dos atos da concessão, ausência de cruzamentos e inconsistência das bases de dados.

Essas situações estão gerando um prejuízo mensal em torno de R\$1,3 milhões mensais (mais de R\$17,9 milhões anuais), podendo chegar a 13,7 milhões mensais e R\$ 178,4 milhões anuais, respectivamente. Essas informações foram encaminhadas ao INSS, para implementação das recomendações propostas, o que será objeto de monitoramento e avaliação por esta Secretaria.

O Programa Qualidade no Atendimento da Previdência Social contempla a ação “Reformulação da Rede de Atendimento da Previdência Social” que engloba, dentre outras atividades, a realização de obras e serviços de engenharia destinados a reformas e adaptações dos prédios onde irão funcionar as novas agências e postos da Previdência Social. Em 2000/2001 foram realizadas 104 auditorias em obras alcançadas pelo Programa de Melhoria de Atendimento – PMA, e em 2002 foram descentralizadas 94 ações de controle, dessas 50 já foram concluídas. As principais constatações foram: falhas na formalização dos procedimentos licitatórios; realização de licitação abrangendo obra e compra de móveis onerando o custo da Obra; desvinculação do Projeto Básico; modificações no Projeto Original; ausência de mecanismos de fiscalização interna; falta de designação formal de um representante da Unidade para o acompanhamento da execução do contrato; recebimento definitivo do objeto realizado pelo mesmo servidor designado para fiscalizar o contrato; itens aditivados poderiam ser previstos na licitação; acréscimos e diminuições de serviços sem Aditivos de Alteração; pagamentos antecipados; pagamentos de serviços não executados; não retenção de contribuição devida ao INSS; Boletins de Medição que não revelam a real situação da reforma; descumprimento de cláusulas contratuais; retirada de Penalidade por Descumprimento de Cláusula Contratual; serviços executados com imperfeição ou em desacordo com as especificações técnicas; incompatibilidade entre os cronogramas físico e financeiro. Em relação às auditorias de 2002, estão sendo consolidados os resultados, para posterior encaminhamento ao INSS, com vistas à regularização das falhas encontradas.

No exercício de 2002 a Secretaria Federal de Controle Interno deu continuidade às ações de controle com o objetivo de avaliar os aspectos da legalidade, oportunidade, economicidade e a execução/implementação do objeto relativos às contratações de serviços de mão-de-obra terceirizada, que visam suprir a necessidade de recursos humanos; aquisição de software para acesso a legislações e jurisprudências; contratação de empresa para implantação de programas de modernização da rede de atendimento à clientela previdenciária; e contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de uniformes destinados ao uso dos servidores terceirizados.

Os resultados dos trabalhos evidenciaram falhas que afetam os aspectos de legalidade e economicidade, senão encaminhados à Presidência do INSS para conhecimento e implementação das recomendações, com vistas à regularização dos fatos apontados, bem como apuração de responsabilidades. Com relação ao assunto em questão, o Tribunal de Contas da União proferiu as Decisões nºs 154/2001 – Segunda Câmara; 201/2002 – Plenário; e 1.248/2002 - Plenário, Acórdão nº 168/2002 – Segunda Câmara; determinando, dentre outras, o atendimento das recomendações desta Secretaria. O cumprimento das determinações, por parte do INSS, está sendo monitorado pela SFC.

O Programa Arrecadação de Receitas Previdenciárias tem por objetivo aumentar a arrecadação da previdência social, mediante ação eficaz de fiscalização e cobrança de créditos previdenciários. Trimestralmente a SFC realiza análises no estoque da dívida previdenciária nas áreas administrativa e judicial, relativo às ações de "Cobrança Administrativa de Créditos Previdenciários" e de "Cobrança de Débitos Inscritos na Dívida Ativa".

No exercício de 2002 os créditos previdenciários totalizaram 870.259 equivalentes a R\$ 134.856 bilhões, sendo: 259.109 créditos correspondentes a R\$ 48,179 bilhões na área de cobrança administrativa, e 611.323 créditos equivalentes a R\$ 86,677 bilhões na área de cobrança judicial. Em relação ao exercício de 2001, os créditos na área administrativa aumentaram 110,04% em termos de quantidade e 32,47% em termos de valores, e na fase judicial houve um acréscimo de 3,02% em termos de quantidade e 12,25% em termos de valores, enquanto os efetivos pagamentos, no valor total de R\$ 1.856.663.347,91, equivalentes a 493.217 créditos, representaram um decréscimo de apenas 2,62% do total da dívida em termos de valores, e 3,46% em termos quantitativos. Dessa forma, verifica-se que o processo de arrecadação dos créditos previdenciários, tanto na fase de cobrança administrativa quanto na fase judicial, é demorado e pouco eficaz, havendo necessidade de medidas para se investir nos trabalhos de prevenção, ou seja, desenvolver cobranças sistematizadas e automáticas, a serem encaminhadas diretamente às empresas, para os devidos recolhimentos do total devido, levando em consideração o batimento das informações (GFIP e GPS e outras bases de dados governamentais), de modo a evitar a sonegação de contribuições previdenciárias e ser tempestivo no ato da ocorrência e sinalização de recolhimento a menor. Constatou-se, ainda, que 22.677 devedores têm débitos superiores a R\$ 1 milhão, e totalizam juntos R\$86.159.904.203,44, isto é, 2,61% dos devedores são responsáveis por 64% dos valores totais devidos. Por outro lado, 52,98% da quantidade de devedores têm débitos inferiores a R\$ 10 mil, e somam juntos somente 1% do valor da dívida em estoque. Cerca de 100% dos créditos encontram-se na mesma fase há mais de dois anos, sendo que destes, 0,25% permanecem na mesma fase há mais de 5 anos.

Os resultados foram encaminhados ao INSS, para conhecimento e implementação das recomendações, cujo atendimento está sendo monitorado pela SFC.

A ação "Fiscalização do Recolhimento das Contribuições Previdenciárias" do Programa Arrecadação de Receitas Previdenciárias tem por objetivo fiscalizar o recolhimento das contribuições previdenciárias, além de promover a aplicação das sanções previstas na legislação visando a punição dos que lesam a Previdência Social não recolhendo as contribuições sociais retidas dos trabalhadores, bem como dos empregadores que sonegam os recolhimentos das parcelas de contribuição que lhes são devidas. Em 2002 foi realizada Auditoria Piloto na Gerência Executiva do INSS – APS Plano Piloto, visando verificar os procedimentos quando da Concessão de CND. Os resultados parciais apontaram fragilidades nos sistemas corporativos que merecem atenção por parte dos dirigentes, com vistas a minimizar os riscos de concessão irregular de CND.

A ação "Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários", do Programa Previdência Social Básica, visa remunerar os serviços de informatização e processamento de dados referentes aos processos de concessão e manutenção de benefícios mantidos pela Previdência Social, em nível nacional, a cargo da DATAPREV, objetivando garantir o reconhecimento e o pagamento de direitos previdenciários previstos em lei.

O Programa Previdência Complementar tem por objetivo estimular a ampliação dos sistemas de previdência complementar e garantir a segurança, liquidez e solvência de planos das entidades fechadas de previdência privada para assegurar o pagamento de benefícios complementares. Em 2002 foi realizada auditoria operacional na Secretaria de Previdência Complementar - SPC, com o objetivo de analisar e avaliar a gestão da Secretaria, bem como emitir opinião sobre a reforma do estatuto da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil S/A – PREVI/BB. Quanto ao desempenho da Secretaria de Previdência Complementar, apesar dos esforços envidados para consecução dos seus objetivos, constata-se que a mesma não se encontra adequadamente estruturada para fiscalizar e acompanhar as entidades, haja vista a carência de pessoal no quadro permanente. Isto de comprova pela ausência de providências por parte da SPC com referência às justificativas apresentadas pela PREVI a respeito do AI nº 60/00-32, de 22/11/2000, tendo em vista a relevância e materialidade dos fatos apontados. A atuação da SPC no trato da aprovação do novo texto proposto para o estatuto da PREVI baseou-se exclusivamente na forma, quando deveria ter sido mais específico e aprofundado no tocante ao conteúdo da transição, tendo em vista a relevância do Acordo firmado entre Banco do Brasil e PREVI e a tempestividade da análise. Os resultados foram encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar - SPC, para conhecimento e implementação das recomendações, cujo atendimento está sendo monitorado pela SFC.

O Programa Apoio Administrativo tem como objetivo a manutenção de serviços destinados à missão institucional do INSS.

Atendendo a uma solicitação do Ministro da Previdência e Assistência Social, à época, esta Secretaria realizou auditoria especial para analisar os contratos firmados pela DATAPREV e a Empresa UNISYS. Por ocasião dos trabalhos, conforme consta do Relatório de Auditoria Especial nº 070422/2001, esta Secretaria constatou diversas irregularidades relativas à morosidade na implementação das diretrizes tecnológicas; não adoção de providências para implementação das recomendações da SFC (custos e justificativas de preços); subutilização de equipamentos e contratação indevida de manutenção; irregularidades nos contratos de equipamentos de grande porte; ausência de embasamento legal para pagamento de encargos iniciais; e ausência de justificativas de preços quando das contratações por inexigibilidades, impondo-se, portanto, providências urgentes para a sua regularização e apurações de responsabilidades.

No exercício de 2002 a ação de controle desta Secretaria pautou-se no acompanhamento e avaliação da implementação, por parte da DATAPREV, das recomendações propostas em 2001 e também na realização de auditoria de avaliação de gestão (Relatório de Auditoria de Gestão nº 087909/2002), onde a SFC apontou a necessidade de um aprimoramento de indicadores de gestão, principalmente com relação à efetividade da gestão da empresa, e o aprimoramento do contrato de prestação de serviços entre a DATAPREV e o INSS, sobretudo quanto aos parâmetros de preços, custos e recebimento dos serviços prestados.

O Ministério da Previdência encaminhou os resultados dos trabalhos realizados pelo Grupo criado pela Portaria Ministerial nº 3.399/2001, com objetivo de apurar as irregularidades e responsabilidades dos fatos apontados no Relatório da SFC, e no da empresa Gartner do Brasil S/C Ltda., com o objetivo de, dentre outros, realizar o levantamento, análise e avaliação do ambiente tecnológico da DATAPREV quanto à adequação em termos de custos, tecnologia, configuração, desempenho, segurança, atendimento aos requisitos de negócio e formas de contratação, comparativamente aos padrões de mercado.”. Os resultados dos trabalhos ratificaram os apontamentos da SFC, mas continuam pendentes adoções de providências das recomendações propostas.

Com relação às principais recomendações desta Secretaria, que tratam de parâmetro de preços, renegociação de contratos com a UNISYS e apuração de responsabilidades, a DATAPREV informou que iniciou tratativas com a UNISYS no dia 09/08/2002, e que, neste contexto adotou providências para a contratação de aconselhamento técnico/jurídico para acompanhar o processo negocial com a UNISYS.

O Relatório de Auditoria Especial/DSPAS/SFC nº 070422/2001 foi submetido ao TCU para apreciação e julgamento, o qual serviu de subsídio para os trabalhos de auditoria daquela Corte de Contas, conforme processo nº 014.003/2001-2, relativo à Auditoria de Natureza Operacional realizada pela Secretaria de Controle Externo no Rio de Janeiro – TCU na DATAPREV, no período de 24/09/2001 a 21/11/2001, cujo objetivo foi avaliar a sistemática de contratação de serviços e de compra de equipamentos para a área de sistemas. O TCU proferiu a Decisão nº 1.459/2002 – TCU – Plenário, cujo teor ratifica os fatos apontados por esta Secretaria.

Por meio do Ofício/PR/Nº 004, de 08/01/2003, a DATAPREV informou que a determinação do TCU – item 8.1.1 (renegociação dos contratos com a Unisys e, caso não obtenha sucesso, rescinda unilateralmente os contratos) motivou uma reunião da Direção da Empresa com o Ministro Adilson Mota, do TCU, para tratar do exame da possibilidade da DATAPREV apresentar “embargo declaratório” à Decisão do Tribunal, em razão dos riscos envolvidos em tal medida para a Previdência Social, uma vez que inviabilizaria os serviços de processamento de folha de pagamento dos Benefícios Previdenciários, bem como outros serviços, igualmente indispensáveis, prestados pela DATAPREV, com reflexos diretos para a sociedade. O Ministro do Tribunal reconheceu a pertinência das razões apresentadas pela Empresa considerando válida a iniciativa.

Informou, ainda, que: “Após diversas reuniões realizadas com a Unisys foi elaborada uma proposta com várias alternativas de solução, dentre elas o abatimento em prestações vencidas, a de concessão de um desconto nas parcelas vincendas até o término do contrato, em junho/2003, combinadas com o recebimento de bens e serviços que seriam especificados configurando um pacote. A proposta não foi aceita pela Unisys, fazendo com que a DATAPREV entrasse com uma Ação Cautelar de *“caução de crédito, cumulada com produção antecipada de prova”*, na 12ª Vara Cível Federal, seção Judiciária do Rio de Janeiro, solicitando respaldo para que fossem depositadas, em juízo, as parcelas futuras previstas no contrato. Isto garante que a DATAPREV não seja considerada inadimplente, preservando a gratuidade ao término do contrato dos equipamentos alugados, e permitindo que a Empresa possa retomar, antes do término do contrato com a Unisys em junho/2003, o programa de modernização do parque de equipamentos, e assegurar que a Unisys promova todo o suporte contratual necessário à adequada operação por parte da Previdência Social. Além disso, esta Ação supre também a necessidade do estabelecimento de perícia contábil-financeira, homologada pela Justiça, para balizar os valores comerciais sob litígio”.

Esta Secretaria continua em processo de monitoramento e cobrança, uma vez que os resultados das providências adotadas pela DATAPREV, para regularização dos fatos, continuam em andamento e dependente de decisão judicial.

Em 2002 foram realizadas, também, Auditorias de Acompanhamento Integradas na área de Recursos Humanos, nas Gerências-Executivas do INSS em Fortaleza/CE e em Florianópolis/SC, objetivando avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo de gestão sobre a folha de pagamento dos servidores, processada por intermédio do SIAPE, tendo como referência o período de junho/2001 a agosto/2002, com a finalidade de apoiar e assessorar a Administração na correção dos desvios, no aprimoramento do sistema, observando a legalidade, legitimidade e economicidade na execução dos fatos administrativos, bem como propiciar a maximização da eficiência e eficácia dos mesmos.

As principais constatações foram: necessidade de remanejamento da força de trabalho das localidades excedentes para as deficitárias; concessões de ajuda de custo sem observância do disposto no art. 53 da Lei nº. 8112/90 e no Decreto nº. 4004/01; remoções “ex-officio” sem alcançar eficiência e economia, onerando em demasia os cofres públicos; valores pagos indevidamente a título de indenização de transporte; pagamento indevido de vantagem pessoal (quintos/décimos); necessidade de homologação dos termos dos acordos judiciais referentes ao pagamento do passivo dos 28,86%; necessidade de maior rigor nos procedimentos de solicitação de adicional por serviços extraordinários, de acordo com o que preceitua o Decreto nº. 2.030/96; pagamento de valores indevidos a título de devolução de abate-teto; pagamentos indevidos referentes a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI; pagamentos incorretos referentes a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica – GDAJ; manutenção de vantagens e incorporação ao vencimento de ações judiciais em desacordo com os dispositivos legais; pagamentos indevidos a servidores com ocorrência de exclusão no cadastro do SIAPE; e pagamentos irregulares a título de PCCS. Essas disfunções ocasionaram a fuga de recursos da ordem de R\$ 2,9 milhões.

As inconsistências/irregularidades detectadas foram encaminhadas ao INSS para as devidas regularizações, sendo objeto de monitoramento e avaliação por parte desta Secretaria.

O Programa Erradicação do Trabalho Infantil – PETI é composto, basicamente, por duas ações “Atendimento à Criança e ao Adolescente em Jornada Escolar Ampliada” e “Concessão da Bolsa Criança – Cidadã”, cujo objetivo consiste em eliminar, em parceria com os diversos setores dos governos estaduais e municipais e da sociedade civil, o trabalho infantil em atividades perigosas, insalubres e degradantes, oferecendo às crianças atividades culturais, esportivas e de lazer desenvolvidas nos locais de Jornada Escolar Ampliada, no horário complementar ao da escola, e concedendo às famílias dessas crianças o auxílio financeiro mediante o pagamento da Bolsa Criança-Cidadã.

Em 2002 a ação de controle abrangeu a consolidação dos trabalhos de avaliação das duas ações do programa quanto à gestão a cargo da Prefeitura, ao cadastro do PETI, ao controle social, à execução da jornada ampliada e à existência e condições das famílias. Foram realizadas 1.670 fiscalizações. Os resultados apontam falhas no cadastramento das famílias, falta de monitoramento por parte dos gestores nas três esferas de governo (federal/estadual/municipal); ausência de controle social; intempestividade no pagamento das bolsas; falha na execução da jornada escolar. Os resultados foram encaminhados ao gestor, o qual informou ter adotado providências em relação às recomendações propostas, inclusive com o aperfeiçoamento das normas operacionais e mecanismos de controles internos. Tais providências estão sendo avaliadas e a eficácia das mesmas serão verificadas “in loco” em 2003 por esta Secretaria. Ressaltamos o avanço do programa em questão, quanto ao atendimento de seu público-alvo, que em 1996 era de 3.710 crianças/adolescentes em 17 municípios, passou para 810.348 crianças/adolescentes em 2.593 municípios em 2002.

O Programa “Valorização e Saúde do Idoso” visa assegurar o pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas idosas com idade acima de 67 anos, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família, ou seja, que a renda familiar mensal “per capita” não ultrapasse a 1/4 do salário mínimo; não ser amparado por nenhum sistema de previdência social, ou estrangeiro naturalizado e domiciliado no Brasil, não coberto por sistema de previdência no país de origem.

No exercício de 2002 foram acompanhadas as ações “Pagamento de Benefícios de Prestação Continuada a Pessoas Idosas” e “Auditoria e Revisão de Benefícios de Prestação Continuada a Pessoas Idosas” inseridas no referido programa. Na ação de Pagamento de Benefícios foi utilizado, como estratégia de ação de controle, cruzamento de bases de dados dos sistemas de benefícios SISBEN (espécie 88), contendo cerca de 20 milhões de registros de benefícios; Sistema de óbito SISOB, com 3,5 milhões de registros; e Sistema de Pessoal de

Pessoal da Administração Pública – SIAPE, com 1,5 milhões de registros de servidores públicos, visando verificar a regularidade das concessões e manutenções dos benefícios e se os mecanismos de controle são adequados.

O pagamento de benefício à Pessoas Idosas iniciou-se em 1996 com 28.021 benefícios concedidos, e atualmente encontra-se em manutenção 567.020 benefícios. Portanto, no período de 1996 a 2002 houve um aumento em torno de 2.024% no processo de concessão de benefícios de prestação continuada, contribuindo, de uma forma geral, para uma melhor distribuição de renda no país, garantindo os mínimos sociais à população idosa carente, dando mais dignidade aos excluídos e corrigindo erros e desvios provocados pelas políticas governamentais.

Relativamente à execução do Programa, ainda existem fragilidades nos sistemas, descumprimento da legislação previdenciária, ausência de monitoramento e acompanhamento no processo de concessão e manutenção dos benefícios, falha na crítica do sistema de benefício, ausência de cruzamento de informações com outras bases de dados, bem como falta de integração com outros regimes de previdências. Tais situações permitem: que pessoas falecidas continuem a receber pagamento de benefícios, por meio de outras pessoas; beneficiários recebam outras espécies de benefícios incompatíveis entre si, dentro do próprio sistema da Previdência Social; e até servidores públicos federais pertencentes a outro Regime de concessão, com rendas elevadas, recebam indevidamente o benefício. Esses resultados poderiam ter outras constatações se tivéssemos as bases de dados dos servidores públicos Estaduais e Municipais para realizarmos os mesmos cruzamentos.

As inconsistências/irregularidades constatadas possibilitam gerar pagamentos indevidos em torno de R\$423 mil mensais (mais de R\$6 milhões anuais), recursos esses que poderiam ser utilizados em outras ações em prol da sociedade.

Na ação de Auditoria e Revisão de Benefícios evidenciamos que o processo de revisão continua em descumprimento ao que determina a legislação, no que diz respeito ao período determinado para as revisões, ou seja, a cada 2 anos, visando verificar se as condições social e econômica do beneficiário continuam as mesmas (composição do grupo familiar; renda familiar per capita; documentos de cada componente do grupo familiar). Verificamos, ainda, que as recomendações propostas por esta Secretaria não foram efetivamente implementadas, apesar dos compromissos assumidos pelos gestores. Portanto, permanecem os seguintes problemas apontados: ausência de sistemática de revisão do BPC (com planejamento por exercício); o sistema não marca as revisões efetuadas; atrasos na revisão e não adoção de providências quanto aos benefícios já revisados; falta de informações do beneficiário no processo de revisão. Ressaltamos que essas fragilidades corrobora os resultados apontados na ação de Pagamentos de Benefícios.

O Programa “Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência” visa assegurar o pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas portadoras de deficiência que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família, ou seja, que a renda familiar mensal "per capita" não ultrapasse a 1/4 do salário mínimo; não ser amparado por nenhum sistema de previdência social, ou estrangeiro naturalizado e domiciliado no Brasil, não coberto por sistema de previdência no país de origem. No exercício de 2002 foram acompanhadas as ações “Pagamento de Benefícios de Prestação Continuada a Pessoas Portadoras de Deficiência e “Auditoria e Revisão de Benefícios de Prestação Continuada a Pessoas Portadoras de Deficiência” inseridas no referido programa.

Na ação de Pagamento de Benefícios foi utilizado, como estratégia de ação de controle, cruzamento de bases de dados dos sistemas de benefícios SISBEN (espécie 87), contendo cerca de 20 milhões de registros de benefícios; Sistema de óbito SISOB, com 3,5 milhões de registros; e Sistema de Pessoal da Administração Pública – SIAPE, com 1,5 milhões de registros de servidores públicos, visando verificar a regularidade das concessões e manutenções dos benefícios e se os mecanismos de controle são adequados.

O pagamento de benefício a Pessoas Portadoras de Deficiência iniciou-se em 1996 com 179.080 benefícios concedidos, atualmente encontra-se em manutenção 956.933 benefícios. Portanto, no período de 1996 a 2002 houve um aumento em torno de 537,37% no processo de concessão de benefícios de prestação continuada, contribuindo, de uma forma geral, para uma melhor distribuição de renda no país, garantindo os mínimos sociais às pessoas carentes portadoras de deficiência, dando mais dignidade aos excluídos e corrigindo erros e desvios provocados pelas políticas governamentais.

Relativamente à execução do Programa, ainda existem fragilidades nos sistemas, descumprimento da legislação previdenciária, ausência de monitoramento e acompanhamento no processo de concessão e manutenção dos benefícios, falha na crítica do sistema de benefício, ausência de cruzamento de informações com outras bases de dados, bem como falta de integração com outros regimes de previdências. Tais situações permitem:

que pessoas falecidas continuem a receber pagamento de benefícios, por meio de outras pessoas; beneficiários recebam outras espécies de benefícios incompatíveis entre si, dentro do próprio sistema da Previdência Social; e até servidores públicos federais pertencentes a outro Regime de concessão, com rendas elevadas. Esses resultados poderiam ter outras constatações se tivéssemos as bases de dados dos servidores públicos Estaduais e Municipais para realizarmos os mesmos cruzamentos.

Essas inconsistências/irregularidades possibilitam gerar pagamentos indevidos em torno de R\$193 mil mensais (mais de R\$3 milhões anuais), recursos esses que poderiam ser utilizados em outras ações em prol da sociedade.

Na ação de Auditoria e Revisão de Benefícios evidenciamos que o processo de revisão continua em descumprimento ao que determina a legislação, no que diz respeito ao período determinado para as revisões, ou seja, a cada 2 anos, visando verificar se as condições social e econômica do beneficiário continuam as mesmas (composição do grupo familiar; renda familiar per capita; documentos de cada componente do grupo familiar). Verificamos, ainda, que as recomendações propostas por esta Secretaria não foram efetivamente implementadas, apesar dos compromissos assumidos pelos gestores. Portanto, permanecem os seguintes problemas apontados: ausência de sistemática de revisão do BPC (com planejamento por exercício); o sistema não marca as revisões efetuadas; atrasos na revisão e não adoção de providências quanto aos benefícios já revisados; falta de informações do beneficiário no processo de revisão. Ressaltamos que essas fragilidades corrobora os resultados apontados na ação de Pagamentos de Benefícios.

Por meio de Emendas Parlamentares foram incluídas ações nos programas Atenção a pessoas portadoras de Deficiências; Valorização e Saúde do Idoso; Atenção à Criança; Brasil Jovem e Organização Produtiva de Comunidade Pobre – PRONAGER, que visam realizar obras de construção/reformas de Centros para atendimento de crianças, idosos e deficientes, bem como adquirir equipamentos para funcionamento dos centros. A estratégia para acompanhamento dessas ações consiste na análise dos processos de convênios referentes aos exercícios de 2000/2001, objetivando verificar a atuação do gestor; a execução do objeto conveniado; o acompanhamento realizado pelo Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS; e o atingimento do objetivo.

Em 2002 foram descentralizadas 558 Ordens de Serviços para as Corregedorias-Gerais nos estados realizarem fiscalizações, sendo concluídas 63, até nov/2002. Os resultados parciais indicam: não execução do objeto conveniado; objetivo não alcançado; objeto não realizado; ausência de controle social; ausência de prestação de contas; e solicitação de abertura de tomada de contas especial. A implementação das recomendações feitas ao gestor está sendo acompanhada por esta Secretaria, e será objeto de monitoramento e avaliação no exercício de 2003.

Serviços de Ação Continuada – SAC, prestados mediante ações inseridas nos programas Atenção a pessoas portadoras de Deficiências; Valorização e Saúde do Idoso; Brasil Jovem e Atenção à Criança, que consistem no atendimento a idosos, deficientes, crianças e adolescentes em instituições assistenciais. A estratégia para acompanhamento dessas ações consiste na avaliação da atuação: dos gestores estaduais e municipais quanto aos repasses, utilização e supervisão dos recursos, alimentação do Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro da Assistência Social – SIAFAS; dos Conselhos de Assistência Social quanto a existência e supervisão do controle social; e das Organizações Governamentais – OG e Organizações Não Governamentais – ONG quanto à execução da meta prevista e à qualidade do atendimento. No exercício de 2002 foram descentralizadas 6.384 Ordens de Serviços para as Corregedorias Gerais nos Estados realizarem fiscalizações dos quatro programas, das quais 112 já foram concluídas e estão sendo analisadas por esta Coordenação. Os resultados parciais indicam falhas no cadastro das entidades e do público alvo; ausência do controle social, falha na alimentação do SIAFAS; não atingimento das metas previstas; problemas nas instalações físicas das creches; atraso nos repasses de recursos; e utilização recursos de forma indevida. Os resultados serão consolidados por Estado e encaminhado à Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS para adoção de providências, visando a regularização das falhas apontadas.

O Programa “Gestão da Política de Assistência Social” tem por objetivo apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de assistência social, Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS/MPAS. Nesse programa está inserida, dentre outras, a ação de “Formulação de Políticas na Área de Assistência Social”, de responsabilidade do Conselho Nacional do Seguro Social –CNAS. Dessa forma, esta Secretaria realizou, em 2002, ação de controle com o objetivo de analisar, avaliar e emitir opinião sobre a atuação do CNAS na formulação de políticas na área de assistência social, especificamente no que se refere a emissão e gerenciamento de registros, concessões e renovações de certificados de entidades beneficentes de assistência social.

As principais constatações foram: ausência de estrutura adequada para o cumprimento de sua Missão Institucional, de forma a garantir a eficácia e eficiência do programa de assistência social, definindo com

clareza o público-alvo a ser assistido, com o propósito de alcançar os ganhos sociais do citado programa; e Concessões de Certificados de filantropia indevidamente.

Os resultados foram encaminhados ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, para implementação das recomendações, o que será objeto de monitoramento e avaliação por esta Secretaria.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

No exercício de 2002, o Ministério da Saúde contou com uma dotação autorizada no valor de R\$ 27,6 bilhões, distribuídos em 39 Programas, sendo 31 finalísticos (subtotalizando R\$ 21,7 bilhões), 10 dos quais, dentre os de maior relevância político-estratégica, foram objeto de ações de controle por parte da SFC, representando um grau de cobertura igual a da dotação autorizada. Além das ações de acompanhamento sistemático dos programas finalísticos, ressalta-se, também, a realização de ações pontuais, provocadas por demandas externas, nos demais Programas e auditorias de gestão nas unidades e entidades do Ministério.

A Assistência Farmacêutica pode ser considerada como uma das áreas mais críticas da assistência à saúde. A falta de medicamentos, além de comprometer a imagem dos serviços, não deixa outras alternativas à população e, em muitos casos, a falta de medicamentos em nível ambulatorial acarreta internações desnecessárias e onera cada vez mais o sistema de saúde. A inexistência de uma assistência farmacêutica organizada na maioria dos estados e municípios brasileiros, fez com que o Ministério da Saúde criasse, em maio de 1999, o Programa de Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do PAB para Assistência Farmacêutica Básica, de forma a assegurar uma utilização racional e econômica dos medicamentos em todo país.

Dada a relevância, esta Secretaria elegeu para acompanhamento a Ação 0593 - Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do PAB para Assistência Farmacêutica Básica. Para tanto, após levantamento dos municípios cobertos, foi elaborada uma seleção amostral que resultou em 583 municípios. Para operacionalizar a estratégia foram iniciadas 1.786 verificações “in loco”, com vistas a avaliar a aquisição dos medicamentos básicos pelos municípios e/ou recebimento desses, provenientes das Secretarias Estaduais de Saúde; a armazenagem, o controle de estoque e a distribuição dos medicamentos às Unidades de Saúde; assim como a efetiva entrega aos usuários do SUS. Os resultados, até outubro de 2002, somavam 1.488 fiscalizações concluídas, correspondentes a 83,3% do total previsto.

Visando acompanhar e avaliar a Ação 0603 – Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do PAB para o Combate às Carências Nutricionais, cujo objetivo é controlar e prevenir os distúrbios nutricionais por meio do monitoramento da situação alimentar e nutricional de modo a reduzir a desnutrição de 927.724 pessoas, esta Secretaria elaborou estratégia para fiscalizar 503 municípios, selecionados por meio de amostragem probabilística. Os instrumentos desenvolvidos visavam, sobretudo, avaliar a consolidação e transmissão do número de desnutridos, contemplando procedimentos que incluíam a coleta e análise documental dos dados transmitidos pelas Secretarias Estaduais de Saúde, Secretarias Municipais e Unidades de Saúde; analisar o processo de aprovação dos planos municipais de Combate às Carências Nutricionais, relativamente ao envolvimento das Secretarias de Saúde e dos Conselhos de Saúde na habilitação municipal; assim como evidenciar os resultados decorrentes da execução municipal do Programa/Ação, incluindo visitas às Unidades de Saúde e aos domicílios das populações beneficiárias, com vistas a testar a qualidade da assistência recebida.

Os resultados até então concluídos evidenciaram irregularidades e impropriedades que têm demonstrado fragilidade na atuação dos mecanismos de controle, destacando, em especial, o atendimento parcial do objeto pactuado, consequência, sobretudo, da interrupção/suspensão das ações de combate à desnutrição, da inexistência de prontuários e/ou registros que evidenciem o número exato de beneficiários assistidos, da existência de divergências entre a quantidade de insumos distribuídos e a recomendada pelo Ministério, da perdas de estoques, bem como do baixo índice de recuperação nutricional, decorrendo, disso, o baixo número de desligamentos por alta, ou seja, desligamento das crianças que tenham atingido um nível satisfatório de recuperação nutricional, definido nas diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

Podemos afirmar que tem ocorrido um descumprimento das metas pactuadas no Plano Municipal de Combate às Carências Nutricionais, em detrimento da transferência regular dos recursos. Esses resultados vêm sendo objeto de inúmeras recomendações ao Ministério, exigindo, do gestor federal, a abertura de Tomada de Contas Especial para os faltosos e intensificação dos trabalhos de acompanhamento e supervisão no nível local. As situações mais graves que ensejaram a instauração de Tomada de Contas Especial foram evidenciadas em 59 (cinquenta e nove) municípios, distribuídos em 15 (quinze) estados da Federação.

A partir de critérios como volume de gastos e relevância para a sociedade brasileira, a avaliação da execução desse Programa vem sendo considerada prioritária pelo Controle Interno, desde 1999, sendo acompanhado no exercício vigente por meio do Programa 0002 – Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Vetores, Ação 0597 – Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica – PAB para Ações e Prevenção e Controle das Doenças Transmissíveis.

Na construção da estratégia de avaliação, devido à abrangência e à complexidade do Programa, optou-se por realizar, em uma primeira etapa, a avaliação da execução do Programa nos municípios brasileiros com até 50 mil habitantes, cujos resultados foram encaminhados por esta Secretaria ao Ministério da Saúde para providências.

Dando continuidade a essa estratégia, foram executadas fiscalizações em municípios do Estado do Mato Grosso do Sul com população até 50 mil habitantes, onde foram realizadas 408 fiscalizações.

As constatações advindas dos trabalhos realizados no Mato Grosso do Sul indicam que as operações de combate ao vetor foram executadas de forma insatisfatória em aproximadamente 97% dos municípios fiscalizados no que tange ao combate e controle do mosquito, a consistência das informações epidemiológicas e à mobilização da população, o que vem comprometendo a efetividade do Programa no universo investigado.

Na origem desse quadro estão os problemas apontados nas fiscalizações que indicam por parte do Ministério, fragilidade dos mecanismos de planejamento, coordenação e acompanhamento/fiscalização e, nos municípios, monitoramento entomológico deficiente, gerenciamento inadequado de inseticidas, ausência de campanhas de esclarecimento efetivas, inconsistências nas notificações de casos e insuficiência/inadequação de equipamentos/veículos adquiridos para desenvolverem as diversas ações do Programa.

Diante do quadro apresentado, esta Secretaria recomendou ao gerente e aos gestores responsáveis pelo Programa, a revisão da logística do Programa, de forma a contemplar o acompanhamento da execução nos âmbitos estadual e municipal e estabelecimento de medidas restritivas/punitivas para os entes que não cumprirem com suas responsabilidades; critérios objetivos de distribuição de veículos/equipamentos e controle sistemático para fornecimento de inseticida; melhoria da capacitação de coordenadores e agentes; e investimento em campanhas de conscientização da população.

Com base nos levantamentos efetuados pela SFC, o Tribunal Contas da União, por meio da Decisão nº 1.286/2002, determinou à Fundação Nacional de Saúde – FUNASA que reexaminasse a Prestação de Contas do Convênio nº 285/97, no valor de R\$ 2.692.000,00, firmado com a Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba, destinado à aquisição de veículos e equipamentos para utilização nas ações do Programa de Erradicação do Aedes aegypti, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial, haja vista o desvio de finalidade na utilização dos bens adquiridos.

Em decorrência do cenário apresentado, o Ministério da Saúde, no exercício de 2002, atuou principalmente no sentido de sanar as deficiências apresentadas, exercendo mais fortemente o acompanhamento da execução das atividades de combate ao vetor na esfera municipal e priorizando as ações do programa nas localidades classificadas como mais críticas.

Na continuidade aos trabalhos de avaliação do Programa, no exercício de 2002, realizou-se a avaliação da sua execução nos municípios brasileiros com população acima de 50 mil habitantes, considerados prioritários pela FUNASA, para acompanhamento mais efetivo das diversas ações que compõem o Programa.

Do universo definido para a pesquisa, ou seja, 657 municípios considerados prioritários, o que representa 12,04% do número total de municípios brasileiros, foram selecionados para fiscalização 367 municípios com população acima de 50 mil habitantes, onde estão previstas para realização 2.226 fiscalizações. Desse total, apenas 12% das fiscalizações foram realizadas.

Na Ação 4369 – Atendimento à População com Medicamentos para Tuberculose e Outras Pneumopatias, os trabalhos desta Secretaria foram projetados sobre a mesma base amostral utilizada na Ação anterior e visaram avaliar a racionalização e otimização da programação, armazenamento, controle de estoque, distribuição e acesso dos pacientes aos medicamentos essenciais ao tratamento. Inicialmente, foi realizada fiscalização-piloto no município de Natal/RN, em março de 2001, que evidenciou a inexistência de um sistema de cobrança efetivo e institucionalizado de resultados, e falhas generalizadas no planejamento da programação, gerando

uma demanda inconsistente com as necessidades do Estado. Os resultados parciais, aproximadamente 18% do total das fiscalizações demandadas aos 704 municípios da amostra encaminhados ao Ministério da Saúde, vêm comprovando as situações acima descritas, ou seja, que os pacientes têm recebido os tuberculostáticos necessários ao tratamento, contudo a inconsistência na programação e a ausência de controle persistem.

Prosseguindo à apuração dos resultados, com 88% da amostra realizada, pode-se ter uma idéia da execução da ação. Em 82% dos municípios visitados, e que possuem tratamento da Tuberculose, os pacientes têm acesso aos tuberculostáticos necessários ao tratamento da doença. Contudo, as altas temperaturas nos ambientes de armazenagem, a inconsistência da programação, a falta de controle nos estoques, e o descumprimento no cronograma de distribuição do Ministério da Saúde, são responsáveis diretamente pelo desperdício ou a falta de medicamentos, e retratam o descaso dos responsáveis pelo bom resultado da ação.

O Programa Prevenção e Controle da Tuberculose e de Outras Pneumopatias, vem sendo acompanhado por meio das Ações 4314–Controle da Tuberculose e de Outras Pneumopatias de Interesse Sanitário e 4369–Produção, Aquisição e Distribuição de Medicamentos para Tratamento de Pacientes com Tuberculose e Outras Pneumopatias. O propósito desta Secretaria foi avaliar as ações de prevenção e controle, quais sejam: procura de casos, diagnóstico, tratamento, treinamento de recursos humanos, campanhas de esclarecimento, controle de contatos, vacinação e vigilância epidemiológica.

De um universo de 5.453 municípios, foram selecionados 704 por meio de amostragem aleatória simples por UF, significante estatisticamente, com nível de confiança de 95%. tal qual ocorrido no Programa Tratamento da Hanseníase e Outras Dermatoses, o índice de realização das fiscalizações, até o momento, não foi homogêneo em todos os estados, sendo, também, efetuada a análise parcial do andamento do Programa nos estados onde a realização das fiscalizações chegou a 100% do total demandado, ou seja, nos estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins, o que representa 33,38% dos municípios previstos na amostra.

Nos estados avaliados verificou-se como principais ocorrências:

- nos estados fiscalizados a situação encontrada foi boa, haja vista que na maioria dos estados avaliados mais de 80% dos municípios fiscalizados possuem ações de controle da doença implantadas, o que demonstra a expansão do programa nestes estados. Porém, no estado de Rondônia o índice de cobertura merece atenção haja vista a baixa implantação do Programa neste estado (abaixo de 70%);
- baixo índice de cobertura do Programa em nível municipal (quantidade de unidades de saúde que tratam da doença pela quantidade de unidades existentes no município) haja vista que a maioria dos municípios não atingiu o índice de cobertura mínimo exigido pelo Ministério da Saúde que é de 80%. Apenas no Estado de Tocantins grande parte dos municípios fiscalizados conseguiu atingir o índice previsto;
- no que se refere a campanhas educativas de esclarecimento à população essa ação precisa ser incrementada pelos municípios dos estados de Goiás, Ceará e Mato Grosso do Sul haja vista que em 44,17%, 61,3% e 85,7%, respectivamente, do total dos municípios fiscalizados nesses estados essa ação não foi realizada no último semestre à data de realização da fiscalização;
- quanto à cura do paciente diagnosticado, observou-se no estado de Mato Grosso do Sul que em mais da metade dos municípios a maioria das unidades de saúde visitadas não estão conseguindo atingir o índice de cura previsto para o Programa (85%);
- relativamente à transmissão e registro dos dados epidemiológicos, os percentuais encontrados nos estados avaliados apresentam divergências alarmantes, em alguns casos chega a ser superior a 60%, o que torna claro a necessidade urgente de implantar medidas que melhorem o sistema de informações no intuito de não comprometer a elaboração, o monitoramento e os reajustes dos planos de combate à doença.

Diante do quadro apresentado, esta Secretaria recomendou ao gerente responsável pelo Programa:

- implementar estratégias e ações continuadas nos âmbitos federal, estadual e municipal que compõem o “Plano Nacional de Mobilização e Intensificação das Ações para a Eliminação da Hanseníase e Controle da Tuberculose”;
- ampliar o número de unidades de saúde para que realizem ações do programa;
- incentivar o aumento do tratamento supervisionado;
- aperfeiçoamento do processo de coleta e centralização das informações epidemiológicas;
- melhoria da capacitação de profissionais por meio de treinamentos; e
- investimento em campanhas de esclarecimento da população mais efetivas.

O Programa Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Vetores vem sendo acompanhado por meio da Ação 4313 – Controle da Hanseníase e outras Dermatoses. A Secretaria Federal de Controle Interno centrou sua estratégia no nível municipal, onde as ações são concretizadas. O acompanhamento teve como objetivo avaliar a execução das diversas ações de prevenção e controle da Hanseníase, como procura de casos, diagnóstico, tratamento, treinamento de recursos humanos, campanhas de esclarecimento, controle de contatos, vacinação BCG e vigilância epidemiológica.

De um universo de 5.453 municípios, foram selecionados 704 por meio de amostragem aleatória simples por UF, significante estatisticamente, com nível de confiança de 95% previsto.

Visto que o índice de realização das fiscalizações, até o momento, não foi homogêneo em todos os estados, foi efetuada a análise parcial do andamento do Programa nos estados onde a realização das fiscalizações chegou a 100% do total demandado, ou seja, nos estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins, o que representa 33,38% dos municípios previstos na amostra e, neste sentido, só será possível fazer uma análise final sobre a execução do Programa no decorrer do exercício de 2003 quando do término das fiscalizações nos demais estados.

Nos estados avaliados verificou-se como principais ocorrências:

- quanto à implantação do programa nos estados fiscalizados a situação encontrada foi boa, haja vista que na maioria dos estados, com exceção de Alagoas e Rondônia, mais de 90% dos municípios fiscalizados possuem ações de controle da doença implantadas, o que demonstra a expansão do programa nestes estados. Nos estados de Alagoas e Rondônia o índice de cobertura merece atenção haja vista a baixa implantação do Programa (mais de 25% dos municípios fiscalizados não possuem ações do Programa), principalmente o estado de Rondônia onde o nível endêmico da doença é considerado muito alto, ou seja, 10 a 20 casos por 10.000 habitantes (dados ATDS/MS);
- pouca ênfase na realização das medidas preventivas, haja vista que as ações precisam ser aperfeiçoadas nos estados avaliados, com raras exceções, tendo em vista o baixo índice de municípios fiscalizados que realizaram campanhas educativas no último semestre de 2001, bem como treinamento nos anos de 2000 e 2001 para os profissionais que atuam no Programa;
- quanto ao tratamento, deve-se buscar sempre a realização de tratamentos cada vez mais efetivos, com altos índices de cura e baixas taxas de abandono, principalmente no caso da hanseníase, que é uma doença que, se não tratada adequadamente, pode resultar em incapacidades permanentes para o doente; e falhas na transmissão e registro dos dados epidemiológicos, os percentuais encontrados nos estados avaliados apresentam divergências alarmantes, em alguns casos chega a ser superior a 60%, o que torna claro a necessidade urgente de implantar medidas que melhorem o sistema de informações no intuito de não comprometer a elaboração, o monitoramento e os reajustes dos planos de combate à doença.

Face às situações levantadas, esta Secretaria recomendou ao responsável pelo Programa descentralizar as ações de combate à hanseníase por meio da ampliação de Unidades de Saúde e dos profissionais capacitados a realizar o diagnóstico e o tratamento da doença; aumentar a periodicidade das campanhas educativas; melhorar o sistema de busca nos casos de abandono; realizar treinamentos regulares para tornar mais efetiva a

execução dos programas, evitando falhas no tratamento e elevando as taxas de cura; implementar estratégias e ações continuadas nos âmbitos federal, estadual e municipal que compõem o “Plano Nacional de Mobilização e Intensificação das Ações para a Eliminação da Hanseníase e Controle da Tuberculose”; tornar mais efetivo o controle da entrega dos medicamentos; e incentivar o tratamento supervisionado por meio da incorporação das equipes de saúde da família e dos agentes comunitários de saúde.

O Programa Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar integra os poderes públicos federal, estadual e municipal, na gestão da atenção em saúde, mediante cooperação técnica e financeira da União, e possui como finalidade básica a promoção e o gerenciamento de ações e serviços de saúde para todos os cidadãos, contando para isso, com uma abrangente rede de estabelecimentos espalhados por todo território nacional. Esses estabelecimentos, denominados prestadores de serviços de saúde, realizaram atendimentos ambulatoriais e hospitalares que representaram aproximadamente 59,33% do orçamento executado no exercício. Dada a relevância financeira dos recursos empregados nesse Programa, a SFC relacionou para acompanhamento sistemático duas de suas principais Ações, que são as responsáveis pelo atendimento prestado por meio do SUS, quais sejam: Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar prestado pela Rede Cadastrada do SUS e Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar prestado na Gestão Plena do SUS.

Dada a relevância financeira dos recursos empregados nesse Programa, esta Secretaria relacionou para acompanhamento sistemático duas de suas principais Ações, que são as responsáveis pelo atendimento prestado por meio do SUS, quais sejam: 4307–Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar prestado pela Rede Cadastrada do SUS e 4306–Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar prestado na Gestão Plena do SUS.

Para operacionalizar a estratégia de acompanhamento, objetivando fiscalizar os serviços prestados pelos hospitais contratados nos municípios e estados, procurou-se verificar: se os valores cobrados do SUS, por intermédio de Autorizações de Internação Hospitalar - AIH, correspondiam aos serviços efetivamente prestados; se a capacidade instalada correspondia à cadastrada no Departamento de Informática do SUS - DATASUS; e se os serviços prestados foram exclusivamente custeados pelo SUS, inexistindo cobranças financeiras, de qualquer espécie, dos pacientes ou de seus familiares. De um universo de aproximadamente 4.000 prestadores de serviços, extraiu-se uma amostra de 1.178 prestadores, tendo sido demandadas 3.534 fiscalizações, das quais, até o momento, foram realizadas 2.100 fiscalizações em 700 prestadores, correspondendo a 59,42% do total.

Os resultados das fiscalizações demonstram irregularidades e impropriedades em 360 prestadores, correspondendo a 51,42% dos prestadores fiscalizados até aqui. Essas irregularidades são de três tipos: a) valores cobrados por meio de AIH divergentes dos registros médicos constantes dos prontuários correspondentes; b) cobranças indevidas de pacientes usuários do SUS; c) hospitais que não prestam mais serviços para o SUS mas permanecem cadastrados no sistema do Ministério da Saúde.

Os trabalhos até então concluídos evidenciaram irregularidades e impropriedades que podem estar comprometendo a gestão do sistema, demonstrando fragilidades na atuação dos mecanismos de controle, indicando a necessidade do fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Esses resultados foram objeto de recomendação ao Ministério e demais órgãos envolvidos para implementação de providências, que vêm sendo monitoradas por esta Secretaria. Em abril de 2002, por recomendação da SFC, o Ministério da Saúde excluiu do cadastro de prestadores de serviços, 901 hospitais que não apresentaram produção de internação hospitalar ao SUS.

Dada a essencialidade do fornecimento contínuo de medicamentos excepcionais a pacientes crônicos, no 2º semestre de 2002 esta Secretaria iniciou trabalho de acompanhamento no Programa de Medicamentos Excepcionais, com intuito de avaliar a racionalização e otimização da programação, armazenamento, controle de estoque, distribuição e acesso dos pacientes aos medicamentos essenciais ao tratamento. Inicialmente, foi realizada fiscalização-piloto no Distrito Federal, que evidenciou a descontinuidade no fornecimento dos medicamentos aos pacientes, ocasionada pela ausência de programação, falta de economicidade, desvio de finalidades nas aquisições, e ineficiência da Secretaria de Saúde na execução do programa.

No Programa Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde, foi selecionada a Ação 3994 – Estruturação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - VIGISUS, que recebe Financiamento Externo do Banco Internacional para a Reconstrução – BIRD, Acordo de Empréstimo BIRD nº 4394-BR, foram selecionados 360 municípios dentre os 900 que apresentaram propostas à Gerência do Projeto e que receberam recursos até 30 de maio de 2001, e em seguida iniciadas as verificações “in loco”, objetivando avaliar a real efetividade do Projeto, verificando a realização de obras de infra-estrutura, aquisição de bens e equipamentos e treinamentos.

A partir da análise de 316 (trezentos e dezesseis) Relatórios de Fiscalização elaborados no exercício de 2002 referentes ao Programa, registraram-se as seguintes ocorrências:

- morosidade quanto a execução de treinamentos;
- falta de plaquetas de identificação patrimonial em equipamentos adquiridos;
- especificações de equipamentos adquiridos divergindo, em alguns casos, da proposta aprovada;
- dificuldade de localização de bens adquiridos;
- notas fiscais sem a identificação do convênio;
- recursos sem aplicação no mercado financeiro; e
- equipamentos armazenados em local inadequado.

Em vista dessas constatações, solicitou-se à Unidade de Gerência do Projeto – UGP/VIGISUS/FUNASA a adoção de providências necessárias à correção dos problemas relatados junto aos convenentes.

Em decorrência das fiscalizações realizadas, houve 3 indicações de Tomadas de Contas Especial - TCE por parte das Corregedorias Regionais da União – CGU, nos Estados do Mato Grosso do Sul, Bahia e Pernambuco, conforme tabela a seguir:

PERÍODO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SÍNTESE DAS IRREGULARIDADE / ILEGALIDADES	VALOR (R\$)
Junho/2002	Prefeitura Municipal de Corumbá/MS	Não aquisição de equipamentos previstos na proposta. Despesas realizadas fora da vigência do convênio (35,6%).	18.965,00
	Prefeitura Municipal de Salvador/BA	Período de treinamento computado a mais no recibo de prestação de serviços da treinadora.	6.250,00
Julho/2002	Secretaria Estadual de Saúde/PE	Superfaturamento na aquisição de microcomputadores.	1.344,00

Das irregularidades/ilegalidades apontadas no Relatório de Auditoria referente ao exercício de 2001, houve o cumprimento de algumas solicitações encaminhadas ao Gestor do Programa pela Secretaria Federal de Controle Interno, tais como: redefinição de metas orçamentárias do projeto devido à desvalorização cambial, melhoria dos mecanismos de monitoramento, do suporte e da assistência técnica do projeto e otimização no desempenho da SES/DF na execução dos convênios firmados, que até então se mostravam insatisfatórias.

No Programa Saneamento Básico, dentre as Ações que compõem o Programa, duas estão sendo acompanhadas: 3860 – Sistema de Esgotamento Sanitário e 3861 – Sistema de Abastecimento d'Água.

Foram selecionados 245 municípios por amostragem aleatória simples e com 5% de margem de erro. Para cada convênio celebrado com esses municípios, foi realizada uma fiscalização visando avaliar a execução de obras civis e dos serviços realizados segundo os Planos de Trabalho específicos de cada convênio, e outra visando avaliar as condições de uso dos sistemas implantados e ao atendimento das necessidades da população beneficiada.

Da análise de 311 Relatórios de Fiscalização – incluindo os que visaram fiscalizar a Execução do Objeto e os que avaliaram o Funcionamento do Sistema –, emitidos até 31 de outubro de 2002, e que representam 56,9% do total das fiscalizações previstas, foram constatadas diversas irregularidades, das quais destacamos as seguintes: obras e serviços parcialmente executados, não iniciados ou paralisados (35%); cronograma de execução atrasado (47%); custos acima da média de mercado (15%); orçamentos super ou subdimensionados (21%); impropriedades ou irregularidades quanto aos aspectos legais - licitações, pagamentos, prestação de contas etc. (60%); inexistência de sistemas de tratamento de esgoto (49%); falta de tratamento da água fornecida à população (53%); falta de manutenção dos sistemas implantados (31%); indisponibilidade ou insuficiência de água para a população (36%); e no que se refere aos sistemas de coleta de esgoto, o não atendimento das necessidades da população (37%).

Foi sugerida, pelas equipes de fiscalização, instauração de Tomada de Contas Especial em 49 convênios, sendo 13 referentes ao programa de Esgotamento Sanitário e 36 referentes ao programa de Abastecimento d'Água, que estão assim distribuídas: Acre (1), Amazonas (4), Ceará (12), Espírito Santo (4), Goiás (3), Maranhão (6), Minas Gerais (9), Mato Grosso do Sul (4), Pará (4), Paraíba (3), Pernambuco (1), Piauí (2), Rio de Janeiro (1), Rondônia (5), Santa Catarina (1), Sergipe (2) e Tocantins (8). Ressalta-se que todos os Relatórios de Fiscalização cujos

achados ensejaram a instauração de Tomada de Contas Especial foram enviados ao órgão concedente dos recursos, e os seus respectivos resumos enviados ao Tribunal de Contas da União para conhecimento.

O Projeto de Reforço à Reorganização do SUS - REFORSUS é uma iniciativa do Ministério da Saúde, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no exercício de 2001, foram selecionados numa amostra de 1111 subprojetos de obras e equipamentos financiados pelo projeto, 262 subprojetos de equipamentos e 175 subprojetos de obras, com nível de confiança de 95%, para acompanhamento por parte da SFC, com as seguintes constatações relevantes, consubstanciadas nos relatórios de auditoria:

- inobservância ao disposto na Decisão/TCU nº 488/2000 e no Decreto nº 3.751, além das regras internas do BIRD, em decorrência de financiamento de contrato de consultoria para servidor público ativo;
- superfaturamento na aquisição de equipamentos médico-hospitalares;
- não localização de equipamentos;
- deficiências de controle patrimonial;
- ociosidade de equipamentos adquiridos;
- pagamento de materiais não entregues;
- aquisição de equipamentos para unidades de saúde sem pessoal habilitado/capacitado para sua utilização;
- equipamento entregue e pago, mas sem funcionamento;
- má qualidade na execução dos serviços de obras financiadas pelo Projeto;
- não execução de serviços contratados e pagos;
- obras paralisadas;
- abandono e superdimensionamento de obra;
- falta de prestação de contas em convênio firmado.

Em decorrência das impropriedades/irregularidades constatadas pela SFC, foi recomendado o recolhimento à Contas Especiais do Projeto e adoção de providências para ressarcimento ao Erário dos valores envolvidos, devidamente corrigidos.

O Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE) será desenvolvido em todo território nacional, durante quatro anos, no período de 2000 a 2004. Estima-se que exista um contingente de 225 mil trabalhadores no País que, contratados sob diversas denominações (atendentes, auxiliares de saúde, administrativos de serviços correlatos, maqueiros, etc.), desenvolvem atividades de enfermagem sem possuir a qualificação profissional necessária para atendimento com segurança e qualidade aos usuários dos serviços de saúde.

O custo do projeto está estimado em US\$ 370 milhões, sendo US\$ 185 milhões financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a outra metade de contrapartida do Governo brasileiro (US\$ 130 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e US\$ 55 milhões do Tesouro Nacional).

No exercício de 2001 as constatações relevantes, foram incluídas no relatório de auditoria, a saber:

- inobservância ao disposto na Decisão/TCU nº 488/2000 e no Decreto nº 3.751, em decorrência de financiamento de contrato de consultoria para servidor público ativo;
- desaparecimento de equipamento Multimídia adquirido com recursos do Projeto.

O Segundo Projeto de Controle da AIDS e DST – PC-AIDS/DST II, resultante do Acordo de Empréstimo nº 4392/BR, celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, prevê a execução de US\$ 296,499,600.90, sendo US\$ 161,499,600.90 provenientes do financiamento do Banco Mundial e US\$ 135,000,000.00, da Contrapartida Nacional.

Para o aprimoramento do processo de gestão do AIDS II, o Ministério da Saúde tem constituído uma rede articulada de instituições, cujo objetivo é garantir o efetivo envolvimento dos diversos setores sociais na formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas de prevenção e controle das DST e AIDS.

A execução descentralizada, que envolve transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União, é efetivada mediante a celebração de convênios, instrumento que disciplina a transferência de recursos públicos.

Atualmente, o Ministério da Saúde, por intermédio do FNS, mantém convênios firmados com os 26 estados, o Distrito Federal, 147 municípios e 03 Consórcios Intermunicipais, visando a descentralização das ações e a garantia do desenvolvimento de atividades para a promoção à saúde, a melhoria da qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV e AIDS e o fortalecimento das instituições, incluindo a capacitação de profissionais, vigilância epidemiológica, pesquisa e aprimoramento do processo de gestão.

No 2º semestre de 2001, elaboramos a estratégia para verificação “in loco” da execução do Projeto AIDS II, por amostragem, em todo o Brasil e para a realização de auditoria em 50 Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

Foram realizadas 37 auditorias, nas quais os auditores constataram impropriedades em 14 entidades (SES/PB, SMS-João Pessoa/PB, SES/SE, SMS-Natal/RN, SES/AM, SES/MS, SMS-Florianópolis/SC, SES/SC, SMS-Palmas/TO, SES/AL, SES/PR, SES/RN, SES/RO, SMS-Aracaju/SE, conforme descrito a seguir:

- problemas operacionais no sistema informatizado de envio das informações à CN – DST / AIDS / MS;
- baixa execução do convênio;
- utilização de equipamentos fora das finalidades do projeto;
- falta de identificação dos bens;
- notas fiscais sem a identificação do número do convênio;
- despesas declaradas com valores a maior dos encontrados nos documentos comprobatórios;
- realização de atividades que não estavam previstas no Plano Operativo Anual – POA;
- não observância das regras do Banco Mundial nos procedimentos licitatórios para a aquisição de bens/serviços, classificados nas categorias de 01 a 05 e não observância da Lei 8.666/93 para as aquisições com recursos da contrapartida (categorias 06 a 09);

Em função dos trabalhos de auditoria que foram realizados, recomendamos aos convenientes a adoção das providências necessárias à correção dos problemas relatados.

No Programa Saúde da Família foi priorizado o acompanhamento da Ação 0589-Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica–PAB. Os objetivos do Programa buscam reorganizar a prática da atenção à saúde em novas bases e critérios, por meio de práticas preventivas, de modo a levar a saúde mais perto do núcleo familiar, e, com isso, melhorar a qualidade de vida dos brasileiros. A atenção está centrada na família, entendida a partir de seu ambiente físico-social, o que vem possibilitando às equipes de Saúde da Família - ESF melhor compreensão do processo saúde-doença e das necessidades de intervenção que vão além das práticas curativas. A operacionalização dá-se a partir das Unidades de Saúde com equipes multiprofissionais encarregadas de assistir um determinado número de famílias.

Uma reformulação da estratégia foi definitiva para 2002. Concentramos nossa avaliação em pontos relacionados com o nível de execução do Programa, especificamente se a contratação das equipes deu-se em conformidade com o número de habitantes a serem assistidos e se as equipes estão trabalhando no atendimento às famílias cadastradas; e, em aspectos relacionados à qualidade do gerenciamento, se houve mapeamento prévio das áreas de risco onde o programa foi implantado. Para tanto, foram definidos instrumentos que permitissem verificar se houve um mapeamento prévio das áreas de risco à saúde, se as unidades de saúde cadastradas possuíam infraestrutura compatível, se o cadastramento das unidades de saúde e das equipes foi compatível com os dados primários e com os recursos recebidos, se houve capacitação profissional e, sobretudo, se tem ocorrido acompanhamento das situações de risco à Saúde.

Paralelamente à aprovação do instrumento de avaliação a ser utilizado na verificação objetiva da execução do Programa em todo o país ainda neste exercício, estamos avaliando o gerenciamento federal do Programa com o fito de atestar a eficácia dos mecanismos de controle utilizados, especificamente no que diz respeito à quantidade de equipes cadastradas, à redução do custo médio das mesmas e ao número de pessoas assistidas, cujos resultados serão incorporados ao Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES (MC)

Os trabalhos da SFC, realizados em 2002, na ação *Fiscalização dos serviços de telecomunicações*, do Programa Qualidade dos Serviços de Telecomunicações, objetivaram a avaliação das ações de fiscalização da ANATEL referentes ao controle do cumprimento de metas de universalização, dos investimentos em redes de telecomunicações e à garantia do desenvolvimento de pequenas e médias empresas nacional do setor de telecomunicações. As ações de controle objetivaram, ainda, a verificação do ciclo completo da ação fiscalizatória que venha a culminar em sanção, ato próprio inserido na missão institucional da Agência, iniciado a partir da constatação de impropriedade ou irregularidade praticada por concessionária ou autorizada dos serviços de telecomunicações.

Tendo-se constatado nos trabalhos de avaliação da gestão da Agência, exercício 2001, oportunidades de aprimoramentos em processos de controle de aferição das realizações informadas pelas concessionárias do serviço telefônico fixo comutado, as avaliações adicionais, efetuadas durante o exercício em curso, indicam que houve e estão em andamento melhorias nos processos operacionais de controle da prestação destes serviços, referentes aos itens de controle indicados no parágrafo precedente.

A ação *Ampliação e Modernização da Rede de Fiscalização das Telecomunicações* destina-se à implantação de um sistema integrado de gestão e monitoramento do espectro radioelétrico.

Verificou a SFC que a implantação do sistema vem sofrendo atrasos no cronograma inicialmente definido, havendo pendências de ordem técnica que merecem adequações por parte da empresa contratada. A Agência tem pretendido a adequação de novo cronograma e a solução de pendências citadas, entretanto tem havido dissidência entre as partes na aferição dos atrasos verificados durante a execução contratual, que resultaram na aplicação de penalidades à contratada. O inadimplemento parcial do contrato, por parte da contratada, vem impossibilitando a utilização do sistema de fiscalização contratado, em sua plenitude.

A ação *Instalação dos Escritórios Regionais* destina-se à aquisição de imóveis para fins de instalação de unidades descentralizadas da Agência.

O resultado das fiscalizações realizadas em 8 (oito) unidades descentralizadas da Agência Nacional de Telecomunicações indicou a existência de compatibilidade entre os preços de aquisição e os de mercado referentes a 7 (sete) imóveis. Por outro lado, foram constatadas divergências de medições de área em 1 (um) imóvel e incompatibilidades nos preços de aquisição e de mercado em 1 (um) imóvel, tendo sido o fato submetido à apreciação por parte da Agência para as adequações que se fizerem necessárias.

O Programa Telefonia Fixa Comutada objetiva assegurar a adequada prestação do serviço, a garantia da competição em todas as áreas de atuação definidas no Plano Geral de Outorgas e a preservação dos bens associados à concessão. As avaliações do Controle Interno foram centradas na ação Monitoramento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, representando 75.5% do valor do Programa.

Os trabalhos desenvolvidos pela SFC detiveram-se na avaliação dos controles existentes para a validação dos dados mensais informados pelas concessionárias e autorizadas dos serviços quanto ao cumprimento das obrigações assumidas em virtude de lei, regulamento e contrato, e apontam que a Agência tem se mobilizado na implementação de melhoria nos diversos processos operacionais e administrativos aplicáveis ao controle da prestação do serviço telefônico fixo comutado.

O Programa Universalização dos Serviços de Telecomunicações objetiva assegurar a universalização da interação dos cidadãos com os recursos de tecnologia da informação associados aos serviços de telecomunicações, mediante a instalação de acessos telefônicos em escolas de ensino médio e profissionalizante e em unidades de saúde, bem assim o monitoramento da universalização. Abrange as localidades menos favorecidas do território nacional e em áreas de fundamental relevância para o desenvolvimento social, quais sejam, educação e saúde.

Verificou-se o não atingimento dos objetivos pretendidos, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações, com a aplicação dos recursos arrecadados ao Fundo de Universalização das Telecomunicações-FUST. Tal fato foi decorrente dos prazos elevados entre a data de encaminhamento da Mensagem Presidencial e a aprovação da Lei de criação do FUST, bem assim em razão da representação formulada perante a Justiça Federal e

Tribunal de Contas da União sobre licitação conduzida pela ANATEL com a finalidade de implementar as metas regulamentares.

Sugere-se adotar imediatas providências com vistas ao cumprimento de determinações do Tribunal de Contas da União para fins de viabilizar a implementação das metas de disponibilização do acesso aos serviços de telecomunicações, inclusive os associados aos recursos de tecnologia da informação.

No que respeita às metas de universalização que constituem obrigações das concessionárias do serviço telefônico fixo comutado, as ações de controle desenvolvidas pela SFC indicam a necessidade de implementação de melhorias nos processos operacionais de verificação das informações prestadas pelas concessionárias quanto ao cumprimento de metas de universalização. No que tange aos atos destinados ao acolhimento de declaração de cumprimento de metas anuais, e antecipadas em 2 (dois) anos, de 31.12.2003 para 31.12.2001, verificou-se oportunidades de aprimoramentos na regulamentação vigente, na metodologia de controle utilizada e inconsistências nos métodos amostrais adotados pelas empresas de auditoria independente, contratadas pelas concessionárias e na documentação contendo formato descritivo sobre o cumprimento de cada um dos 18 (dezoito) itens de controle do Plano Geral de Metas de universalização.

A Ação Ampliação da Infra-Estrutura de Atendimento do Programa Serviços Postais tem por objetivo proporcionar ampliação e facilidades para o acesso aos serviços postais. Os trabalhos de fiscalização foram centrados na avaliação dos projetos descritos nos próximos parágrafos.

O projeto Agência de Correios Comunitária objetiva proporcionar a universalização do acesso aos serviços postais em localidades desprovidas de atendimento. Das fiscalizações levadas a efeito pela SFC, constatou-se que a aferição da efetividade da prestação de serviços postais mediante Agências de Correios Comunitárias restou prejudicada, em parte, em face da inexistência de registros documentais, por vezes indicada nos relatórios de fiscalização, especialmente quanto ao elevado índice de ocorrência de falta de registro de fornecimento de produtos, à não discriminação, nos demonstrativos de arrecadação mensal, dos produtos e serviços vendidos, bem como a inexistência de aquisição oficial de produtos a partir da instalação de AGC.

Não obstante tais fragilidades, verificou-se que o projeto reveste-se das características de ação de governo de cunho predominantemente social, e vem promovendo, gradativamente, o acesso dos cidadãos brasileiros aos serviços postais e produtos, em cumprimento aos objetivos de universalização.

A prestação de serviços postais, nos termos de convênios firmados com entidades privadas vem atingindo o objeto e os objetivos pretendidos para o Projeto, apresentando, inclusive, elevação de demanda qualitativa em seus produtos e serviços oferecidos à comunidade local.

Apresentaram-se, entretanto, passíveis de adequação, os controles mantidos pela Agência de Correios Coordenadora da AGC, visto a inobservância do normativo constante do manual que disciplina o controle da operacionalização de AGC, e de demais orientações e determinações expedidas pela Empresa.

As fragilidades verificadas sugerem a implementação de rotinas procedimentais, inclusive as já previstas no manual e em orientações expedidas às Diretorias Regionais da Empresa, a fim de promover a adequação dos controles atualmente aplicados. Shopping virtual, Endereço Eletrônico Permanente e Terminais de Acesso público à Internet - projetos que absorvem forte aporte de recursos de tecnologia da informação associados aos de telecomunicações e objetivam disponibilizar facilidades de acesso e ampliação da oferta de produtos e serviços via comércio eletrônico. As ações de controle foram centrados na avaliação dos atos praticados na condução das licitações deflagradas para implantação desses projetos, tendo sido constatado que as licitações se deram em observância aos princípios norteadores dos atos da administração pública.

Para a ação Modernização da infra-estrutura de atendimento, destinada a promover a automação das unidades de atendimento dos Correios, bem assim à construção, reforma e adaptação de Agências, os trabalhos da SFC/CGU foram centrados na consolidação das fiscalizações realizadas no âmbito das Diretorias Regionais dos Correios para aferição dos controles da execução de obras de reforma e adaptações de Agências de Correios. O resultado das avaliações indicam que os controles apresentaram-se aprimoráveis no que respeita à contratação de bens e serviços de engenharia e à fiscalização da execução físico-financeira dos contratos. O plano de obras consolidado pela administração central da Empresa apresentou conformidade sob os aspectos físicos e financeiros Programados.

Para a ação Ampliação da infra-estrutura de atendimento, destinada a implementação de projetos que compõem a rede de atendimento dos Correios verificou-se a ampliação da participação da Empresa no oferecimento de alternativas e facilidades de atendimento, de comércio eletrônico e de desenvolvimento do endereço eletrônico, conferindo possibilidades de cadastramento pessoal em agências e quiosque de atendimento público.

A ação Ampliação da infra-estrutura de produção e transporte apresentou realização no projeto Segurança Postal, destinado ao controle do tráfico de drogas pela via postal. Houve instalação de equipamentos em escala maior, durante o exercício de 2002, para fins de cobertura das operações postais em regiões do país que apresentam maior risco à prática deste crime. Apresentaram inconsistências os controles de gestão aplicáveis na contratação dos equipamento de raio-X.

O Programa Serviços de Radiodifusão objetiva ampliar as possibilidades de acesso aos serviços de radiodifusão (som e imagem). A ação Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora de Sons e Imagens foi contemplada com ações de controle, que indicaram a consumação de prazos elevados na condução das licitações para outorga dos serviços de radiodifusão, bem assim para a aplicação de sanção por descumprimento de obrigação e inobservância de leis e regulamentos afins. Apresentaram-se aprimoráveis os processos operacionais de controle do fluxo aplicável na condução das licitações e também de apuração de responsabilidades até a aplicação das sanções cabíveis. A ordem regulatória que orienta os atos de licitação e de sanção a cargo do Ministério das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações no que respeita aos aspectos técnicos das infrações cometidas, carece de regulamentação específica.

O Programa Inovação Tecnológica em Telecomunicações tem por finalidade proporcionar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas do setor de telecomunicações, bem assim fomentar a pesquisa no setor. A atuação da SFC priorizou a aferição dos controles mantidos pelo Conselho Gestor do Fundo na aplicação dos recursos em pesquisa e desenvolvimento no setor de telecomunicações, realizadas pela Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – CPQD, e em fundo de capital de risco no fomento ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas do setor de telecomunicações, via intermediação dos agentes financiadores dos Projetos, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Financiadora de estudos e projetos - FINEP.

As avaliações indicaram a necessária implementação de rotinas sistemáticas de fiscalizações para verificação in loco, o desenvolvimento de pesquisa, e a implementação de mecanismos de controle que possibilite a mensuração dos investimentos aportados em fundo de capital de risco a empresas do setor, estabelecendo-se meios de garantia que ensejem o menor risco aos investimentos realizados, mediante critérios adequado de avaliação por parte dos agentes financiadores dos projetos.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME)

O Programa Energia das Pequenas Comunidades – PRODEEM tem por objetivo apoiar o atendimento das necessidades sociais básicas de comunidades isoladas não supridas pela rede elétrica convencional, mediante a utilização das tecnologias solar, eólica, de biomassa e de pequenas e micro centrais hidrelétricas, de modo a propiciar a melhoria da qualidade de vida no meio rural.

Em seu âmbito foi realizada a Auditoria de Acompanhamento no órgão gestor do Programa (Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético – DNDE/SEN), com vistas a avaliar os avanços ocorridos na sua implantação, principalmente as melhorias relacionadas com as atividades de supervisão, monitoramento e acompanhamento da operacionalização dos projetos implementados por meio de convênios e contratos. Os resultados apresentados permitiram avaliar que os avanços registrados ocorreram em um ritmo muito aquém do necessário para que o Programa alcance seus objetivos, considerando-se as necessidades de melhorias já caracterizadas em trabalhos anteriores, realizados pela SFC, notadamente no que se refere aos seguintes aspectos:

dimensionamento inadequado das estruturas organizacionais dos agentes envolvidos na implementação do Programa, haja vista o significativo mercado não explorado de fornecimento de energia elétrica para áreas rurais desassistidas - aproximadamente 3 milhões de propriedades rurais e cerca de 100.000 comunidades isoladas;

- estrutura quantitativa e qualitativa de recursos humanos incompatível com a operacionalização que o Programa requer, ou seja, pouca experiência na gestão de Programa dessa natureza;
- ausência de metas e indicadores de desempenho;

- prevalência da política de oferta;
- incerteza quanto ao direito de propriedade dos bens patrimoniais, isto é, os equipamento/materiais adquiridos para implantação do Programa;
- falta de realização de inventário físico dos bens (equipamentos) destinados ao Programa;
- inexistência dos relatórios que comprovem o acompanhamento físico - financeiro e a fiscalização dos convênios;
- Convênios com prazos de vigência expirados, há mais de 60 (sessenta) dias da data para apresentação de prestação de contas final, sem que o devido processo de Tomada de Contas Especial tenha sido instaurado;
- inexistência de plano de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos; e
- baixo índice de aplicação dos recursos financeiros.

Em complemento a este trabalho foram descentralizadas 580 ações de fiscalizações, para verificação in loco da execução física do objeto dos convênios e contratos, onde serão verificados a existência e funcionamento dos sistemas.

Com relação às ações adotadas pelo Gestor, com vistas a garantir a efetiva implementação do Programa, foi dado conhecimento a SFC do Aviso nº 247/MME de 08.11.2002, destinado ao TCU, por meio do qual o Ministro de Estado de Minas e Energia determinou aos órgãos competentes do MME as seguintes providências:

- cancelamento do Convênio de Cooperação Técnico-Financeiro nº 001/2001 celebrado entre o MME e a CHESF;
- suspensão imediata de todas as atividades relacionadas à realização de novos convênios e de novas licitações para aquisição de equipamentos;
- intensificação da fiscalização dos convênios em vigência, denunciando aqueles que não se encontram em conformidade com as orientações do TCU;
- elaboração de um levantamento dos equipamentos já instalados e em almoxarifados, visando o tombamento patrimonial, com a necessária identificação e localização;
- constituição de Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar a conveniência e viabilidade para a transferência das instalações em operação para órgãos representativos dos usuários, de acordo com a legislação e prática vigente, indicando o instrumento mais adequado: doação ou comodato e ressaltando aos usuários a obrigação quanto à operação e manutenção das instalações;
- regularização das prestações de contas referentes ao projeto BRA 99/011-PRODEEM, relativas ao período setembro/99 a setembro/2002; e
- preparação de um relatório de avaliação de todas as recomendações do TCU, indicando as providências já adotadas e, ao mesmo tempo, preparando a revitalização de nova sistemática do Programa.

O Programa Luz no Campo tem como finalidade o fornecimento de energia elétrica às propriedades/domicílios rurais da Federação, mediante sistema convencional de distribuição, sistemas descentralizados de energia (eólica, solar, biomassa) e pequenas centrais hidrelétricas, visando a melhoria das condições sócio-econômicas e da qualidade de vida da população carente residente/domiciliada fora da área urbana.

Em 2002 foram realizadas as seguintes ações de controle:

Duas Auditorias Especiais, objetivando levantar informações a respeito do contrato celebrado entre a Eletrobrás e a Coelba e aferir a implementação do projeto de eletrificação rural no Município de São

Sebastião do Passé, no Estado da Bahia. Os resultados dos trabalhos apontaram para a efetiva conclusão das obras de rede de distribuição de energia elétrica nesse Município; e

Uma Auditoria Operacional realizada no órgão gestor do Programa (Eletrobrás), objetivando identificar e avaliar metodologia de supervisão, no que se refere ao acompanhamento da implementação dos projetos demandados, inspeções das obras concluídas, bem como os financiamentos concedidos aos agentes executores. Os resultados deste trabalho permitiram avaliar que o gestor vem implementando o Programa de forma satisfatória, com ênfase na metodologia de supervisão, acompanhamento e operacionalização dos projetos implementados e em fase de implementação.

O Programa Abastecimento de Petróleo e Derivados objetiva garantir as condições para satisfação da demanda atual e futura de petróleo, derivados de petróleo e gás natural em todo território nacional.

Dentre as Ações do referido Programa, a SFC, Agência Nacional de Petróleo, no exercício de 2002, direcionou as suas atividades para o acompanhamento do projeto Estudo e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural. A ação de controle concentrou-se em obter, da ANP, a demonstração da aplicação dos recursos na funcional-programática mencionada e justificativas quando da sua não utilização. A SFC aguarda os resultados dos trabalhos realizados pela CGU/RJ.

O objetivo do Programa Proteção dos Interesses dos Consumidores de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível reside em proteger os interesses dos consumidores quanto ao preço, qualidade e oferta de derivados de petróleo, gás natural e álcool combustível.

No exercício de 2002, em face da sua relevância para os consumidores de combustíveis, o Controle Interno optou por concentrar suas atuações no acompanhamento da Ação de Fiscalização das atividades de distribuição e revenda de derivados de petróleo e álcool combustível, que encerra o objetivo de fiscalizar as atividades de distribuição e revenda de derivados de petróleo e de álcool combustível, visando assegurar aos consumidores condições adequadas de qualidade e preço. Os trabalhos realizados evidenciaram:

- falhas no planejamento das ações de fiscalização;
- estoque de processos administrativos não instruídos e não julgados tempestivamente, inibindo a eficácia das medidas saneadoras adotadas;
- insuficiência de pessoal, tanto para a fiscalização, quanto para a instrução dos processos resultantes, situação que prejudica a efetividade da atuação governamental;
- estoque de processos, cujas multas já foram pagas, aguardando a baixa no Cadastro de Reincidência da ANP;
- mercadorias apreendidas que deveriam ser alienadas em favor da União;
- realização gratuita do registro de produtos para o mercado. A adoção das pertinentes medidas corretivas foi recomendada à Agência.

Apesar das impropriedades apontadas, a ANP apresentou esforços, a partir de setembro de 2001, no sentido de promover a contratação de pessoal terceirizado para exercer atividades de instrução e julgamento dos processos administrativos, quadro este ainda insuficiente em razão do volume de processos em estoque, pendentes de decisão.

O Programa Desenvolvimento da Produção Mineral pretende promover o desenvolvimento da produção mineral do País, gerando um ambiente mais atraente para a iniciativa privada, de forma a recuperar os níveis de investimentos, tanto na fase de pesquisa quanto na de produção. A implantação do Programa visa possibilitar maior geração de renda e empregos na economia, assim como contribuir para o aumento das exportações, para o desenvolvimento regional e para a melhor qualidade de vida da população.

Foram realizadas, pelo Controle Interno, Auditorias de Acompanhamento da Gestão e Operacionais no Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM/SEDE e no 3º Distrito do DNPM. As ações de controle permitiram verificar que no exercício de 2002 foram fiscalizados/vistoriados pelo DNPM apenas 2.326 empreendimentos minerais, o que corresponde a 34,2% da meta prevista.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)

No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário foram acompanhadas em 2002 as três grandes vertentes de atuação da pasta.

O programa Novo Mundo Rural: Assentamento de Trabalhadores Rurais (0135), inicialmente com dotação no valor de R\$ 799.963,00, tem por objetivo assentar famílias de trabalhadores rurais, possibilitando o acesso do homem à terra. Quanto à aplicação dos recursos do Crédito de Instalação às Famílias Assentadas, desse total, foram realizadas fiscalizações em 183 projetos de assentamentos, cujo resultado apontou para a ocorrência de falhas no controle da documentação comprobatória de gastos, bem como no acompanhamento dos serviços implementados e obras de habitação. Há indicação para instauração de 04 Tomadas de Contas Especial, sendo todas de projetos localizados no Estado da Bahia, no valor total de R\$ 775.350,00. Foram enviados aos respectivos Gestores responsáveis ofícios visando a adoção de providências, sendo que até o momento não houve manifestação dos mesmos.

A Nota Técnica n.º 712 DEAGR/SFC/CGU-PR, de 18 outubro 2002, contempla a análise dos pontos constantes dos Relatórios de Fiscalização realizada nos Projetos de Assentamentos ENA e Mercedes Benz I e II, situados nos Municípios de Feliz Natal (MT) e Tabaporã (MT), respectivamente, compondo o rol de fiscalizações empreendidas por esta Secretaria Federal de Controle Interno para avaliação da ação “Créditos Instalação às Famílias Assentadas”. No Projeto ENA constatou-se a existência de aproximadamente 25 (vinte e cinco) casas construídas, onde cerca de 80% estavam desabitadas (abandonadas) e tomadas pela vegetação, entretanto, foram liberados recursos, no total de R\$ 911.525,00 (novecentos e onze mil, quinhentos e vinte e cinco reais), para serem aplicados na modalidade habitação e alimentação/fomento. Quanto ao Projeto Mercedes Benz I e II, este possui capacidade de assentamento para 900 (novecentos) famílias, porém, foram assentadas apenas 259 (duzentos cinquenta e nove), sendo liberado recursos para alimentação/fomento da ordem de R\$ 624.800,00 (seiscentos vinte e quatro mil e oitocentos reais). Foi apurado um elevado índice de lotes vazios. A referida Nota Técnica foi encaminhada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para conhecimento e providências, sendo que até o momento não houve manifestação do Gestor.

Ainda neste programa foi realizada Auditoria de Acompanhamento de Gestão, constante do Relatório n.º 101038, aplicados na sede do INCRA e na Superintendência do Distrito Federal e Entorno (SR 28), cujas constatações apontam para a ocorrência de morosidade na conclusão da apuração de desvios da ordem de R\$ 802.611,90 (oitocentos e dois mil, seiscentos e onze reais e noventa centavos) quanto à utilização de Créditos de Instalação na SR-28.

Vale ressaltar as dificuldades encontradas no acompanhamento sistemático dessa ação governamental, tendo em vista sua operacionalização ser efetivada via contratos assinados entre associação de assentados e agências do banco do Brasil, sem lançamento detalhado da transferência no SIAFI, em operação similar ao cadastro de convênio, o que sem dúvida dificulta a visualização centralizada do programa. Outro ponto a ressaltar trata-se do descompasso entre a liberação do crédito de instalação e a produção

Destaca-se a permanência da ocorrência de falhas na alimentação de dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, gerando inconsistência nos dados. O fato que já vem sendo alvo de questionamento por este Órgão de Controle quando dos trabalhos de auditoria de gestão desde 1998, teve destaque este ano a partir de denúncias na mídia escrita quanto à fragilidade dos números da reforma agrária. Em 24 de abril de 2002 o próprio Ministro do Desenvolvimento Agrário por meio do Aviso MDA nº 74, solicitou instauração de procedimento de auditoria para avaliação dos dados do INCRA, o que, após diversos contatos com técnicos do INCRA, não pode ser realizado tendo em vista a dificuldade de apresentação pelo INCRA da informação (que até esta data não foi encaminhada) nos moldes requeridos.

Ainda no Programa Novo Mundo Rural: Assentamento de Trabalhadores Rurais – 0135 foi selecionada para avaliação a Ação “*Concessão de Créditos para Aquisição de Imóveis Rurais (Banco da Terra)*”, que visa a contribuir com o desenvolvimento sustentável do meio rural, por meio da geração de ocupação e renda no campo, viabilizada pelo financiamento da aquisição de terra e da infra-estrutura básica para os empreendedores rurais familiares. A dotação inicial do Programa foi fixada em R\$ 247.500.000,00.

Como resultado de ação de controle demandada em 2001 (piloto), cujas constatações figuraram no relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão da Unidade relativo ao exercício de 2001, que apontou para a

ocorrência de falhas na aplicação de recursos no contrato firmado pelo Banco da Terra com os beneficiários do Projeto Agrovila São Sebastião, localizado em Mutunópolis/GO, na Agência Rural do Banco em Goiás. A realização desta ação atendeu, inclusive, à solicitação da Procuradoria da República no Estado de Goiás, para onde a SFC encaminhou os resultados.

Foram constatados os seguintes problemas:

- imóvel adquirido para a implantação da Agrovila avaliado e pago (em novembro/2000) por um valor de R\$ 521,15/ha (valor da terra nua), 20% superior ao valor máximo contido na tabela de preços referenciais de terra nua para a região;
- cerca de 55% dos beneficiários previstos originalmente no Projeto, desistiram de permanecer no imóvel.
- das 105 casas previstas para serem construídas, 49 casas foram concluídas e 18 ainda estão em execução. Entretanto, os recursos inicialmente previstos (da ordem de R\$ 189.000,00) foram todos pagos aos fornecedores dos materiais de construção que, segundo os assentados, não entregaram toda a mercadoria.
- mesmo existindo agências do Banco localizadas em municípios mais próximos a Mutunópolis, como em Mara Rosa e Porangatu, o financiamento foi contratado junto à Agência do Banco em Uruaçu, à revelia dos beneficiários.

Ainda em relação a este programa, foram demandadas, durante o exercício de 2002, fiscalizações piloto em 16 empreendimentos, localizados nos 16 estados em que o programa atuou, num total de 54 fiscalizações, com o intuito de subsidiar o preparo de ação de controle efetiva sobre o Programa quanto à atuação do Banco da Terra, tanto no que tange às atividades da Unidade Central como das diversas agências do Banco, assim como o funcionamento dos Conselhos Municipais de desenvolvimento Rural no que se relaciona às atividades ligadas ao Banco, passando também pela verificação “in loco” das condições dos imóveis adquiridos e da infra estrutura. Os resultados dessas fiscalizações serão consolidados no exercício de 2003.

O Programa Agricultura Familiar – PRONAF – 0351 também desenvolve ações no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), cujas ações selecionadas para controle foram: a Assistência Financeira a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços Municipais - 1086, e Financiamento e Equalização de Juros para Agricultura Familiar - 0281, visando o fortalecimento da agricultura familiar como instrumento fundamental do processo de desenvolvimento da sociedade rural, com geração de ocupações produtivas, criação de renda, uso sustentado dos fatores ambientais, redução da migração campo-cidade, ampliação do acesso aos serviços públicos, modernização do processo produtivo e redução das desigualdades sociais. O Programa 0351 – Agricultura Familiar (PRONAF), a dotação inicial do programa foi cerca de R\$ 4.547.008.040,00 (considerando inclusive os valores destinados ao empréstimo bancário).

No que tange a Ação Financiamento e Equalização de Juros para Agricultura Familiar – 0281, houve consolidação parcial abordada no relatório de auditoria de avaliação de gestão do INCRA, referente à 74 contratos de financiamento, os relatórios apontaram impropriedades em 56, no valor total de R\$ 23.041.047,21, para as seguintes ocorrências em relação ao Agente Financeiro: falta parcial ou total de comprovantes de despesa, o não recebimento de parcelas por alguns assentados, rebate concedido de forma irregular com datas posteriores à data de vencimento pactuado e providências efetivas quanto as irregularidades apontadas. Quanto à execução dos contratos de financiamento, constatou-se aplicação de recurso em desacordo com o projeto técnico elaborado, serviços de acabamento em galpões não finalizados; ausência de assistência técnica no acompanhamento da aplicação dos recursos; descaso na conservação dos equipamentos adquiridos; aquisição parcial das matrizes previstas no projeto técnico e obras acabadas e sem utilização, por falta de energia elétrica ou pela extinção da atividade no local.

É mister destacar a gênese deste trabalho que remonta a notícias publicadas na imprensa acerca de possíveis desvios na aplicação de recursos públicos, destinados à contratação de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera) e do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf-Grupo “A”), foi solicitada, a esta Secretaria Federal de Controle Interno, pelo Presidente do Incra e pelo Secretário de Agricultura Familiar a realização de auditoria, com vistas a certificar o destino desses recursos.

Em atendimento ao ofício, supramencionado, foram realizadas, no período de 14/6/2000 a 19/7/2000, auditorias piloto nos Estados do Paraná e São Paulo, com vistas a verificação da efetividade na aplicação

dos recursos destinados, via Procer e Pronaf “A”, à Coagri e à Cocamp, no valor total de R\$ 29.190.013,00 e, ainda, a eficácia dos controles administrativos e do gerenciamento/operacionalização do programa pelos órgãos envolvidos.

Tendo em vista os resultados das auditorias, supramencionadas, que apontaram problemas de ordem técnica, gerencial e legal e, ainda, com vistas à avaliação desta linha do programa em âmbito nacional, especificamente dos financiamentos destinados às cooperativas foi realizada amostragem estatística nos empréstimos Procer/Pronaf “A” direcionados a tal fim. Dessa amostragem, foram selecionados 190 contratos de financiamento de um universo de 495, envolvendo 106 cooperativas de um universo de 154. Os referidos empréstimos foram liberados pelos seguintes agentes financeiros: Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, abrangendo as seguintes Unidades da Federação: GO, MT, PR, RS, SC, BA, CE, RN, TO, RJ, SE, SP, PA, MG, MA e MS. Com base nessa amostragem, foram demandadas, em agosto de 2001, 570 fiscalizações visando a verificação da atuação dos agentes financeiros, das cooperativas e da assistência técnica na implementação dos contratos de financiamento.

Em dezembro de 2001, foi realizada a consolidação parcial das fiscalizações acima demandadas, referente a 74 contratos de financiamento fiscalizados, representando 39% do total selecionado. Os relatórios apontaram impropriedades em 56 contratos, no valor total de R\$ 23.041.047,21, cujos resultados foram encaminhados ao Gestor Incra para ciência e providências.

Em dezembro de 2002, foi realizada a consolidação final dos trabalhos supramencionados e encaminhada ao Incra para ciência e providência, bem como apresentando os resultados e análise dos principais dados resultantes das 525 fiscalizações realizadas até o mês de novembro de 2002, correspondendo a 92,10% do total. Essas fiscalizações se referem às análises efetuadas em 175 contratos de financiamento, no montante de R\$ 66.887.093,38, cujas principais constatações indicam problemas na execução da linha do PRONAF, na seara de empréstimos bancários à Cooperativas de trabalhadores rurais, da seguinte ordem:

No Agente Financeiro

Existência de Projeto Técnico Aprovado

A exceção do Basa, foi verificada a ausência, nos processos analisados, de documento formal de aprovação, pelas Comissões Estaduais do Procer nos estados (Cepro), dos projetos técnicos financiados, cabendo ao Banco do Brasil um percentual de 8,18% (9 contratos) e ao Banco do Nordeste 5,88% (3 contratos). Com relação aos projetos técnicos do Banco do Brasil, cabe destacar, que dos nove projetos, 4 se referem ao Estado de Mato Grosso do Sul e 4 ao Estado do Paraná, sendo que os projetos do PR montam a importância de R\$ 4.091.400,00.

Do total de contratos de empréstimos analisados (175), verificou-se a ausência de projetos técnicos para 14, sendo que desse total, 12 (10,91%) se referem ao Banco do Brasil e 2 (3,92%) ao Banco do Nordeste.

Cronograma de Desembolso

Foram constatados elevados percentuais de contratos em que o agente financeiro não cumpriu o cronograma de desembolso, cabendo registrar que em alguns casos, 20,51% (8 contratos) do total, o atraso se deu em virtude de ausência de laudos técnicos de acompanhamento e por problemas detectados pelo banco na execução dos contratos.

Cabe salientar, ainda, que dos 39 contratos em que o cronograma foi descumprido, com atraso na liberação, 51,28% (20 contratos) se referem a financiamentos de custeio, ocorrendo liberação, conforme informações dos assentados, após a época adequada para o plantio (contrato nº 9900163 – valor R\$ 56.000,00 – agência do Banco do Brasil em Piratini/RS).

Quanto aos contratos que não constavam cronogramas de desembolso, verificou-se a referida ocorrência em 38 (33,63%) processos analisados no Banco do Brasil e em 19 (36,54%) dos analisados no Banco do Nordeste. Cabe frisar, que 29,82% (17 contratos) do total desses financiamentos, os recursos foram liberados em parcela única na conta corrente da cooperativa, destacando, neste caso, montante de recursos (R\$ 11.961.146,34) destinados à Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná Ltda (Coagri).
Análise Econômico-Financeira

Ficou evidenciada a despreocupação dos agentes financeiro quanto à realização de análise de riscos dos contratos financiados. A justificativa apresentada pelas agências, na maioria dos casos, foi de que a responsabilidade pela análise seria da Comissão Estadual do Proceira (Cepro), conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 218, de 27/8/92, cabendo à agência bancária, indeferir o crédito no caso de restrições cadastrais.

Depósito em conta corrente

A grande maioria dos recursos liberados pelos Banco do Brasil e do Nordeste, estão sendo efetivados nas contas correntes das cooperativas. Do total de contratos em que os recursos foram depositados em conta corrente (106 contratos), 74,53% (79 contratos) apresentaram problemas na comprovação dos recursos.

Com relação ao total de contratos (36) em que tal verificação não foi possível, cabe salientar que em 58,33% (21 contratos) as agências do Banco do Brasil e do Nordeste alegaram sigilo bancário, não disponibilizando à equipe de fiscalização a documentação solicitada.

Controle da inadimplência

Pode-se verificar um percentual elevado de contratos inadimplentes (60,96%), de um total de 146 contratos em que a verificação foi possível, acima do mínimo esperado. Desse montante, cabe destacar que o Banco do Brasil, na maior parte dos casos (59,14%), não vem dando ciência ao Gestor Incra das inadimplências ocorridas, apresentado o Banco do Nordeste um percentual de 30,23% dos casos. Quanto ao fato, cabe ressaltar que as agências do Banco do Brasil em Promissão e Itapeva no Estado de São Paulo alegaram que não há determinação nas instruções internas do banco quanto ao envio de relatórios à SR/INCRA.

Atuação como Órgão Fiscalizador

Foi verificado que 66,37% dos contratos analisados no Banco do Brasil, ou seja 75, não sofreram fiscalização por parte do banco e em 7,96% (9 contratos) dos contratos fiscalizados, o banco não adotou providências no sentido de regularização das pendências/irregularidades constatadas “in loco”. Por outro lado, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia apresentaram-se mais atuantes nas fiscalizações dos contratos financiados, com percentuais de 50% e 80%, respectivamente. Entretanto, o gráfico demonstra, também, que os percentuais de contratos em que foram constatadas falhas na execução, pelos agentes financeiros BNB e Basa, sem que houvesse a adoção de providências corretivas são superiores ao verificado no Banco do Brasil, com 31,48%o BNB e 20% o Basa.

Com referência aos 75 contratos em que não foram localizados, nas agências, relatórios que comprovassem a realização de fiscalização, cabe salientar que em 9,33% (7 contratos) os valores superaram a quantia de 1 milhão, o que seria, portanto, conforme Manual de Crédito do Proceira, obrigatória a realização de fiscalização conjunta entre o Incra e o Agente Financeiro. Desses contratos, 6 foram formalizados pelo Banco do Brasil e 1 pelo Banco do Nordeste. Ressaltando, que dos 6 formalizados pelo BB, 83,33% (5 contratos) foram firmados com a Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná Ltda (Coagri).

Confiabilidade dos comprovantes de despesas

Pode-se constatar um elevado percentual de contratos com irregularidades/impropriedades na comprovação das despesas. Considerando todos os problemas verificados, tais como: comprovantes em desacordo com os pagamentos efetuados/projeto técnico, comprovante com indícios de fraude e comprovantes não localizados, verificou-se um percentual de 69% de financiamentos com a incidência de problemas na comprovação das despesas realizadas.

Com relação aos comprovantes de despesas não localizados, foram constatados dados preocupantes, tendo em vista que do total de contratos analisados nos agentes financeiros Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, foram verificados os seguintes percentuais, dentro da referida situação, 59,17%,

62,96% e 30%, respectivamente. Os recursos envolvidos nesses contratos montam, aproximadamente, em R\$ 24.500.000,00, sendo que os Estados que apresentaram o maior volume de recursos envolvidos foram: o Paraná, com R\$ 15.279.050,54, e a Bahia, com R\$ 6.504.969,62.

Quanto aos contratos com indícios de fraude na comprovação das despesas, cuja situação foi verificada em 5 financiamentos formalizados pelo Banco do Brasil (Estados do RS, PR e MT) e em um formalizado pelo BNB no Estado de Rondônia, cabe frisar que em 66,66% (4 contratos) foram constatadas, pela equipe de fiscalização, quando da vistoria “in loco” nos assentamentos, impropriedades/irregularidades relacionadas com a execução das obras e aquisição/utilização dos equipamentos.

Controle da Amortização

No que tange aos controles efetuados pelas agências na amortização dos contratos financiados, cabe comentar o percentual de 7,55%, referente a ressalvas detectadas em quatro (4) financiamentos formalizados pelo BNB. Sendo que 3 (três), desse total, se referem a contratos analisados na agência do BNB em Itapipoca/CE, onde se verificou, inclusive, a concessão irregular de rebate, no valor de R\$ 3.685,38, dado que os referidos pagamentos ocorreram em datas posteriores à data de vencimento pactuada.

Laudos Técnicos de acompanhamento

Foi constatado que 47,32% dos contratos analisados nas agências do Banco do Brasil não foram localizados laudos técnicos de acompanhamento das entidades responsáveis pela elaboração dos projetos técnicos. O referido percentual corresponde a 53 contratos de financiamento, no valor total de R\$ 16.615.432,28.

Cabe salientar, ainda, que do total de contratos (112) em que os referidos laudos foram localizados, foi verificado que 8,93% (10 contratos) apresentaram laudos com informações incoerentes e ou divergentes com as constatações verificadas “in loco”.

Nas Cooperativas/Associações

Pagamentos efetivados

Foi verificado que em 24% dos contratos em que houve amortização, não foram evidenciados, na sede das cooperativas, quaisquer controles relativos aos pagamentos efetivados. Destacando que em 5% (3 contratos) ocorreram divergências com os dados do banco, fatos estes verificados nas Cooperativa de Produção Agropecuária Lagoa do Mineiro (Copaglam), localizada no Estado do Ceará e na Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores Rurais do Assentamento Nova Vida Ltda(Coopervida), localizada na Paraíba.

Cabe ressaltar que em 38% dos casos a análise ficou prejudicada em virtude dos seguintes motivos: não localização dos dirigentes na sede das cooperativas, proibição de acesso à cooperativa pelo Movimento dos Sem Terra e alegação de que a documentação se encontrava em outro município.

Controles quanto ao número de Cooperados

Nos levantamentos realizados, verificou-se a ausência de relação oficial de cooperados em várias cooperativas fiscalizadas, como também a existência de relação desatualizada.

Controle quanto aos bens adquiridos e obras realizadas

Pode-se perceber que em 58% dos contratos analisados não foi disponibilizada, pelas cooperativas, relação dos bens adquiridos e obras realizadas, o que dificultou, em vários casos, a identificação, pela equipe de fiscalização, dos citados itens quando das visitas aos assentamentos.

Em 10% dos contratos a análise ficou prejudicada em virtude dos seguintes motivos: não localização dos dirigentes na sede das cooperativas, proibição de acesso à cooperativa pelo Movimento dos Sem Terra e alegação de que a documentação se encontrava em outro município.

Controle quanto as perdas de safra

Para o total de financiamentos de custeio fiscalizados (66 contratos), não foram disponibilizados, pelas cooperativas, relatórios/laudos referentes a perdas de safra em 74%. Nesse contexto, cabe registrar, que uma parte desses contratos foram ou estão em fase de renegociação por motivo de perdas de safra, conforme laudos verificados nas agências bancárias.

Controles quanto aos gastos efetivados

Em 92% dos contratos selecionados constatou-se a falta de controle, pelas cooperativas, quanto aos gastos efetivados. Essa situação se torna mais grave quando se trata dos contratos de custeio, tendo em vista a grande quantidade de insumos adquiridos e repassados aos assentados, como exemplo, pode-se citar o montante de recursos repassados à Coagri/PR (R\$ 6.252.560,00), referentes a 3 contratos, sem controles dos gastos dos referidos recursos.

Nos Assentamentos (avaliação da execução)

Estágio das obras

Com relação ao total de empreendimentos fiscalizados (73), verificou-se que uma grande quantidade de obras não concluídas (48%), ressaltando que os contratos objeto de fiscalização são anteriores ao ano de 2000 e na maioria (97%) os recursos foram disponibilizados na sua totalidade.

Com relação às obras/benfeitorias paralisadas e parcialmente concluídas, representado 29% do total, cabe registrar que os principais motivos constatados, que resultaram na não conclusão das mesmas, foram a falta de fiscalização, pelo agente financeiro, e de acompanhamento técnico pelas entidades de assistência técnica.

Quanto às obras/benfeitorias inexistentes, cujo percentual foi de 13%, cabe ressaltar que das 10 obras, 6 (60%) se referem a dois contratos firmados com a Cooperativa Mista dos Assentamentos da Reforma Agrária da Região Tocantina Ltda (Coomara), localizada no Estado do Maranhão, cujo valor das referidas obras/benfeitorias monta em R\$ 105.375,52, uma obra/benfeitoria, no valor de R\$ 523.713,60, relativo a um contrato firmado a Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná Ltda (Coagri), e as outras 3 obras restantes se referem a 3 contratos celebrados com a Cooperativa Mista do Projeto de Colonização da Lagoa do Boqueirão (Coopláb), localizada no Estado do Rio Grande do Norte.

Comparação da execução das obras com o projeto técnico

Foi constatado que houve descumprimento do projeto técnico na execução de 20% das obras fiscalizadas. Dos contratos em que o projeto técnico não foi observado, cabe ressaltar o firmado com a Cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro Ltda (COPAGRO), localizada no Estado de Santa Catarina, cujo objeto do projeto técnico foi totalmente alterado, tendo em vista que o projeto aprovado previa a construção de uma mini-usina de leite. Entretanto, a cooperativa aplicou os recursos na aquisição de outros bens e serviços, quais sejam: gado de corte (R\$ 7.000,00); construção de cerca (R\$ 8.500,00); Acerto com sócios demitidos (R\$ 6.500,00); apicultura, caixas equipadas e estruturas (R\$ 5.000,00); casas/complementação de projeto (R\$ 16.209,00) e contribuição ao MST (R\$ 1.800,00).

A verificação do previsto com o executado ficou impossibilitado em 32% dos casos, tendo em vista a não localização das obras/benfeitorias, a falta de documentação comprobatória e proibição de acesso aos assentamentos pelo MST.

Avaliação dos bens adquiridos

Foi constatado que 10% dos bens fiscalizados foram adquiridos fora das especificações previstas no projeto técnico e ou Cédula Rural Pignoratícia. Desse percentual, 50% se referem a constatações em 5 contratos firmados com a Coagri/PR.

Verificou-se, ainda, a ocorrência de bens inexistentes ou não localizados, com percentual de 19%. Quanto aos bens inexistentes, vale ressaltar as ocorrências de equipamentos furtados e vendidos, objeto dos contratos firmados com cooperativas do Estado do Paraná e os equipamentos não adquiridos, objeto de financiamentos concedidos à Cooperativa Mista dos Assentamentos da Reforma Agrária da Região Tocantina Ltda (COOMARA), localizada no Estado do Maranhão.

A referida avaliação ficou prejudicada em 13% dos casos, sendo que o principal motivo foi a falta de documentação comprobatória com as especificações dos bens financiados.

Utilização dos bens

Verificou-se que 41% dos bens vistoriados não estão sendo utilizados ou utilizados em desacordo com o previsto no projeto técnico. Este percentual elevado vem a corroborar com as constatações verificadas “in loco” relacionadas a falta de fiscalização e de acompanhamento dos contratos financiados.

O montante de recursos destinados aos 39 contratos em que se verificaram a não utilização ou utilização diversa da prevista dos bens adquiridos foi de R\$ 18.997.846,87. Ressaltando, também, que desses 39 contratos em 74,36% houve fiscalização, por parte do agente financeiro, ou acompanhamento pela entidade de assistência técnica.

Disponibilização e aplicação dos insumos

Tendo em vista o espaço temporal decorrido entre a aplicação e data das fiscalizações, aliado à falta de documentos comprobatórios, a avaliação quanto à disponibilização e aplicação dos insumos ficou bastante prejudicada. Entretanto, em entrevistas com os assentados, foi informado de ocorrências de impropriedades na disponibilização e utilização desses insumos.

Indícios de desvio na aplicação dos recursos

As constatações de indícios de desvio, as quais ocorreram em 15% dos contratos analisados num montante de empréstimo da ordem de 41.690.295,76, se referem a avaliações realizadas em 25 contratos de financiamentos, correspondendo o citado percentual a 55 ocorrências dessa natureza. A Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná Ltda (Coagri) é responsável por 56,36% do total das ocorrências de desvio e a Cooperativa Mista dos Assentamentos da Reforma Agrária da Região Tocantina Ltda (Coomara), localizado no Estado do Maranhão, por 20%.

Atuação da assistência técnica

Dos 161 contratos que se previam a atuação da assistência técnica, em 14% se verificou, mediante entrevistas, a inexistência de acompanhamento técnico. Cabendo ressaltar, que para esses 22 contratos, não foram localizados, na agência, laudos técnicos para 5 financiamentos, confirmando, assim, as informações prestadas.

Em 47% dos contratos houve deficiência no acompanhamento por parte das entidades de assistência técnica. O Estado em que houve o maior número de contratos com queixas, pelos assentados, da atuação da assistência técnica foi o Rio Grande do Sul, com 25% de um total de 76 contratos.

Ressalte-se que os resultados das fiscalizações, acima destacadas, incorporam as 13 que resultaram na indicação de TCE no montante de R\$ 3.358.152,32, tendo sido os respectivos relatórios encaminhados ao Inbra, mediante Ofício n.º 04553/DEAGR/SFC/CGU/PR, de 25/06/2002, para ciência e providências cabíveis.

Quanto à Ação Assistência Financeira a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços Municipais - 1086, foram emitidos, no final do exercício de 2001, 618 fiscalizações, com vistas a verificação “in loco” da execução de

309 contratos de repasse, firmados entre a Caixa Econômica Federal e os municípios selecionados para o Programa, no universo de 847, celebrados no exercício de 2000. A amostra aponta para nível de confiança de 95% e abrange municípios em todas as Unidades da Federação, envolvendo recursos no valor de R\$ 48.445.013,78. Até o momento foram constatados problemas graves em 7 contratos, com indicação de TCE para recuperação de R\$ 796408,16 aos cofres públicos, tendo em vista as seguintes impropriedades:

- alteração do Plano de Trabalho, caracterizando mudança de objeto e desvio de finalidade.
- falta de Prestação de Contas, apesar da vigência encontrar-se expirada;
- valor de repasse da União e da contrapartida não condizentes com os valores verificados no processo;
- sobrepreço no valor total dos itens pesquisados, aumentando em 26% o preço de aquisição dos bens;
- construção de obras com finalidades diversas das definidas no plano de trabalho;
- pagamento a maior entre os serviços contratados e àqueles efetivamente executados.

No que concerne ao financiamento ao setor pesqueiro, a SFC demandou ações de controle iniciadas com Trabalho de Fiscalização Piloto para avaliação dos controles e aplicação dos recursos do PRONAF, via FAT, por pescadores no Estado de Santa Catarina, por meio de empréstimos ao Banco do Brasil S/A (BB), para aquisição de bens e equipamentos na atividade pesqueira. A fiscalização executada, possibilitou encaminhamento ao gestor de recomendações embasadas nos resultados e constatações que foram consolidadas pela SFC na Nota Técnica n.º 00446 DEAGR/SFC/CGU-PR, de 29ago2002, com base nos 25 Relatórios de Fiscalização elaborados pela GRCI/SC.

As constatações apontaram para a ocorrência de falhas no registro dos 25 contratos que constaram como investimento, quando de fato eram para custeio; que a execução do Programa no Estado de Santa Catarina careceu de fiscalização e acompanhamento por parte do Agente Financeiro o que acabou por ensejar a aquisição de equipamentos não previstos nos contratos. Falta nos contratos analisados de previsão de assistência técnica, todavia, 33% dos beneficiários entrevistados admitiram tê-la recebido. Por fim, em contrapartida, foi constatada adimplência quase total dos empréstimos concedidos pelo BB para a maricultura, estando as inadimplências voltadas para aplicação na pesca artesanal.

No Programa Novo Mundo Rural - Consolidação de Assentamentos - 0136, com dotação inicial fixada em R\$ 281.351.100,00, foi selecionada para controle a Ação 3667 – Infra-Estrutura Básica para Assentamentos Rurais, cujas 239 fiscalizações nos contratos de repasse celebrados entre INCRA/CEF e Prefeituras Municipais e Associações Rurais, visaram à avaliação da execução do Programa em 222 projetos de assentamento nos Estados, bem como a identificação de aspectos que estão impactando o bom desempenho da ação de governo. Estas fiscalizações possibilitaram o encaminhamento ao gestor de recomendações embasadas nas constatações, que apontam as seguintes impropriedades e/ou irregularidades:

- irregularidade na aplicação dos recursos dos contratos de repasse cujos objetos eram a abertura de estradas vicinais e implantação de eletrificação rural monofásica, onde foram constatadas obras inacabadas, paralisadas ou em estado de abandono e, quanto ao sistema elétrico, não estavam interligados à rede, ocasionando roubo de parte de fios de alta tensão. Tais ocorrências foram registradas nas avaliações efetivadas nos Estados do Amazonas; Bahia; Pará; Pernambuco; Rondônia; Roraima; São Paulo e Tocantins e ensejaram a solicitação de instauração de Tomada de Contas Especial nos contratos de repasse celebrados com as Prefeituras Municipais de Figueiredo -AM; Ramalho – BA; Sítio do Mato – BA; Catende – PE; Camutanga – PE; Tremembé – SP; Riachinho – TO; e Novo Progresso – PA;
- não apresentação das prestações de contas dos recursos utilizados e dos resultados obtidos em 13,2% das obras executadas nos Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Pará, Pernambuco e Roraima;
- atraso no cronograma em 50,05% das obras;

- falhas no acompanhamento da CEF em 39% das obras realizadas nos Estados do Amapá, Acre, Amazonas, Pernambuco e Roraima.

Assim, foi recomendado ao Presidente do INCRA, no sentido de contatar oficialmente à CEF quanto ao problema de fiscalização e alteração do objeto de contratos constatado nos Estados do AC, AM, AP, PE e RR, bem como solicitado maior rigor na fiscalização dos assentamentos e formalizado a proibição de alteração do objeto do contrato sem autorização da autarquia.

Ademais, há ainda indicativo de instauração de Tomada de Contas Especial na Prefeitura Municipal de Fátima do Sul/MS, em razão de sobrepreço no valor total dos itens pesquisados (aumento de 26% sobre o preço de aquisição dos bens, no valor de R\$. 18.337.14); e na Prefeitura Municipal de Moita Bonita/SE, em razão de construção de olaria, em estado de abandono e sem qualquer perspectiva de utilização, como previsto no Programa de Trabalho, além de pagamento a maior à serviços contratados pela Prefeitura e os efetivamente executados pela empresa contratada, no valor de R\$ 56.483,58.

TABELA DE RETORNO FINANCEIRO – ANO 2002

RESULTADOS FINANCEIROS (R\$)			OUTRAS MOEDAS (US\$)	
EFETIVO (MAPA)	POTENCIAL (MAPA)	TOTAL (MAPA)	EFETIVO	POTENCIAL
20.249.082,59	108.461.316,22	128.716.398,81	62.622,16	94.847,13
EFETIVO (MDA)	POTENCIAL(MDA)	TOTAL(MDA)	*146.005.027,58	
101.034.100,00	32.184.585,76	133.218.685,76		
121.283.182,59	140.645.901,98	261.835.084,57		

Nota: (*) valor em cruzeiros (Cr\$)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC)

Programa Brasil Empreendedor

O “Programa Brasil Empreendedor” – PBE, mais que uma “marca” de governo, é voltado para o fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas e empreendedores do setor formal e informal, mediante os seguintes eixos de atuação unificada: capacitação gerencial, elaboração do plano de negócios, concessão de financiamentos e o acompanhamento pós-crédito ou assessoria empresarial.

O PBE não acrescentou nenhuma ação nova de governo, mas veio estruturar e agrupar ações de programas já existentes em diversos agentes do governo e, com isso, promover uma articulação entre essas ações, tais como: Proger, Protrabalho, Promicro, Profat, Girocaixa, Crédito Produtivo, Crediamigo e Amazônia Fácil.

Sendo o PBE um agregador e recepcionador de outros programas de fomento ao setor das micro e pequenas empresas e ao empreendedor em geral, é importante separar os resultados dos programas que não guardam conformidade com as políticas e vertentes de atuação de PBE. Dessa forma, o Controle Interno entende que somente poderão ser contabilizadas à conta do “Brasil Empreendedor”, as ações ou programas cujas linhas operacionais estejam em conformidade com os critérios, eixos de atuação e público-alvo beneficiado do Programa Mãe (PBE). Por conseguinte, o núcleo: público alvo, diretrizes e metodologias empregadas na formulação desse programa é que irá equalizar a quantificação de seus resultados.

Não obstante os esforços do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/Nacional no gerenciamento de seus projetos inerentes ao PBE, uma questão que está sendo renegada por outros agentes operadores é a oferta de produtos e serviços de forma desarticulada. Segundo as diretrizes do programa, as ações de capacitação, plano de negócio, crédito e assistência pós-crédito devem ser tratadas de forma unificada e articulada. Assim, para um empreendedor obter crédito é necessário que, antes, ele passe pela capacitação e tenha o plano de negócio elaborado, modelo este que nem sempre vem ocorrendo.

Em síntese, numa primeira leitura de controle do PBE, constatou-se que, pela discricionariedade e autonomia dos agentes participantes na operacionalização dos produtos e serviços inerentes ao PBE, têm ocorrido agrupamentos de resultados que não condizem com os objetivos e metodologias anunciados para esse Programa. Essas diferenças metodológicas, empregadas em cada agente, acabam por desfocar a unificação e os conteúdos exigidos para os eixos de capacitação, plano de negócio, crédito e assistência. Vale dizer, portanto, que não é coerente contabilizar resultados que divergem da forma como foi estruturado o “Brasil Empreendedor”.

No exercício de 2000, o PBE capacitou 2.854.592 pessoas, foram assistidas 728.044 empresas e realizadas 1.321.641 operações de crédito, num total de R\$ 10.588.865.000 (o previsto era de R\$ 8.000.000.000,00), montante este oriundo de diversas fontes, tais como: Orçamento Geral da União – OGU, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, bancos oficiais de crédito e SEBRAE. Considerando que, em 2000, o programa estava estruturado em capacitação, crédito e assessoria empresarial e, ainda, a existência de vários agentes para executar as metas programadas, o Controle Interno optou por acompanhar, inicialmente, a fase de capacitação que está a cargo do sistema SEBRAE. Nesse sentido, foram realizadas visitas ao SEBRAE Nacional, com o objetivo de conhecer e avaliar os mecanismos de gerenciamento e controle dos resultados do processo de capacitação realizado em nível Brasil.

Pelo que se pôde constatar das visitas realizadas, o SEBRAE Nacional desenvolveu sistema (via internet) para acompanhar os resultados das metas fixadas no PBE, tendo, inclusive, instituído *ranking* de desempenho dos seus agentes, de modo a estimular a participação de todos no atingimento da meta global de 3.450.000 de empreendedores/empresários estabelecida até setembro/2000. Por outro lado, visando a garantir a fidedignidade dos resultados inseridos no sistema, o SEBRAE Nacional selecionou, inicialmente, pelo método de amostra aleatória simples, um universo de 5.800 empreendedores que foram capacitados pelos SEBRAEs estaduais, para serem entrevistados por telefone (telemarketing) objetivando colher informações sobre a avaliação do curso ministrado.

É oportuno registrar que a amostra definida baseou-se em critérios estatísticos, sendo de destacar que o SEBRAE Nacional, objetivando aumentar o nível de confiabilidade do trabalho, realizou mais 02 (duas) pesquisas, no período de janeiro a setembro/2000, junto a 4.000 empreendedores que foram capacitados.

Os dados das pesquisas foram consolidados e, de modo geral, evidenciaram uma avaliação positiva do programa de capacitação, cabendo destacar, no entanto, que a principal crítica diz respeito à falta de disponibilização de crédito por parte dos agentes financeiros integrantes do programa Brasil Empreendedor.

Foi constatado que o Sistema SEBRAE se estruturou de forma razoável para gerenciar a fase de capacitação do programa, mediante a instituição de um sistema de acompanhamento que consolida todos os dados dos empreendedores/empresários capacitados por unidade da federação, além de ter procedido avaliação junto ao público-alvo para certificar-se dos resultados alcançados.

Por meio de estudo realizado pela Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas da Área de Indústria e Comércio – DEINC/SFC, constatou-se dupla contagem de ações de outros programas não pertencentes ao núcleo de fomento às micro e pequenas empresas, inflacionando as metas do PBE, necessitando, portanto, unificar produtos, serviços, metodologias, unidades de medidas e critérios de consolidação das informações de cada agente participante do “Brasil Empreendedor”. Diante disso, a gerente nacional do PBE alertou os gestores, em cada órgão/entidade participante, para os pontos constatados pelo Controle Interno. O resultado desse trabalho foi utilizado pelo Tribunal de Contas da União para fins de apreciação das Contas do Presidente da República.

Em 2002, o programa estava em sua quarta versão, tendo superado todas as metas inicialmente estimadas. Apesar dessa constatação, uma análise crítica que se faz ao PBE diz respeito à ausência de acompanhamento qualitativo dos pequenos empreendedores beneficiados, especialmente quanto à viabilidade e à empregabilidade dos empreendimentos após a obtenção dos financiamentos, ou seja, o sucesso dos planos de negócios elaborados.

Ainda em 2002, o PBE foi alvo de denúncia pela imprensa sobre supostas irregularidades na execução dos cursos de capacitação empreendedora pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo – SEBRAE/SP. Em razão desse fato, a CGU/PR encaminhou à DEINC pedido de providências, sendo que esta, após análise das justificativas apresentadas pelo Superintendente do SEBRAE/SP, e considerando que o Tribunal de Contas da União – TCU, por intermédio da Secretaria de Controle Externo em São Paulo – SECEX/SP, também estava atuando no caso, e, ainda, de forma a evitar ações sobrepostas, solicitou a autorização do TCU, para que os resultados da inspeção realizada pela SECEX/SP fossem remetidos à SFC/DEINC, para instrução processual da denúncia.

Como resultado da inspeção realizada, os auditores do TCU concluíram pelo julgamento irregular das contas, com a consequente aplicação de multa ao então Superintendente do SEBRAE/SP, o Sr. Fernando Vasco Leça do Nascimento, em razão de atos antieconômicos cometidos na execução do PBE Fase I, especialmente no que

tange à não implementação dos controles necessários, caracterizados pelos seguintes fatos: a) negligência quanto à fiscalização *in loco* dos cursos de capacitação, principalmente sobre instituições conveniadas; b) ausência de controle sobre as despesas e contrapartidas realizadas pelas instituições conveniadas, e c) decisão da entidade de quase duplicar a meta estipulada pelo SEBRAE Nacional sem o resguardo de informações mais seguras quanto aos benefícios a ser alcançados e/ou resultados potenciais esperados, o que acarretou despesas adicionais de R\$ 14.245.137,27. Ao final, foi solicitado anexar o processo de inspeção às contas do SEBRAE/SP relativas ao exercício de 2002.

Programa Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas

Com relação ao programa “Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas”, em 2000 a DEINC acompanhou a ação “Apoio à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas”, cuja meta era construir 02 (dois) galpões industriais nas cidades de Cianorte e Nova Olímpia, ambas no Estado do Paraná, no valor total de R\$ 220.000,00. Foram celebrados dois convênios, sendo um com a Prefeitura Municipal de Nova Olímpia, no valor de R\$ 150.000,00, assinado em 29/06/2000, visando a implantar uma cooperativa de empacotamento de alimentos naquela Prefeitura Municipal, e o outro, no valor de R\$ 70.000,00 ajustado, em 29/12/2000, com a Prefeitura Municipal de Cianorte, objetivando construir um barracão industrial.

Em relação ao convênio de Nova Olímpia, cuja fiscalização foi feita pela GRCI no Estado do Paraná, foram constatados problemas na execução das obras, tendo sido levados ao conhecimento do MDIC, que destacou uma equipe técnica para visitar as obras, pelo que ficou constatado que as falhas haviam sido saneadas. A prestação de contas foi aprovada pelo concedente.

Em 2001, o Programa foi um dos escolhidos para integrar a agenda prioritária do Governo Federal para o biênio 2001-2002. Seu objetivo geral é o fortalecimento e desenvolvimento econômico-administrativo das micro, pequenas e médias empresas por intermédio da ampliação das linhas de crédito, acesso a novas tecnologias e mercados, capacitação gerencial e assistência técnica aos empreendedores. Não obstante suas acanhadas metas físicas e financeiras, observa-se que seus objetivos guardam estreita relação com o Programa “Brasil Empreendedor”.

Na ação “Apoio à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas”, os recursos orçamentários tiveram origem nas diversas emendas parlamentares, beneficiando os estados do Paraná (grande maioria), São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará. O produto dessas emendas são basicamente a construção de barracões industriais, de celebração de convênios entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC e as prefeituras municipais. Ao contrário do exercício de 2000, em que foram aprovadas apenas duas emendas (dois convênios), no ano de 2001 houve razoável incremento no número de emendas aprovadas (vinte). A atuação do Controle Interno nessa ação, por meio de suas fiscalizações, teve por objetivo constatar, *in loco*, a fiel execução físico-financeira dos objetos pactuados nos convênios. Historicamente, tem-se observado uma baixa execução financeira dessa ação ao longo dos onze primeiros meses do ano em que foram aprovadas as dotações orçamentárias. Os convênios são celebrados apenas em dezembro, sendo inscritos logo depois em restos a pagar. Por isso, as obras e serviços são iniciados no ano seguinte ao da celebração dos convênios. Dentre as justificativas do gestor para o fato está o contingenciamento de recursos e a morosidade das prefeituras municipais em apresentar seus projetos para a aprovação.

Os convênios celebrados em dezembro de 2001 foram objeto de fiscalizações ao longo do ano de 2002, não tendo sido constatadas falhas.

Programa do Artesanato Brasileiro

O “Programa do Artesanato Brasileiro” – PAB tem como foco a geração de emprego e renda, em consonância com as diretrizes para o segmento das micro e pequenas empresas. Os eixos de ação do PAB, são: capacitação, associativismo, produção e qualidade, comercialização e divulgação do artesanato produzido no país.

Em 2001, no tocante à ação “Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal”, as diretrizes políticas estabelecidas para o segmento artesanal brasileiro, pelo MDIC, estavam voltadas para o fortalecimento e o apoio aos núcleos de produção e de comercialização, bem como aos artesãos que se integram às cadeias produtivas. Verificou-se facilmente que as metas iniciais da ação foram subestimadas, tanto assim que a

realização ultrapassou os 1000%. Cabe destacar que foi aprovada uma suplementação orçamentária no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), elevando significativamente a dotação inicial.

No exercício de 2002, alguns municípios foram beneficiados pelas emendas parlamentares ao orçamento, que se materializam em convênios com o MDIC, ainda com dotações de 2001, cujo objeto é a construção de centro de artesanato e a realização de oficinas/cursos sobre o assunto. As fiscalizações até então realizadas não constatarem fatos relevantes contrários ao objetivos do PAB. Cabe mencionar que, até dezembro de 2002, ainda não haviam sido liberados os recursos dos convênios celebrados.

Por meio da auditoria operacional realizada pela DEINC no Programa, a principal constatação refere-se ao distanciamento das metodologias e das ações do governo federal com outras metodologias/ações executadas pelo SEBRAE, para o segmento do artesanato. Diante dos poucos recursos orçamentários para o setor, a viabilização de um acordo de cooperação técnica entre o MDIC, responsável pelo PAB, e o SEBRAE, traria uma maximização nos resultados e evitaria possíveis ações sobrepostas desses agentes.

Devido ao contingenciamento orçamentário pelo qual passou o PAB em 2002, a execução das metas previstas ficou prejudicada em cerca de 70%. Em consequência, alguns núcleos produtivos do artesanato deixaram de ser instalados nos estados. De todo modo, por meio das parcerias, algumas ações no tocante à promoção, divulgação e comercialização do artesanato foram realizadas com baixo custo para o MDIC.

Programa Desenvolvimento da Amazônia Legal

Com relação ao Programa “Desenvolvimento da Amazônia Legal”, a atuação do Controle Interno em 2002 focou a ação “Fomento a Projetos de Infra-estrutura Econômica e Social da Amazônia Ocidental”. Os trabalhos consistiram em, analisar as denúncias protocolizadas nessa CGU/PR envolvendo a execução de convênios celebrados entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA e os governos da região amazônica, tanto estaduais quanto municipais. Paralelamente às demandas da Controladoria-Geral da União/CGU-PR, a SFC, apurou denúncias de outras origens e decorrentes de levantamentos internos, correspondentes a convênios que, do mesmo modo, poderiam conter irregularidades.

Todos esses convênios fiscalizados envolvem recursos da ordem de R\$ 60.435.697,97 (sessenta milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, seiscentos e noventa e sete reais e noventa e sete centavos). Os resultados apresentaram as seguintes inconsistências: atraso nos cronogramas de execução dos projetos; equipamentos adquiridos há mais de três anos e ainda não instalados; pagamentos efetuados de forma antecipada; custos dos serviços compostos acima da média do mercado; obra entregue à comunidade, no entanto, ainda sem entrar em funcionamento; cronogramas físico-financeiro cumpridos fora do prazo previsto; pagamentos efetuados fora da vigência de contrato; atingimento parcial do objetivo; e ausência de fiscalização e acompanhamento em todas as fases de execução do convênio.

Dos trabalhos concluídos até o presente momento, nos referidos convênios, houve indicação de Tomada de Contas Especial em 09 (nove) convênios, totalizando R\$ 3.921.387,21 (três milhões, novecentos e vinte e um mil, trezentos e oitenta e sete reais e vinte e um centavos) – montante potencial.

Programa Pólo Industrial de Manaus

Em 2000, a ação “Controle dos Projetos Beneficiados com Incentivos Fiscais”, pertencente ao Programa “Pólo Industrial de Manaus”, que visa, entre outras coisas, a apoiar projetos para atrair investimentos, com vistas à geração de emprego e renda e ampliar a competitividade sistêmica da Zona Franca de Manaus – ZFM, oferecendo aos empreendedores instalados maiores condições de infra-estrutura, foi objeto de fiscalização realizada a título de projeto piloto, em quatro empresas beneficiadas com incentivos fiscais, de modo a possibilitar a definição de uma estratégia para nortear a ação de controle. O resultado evidenciou que a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, no exercício de suas competências, verificava apenas o cumprimento do Processo Produtivo Básico (PPB) nos três primeiros anos de funcionamento dos projetos.

Constatou-se, também, que o controle dos projetos ocorria por meio do recebimento mensal de vários dados em meio magnético sobre faturamento, gastos com mão-de-obra, produção por produto, vendas no mercado interno e externo que serviam para a definição dos limites de cotas de importação e elaboração de estatísticas sobre o desempenho da Zona Franca Manaus – ZFM. Além disso, verificou-se que essas informações

não estavam sendo validadas pelas equipes de fiscalização da entidade, quando da realização dos trabalhos de campo. Registre-se, que no caso das empresas que não enviassem as informações à SUFRAMA, as mesmas ficariam bloqueadas no sistema sem poder realizar operações de seu interesse na ZFM.

A SUFRAMA não vinha realizando as auditorias de desempenho, conforme previsto no artigo 40 da Resolução nº 200/1998, que têm como objetivo avaliar o exato cumprimento dos termos e condições estabelecidos na mencionada norma e demais condições legais pertinentes. Segundo esclarecimentos prestados à equipe da SFC, tal trabalho não estava sendo feito devido à falta de pessoal.

As situações identificadas na fiscalização demonstraram a necessidade de a SUFRAMA aprimorar os controles, haja vista que tais fragilidades poderiam influenciar negativamente no trabalho de controle dos projetos beneficiados com incentivos fiscais. Dessa forma, era necessária a adoção de medidas por parte da referida Entidade, visando a estruturar melhor a área responsável pela fiscalização e acompanhamento dos projetos, para que a avaliação seja procedida durante todo o período de funcionamento dos empreendimentos na ZFM.

Em 2001, apesar da exclusão, do orçamento, da ação “Controle de Projetos Beneficiados com Incentivos Fiscais”, o Controle Interno atuou no programa de forma a acompanhar os empreendimentos agroindustriais instaladas na ZFM e na Amazônia Ocidental, com vistas à avaliação anual dos indicadores sócio-econômicos de desenvolvimento regional e do atendimento aos compromissos assumidos pelas empresas beneficiadas com incentivos fiscais.

As constatações obtidas a partir do trabalho realizado no segmento de pequenas empresas industriais são as seguintes: a) distorção nas estatísticas da SUFRAMA, notadamente sobre produção, faturamento e emprego de mão-de-obra; e b) cumprimento, pela empresa, de forma meramente formalística e sem consistência de exigências impostas pela SUFRAMA, no caso de fornecimento de informações incorretas.

Quanto ao segmento agropecuário, os resultados dos projetos examinados evidenciam que os objetivos não foram plenamente atingidos, haja vista a ausência de produção e conseqüente falta de geração de emprego e renda na região após 14 e 25 anos de maturação. Esses resultados, se representativos do universo de projetos, por si só indicariam a necessidade de completa revisão da legislação específica.

No âmbito da gestão da SUFRAMA, nesses casos, o processo de análise de projetos mostrou-se frágil e a fiscalização insuficiente. Diante disso, a SFC solicitou à autarquia que apresentasse alternativas para a solução das deficiências estruturais evidenciadas, bem como informação atualizada das providências corretivas relativamente às situações apontadas.

Programa Metrologia e Qualidade Industrial

Em 2000, a ação “Controle Metrológico de Instrumento de Medição e de Produto”, pertencente ao Programa “Metrologia e Qualidade Industrial”, foi alvo de atuação da DEINC. Essa ação consiste na fiscalização dos instrumentos de medição, com o objetivo de verificar a sua adequação aos requisitos e normas técnicas pré-estabelecidos para sua confecção e uso. Tal fiscalização é executada, via de regra, pelos Institutos de Pesos e Medidas – IPEM, em cada estado, por delegação de competência do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO.

Naquele exercício, foram realizadas fiscalizações na Rede Nacional de Metrologia Legal – RNML com vistas a fornecer, ao MDIC, diagnóstico dos serviços de fiscalização metrológica em cada estado, da produtividade e do funcionamento da RNML, obter informações sobre o percentual real de cobertura, pela RNML, da demanda de balanças e bombas de combustível e verificar a forma de execução das atividades de fiscalização metrológica. Os resultados das fiscalizações evidenciaram a necessidade de se aprimorar o processo de delegação de competência (convênios), mediante o estabelecimento de metas para os IPEMs nos mesmos moldes do contrato de gestão, bem como de um maior conhecimento, por parte do INMETRO, dos custos operacionais de funcionamento dos agentes delegados, de modo a estabelecer nova forma de descentralização de recursos.

Por outro lado, foi verificado, ainda, que a sistemática de arrecadação, que perdura até os dias atuais, em que os IPEMs recebem os recursos e transferem para o INMETRO somente 15%, ficando com os 85% restantes, a nosso ver necessita ser revista uma vez que acaba causando alguns problemas, tais como: atrasos nas prestações de contas, não transferência dos recursos à Autarquia conforme pactuado no convênio, divergência nas

informações quanto a realização físico-financeira prestada à Diretoria de Metrologia Legal – DIMEL e à Diretoria de Administração Financeira – DIRAF.

Outro problema constatado foi a falta de um Cadastro Nacional (*on line*) de instrumentos de medir, a exemplo do sistema de arrecadação que a entidade estava implantando, considerando que, esse instrumento será extremamente importante no planejamento das ações da RNML, além de dar maior transparência ao universo de atuação do INMETRO.

Tais resultados foram encaminhados ao INMETRO para apresentação de esclarecimentos a respeito dos pontos levantados, bem como para pronunciar-se sobre as propostas que foram formuladas no sentido de aprimorar a atuação da RNML. Em resposta, a referida Autarquia encaminhou seu posicionamento em relação aos aspectos levantados pela SFC.

A SFC manteve seu posicionamento no sentido de que a entidade promova a realização de estudo de modo a permitir uma avaliação sobre a viabilidade de centralização da arrecadação e a consequente disponibilização de recursos conforme as metas e capacidade operacional de cada IPEM.

No tocante ao universo de instrumentos de medição, consideramos que um cadastro nacional de instrumentos fiscalizados por toda a RNML é essencial para a realização do planejamento e controle desses instrumentos, posto que a falta de padronização em nível nacional leva os IPEM a se utilizarem de diversas formas para armazenar os dados.

Em 2001, como parte do acompanhamento da referida ação, as Gerências Regionais de Controle Interno efetuaram o levantamento de informações nos IPEMs com o objetivo de constatar a existência de um cadastro dos estabelecimentos de balanças e bombas de combustível; os planos de fiscalização das bombas de combustível e das balanças, referentes aos exercícios de 2000 e 2001, inclusive os relativos às unidades descentralizadas, se fosse o caso; e a logística disponível para a realização das fiscalizações (veículos, número de fiscais, recursos para pagamento de diárias, passagens, combustíveis etc).

Pôde-se perceber que existe uma heterogeneidade na forma de trabalhar entre órgãos, motivada, possivelmente, pelas diferenças de estrutura existentes, pois, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País, os órgãos ali localizados não dispõem de condições suficientes para cumprir plenamente seus objetivos.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO (MET)

O Ministério do Esporte e Turismo teve uma dotação autorizada líquida, no exercício de 2002, de R\$ 775.177.716,00 (excluídos Pessoal e Dívida) distribuída em 17 programas, sendo que 4 desses programas foram objeto de ações de controle por parte da Secretaria Federal de Controle Interno na área de Esporte e Turismo, que correspondem a 52,2% da mencionada dotação. Os programas acompanhados na área do Esporte e Turismo foram: Esporte Solidário, Brasil Potência Esportiva, Turismo: A Indústria do Novo Milênio e do Programa Nacional de Municipalização do Turismo.

O Programa Esporte Solidário representa a proposta do MET para diminuir a situação de exclusão e risco social de crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 7 a 24 anos. Para atingir esse objetivo o Ministério utiliza-se da intensificação da prática esportiva em comunidades carentes. Constituído de 7 Ações, dentre as quais se destaca o projeto governamental de Implantação de Infra-estrutura Esportiva em Comunidades Carentes, com aporte de 86,5% no orçamento do Programa.

A Ação Implantação de Infra-estrutura Esportiva em Comunidades Carentes concretiza-se pela execução de projetos de construção, reforma, ampliação, modernização e adequação de quadras, ginásios e outros espaços esportivos, implementados por meio de contratos de repasse com as Prefeituras Municipais e Estados contemplados, sob responsabilidade de gerenciamento e operacionalização da Caixa Econômica Federal – CAIXA, como mandatária da União. Como parte da estratégia de controle, a abordagem inicial teve como foco aferir a atuação dos agentes responsáveis pelo gerenciamento da execução dos projetos e a verificação da eficácia e efetividade na conclusão dos empreendimentos de infra-estrutura esportiva nos Municípios beneficiados. Das 520 ações de controle descentralizadas em 2001 (457 fiscalizações e 63 auditorias) para verificação de 450 contratos de repasse, foram realizadas, no exercício de 2002, 57% das auditorias (36) e 73% das fiscalizações (333), representando 71% do total de ações demandadas.

Os resultados dos trabalhos quanto ao gerenciamento dos contratos de repasse pela CAIXA (matriz) destaca-se o baixo índice de execução da ação sob responsabilidade, revelado pela relação percentual entre as operações contratadas e os projetos concluídos, relativos ao período compreendido entre 1999 e 2002. Assim, a análise das informações gerenciais, produzidas pelo Órgão Operador, apresentou a não conclusão de 29% das operações do exercício de 1999 e de 39% do universo pertinente ao exercício de 2000; e do total de 1.245 operações contratadas do exercício de 2001, somente 12% apresentam situação de Obras Concluídas, e do exercício de 2002, 92% encontram-se em situação de Obras Não Iniciadas (posição de operações ativas em dezembro/2002).

Na avaliação dos procedimentos operacionais das Unidades Regionais/CAIXA observou-se constatações/falhas, tais como: - celebração de ajuste com previsão de cláusula suspensiva, não amparada pela legislação vigente à época das operações contratadas e não cumprimento dos prazos estabelecidos para entrega dos documentos pendentes, técnicos e/ou jurídicos, acarretando promoção sistemática de prorrogação de prazo/vigência ex officio (carta reversal), e conseqüente necessidade de ajuste das metas físicas, devido ao tempo decorrido entre o projeto e o início das obras; ausência de documentação probatória quanto ao método utilizado para avaliação dos custos, o que inviabiliza a validação das análises procedidas pelas empresas de engenharia credenciadas da CAIXA; inconsistências das informações presentes no cadastro do subsistema de convênios - SIAFI (não atualização das alterações de valores de contrapartida e de vigência; descrição do objeto de forma imprecisa); ausência de documentação e/ou de procedimentos necessários à análise de aprovação do plano de trabalho disciplinados na legislação de regência; inobservância à legislação vigente na fixação de percentuais da contrapartida; informações dos planos de trabalho dos projetos não apresentavam suficiência de conteúdo e adequação ao normativo vigente; manutenção de recursos na conta específica e/ou em fundo de aplicação financeira por prazos superiores às determinações normativas regentes.

Quanto à verificação da eficácia na execução dos projetos nos Municípios, após realizadas 72,9% das fiscalizações, tem-se como resultados parciais apenas 41% de contratos com objetos totalmente concluídos, 12% parcialmente concluídos, 29% em andamento e 16% de projetos não iniciados ou paralisados e 1,2% evidenciados como inexistentes, constatando-se situação de não conformidade na ordem de 58%, visto que revela a não conclusão de projetos com aporte no orçamento do exercício de 2000. No que se refere à avaliação dos Custos, 195 efetivaram-se dentro da média do mercado local e em 3,4% do universo examinado verificou-se distorção acima de 20% dos preços contratados em relação aos preços praticados na região pesquisada. A análise da legalidade realizada em 267 contratos resultou na constatação de 67% efetivados com observância aos ditames legais, 27% que apresentaram impropriedades formais, e em 6% observou-se irregularidades no processo licitatório ou nos pagamentos efetuados ou a incompatibilidade entre o previsto e o realizado.

Do universo dos projetos concluídos (137), evidenciou-se que 75% vêm sendo utilizados pela comunidade local, atendendo aos objetivos previstos, em 17% considerou-se objetivo parcialmente atendido, em razão de limitações à plena utilização pela comunidade dos equipamentos esportivos implantados, devido a instalações inadequadas e/ou a evidências de restrição no acesso da comunidade ao espaço construído, e 7% não atenderam à finalidade prevista, em razão de espaço esportivo não entregue à população (não inaugurado) ou disponibilizado à comunidade com ausência de itens essenciais às práticas esportivas.

Encontram-se concluídas as ações de controle liberadas às seguintes unidades da federação: Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins que representam 39% do total de ações demandadas. Os resultados dos trabalhos nesses Estados quanto à eficácia (conclusão do Objeto), que totalizam 178 contratos de repasse fiscalizados, demonstraram que dos 69 com objeto concluído, 77% apresentam avaliação de objetivo plenamente atendido e 23% revelam atendimento parcial ou não atendimento às finalidades previstas. E dos 109 contratos de repasse, sobre os quais se evidenciou a não conclusão do objeto contratado, 67% encontram-se na situação de parcialmente concluídos ou em andamento e 33% apresentam a situação de não iniciados ou de projetos paralisados ou verificados como inexistentes. Cumpre informar que das fiscalizações realizadas, 2% (seis relatórios) apresentaram indicativo de Tomada de Contas Especial, com valor potencial de ressarcimento ao Erário no montante de R\$ 253.431,41 (duzentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta e um centavos).

O Programa Brasil Potência Esportiva tem como objetivo melhorar o desempenho dos atletas brasileiros de rendimento em competições internacionais e promover a imagem do País no exterior. No apoio ao esporte de rendimento brasileiro, dentre as 11 Ações destacam-se os Projetos Governamentais Modernização de Centro Científico e Tecnológico para o Esporte e Participação de Delegação Brasileira em Competições Nacionais e Internacionais de Rendimento, que representam 45,88% e 19,41%, respectivamente, do orçamento consignado ao Programa. A estratégia de controle inicial adotou a avaliação sistemática da Ação Participação de Delegação

Brasileira em Competições Nacionais e Internacionais de Rendimento, posto que implementada por aplicação direta pelo MET.

A Ação Participação de Delegação Brasileira em Competições Nacionais e Internacionais de Rendimento realiza-se por meio de convênios com as entidades nacionais de administração do desporto, as quais utilizam os recursos na aquisição de passagens aéreas, locomoção, estadia e compra de equipamentos esportivos de alta tecnologia, com a finalidade de assegurar a participação de atletas brasileiros nas competições esportivas internacionais, no país e no exterior. Desse modo, a abordagem definida consiste na realização de auditorias no Órgão Gestor e nas entidades nacionais de administração do desporto beneficiadas para verificação dos aspectos materiais e formais dos procedimentos operacionais utilizados na viabilização dos projetos no âmbito do MET, e na avaliação dos resultados propostos pela Ação, assim como de fiscalização realizada em tempo real à consecução de eventos/competições internacionais promovidos no país.

Os trabalhos de fiscalização demandados e concluídos no exercício de 2002, visaram aferir a efetiva realização/organização dos eventos pelas entidades nacionais do desporto beneficiadas, a infra-estrutura disponibilizada às equipes previstas no projeto aprovado, a efetiva participação de delegação brasileira e o atendimento dos objetivos propostos. A execução dos 2 (dois) projetos deram-se na forma prevista, considerando o alcance da finalidade pretendida (objeto e objetivo atendidos), porém os resultados pontuais evidenciaram ausência de delegação estrangeira; alterações de metas com redução de gastos com hospedagem e alimentação; e discreta repercussão de evento revelada pela frequência de público e cobertura da mídia.

Procedeu-se Auditoria de Acompanhamento na Secretaria Nacional de Esporte - SNE; com a aplicação de procedimentos de avaliação da gestão operacional e na análise processual dos convênios firmados em 2001 e 2002, trabalho que apontou falhas e fragilidade das Áreas objeto do exame, quais sejam: alteração de plano de trabalho em desacordo com o disposto no art. 15 da IN/STN n.º 1/97; aprovação de projeto sem observância aos critérios técnicos estabelecidos em normativo interno, devido à ingerência superior do Ministério; aprovação de projeto com contrapartida inferior a prevista em Manual interno; transferência dos recursos extemporaneamente à realização do evento (durante ou após o período estabelecido para as competições); parecer da área jurídica posterior à data de assinatura dos convênios; não utilização dos critérios estabelecidos para a seleção dos eventos a serem apoiados; pendências na comprovação do cumprimento dos objetos pactuados na prestação de contas; aprovação de despesa (inelegível) em inobservância à conformidade legal (§ 2º do artigo 9º da IN/STN n.º 01/97); pendências na área de Prestação de Contas (ausência de comprovação e aprovação das contas); e ausência de mecanismos de monitoramento dos resultados operacionais. As disfunções verificadas foram encaminhadas à unidade auditada para a adoção de providências saneadoras.

No prosseguimento da estratégia adotada, procedeu-se a descentralização de 59 ações de controle a serem realizadas nas Confederações de Desporto, dentre as quais 4 (quatro) encontram-se concluídas, situadas no estado do Rio de Janeiro. Os resultados pontuais - do exame aos procedimentos formais realizados para execução dos projetos beneficiados - indicam regularidade na aplicação dos recursos públicos, considerando que não se evidenciou fatos relevantes ou ressalvas que comprometessem a gestão das entidades auditadas, com exceção de constatação de pendência na devolução de recursos, relativamente a 1 (um) convênio, em virtude do não cumprimento da proporcionalidade de participação expressa no instrumento.

O Programa Turismo: A Indústria do Novo Milênio, cujo objetivo consiste em aumentar o fluxo, a taxa de permanência e o consumo diário do turista no País, compõe-se de 14 ações, sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur, dentre as quais selecionou-se para acompanhamento a Ação Campanha para promoção do turismo interno, com vistas a dar continuidade aos trabalhos iniciados em 2001. A referenciada Ação visa difundir novos pontos e produtos turísticos, destacando suas potencialidades e diversificando os fluxos entre os Estados. Com esta política pública, o governo brasileiro pretende beneficiar as regiões de menor nível de desenvolvimento, bem como conscientizar a sociedade da importância do turismo interno como fator relevante na atividade econômica, por meio de ações promocionais, campanhas publicitárias e participações em feiras e eventos turísticos. Para operacionalizar esta Ação, o Embratur contrata agências de propaganda, as quais, em conjunto com o Instituto e a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, preparam os Planos Anuais de Comunicação e os Planos de Mídia.

Na Auditoria de Avaliação da Gestão de 2001, encaminhado ao Tribunal de Contas da União, as inconsistências verificadas em auditorias e levantamentos anteriores foram objeto de monitoramento na sede da entidade em Brasília, notadamente, quanto a falhas na distribuição e guarda indevida de material promocional. Em complementação ao plano operacional estabelecido em 2001 foram descentralizados em dezembro de 2002 22 (vinte

e duas) ações de controle, com o objetivo de aferir o recebimento e distribuição do material promocional nos estados e o atingimento dos objetivos da Ação.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo–PNMT objetiva fomentar o desenvolvimento turístico sustentável dos Municípios, com base no crescimento econômico, social, ambiental, cultural e político. No cumprimento da missão, o MET, por meio do Instituto Brasileiro de Turismo–Embratur, procura conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, da melhoria da qualidade de vida e da preservação de seu patrimônio natural e cultural. O PNMT é composto por 8 Ações, dentre as quais a Promoção do Turismo Sustentável Local em Municípios e a Implantação de Centros de Formação para o Turismo (Liceu de Artes e Ofícios para o Turismo) foram selecionadas como objeto de ação de controle no exercício de 2002.

A Ação Promoção do Turismo Sustentável Local em Municípios consiste em divulgar e descentralizar as atividades do Programa, motivando os diversos segmentos da sociedade organizada e dos municípios brasileiros com potencial turístico a participarem da formulação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo Municipal, bem como para geração de emprego e renda duradouros na área do turismo. Inicialmente, o Programa, em sua forma originária, não consignava repasse de recursos a outras esferas de governo. A partir do exercício de 2000, a presente ação foi beneficiada com emendas parlamentares ao Orçamento, adicionando objetivos diversos de sua operacionalização, como por exemplo implantação de infra-estrutura turística e construção de rodovias. Diante da alteração em sua forma de operacionalização, ocorrida com a contratação da CAIXA para o gerenciamento dos recursos oriundos de emendas, a estratégia adotada pela SFC foi examinar o planejamento e acompanhamento da ação por parte do Embratur, o desempenho do contrato celebrado com a CAIXA e a execução dos recursos originalmente solicitados via proposta orçamentária.

Nessa linha, o Relatório de Auditoria que integrou a Prestação de Contas de 2001 da unidade gestora 187003 - CAIXA/Embratur, encaminhado ao Tribunal de Contas, apontou diversas irregularidades e inconsistências nos controles internos dentre as quais destacam-se: a) intempestividade no cadastramento dos Contratos de Repasse no SIAFI; b) inexistência de documentação comprobatória da legitimidade do conveniente; c) ausência de informações que configurem a aptidão do conveniente quanto às diretrizes estabelecidas pelo Embratur. O Instituto foi cientificado dessas impropriedades para adoção de providências saneadoras, como também para subsidiar a avaliação de desempenho da contratada – CAIXA.

Após avaliação preliminar sobre as características dos objetos beneficiados com os recursos originalmente solicitados para a referida Ação, foram emitidos 06 (seis) pedidos de ação de controle para verificar o cumprimento do objeto e atendimento aos objetivos. Os resultados serão encaminhados ao Embratur com a finalidade de subsidiar as decisões relativas ao gerenciamento dos recursos e adoção de medidas corretivas.

A Ação Implantação de Centros de Formação para o Turismo (Liceu de Artes e Ofícios para o Turismo) tem como objetivo o aperfeiçoamento e elaboração de artesanato voltado ao consumo turístico, a capacitação direta de pessoas atuantes na atividade turística e a criação de oficinas de ofícios. A estratégia adotada foi o levantamento de situação com vistas a conhecer as principais características dessa ação governamental e verificar a efetiva aplicação dos recursos nos exercícios de 2000 a 2002. O produto desse levantamento e do exame documental foi consubstanciado em Nota de Auditoria dirigida ao Embratur, onde foram solicitados esclarecimentos acerca de desvio de finalidade dos recursos, como também foi solicitada a apresentação de análise no respeitante às demais ações contidas no Programa, para se poder compreender como a Autarquia avalia ou avaliou o progresso ou o alcance do objeto da ação governamental sob aspecto de seu conjunto, ou seja, a efetividade das ações do Programa. A análise dos esclarecimentos e justificativas apresentadas pelo gestor comporá o Relatório de auditoria de Avaliação de Gestão - 2002.

Foram desenvolvidas, ainda, no âmbito do Ministério do Esporte e Turismo, ações de controle relativas à verificação de 46 denúncias, 34 já foram concluídas e as respectivas constatações repassadas aos gestores para a implementação de providências.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA)

A Secretaria Federal de Controle Interno, no exercício de 2002, concentrou seus esforços de forma a incrementar os processos sistemáticos de acompanhamento dos Programas de Governo, afetos ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, além de atender as demandas obrigatórias sob sua responsabilidade.

Essas ações resultaram na implementação de controle sistemático em onze Programas, dos vinte e um Programas finalísticos executados pelo MMA, e, ainda, na realização de ações assistemáticas em outros quatro. Assim, buscou-se uma melhoria quantitativa e qualitativa das ações realizadas, de modo a se garantir um controle mais seguro da execução dos programas.

O Programa FLORESTAS SUSTENTÁVEIS tem por objetivo promover o uso sustentável dos recursos florestais, conciliando a exploração com a necessidade de conservação. É executado por meio de nove Ações, sendo que uma – o “Controle da Comercialização e do Transporte de Produtos Florestais”, já é objeto do controle sistemático, em função de sua importância na fase atual de execução do Programa, sob a ótica da SFC.

Nesse sentido, a atuação desta Secretaria pautou-se, inicialmente, na análise do fluxo de autorizações de transporte de produtos florestais, identificando elementos existentes na requisição, liberação e fiscalização dessas Autorizações junto à Unidade que, na Administração Central do Instituto, responde pela coordenação, supervisão e monitoramento da atividade. A partir deste aspecto geral, o Controle Interno desenvolveu uma ação junto à Gerência Executiva do IBAMA em Santarém/PA, com o objetivo de verificar a sua atuação sobre a atividade. Ressalta-se que as atividades de competência da Sede da Autarquia, sob essa ação, já haviam sido objeto de análise da SFC, ocasião em que foram verificadas falhas de natureza gerencial e operacional, destacando-se a falta de controle das ações desenvolvidas pelas gerências. Na Gerência Executiva os principais problemas encontrados foram falta de pessoal qualificado para fiscalizações em planos de manejo; falta de pessoal para o trabalho de liberação das autorizações; e deficiência no controle dos estoques no pátio das empresas e das prestações de contas a serem apresentadas por estas.

Os problemas assinalados foram tratados através de Relatórios e encaminhados ao IBAMA. A partir dos resultados obtidos nos trabalhos efetuados na Gerência Executiva do IBAMA, em Santarém/PA, a SFC planejou novas ações de controle para acompanhamento do novo Sistema de Monitoramento Ambiental, pelo qual estão sendo alterados os mecanismos de autorização e monitoramento da exploração de produtos florestais existentes. Foram descentralizadas 14 fiscalizações para as Gerências Executivas nos estados situados no arco do desflorestamento (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Juína/MT, Sinop/MT, Marabá/PA, Santarém/PA e Ji-Paraná/RO) com intuito de se avaliar o estágio de implementação da nova sistemática, com ênfase na aprovação, controle e fiscalização dos planos de manejo e das autorizações de transporte de produtos florestais, fundamentais para o alcance do objetivo dessa ação de governo.

O Programa RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS tem por objetivo promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação. É executado por meio de sete Ações, sendo que duas - a Fiscalização do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros e a Fomento a Projetos de Uso dos Recursos Pesqueiros - estão sendo objeto de controle sistemático, em função de suas importâncias em relação às demais, na fase atual de execução do Programa. A Ação Fiscalização do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros, de importância vital para a consecução dos objetivos do Programa, tem como órgão responsável o IBAMA.

A atuação da SFC centrou-se, quando do início do acompanhamento do Programa no exercício de 2000, na identificação dos elementos existentes de planejamento, orientação, execução, registro e controle da fiscalização junto à Unidade que, na Administração Central do Instituto, responde por aquelas responsabilidades para, a partir deles, verificar em que medida as atividades realizadas em campo guardavam consonância com o quadro desejado. Para a verificação de efetividade desenvolveram-se ações de controle junto a uma Gerência Executiva estadual, escolhida dentre as apontadas pela referida Unidade Central como das mais equipadas, organizadas e bem sucedidas no exercício da atividade fiscalizatória. Admitiu-se, neste caso, que os problemas identificados nesta Gerência Estadual deveriam, em geral, repetir-se, e provavelmente com maior intensidade, em toda a estrutura da Organização. Os principais problemas verificados foram insuficiência de recursos humanos, logísticos e financeiros; deficiências no planejamento das ações, tanto na Unidade Central quanto nas gerências executivas estaduais; fragilidade no gerenciamento das ações; precariedade nos controles internos; descontinuidade das ações; baixa efetividade dos resultados produzidos pela aplicação dos instrumentos punitivos, multas e

apreensões; indefinição de rotinas e inexistência de manuais relativos à atividade; ausência de rotina de repasse de dados entre o Departamento de Pesca e Aquicultura do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (DPA/MAPA) e o IBAMA; e não repasse de recursos financeiros oriundos do Registro Geral da Pesca (MA) para o IBAMA.

Os problemas assinalados foram tratados junto à Administração Superior do IBAMA e, reconhecida a pertinência das constatações e acatadas as recomendações do Controle, desdobraram-se as seguintes providências: constituição de grupo de trabalho para compilar e disponibilizar toda a legislação pesqueira em vigor; mobilização de esforços visando ao incremento do orçamento para a Ação de fiscalização das atividades de pesca e estatística pesqueira; determinação, por parte da Diretoria de Proteção Ambiental, do IBAMA, de que fosse elaborado o Manual de Fiscalização; determinação de que fossem ampliados os esforços para estabelecimento de parcerias com outros órgãos, tais como polícias florestais, capitânias de porto sem apoio às ações de fiscalização; determinação para que sejam elaborados o Plano de Implementação e Operação dos Núcleos de Fiscalização da Pesca Marítima, bem como um Programa Nacional de Fiscalização da Atividade Pesqueira; reiteração das gestões junto ao Departamento de Pesca e Aquicultura/MA com o objetivo de integrar as ações do governo relacionadas à atividade de pesca; e instituição, mediante a Portaria nº 128/N/2001, de 01.10.01, do Grupo Permanente de Trabalho de Acompanhamento das Ações de Fiscalização dos Recursos Pesqueiros, com a finalidade de fortalecer as ações do IBAMA nessa área. A maioria dessas providências, contidas no âmbito do próprio IBAMA, estão em andamento, mas prejudicadas pelo contingenciamento, neste exercício, da quase totalidade dos recursos destinados a esta ação e pela não realização de repasse do DPA/MAPA para o IBAMA da receita originária do Registro Geral da Pesca.

Está em andamento ação de controle com o objetivo de se confrontar dados relativos ao volume de pesca exportado, relativamente à lagosta, constantes do Sistema de Análise das Informações de comércio Exterior – ALICE, o qual tem por base informações extraídas do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, com os estoques declarados ao IBAMA pelas empresas exportadoras de pescados no período de defeso dessa espécie, bem como verificar o estágio de implementação das recomendações do Controle Interno nas Gerências Executivas do IBAMA.

O Programa QUALIDADE AMBIENTAL - PQA está inserido na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, gerenciado pela Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos (SQA). O objetivo do Programa é promover a melhoria da qualidade do meio ambiente a partir do aprimoramento dos instrumentos de gestão ambiental e do processo de controle ambiental. A estratégia gerencial do Programa utiliza instrumentos voluntários de controle ambiental, de articulação institucional e de comunicação ambiental, visando a fortalecer a gestão ambiental e o processo de formulação de políticas públicas de descentralização de execução e de fomento a ações de parcerias. O Programa se justifica pelo fato de aproximadamente 70% da população brasileira habitar regiões urbanas, vivendo em ambientes não naturais. Conforme a Lei Orçamentária Anual de 2002, o Programa é constituído de 22 ações dentre as quais destacam-se a Implantação de Sistema de Resposta e Controle de Acidentes com Derrame de Óleo, a Implantação de Sistema de Informações Ambientais Georreferenciadas, a Fiscalização da Poluição e da Degradação Ambiental, o Licenciamento Ambiental, Fomento a Projetos de Preservação Ambiental e a Recuperação de Danos Causados pela Indústria do Petróleo, Controle de Agrotóxicos, o Desenvolvimento de Tecnologia Ambiental Alternativa e o Fomento a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente – PNMA II.

Desenvolveu-se nesse Programa uma auditoria de natureza operacional denominada Auditoria de Avaliação de Programa, que buscou apurar em que medida as ações implementadas lograram produzir os efeitos pretendidos pela administração.

Nesse trabalho foram priorizadas algumas ações como a Implantação de Sistema de Resposta e Controle de Acidentes com Derrame de Óleo, Fomento a Projetos de Preservação Ambiental e a Recuperação de Danos Causados pela Indústria do Petróleo, a Fiscalização da Poluição e da Degradação Ambiental e o Licenciamento Ambiental. Essa priorização foi consequência dos recentes vazamentos de óleo da atividade petrolífera e do considerável volume de recursos envolvidos nessas ações em relação ao Programa. Esses acidentes causaram danos consideráveis ao meio ambiente, tendo sido amplamente divulgados pela imprensa e repudiados pela sociedade civil em geral.

Dentre as constatações observadas no desenvolver dessa auditoria, podem ser destacadas deficiências em coordenação, supervisão e avaliação; na padronização de procedimentos; na organização e na atualização de banco de dados, na confecção de planejamentos anuais de trabalho e de relatórios de acompanhamento e de execução de ações.

As recomendações à Unidade se referem a melhorar o detalhamento do planejamento, a implementar padrões de atuação para garantir a qualidade do trabalho e facilitar a coordenação, supervisão e

avaliação, a criação de banco de dados com conteúdo mais consistente e aperfeiçoar relatórios de acompanhamento de ações para torná-los mais adequados, de modo a direcionar as ações preventivas e corretivas.

Ainda no âmbito do Programa QUALIDADE AMBIENTAL, foi realizada, no primeiro semestre de 2002, auditoria no Contrato de Empréstimo BIRD nº 4524-BR, que financia a implantação da ação Fomento a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente – PNMA II, tendo sido detectadas falhas formais, que não comprometeram a execução dessa ação.

O Programa TURISMO VERDE compõe-se de 04 (quatro) ações. Esta Secretaria está realizando o acompanhamento sistemático da ação 3037 - “Implantação de Infra-Estrutura nos Polos de Ecoturismo na Amazônia”, uma vez que esta faz parte da fase de pré-investimentos. A ação está sendo acompanhada por unidade da federação, considerando as características administrativas específicas de cada estado que compõe a Amazônia Legal. Durante os exercícios de 2001 e 2002 foram realizadas fiscalizações em 100% dos convênios celebrados com os Governos dos Estados da Amazônia Legal. Os resultados demonstraram que a Ação em questão vem sendo desenvolvida de forma satisfatória. As falhas encontradas foram comunicadas à UG responsável para as providências necessárias. Esses dados foram incluídos na Auditoria Anual do Contrato BID – 1216/OC-BR, que se constitui na fonte de recursos da Ação em pauta.

O Programa AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL é composto de 09 (nove) ações que objetivam promover o desenvolvimento da Amazônia mediante o uso sustentável de seus recursos naturais. A SFC está acompanhando sistematicamente a ação 3026 – “Proteção às Florestas Tropicais da Amazônia”, cuja responsabilidade técnica e implementação está a cargo da Secretaria de Coordenação da Amazônia do MMA. O acompanhamento está sendo efetuado por região/bioma de atuação do programa, ou seja, Amazônia e Mata Atlântica. Durante o exercício de 2002 foi realizada fiscalização-piloto objetivando testar um pedido de fiscalização. Estrategicamente, optou-se por acompanhar a ação nos biomas alvo dos projetos demonstrativos, amazônia e mata atlântica. Para tanto, a SFC iniciou 42 (quarenta e duas) fiscalizações, correspondendo a cinquenta por cento dos projetos vigentes, escolhidos aleatoriamente.

Com relação à Ação 2955 – “Fomento a Projetos de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia”, cuja implementação está a cargo do Fundo Nacional do Meio Ambiente, esta Secretaria realizou a fiscalização de 08 convênios (recursos do OGU de 2001). Os resultados das fiscalizações foram enviados ao FNMA e as providências acompanhadas por esta Secretaria com vistas à correção das impropriedades detectadas. Quanto aos recursos de 2002, foram descentralizadas 41 (quarenta e uma) fiscalizações, correspondendo a 100% dos recursos disponibilizados até outubro (época da liberação dos pedidos de fiscalização). Os trabalhos estão em fase de planejamento pelas Unidades Regionais de Controle Interno.

O Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, em sintonia com as respectivas Secretarias finalísticas do MMA, executa um conjunto de ações de fomento, que têm por objetivo apoiar iniciativas que visem ao uso racional dos recursos naturais. Durante os exercícios de 2001 e 2002 a SFC realizou fiscalizações relativas aos Programas/Ações executadas pelo FNMA, quais sejam: Brasil Joga Limpo (09 convênios), Biovida (06 convênios), Educação Ambiental (08 convênios), Florestar (08 convênios), Parques do Brasil (10 convênios), Qualidade Ambiental (06 convênios). Os relatórios de fiscalização foram enviados ao FNMA, UG concedente dos recursos, com vistas às providências necessárias à correção das impropriedades verificadas e, em alguns casos, redirecionamento das atividades. Os resultados de tais providências foram acompanhados por esta Secretaria no presente exercício. Os recursos para financiamento das Ações executadas pelo FNMA são oriundos do Contrato de Empréstimo BID n.º 1013/SF-BR, o qual foi auditado em três oportunidades durante o exercício de 2002 (01 auditoria anual e 02 revisões ex-post semestrais). Tais auditorias concluíram que não foram encontrados fatos que comprometessem a gestão dos recursos em questão.

O Programa PANTANAL, cuja gerência e execução são de responsabilidade da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, do Ministério do Meio Ambiente – SQA/MMA, tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável de toda a Bacia do Alto Paraguai (BAP), uma área 361.666 km², por meio do gerenciamento dos recursos naturais locais e de incentivo a atividades econômicas compatíveis com aquele ecossistema, a fim de propiciar à população da região melhores condições de vida.

Em 2002 foi realizada auditoria no processo licitatório da Concorrência Pública Internacional nº 001/01, cujo objeto era a contratação de empresa gerenciadora de apoio à Coordenação Geral do Programa PANTANAL. Nessa ocasião foram verificadas diversas fragilidades que, na opinião da equipe de auditoria, comprometeram a lisura do processo, quais sejam: direcionamento do edital, na fase de pré-qualificação; pontuação de item, na fase de propostas, que não seria utilizado pela empresa contratada, quesito de pontuação tornado ineficaz, na fase de julgamento das propostas; impossibilidade de contratação concomitante da empresa

gerenciadora e dos projetos do PNUD; coincidência de notas em todos os quesitos avaliados pela comissão especial de licitação; inobservância do princípio da segregação de funções; e subjetividade dos critérios de julgamento, na fase de propostas. O relatório da referida auditoria foi encaminhado à Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, para as providências pertinentes. Segundo informações prestadas pelo Gestor, a mencionada Concorrência Pública Internacional foi revogada.

O programa PROBEM DA AMAZÔNIA, cujo objetivo é o de contribuir para o desenvolvimento da bioindústria no país e, em especial, na região, vem sendo acompanhando sistematicamente por esta Secretaria desde 2000. Foram selecionadas duas das três ações previstas para serem acompanhadas, quais sejam: “Implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)” e “Implementação de Projetos para o Uso Sustentável da Biodiversidade na Amazônia”.

A ação “Implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia”, que destina-se à construção do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), em Manaus (AM), é de responsabilidade da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Em maio de 2002, esta Secretaria emitiu Nota Técnica, que trata dos acontecimentos relacionados à construção do CBA, tendo sido encaminhada ao Ministério do Meio Ambiente, à Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), aos Assessores Especiais de Controle Interno no MMA e no MDIC, e ao Tribunal de Contas da União. A referida nota sugere ao MMA e à SUFRAMA “extrema cautela na tomada de decisão quanto à operacionalização e personalidade jurídica do Centro, já que a forma de condução até então adotada tem comprometido não só a execução da obra, mas também a implementação do próprio programa”. De acordo com o Gestor, as obras de construção do referido Centro encerraram-se no segundo semestre de 2002, todavia o mesmo só deverá entrar em operação depois que alguns pontos forem definidos, tais como aquisição de equipamentos, contratação de pessoal, e definição da personalidade jurídica do mesmo.

A outra ação mencionada, “Implementação de projetos para o uso sustentável da biodiversidade na Amazônia”, dá suporte aos contratos de gestão celebrados entre a União e a Associação Brasileira para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Bioamazônia), sociedade sem fins lucrativos qualificada como Organização Social para colaborar com a implementação do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Amazônia – PROBEM/Amazônia. Na auditoria de gestão, exercício de 2001, foram detectadas impropriedades, dentre as quais destacamos: a) MMA não constituiu a Comissão de Acompanhamento e Avaliação no prazo previsto no segundo Contrato de Gestão, formalizado em 14.11.2001; b) cronograma de execução atrasado; e, c) inexistência de padrões de desempenho para análise de eficácia, eficiência e efetividade da atuação da organização. A vigência do segundo Contrato de Gestão encerrou-se em 11.06.2002, não tendo sido formalizado termo aditivo a esse contrato, nem tampouco formalizado novo contrato.

O Programa PROÁGUA GESTÃO tem como objetivo garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade, com a promoção de seu uso racional, visando impedir que sua escassez relativa impeça o desenvolvimento sustentável.

Sua implementação está sendo realizada por meio de 5 (cinco) ações governamentais. Dentre essas, foi objeto de acompanhamento em 2002, através de Auditoria Contábil e Operacional, a ação “Estudos para Disponibilização de Água Bruta no Semi-Árido”, por aportar recursos do acordo de empréstimo 4310-BR do Banco Mundial e por possuir grande capacidade de impacto social na região semi-árida do Nordeste brasileiro.

Entre as constatações podemos destacar: deficiências na estrutura de gerenciamento do Projeto; não operacionalização do Sistema de Informações do Proágua/Semi-árido – SIP; baixa efetividade no acompanhamento físico-financeiro das atividades desenvolvidas pelas unidades executoras com impossibilidade de verificação da execução das metas, resultados da não definição de produtos físicos no Plano Operativo Anual e não implementação de metodologia de acompanhamento; atraso na comprovação dos adiantamentos de recursos recebidos, provocando paralisação do projeto; utilização de bens móveis e equipamentos em atividades diversas da finalidade do Projeto; impropriedades na contratação de profissionais; irregularidades nos processos licitatórios; e indicadores de desempenho não padronizados, dificultando a constatação de atingimento das metas pactuadas pelo projeto. Destaca-se, que a Agência Nacional de Águas vem tomando providências com vistas a implementação de medidas saneadoras dos problemas apontados.

O Programa DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS, sob a responsabilidade da Agência Nacional de Águas – ANA, tem como objetivo reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias hidrográfica drenantes de áreas com maior densidade urbana e industrial do país. É dividido em quatro ações governamentais, das quais está sendo objeto de acompanhamento a Ação “Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas”

(2905), que possui, como nome fantasia, o mesmo nome do Programa: PRODES, onde foi realizada uma Auditoria Operacional.

Na análise do programa, chamou a atenção a forma inovadora de execução orçamentária e financeira introduzida no PRODES, que priorizou os resultados da operação da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, em detrimento da implantação do empreendimento em si.

Um aspecto, objeto de recomendação da SFC, que deve ser observado pela Agência Nacional de Águas é a definição de critérios anteriormente à habilitação das ETE, sendo que deverão ser critérios objetivos e necessariamente coerentes com o Plano Nacional de Recursos Hídricos (quando houver).

Dado o papel que os comitês da bacia hidrográfica desempenham na implementação deste programa, em especial na etapa de priorização de empreendimentos, e já que não há, ainda, nenhuma ETE em operação, está em fase de planejamento uma atuação da Secretaria Federal de controle nessas entidades colegiadas.

A atuação do Controle Interno sobre os projetos denominados SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA iniciou-se no exercício de 2001. Nesse sentido, foram realizadas vistorias “in loco” com o objetivo de avaliar a execução desses projetos nas localidades contempladas, tendo em vista sua importância para as populações beneficiadas.

Referidos projetos são geridos pela Secretaria de Recursos Hídricos com recursos orçamentários oriundos de 04 Ações Governamentais pertencentes a dois Programas de Governo: Proágua Gestão e Águas do Brasil. As ações contempladas são Despoluição de Bacias Hidrográficas, Fomento a Projetos de Manejo e Conservação de Recursos Hídricos, relativas ao Proágua Gestão e, Desenvolvimento de Recursos Hídricos, Projetos para Minimização dos Impactos da Seca e Combate à Desertificação, concernentes ao Programa Águas do Brasil.

Para o acompanhamento desses projetos, construiu-se uma amostra aleatória sobre o universo de 95 convênios celebrados no curso do exercício de 2000 e que tiveram execução em 2001, envolvendo recursos na ordem R\$ 6,7 milhões. O nível de confiança adotado foi de 95% e erro menor que 5%, sendo os extratos significantes também por Ação de Governo e por Estado beneficiado. Foram selecionados 57 projetos, sendo que desses, 52 convênios serviram de base para inferir que em 15,4% dos casos (valor mais provável de um intervalo de confiança que varia de 8,7% a 22,0% para efeito de inferência) os objetos custeados pelo convênio inexistem. Somando-se essa estimativa àquela cujas obras foram parcialmente executadas (34,6%, com intervalo de 25,8% a 43,4%), chega-se a 50% do total dos convênios. Tal situação demonstra a fragilidade dos mecanismos de acompanhamento e controle operados pela Unidade Gestora.

As situações encontradas foram, em cada caso, levadas ao conhecimento do Gestor, solicitando-se os esclarecimentos e providências corretivas penitentes. Os resultados desse trabalho finalizado em 2002, incluindo o tratamento estatístico dos dados, foram inseridos no Relatório de Auditoria de Avaliação de Gestão da Unidade. O responsável pela SRH está tomando as providências visando o ressarcimento ao Erário, nos casos necessários e, também, está realizando inspeção nos convênios de sua competência, com remessa de todos os relatórios a esta SFC.

O Programa BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENÉTICOS -BIOVIDA tem por objetivo promover o conhecimento, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização. É executado por meio de dezessete Ações. A ação “Fomento a projetos de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica – PROBIO”, teve seu acompanhamento sistemático iniciado neste exercício. Essa ação é financiada pelo Contrato de Doação administrado pelo BIRD, nº TF 28309, o qual foi objeto de Auditoria Contábil pela SFC, sendo que as falhas verificadas não comprometeram a execução do projeto. Além desse trabalho, encontram-se em andamento 41 (quarenta e uma) fiscalizações nos projetos para os quais já haviam sido liberados recursos à época do início dos trabalhos.

Cabe, também, destacar a realização de auditorias contábeis em outros seis projetos financiados por doação ou empréstimo com organismos internacionais e em vinte e quatro Projetos de Cooperação Técnica, cujos resultados foram levados ao conhecimento dos respectivos gestores para as providências pertinentes.

Por fim, releva informar que os trabalhos anteriormente citados possibilitaram uma avaliação mais consistente das atividades finalísticas das Unidades, no âmbito do MMA, agregando valor às auditorias de avaliação de gestão, que tiveram seus respectivos relatórios encaminhados ao Tribunal de Contas da União e aos responsáveis pelas seguintes Unidades: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, Secretaria de Qualidade

ambiental nos Assentamentos Humanos, Secretaria de Coordenação da Amazônia, Fundo Nacional do Meio Ambiente e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)

O Plano Nacional de Qualificação Profissional – Planfor, previsto no PPA como Programa de Qualificação Profissional (0101), consiste no desenvolvimento de ações de educação profissional visando amenizar a deficiência na educação básica do trabalhador que se constitui em limitador à adequada adaptação da força de trabalho brasileira às novas demandas decorrentes das mudanças no setor produtivo. Nesse intuito, as ações do programa estão voltadas ao aumento da possibilidade de obtenção de trabalho, à geração ou elevação de renda, à ampliação da permanência no mercado de trabalho, e à elevação da produtividade, competitividade e renda. Dessa forma, o Ministério do Trabalho e Emprego espera reduzir os níveis de desemprego e subemprego e os riscos de demissão e as taxas de rotatividade.

No início do exercício de 2002, foi realizada auditoria de avaliação de gestão no Departamento de Qualificação Profissional da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – DEQP/SPPE/MTE, relativo ao exercício de 2001, tendo sido verificadas, dentre outras, as seguintes constatações: alimentação intempestiva e incompleta de dados dos cursos de qualificação profissional no SIGAE, por parte das entidades executoras; metas previstas pelo Gestor do Planfor aquém das realizadas; reincidência de falhas, impropriedades/irregularidades de gestões anteriores; e não atendimento às recomendações propostas por esta SFC, por meio das Notas Técnicas no que se refere às fiscalizações realizadas, referente ao exercício de 1999;

Com referência a esta última constatação, releva acrescentar que as Notas Técnicas advêm dos resultados consolidados das 12.192 fiscalizações realizadas nos PEQs, iniciadas em 1999 e concluídas em 2001. As principais recomendações do Controle Interno ao MTE foram no sentido de adotar medidas de aprimoramento dos mecanismos de controle e providências de aprofundamento das investigações e apuração das responsabilidades, tendo em vista que o trabalho foi realizado com base em amostra e as inferências estatísticas indicaram a possibilidade de ocorrência das mesmas irregularidades/impropriedades para o universo das turmas informadas.

Os trabalhos realizados pela SFC ensejaram que o MTE adotasse medidas para o aperfeiçoamento do Programa, relacionadas com o planejamento, a execução e o monitoramento das ações de qualificação profissional. Dentre as principais medidas adotadas pelo Ministério destacam-se: aprimoramento do Sistema SIGAE; instauração de Tomadas de Contas Especiais; não aprovação das prestação de contas, em alguns estados com indicativos de irregularidades; e reestruturação das competências das Comissões Estaduais de Emprego.

Ainda em 2002, em razão da existência de denúncia relacionada à malversação de recursos do FAT, por uma central Sindical decidiu-se iniciar ações de controle nos Parceiros. A auditoria realizada apresentou, dentre outros os seguintes resultados: não observação da legislação vigente para as contratações; existência de pagamentos antecipados; execução parcial do objeto conveniado; utilização do nome da mesma pessoa mais de uma vez para um mesmo curso no sistema SIGAE e na lista de frequência correspondente.

A partir destas e outras constatações fez-se várias recomendações ao MTE, dentre elas: não aprovação da prestação de contas do convênio; suspensão do repasse de recursos à Entidade; necessidade de inserir mecanismos de segurança no SIGAE; e apuração da efetiva inexecução das vagas contratadas pela Parceira, inclusive para os demais cursos que não foram abrangidos pelo trabalho de auditoria.

O MTE, a partir das recomendações realizadas por esta Secretaria tomou várias providências, tais como: determinou à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego o sobrestamento da análise da respectiva prestação de contas, até que fossem concluídas as apurações por parte do MTE; imediata suspensão do repasse de recursos; e constituição de Comissão para proceder a análise minuciosa das constatações da SFC, apurando eventuais irregularidades.

O Programa Novo Emprego e Seguro-Desemprego visa prestar assistência financeira temporária ao trabalhador demitido sem justa causa, elevar o número de trabalhadores colocados pelo Sistema Nacional de Emprego - SINE, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado às suas habilidades, para assim mitigar o custo social do desemprego. A concessão do benefício se realiza após processamento eletrônico das informações prestadas pelo segurado durante a fase de habilitação, onde são

verificados o atendimento dos requisitos necessários à concessão. Esse processamento é realizado pela Caixa Econômica Federal – Caixa, entidade contratada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Dentre os trabalhos realizados no exercício, no Programa Novo Emprego e Seguro-Desemprego, destaca-se a auditoria de gestão realizada no Departamento de Emprego e Salário – DES/SPPE/MTE, cujos resultados demonstraram: desaparecimento de bens móveis adquiridos com recursos de convênios celebrados com as secretarias estaduais de emprego; atraso na aprovação das prestações de contas e impropriedades na execução de convênios.

Diante dos problemas detectados, a partir de maio de 2002, esta Secretaria iniciou os trabalhos de análise das prestações de contas dos convênios celebrados com entidades sindicais, no âmbito da ação Captação de Vagas e Colocação do Trabalhador no Mercado de Trabalho (Intermediação de Emprego). Como resultado, constatou-se cumprimento parcial das metas; realização de despesas com finalidade diversas das estabelecidas nos instrumento conveniados e indícios de superfaturamento na contratação de serviços por parte dos convenientes.

Com o objetivo de evidenciar os indícios de impropriedades detectados, foram realizadas auditorias em duas entidades sindicais, tendo obtido os seguintes resultados: não comprovação dos custos referentes à contratação dos serviços de digitação; prestações de contas incompletas; cumprimento parcial das metas e realização de pagamento antecipados. Os relatórios foram encaminhados ao Ministério para manifestação e adoção das devidas providências.

Em agosto de 2002, esta Secretaria deu início a avaliação da execução da ação Intermediação de Emprego, cabendo ressaltar que as auditorias nas entidades sindicais auxiliaram no diagnóstico inicial da Ação, cuja implementação ocorre com a descentralização de recursos às secretarias estaduais de emprego e entidades sindicais, integrantes do SINE, para a captação de vagas, inscrição, encaminhamento e colocação do trabalhador no mercado de trabalho. Neste momento, a estratégia do Controle Interno consiste na verificação do funcionamento da Ação, identificando a abrangência, a qualidade e a eficiência da intermediação de emprego por parte do Programa Seguro-Desemprego.

Cabe acrescentar ainda a continuidade dos trabalhos de auditoria no processamento do seguro-desemprego iniciados em 2001, tendo como destaque a auditoria do contrato MTE/Caixa para operacionalização do Programa. O objetivo do trabalho foi verificar a legalidade e oportunidade do contrato, do qual sobressai a necessidade de racionalizar os custos relativos à locação de equipamentos de informática e à contratação de mão-de-obra indireta.

Quanto aos pagamentos dos benefícios aos trabalhadores, realizou-se a auditoria que confrontou a base de dados do Seguro-Desemprego com a base Guia/Sistema de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP/SEFIP – (Exercício 2001), com a finalidade de verificar a confiabilidade dos dados processados para pagamento do Seguro-Desemprego. Como resultado deste trabalho foram constatadas diversas inconsistências na base de dados do Seguro-Desemprego, como pagamentos de parcelas do benefício acima do previsto na Resolução CODEFAT nº 252, de 4.10.2000; pagamento do benefício com informações incompletas, contendo apenas o número do PIS e valor das parcelas; 20% dos registros do campo relativo à unidade da federação zerado, sem condições de verificar a localidade de concessão do benefício.

No tocante às políticas públicas de Fomento ao Trabalho, destaca-se o Programa de Geração de Emprego e Renda-Proger, que visa a concessão de linhas de crédito a micro e pequenos empreendedores, formais e informais, cooperativas e associações de trabalhadores, na áreas urbanas e rurais. A operacionalização do Proger ocorre por intermédio dos agentes financeiros oficiais, mediante recursos originários de depósitos especiais remunerados do Fundo de Amparo ao Trabalhador, alocados aos agentes pelo MTE com autorização do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador-Codefat.

Quanto à execução do Proger, voltado para a área rural (setor pesqueiro), cujas ações foram implementadas pela SFC no exercício anterior, identificou-se, dentre outras constatações, inexistência de objeto nas operações contratadas e fragilidades no acompanhamento da execução do Programa. Os resultados dos trabalhos foram comunicados ao MTE, visando a adoção de providências de forma a resguardar a efetividade do programa, cujas medidas implementadas encontram-se em fase de conclusão.

Em continuidade às ações de controle sobre o Proger, área urbana, realizou-se auditoria de avaliação da gestão na Coordenação-Geral de Recursos do FAT, visando verificar os procedimentos operacionais do MTE, que norteiam o acompanhamento da execução física e financeira do programa. Verificou-se que os

mecanismos de controle adotados encontram-se inadequados no tocante ao alcance dos objetivos sociais do programa, no âmbito das políticas públicas de emprego.

A estratégia adotada pelo Controle Interno para avaliar a execução do Programa de Geração de Emprego e Renda na área urbana concentra-se na verificação do fluxo operacional das operações de crédito concedidas e na efetiva implantação de projetos de geração de emprego e renda. Para tanto, realizou-se fiscalização piloto em Brasília/DF, em dois estágios: inicialmente, checando as informações apresentadas pelo MTE na agência bancária, e, posteriormente, verificando a implantação dos projetos, a cargo dos beneficiários das linha de crédito.

Dos resultados do trabalho piloto, destacam-se: a inexistência de fiscalização, tanto por parte do MTE, como do agente financeiro e a não concessão de financiamento ao setor informal. Para o exercício de 2003, pretende-se acompanhar a execução do Proger Urbano no âmbito de três agentes financeiros: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste.

Na área de Relações e Inspeção do Trabalho, as atividades desenvolvidas estiveram voltadas para o acompanhamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dos programas de fiscalização do trabalho.

Com referência à Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial, destaca-se a Auditoria Integrada do FGTS prevista na Portaria Interministerial n.º 222, de 29.03.99, do Ministério da Fazenda e da Casa Civil da Presidência da República. As principais constatações da auditoria das contas de 2001 foram as seguintes: ausência de provisão para devedores duvidosos; necessidade de rateio dos custos do sistema Sinapi entre os vários usuários; urgência de aprimoramento operacional dos programas do Fundo, bem como a revisão das normas que dificultam a demanda dos recursos.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT

A Secretaria Federal de Controle atuou, durante o exercício de 2002, nos Programas: Araguaia-Tocantins, Corredor Mercosul, CREMA – Manutenção de Rodovias em Regime de Gestão Terceirizada e Segurança nas Rodovias Federais

O Programa Corredor Araguaia-Tocantins tem como objetivo reduzir o custo do transporte de cargas na região que abrange os Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás. As ações de controle, iniciadas em 2000 e principalmente nos trabalhos desenvolvidos nas rodovias BR-153, BR-235 e BR-242, no Estado do Tocantins, permitem concluir que há pontos que necessitam de ajustes para a boa realização dos objetos pactuados pois diversas fragilidades foram encontradas tanto na execução da Ação quanto no seu acompanhamento realizado pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens - DNER.

No Programa Corredor Mercosul foram desenvolvidos trabalhos acerca das obras de duplicação da BR-101/SC - trecho Km 0,0 (Divisa PR/SC) a Km 112,0 – visando, entre outros aspectos, verificar os aspectos relativos à segurança, falta de fiscalização por parte das empresas contratadas e do DNER, má escolha de materiais a serem utilizados no pavimento, além de avaliar o relatório de Vistoria Técnica das condições da BR -101/SC, enviado pela Procuradoria de Joinville, e elaborado pela equipe da Cooperativa de Serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da região de Joinville – COOPENGE. Foram constatadas falhas com relação aos serviços de sinalização horizontal e vertical (provisória e definitiva), terraplenagem, pavimentação, drenagem e obras de arte correntes, obras de arte especiais e barreira de segurança New Jersey, entre outras.

Nestes programas foram verificados, também, se os serviços executados estavam coerentes com os planos de trabalho e projetos de engenharia, aprovados pelo DNER, e se os cronogramas de desembolsos de recursos federais eram compatíveis com as descentralizações efetivadas, com as medições realizadas e com os valores dos pagamentos efetuados pelo Estado de Santa Catarina, incluindo os recursos de contrapartida estadual.

Quanto ao Programa CREMA – Manutenção de Rodovias em Regime de Gestão Terceirizada destaca-se que os lotes propostos pelo Ministério do Trabalho perfazem 11.537 km de rodovias da rede federal remanescente, com uma primeira fase abrangendo 6.175 km, incluindo o lote MS-01, com extensão de 382,2 km. Para a primeira fase, foram selecionados 18 lotes, com extensão média de 343km, a um custo global, preliminarmente estimado, de US\$ 272,6 milhões. Desses 18 lotes, 13 lotes deverão ser propostos para

financiamento do BIRD e cinco lotes, para financiamento do BID. A segunda fase proposta para ser financiada pelo BID abrangerá 5.362 km. a um custo estimado de US\$ 229,5 milhões. Para esta fase estão previstos 17 lotes, com extensão média de 315 km, custo médio de US\$ 42,8 mil/km. Os custos orçados para a recuperação dos lotes são definidos a partir da contratação e conclusão dos Projetos Básicos Específicos de cada lote.

A Secretaria Federal de Controle Interno realizou no CREMA fiscalização piloto objetivando verificar se os projetos básicos, elaborados por empresas contratadas pelo DNER, guardam consistência com a situação encontrada na rodovia. Foram realizadas, ainda, ações de controle na execução do referido Programa, especialmente nos Projetos Básicos Referenciais dos 10 primeiros lotes, objetivando confirmar sua consistência.

No Programa Segurança nas Rodovias Federais, especificamente na Ação de Governo “Eliminação de Pontos Críticos”, a Secretaria realizou 80 fiscalizações, no exercício de 2002, objetivando verificar a situação encontrada em função das contrações ocorridas. Foram verificadas situações em que muitas das obras não atendem por completo os objetivos pretendidos, principalmente, em função das mesmas estarem paralisadas. Para as situações merecedoras de correção está sendo solicitada instauração de Tomada de Contas Especial.

Em complemento ao trabalho sistemático de acompanhamento da execução dos programas de governo da área de transportes, a Secretaria Federal de Controle Interno atendeu a diversas denúncias/solicitações relacionadas a várias naturezas e procedências, que geraram ações de controle e procedimentos junto aos responsáveis, determinando a adoção de providências saneadoras dos fatos apurados.